

**O DESEMPREGO REGIONAL
EM
PORTUGAL:**

**CARACTERIZAÇÃO,
ENSAIO INTERPRETATIVO E
POLÍTICAS**

TESE DE MESTRADO

Orientadora:

Prof.^a Doutora Margarida Chagas Lopes

Realizada por:

Cláudia Helena Nunes Henriques

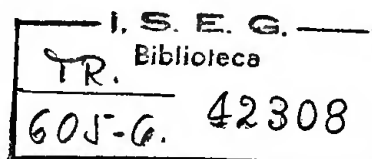
- Novembro, 1994 -

RESERVADO



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO



HD5809 H46
1994

**O DESEMPREGO REGIONAL
EM
PORTUGAL:**

**CARACTERIZAÇÃO,
ENSAIO INTERPRETATIVO E
POLÍTICAS**

TESE DE MESTRADO

Orientadora:

Prof^a Doutora Margarida Chagas Lopes

Realizada por:

Cláudia Helena Nunes Henriques

- Novembro, 1994 -



NOTA DE AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer a todos aqueles que contribuíram directa e indirectamente para a elaboração da presente dissertação de Mestrado.

Agradeceria, muito especialmente, à Prof. Doutora Margarida Chagas Lopes, minha orientadora de tese, que não só prestou uma ajuda incondicional e inequívoca, como também discutiu e perspectivou aspectos fulcrais do trabalho.

RESUMO

A presente dissertação visou demonstrar que o fenómeno desemprego em Portugal, entre 1986 e 1992, apresentou características diferenciadas, consoante as regiões/NUT a que se reportava.

Visou igualmente averiguar se as políticas de suporte e combate ao desemprego, no período referido contribuem para atenuar as diferenças inter-regionais, ou se pelo contrário as intensificaram.

Com estes objectivos apoiámo-nos em dois paradigmas da Ciência Económica - neoclássico e keynesiano - nos seus desenvolvimentos subsequentes e ainda nos corpos teóricos que com eles delimitaram rupturas epistemológicas. Nestes últimos destacámos as abordagens da segmentação, pela ajustabilidade face ao nosso objecto de estudo.

No decurso do estudo, verificámos que o desemprego foi pouco expressivo e tendeu a baixa, exceptuando em 1992 (estagnou). O desemprego constitui-se como um fenómeno selectivo por regiões, por grupos etários, por tempo de procura de emprego, por sectores de actividade, por profissão anterior ao desemprego, entre outros aspectos.

No que respeita às políticas de suporte e combate ao desemprego constatámos que as políticas passivas eram segmentadas, não contribuindo para contrariar a segmentação do mercado de trabalho, mas antes para a reforçar. Quanto às políticas activas elas contribuíram para minorar os malefícios do desemprego em alguns segmentos.

Palavras-chave: desemprego, taxa de desemprego, desempregado, políticas activas, políticas passivas, salário, segmentação, regiões/NUT, mercado de trabalho.

ÍNDICE DE MATÉRIAS

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO | |
| CAPÍTULO 1 | |
| 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO | 6 |
| 1.1. Confronto entre dois grandes paradigmas da ciência económica no que respeita ao mercado de trabalho | |
| - Abordagem micro <i>versus</i> abordagem macro - | |
| - Do desemprego voluntário ao desemprego involuntário - | 6 |
| 1.1.1. O paradigma neoclássico | 7 |
| 1.1.2. O paradigma keynesiano | 13 |
| 1.1.3. Crítica às hipóteses básicas do modelo tradicional no interior do quadro neoclássico | 21 |
| 1.2. Ruptura com os paradigmas tradicionais | |
| - captação da diversidade do mercado de trabalho | 29 |
| 1.3. A unidade e a diversidade - A teoria da regulação | 34 |
| 1.4. Sistema de Emprego | 38 |
| 1.5. Teorias do desequilíbrio | 40 |
| CAPÍTULO 2 | |
| 2. METODOLOGIA DE ABORDAGEM | |
| - O OBJECTO E OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO/OPÇÕES METODOLÓGICAS (ETAPAS DA PESQUISA) | 45 |
| PARTE II - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE | |
| CAPÍTULO 3 | |
| 3. CARACTERIZAÇÃO DO DESEMPREGO REGIONAL | 59 |
| 3.1. Considerações gerais sobre o desemprego/sua selectividade | 59 |
| 3.2. Selectividade do desemprego regional - o caso português - | 61 |
| 3.2.1. A oferta de emprego | 61 |
| 3.2.1.1. A selectividade do desemprego, por regiões | 61 |
| 3.2.1.2. A selectividade do desemprego, por idades | 66 |
| 3.2.1.3. A selectividade do desemprego, (1º emprego e novo emprego), por idades e por tempo de procura de emprego; estrutura demográfica/ /fluxos inter-regionais | 74 |
| 3.2.2. Procura de emprego | 81 |
| 3.2.2.1. A selectividade do desemprego por sectores. O desemprego nos diferentes sectores de actividade | 81 |
| 3.2.2.2. A selectividade do desemprego, por profissão anterior ao desemprego | 92 |

CAPÍTULO 4

4. O SALÁRIO ENQUANTO VARIÁVEL EXPLICATIVA

| | |
|------------------------------------------------------------------|-----|
| DO DESEMPREGO | 102 |
| 4.1. Análise da influência dos salários no desemprego regional - | |
| - valores absolutos - | 102 |
| 4.1.1. Variáveis actuais | 103 |
| 4.1.2. Variáveis actuais e desfasadas | 109 |
| 4.2. A intervenção de variáveis institucionais | 117 |
| 4.3. Análise da influência da variação salarial na variação | |
| do desemprego - valores relativos - | 120 |
| 4.3.1. Variáveis actuais | 121 |
| 4.3.2. Variáveis actuais e desfasadas | 126 |

PARTE III - POLÍTICAS DE SUPORTE E COMBATE

CAPÍTULO 5

5. POLÍTICAS DE SUPORTE E COMBATE AO DESEMPREGO

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----|
| - POLÍTICAS PASSIVAS E POLÍTICAS ACTIVAS - | 140 |
| 5.1. A protecção social como política passiva | 141 |
| 5.1.1. A protecção social | 141 |
| 5.1.1.1. O enquadramento teórico | 141 |
| 5.1.1.2. O Sistema de Segurança Social português - | |
| - breve referência - | 144 |
| 5.1.2. A protecção social por NUT II | 148 |
| 5.1.2.1. A situação regional em Portugal | 148 |
| 5.1.2.2. As relações entre o desemprego | |
| e a cobertura social | 162 |
| 5.2. A Formação Profissional como política activa do mercado de trabalho | 181 |
| 5.2.1. A Formação Profissional - caracterização | |
| do passado recente - | 184 |
| 5.2.2. A avaliação das políticas de Formação Profissional | 190 |
| 5.2.2.1. Avaliação por regiões - análise sistemática - | 193 |
| 5.2.2.2. Avaliação por qualificações profissionais | |
| e por regiões | 199 |
| 5.2.2.3. Outros critérios de avaliação global das políticas | |
| de formação - os Programas Operacionais - | 202 |

| | |
|-----------------|-----|
| CONCLUSÃO | 212 |
|-----------------|-----|

| | |
|--------------------|-----|
| BIBLIOGRAFIA | 231 |
|--------------------|-----|

| | |
|--------------|-----|
| ANEXOS | 240 |
|--------------|-----|

| | |
|-----------------------------------------|-----|
| ÍNDICE DE ANEXOS (I, II, III, IV) | 241 |
|-----------------------------------------|-----|

ÍNDICE DE QUADROS, DIAGRAMAS E GRÁFICOS

| | | |
|----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Diagrama 1.1. | As determinantes do emprego | 16 |
| Diagrama 1.2 | O encadeamento lógico da análise keynesiana | 18 |
| Diagrama 1.3 | Uma visão do funcionamento do mercado de trabalho | 31 |
| Diagrama 1.4 | A estrutura do Sistema de Emprego em Portugal em 1981 | 39 |
| Esquema 1.5 | Tipos de equilíbrio a preços fixos | 41 |
| Diagrama 2.1 | As fronteiras entre emprego, inactividade e desemprego | 48 |
| Quadro 3.1. | Taxas de desemprego, sentido restrito, (1º emprego e novo emprego), nas NUT LVT e Alentejo e no Continente, 1986/1992 | 62 |
| Quadro 3.2. | Hierarquização do peso relativo da taxa de desemprego, sentido restrito, (1º emprego e novo emprego), por NUT II, 1986/1992 | 62 |
| Quadro 3.3. | Matriz sinóptica do comportamento da taxa de desemprego, sentido restrito, (novo emprego), por NUT II, 1986/1992 | 65 |
| Quadro 3.4. | Matriz sinóptica do grupo etário com maior peso relativo no desemprego, sentido restrito, (1º emprego e novo emprego), por NUT II, 1986/1992 | 70 |
| Quadro 3.5. | Hierarquização dos três grupos etários com maior peso relativo no desemprego, (1º emprego e novo emprego), em cada NUT II, 1986/1992 | 70 |
| Quadro 3.6. | Matriz sinóptica das variações do número de desempregados, sentido restrito, (1º emprego e novo emprego), por grupos etários e por NUT II, 1986/1992 | 73 |
| Quadro 3.7. | Tempos de procura de emprego - curto/longo prazos - por grupo etário e por NUT II, 1986/1992 | 75 |
| Quadro 3.8. | Hierarquização dos sectores de actividade que mais contribuem para o desemprego, por NUT II, 1986/1992 | 82 |
| Quadro 3.9. | Matriz sinóptica da evolução da taxa de desemprego, sentido restrito, (novo emprego), no sector primário, por NUT II, 1986/1992 | 83 |
| Quadro 3.10. | Matriz sinóptica da evolução da taxa de desemprego, sentido restrito, (novo emprego), no sector secundário, por NUT II, 1986/1992 | 84 |

| | | |
|---------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 3.11. | Matriz sinóptica da evolução da taxa de desemprego, sentido restrito, (novo emprego), no sector terciário, por NUT II, 1986/1992 | 85 |
| Quadro 3.12. | Matriz sinóptica da evolução da taxa de desemprego, sentido restrito, (novo emprego), na NUT Norte, por sectores de actividade, 1986/1992 | 86 |
| Quadro 3.13. | Matriz sinóptica da evolução da taxa de desemprego, sentido restrito, (novo emprego), na NUT Centro, por sectores de actividade, 1986/1992 | 87 |
| Quadro 3.14. | Matriz sinóptica da evolução da taxa de desemprego, sentido restrito, (novo emprego), na NUT LVT, por sectores de actividade, 1986/1992 | 87 |
| Quadro 3.15. | Matriz sinóptica da evolução da taxa de desemprego, sentido restrito, (novo emprego), na NUT Alentejo, por sectores de actividade, 1986/1992 | 88 |
| Quadro 3.16. | Matriz sinóptica da evolução da taxa de desemprego, sentido restrito, (novo emprego), na NUT Algarve, por sectores de actividade, 1986/1992 | 89 |
| Quadro 3.17. | Hierarquização do peso relativo do desemprego (nº de desempregados), sentido restrito, (novo emprego), de cada sector no total sectorial por NUT II, 1986/1992 | 90 |
| Quadro 3.18. | Hierarquização do peso relativo do desemprego, sentido restrito, (novo emprego), de cada região no total do Continente, 1986/1992 | 91 |
| Quadro 3.19. | Hierarquização do peso relativo do desemprego, sentido restrito, (1º emprego e novo emprego), por profissão anterior ao desemprego, por NUT II, 1986/1992 | 93 |
| Quadro 3.20. | Resumo das características do desemprego por NUT II, 1986/1992 | 95 |
| Quadro 3.21. | Principais segmentos atingidos pelo desemprego, por NUT II, no período de retoma global, 1986/1992 | 98 |
| Quadro 4.1. | Valores do coeficiente de determinação (R^2), da componente autónoma (α) e do coeficiente associado a $R(t)$ (α') resultantes das regressões de tipo $A - TXD = \alpha + \alpha' R(t)$ - relativas aos binómios NUT/sector de actividade, para o período de 1986/1992 | 104 |

| | | |
|----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 4.1.A | Sinais dos coeficientes associados à variável independente resultantes das regressões de tipo A - $TXD = \alpha + \alpha' R(t)$ - | 105 |
| Quadro 4.2.A1 | Emprego total do sector agrícola - 85/89 - | 108 |
| Quadro 4.2.A2 | Taxa de variação anual do emprego no sector agrícola - 85/89 - | 108 |
| Quadro 4.2.A3 | Estrutura percentual | 108 |
| Quadro 4.2.B | Produto Interno Bruto | 108 |
| Gráfico 4.1. | Evolução do PIB por sectores - taxas de crescimento em percentagem - | 108 |
| Quadro 4.3. | Valores do coeficiente de determinação (R^2), da componente autónoma (α), do coeficiente associado a $R(t)$ (α') e do coeficiente associado a $R(t-1)$ (α'') resultantes das regressões de tipo B - $TXD = \alpha + \alpha' R(t) + \alpha'' R(t-1)$ - relativas aos binómios NUT/sector de actividade, para o período de 1987/1992 | 109 |
| Quadro 4.3.A | Sinais dos coeficientes associados às variáveis independentes, respectivamente à variável do ano em causa e à variável desfasada no tempo resultantes das regressões de tipo B - $TXD = \alpha + \alpha' R(t) + \alpha'' R(t-1)$ | 110 |
| Quadro 4.4. | Matriz sinóptica do comportamento da variável independente - $R(t)$ - e sua repercussão na variável dependente - TXD - com base nas regressões de tipo B - $TXD = \alpha + \alpha' R(t) + \alpha'' R(t-1)$ -, 1986/1992 | 113 |
| Quadro 4.5. | Matriz sinóptica do comportamento da variável independente desfasada no tempo - $R(t-1)$ - e sua repercussão na variável dependente - TXD - com base nas regressões de tipo B - $TXD = \alpha + \alpha' R(t) + \alpha'' R(t-1)$ -, 1986/1992 | 113 |
| Quadro 4.6. | Excepções à regra geral evidenciada pelo comportamento das variáveis independentes - $R(t)$ e $R(t-1)$ - e sua repercussão na variável dependente - TXD - | 113 |
| Quadro 4.7. | Regressões do tipo A - $TXD = \alpha + \alpha' R(t)$ - e de tipo B - $TXD = \alpha + \alpha' R(t) + \alpha'' R(t-1)$ - aceites como válidas ($R^2 \geq 50\%$) por NUT II, 1987/1992 | 115 |

| | | |
|---------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 4.8. | Valores do coeficiente de determinação (R^2), da componente autónoma (α) e do coeficiente associado à variável independente VR(t) (α') (variações interanuais de remunerações), resultantes das regressões de tipo C - $VTXD = \alpha + \alpha' VR(t)$ - para os binómios NUT/sector de actividade, para o período de 1986/1992 | 121 |
| Quadro 4.8.A | Sinais da componente autónoma e dos coeficientes associados à variável independente, resultantes das regressões de tipo C - $VTXD = \alpha + \alpha' VR(t)$ - | 122 |
| Quadro 4.9. | Valores do coeficiente de determinação (R^2), da componente autónoma (α), do coeficiente associado a VR(t) (α') e do coeficiente associado a VR(t-1) (α''), resultantes das regressões de tipo D - $VRXD = \alpha + \alpha' VR(t) + \alpha'' VR(t-1)$ -, para o período 1986/1992 | 127 |
| Quadro 4.9.A | Sinais dos coeficientes associados às variáveis independentes, respectivamente a variável do ano em causa e a variável desfasada no tempo, resultantes das regressões de tipo D - $VTXD = \alpha + \alpha' VR(t) + \alpha'' VR(t-1)$ - | 128 |
| Quadro 4.10. | Quadro resumo de salários | 138 |
| Quadro 5.1. | Matriz sinóptica da variação do peso da modalidade "Sim, recebe subsídio", por NUT II, 1986/1991 | 149 |
| Quadro 5.2. | Variações do peso relativo da modalidade "Sim, recebe subsídio" (nº de desempregados), por NUT II, 1986/1991 | 150 |
| Quadro 5.3. | Peso relativo da modalidade "Sim, com subsídio de desemprego", por grupo etário mais expressivo e por NUT II, 1986/1991 | 153 |
| Quadro 5.4. | Peso relativo da modalidade "Sim, com subsídio de desemprego", no conjunto das quatro modalidades, por grupo etário, por NUT II, 1986/1991 | 155 |
| Quadro 5.5. | Hierarquização do peso relativo das regiões/NUT II na modalidade "Sim, com subsídio de desemprego", 1986/1991. | 156 |
| Quadro 5.6. | Hierarquização do peso relativo das regiões/NUT II na modalidade "Sim, outro tipo de subsídio", 1986/1991 | 157 |
| Quadro 5.7. | Peso relativo da modalidade "Sim, sem qualquer subsídio", por grupo etário mais expressivo, por NUT II, 1986/1991 | 157 |
| Quadro 5.8. | Hierarquização do peso relativo das regiões/NUT na modalidade "Sim, sem qualquer subsídio", 1986/1991 | 158 |

| | | |
|----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 5.9. | Peso relativo da modalidade "Não está inscrito" por grupo etário mais expressivo, por NUT II, 1986/1991 | 159 |
| Quadro 5.10. | Peso relativo da modalidade "Não está inscrito" no conjunto das quatro modalidades, por grupo etário, por NUT II, 1986/1991 | 160 |
| Quadro 5.11. | Hierarquização do peso relativo das regiões/NUT II na modalidade "Não está inscrito", 1986/1991 | 161 |
| Quadro 5.12. | Valores do coeficiente de determinação (R^2), da componente autónoma (α), do coeficiente associado a "Sim, recebe subsídio" (CS) (α') e do coeficiente associado a "Não recebe subsídio"(NS) (α'') resultantes das regressões de tipo E - TXD = $\alpha + \alpha' \text{ CS} + \alpha'' \text{ NS}$ -, relativas ao binómio NUT/sector de actividade, para o período de 1986/1991 | 163 |
| Quadro 5.12.A | Sinais dos coeficientes associados às variáveis independentes, respectivamente "Sim, recebe subsídio" (CS) - α' - e "Não recebe subsídio"(NS) (α''), resultantes das regressões de tipo E - TXD = $\alpha + \alpha' \text{ CS} + \alpha'' \text{ NS}$ - | 164 |
| Quadro 5.13. | Valores do coeficiente de determinação (R^2), da componente autónoma (α) e do coeficiente associado a "Sim, recebe subsídio" (CS) (α') resultantes das regressões de tipo F1 - TXD = $\alpha + \alpha' \text{ CS}$ -, relativas ao binómio NUT/sector de actividade para o período de 1986/1991 | 167 |
| Quadro 5.13.A | Sinais dos coeficientes associados à variável independente "Sim, recebe subsídio" (CS) - α' - resultantes das regressões do tipo F1 - TXD = $\alpha + \alpha' \text{ CS}$ - | 167 |
| Quadro 5.14. | Valores do coeficiente de determinação (R^2), da componente autónoma (β) e dos coeficientes associados a "Não recebe subsídio" (NS) (β'), resultantes das regressões de tipo F2 - TXD = $\beta + \beta' \text{ NS}$ -, relativas ao binómio NUT/sector de actividade, para o período de 1986/1991 | 168 |
| Quadro 5.14A | Sinais dos coeficientes associados à variável independente "Não recebe subsídio (NS) - β' - resultantes das regressões de tipo F2 - TXD = $\beta + \beta' \text{ NS}$ - | 168 |
| Quadro 5.15. | Valores do coeficiente de determinação (R^2), da componente autónoma (α) e do coeficiente associado à variável independente "Sim, com subsídio de desemprego" (SSD) (α'), resultantes das regressões de tipo G1 - TXD = $\alpha + \alpha' \text{ SSD}$ -, relativos ao binómio NUT/sector de actividade, para o período de 1986/1991 | 172 |

| | | |
|----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 5.15.A | Sinais dos coeficientes associados à variável independente "Sim, com subsídio de desemprego" (SSD) - α' -, resultantes das regressões de tipo G1 - $TXD = \alpha + \alpha' SSD$ - | 172 |
| Quadro 5.16. | Valores do coeficiente de determinação (R^2), da componente autónoma (β) e do coeficiente associado à variável independente "Sim, recebe outro tipo de subsídio" (SOTS) (β'), resultantes das regressões de tipo G2 - $TXD = \beta + \beta' SOTS$ -, relativos ao binómio NUT/sector de actividade, para o período 1986/1991 | 173 |
| Quadro 5.16.A | Sinais dos coeficientes associados à variável independente "Sim, com outro tipo de subsídio" (SOTS) - β' -, resultantes das regressões de tipo G2 - $TXD = \beta + \beta' SOTS$ - | 173 |
| Quadro 5.17. | Valores do coeficiente de determinação (R^2), da componente autónoma (γ) e do coeficiente associado à variável independente "Sim, sem qualquer tipo de subsídio" (SSQS) (γ'), resultantes das regressões de tipo G3 - $TXD = \gamma + \gamma' SSQS$ -, relativos ao binómio NUT/sector de actividade, para o período 1986/1991 | 174 |
| Quadro 5.17.A | Sinais dos coeficientes associados à variável independente "Sim, sem qualquer subsídio" (SSQS) - γ' -, resultantes das regressões de tipo G3 - $TXD = \gamma + \gamma' SSQS$ - | 174 |
| Quadro 5.18. | Valores do coeficiente de determinação (R^2), da componente autónoma (θ) e do coeficiente associado à variável independente "Não está inscrito" (NEI) (θ'), resultantes das regressões de tipo G4 - $TXD = \theta + \theta' NEI$ -, relativos ao binómio NUT/sector de actividade, para o período de 1986/1991 | 175 |
| Quadro 5.18.A | Sinais dos coeficientes associados à variável independente "Não está inscrito" (NEI) - θ' - resultantes das regressões de tipo G4 - $TXD = \theta + \theta' NEI$ - | 175 |
| Quadro 5.19. | Número de Formandos e montante dos recursos financeiros por tipo de Políticas de Emprego e Formação Profissional - 1986 e 1987 - | 187 |
| Quadro 5.20. | Evolução do Número de Formandos - Formação Profissional, de 1987 a 1990 | 190 |
| Quadro 5.21. | Variação do Número de Formandos Aprovados por tipo de Centro - CGD e CGP - 1989/1990/1991 | 191 |
| Quadro 5. 22. | Formandos Aprovados (F.A.), por região, 1989/1990/1991 | 193 |
| Gráfico 5.1. | Formandos Aprovados por região - Continente, 1989/1990/1991 | 193 |

| | | |
|----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 5.2. | Representation of workers in industry and services in adult training compared to share of total employment in them Member States | 195 |
| Quadro 5.23. | Valores do coeficiente de determinação (R^2), da componente autónoma (α) e do coeficiente associado a N° FA (α') resultantes das regressões de tipo $H - TXD = \alpha + \alpha' N^{\circ} FA$ -, por NUT II, de 1986 a 1991 | 197 |
| Gráfico 5.3. | Percentagem de entradas e saídas de pessoal segundo a situação face à Formação Profissional | 205 |
| Quadro 5.24. | Candidaturas entradas, por PO, por sectores, em 1991 | 207 |
| Quadro 5.25.A | Candidaturas externas aprovadas, em 1991 - Número de Formandos - | 208 |
| Quadro 5.25B | Candidaturas aprovadas em 1991 (contos) | 208 |
| Quadro 5.26 | Hierarquização do peso relativo de cada PO, por NUT, segundo o critério de "despesas públicas", 1990/93 | 209 |



INTRODUÇÃO

A presente dissertação, tem como intenção demonstrar que o fenómeno desemprego em Portugal, no período compreendido entre 1986 e 1992, apresenta características diferenciadas, consoante as regiões/NUT II (Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos a nível II) a que se reporta.

Tem igualmente como intenção averiguar se as políticas de suporte e combate ao desemprego, no período referido, contribuíram para atenuar as diferenças inter-regionais encontradas, ou se pelo contrário as intensificaram.

Tendo por base estes objectivos, definidos à partida, tentaremos proceder ao enquadramento teórico do fenómeno em questão - desemprego regional em Portugal Continental -, recorrendo a múltiplas correntes de pensamento, uma vez que não existe um corpo teórico unificado e coeso que, em articulação com modo de produção vigente, seja capaz de, por si só, proceder à explicação dos fenómenos ocorrentes no mercado de trabalho.

Por conseguinte, procederemos à confrontação entre as teorias, tentando retirar ilações acerca daquelas que apresentam maior ajustabilidade explicativa ao fenómeno que pretendemos estudar. Neste contexto, socorremo-nos dos dois grandes paradigmas da Ciência Económica - paradigma neo-clássico e paradigma keynesiano -, dos seus desenvolvimentos subsequentes e ainda dos corpos teóricos e escolas que, com eles, tenham delimitado uma ruptura epistemológica. Todos os corpos teóricos, alvos do nosso estudo, são explicitados tendo em conta o respectivo contributo para a compreensão do mercado de trabalho e, em particular, do desemprego.

A segunda parte da dissertação começará pela caracterização do desemprego nas 5 regiões/NUT II - NORTE, CENTRO, LISBOA E VALE DO TEJO, ALENTEJO e ALGARVE -, tendo em conta que o fenómeno em questão é selectivo. Selectivo por regiões, por grupos etários, por tempo de procura de emprego, por sectores de actividade, por profissão anterior ao desemprego, entre outros aspectos. Esta selectividade será analisada à luz da estrutura demográfica e dos fluxos inter-regionais.

À medida que as características do desemprego, afecto a cada uma das regiões em estudo, se forem evidenciando, delimitar-se-ão os segmentos regionais, no interior dos quais as variáveis se comportam de forma semelhante. Estes segmentos contrapõem-se a outros que não apresentam características semelhantes aqueles. Simultaneamente, vão-se evidenciando alguns comportamentos institucionais que a informação estatística reproduz, ainda que de forma muito limitada ou mesmo nula.

Seguidamente, averiguaremos quais as variáveis que explicam a situação de desemprego caracterizada precedentemente. A variável sobre a qual repousará o nosso estudo é a variável SALÁRIOS, enquanto variável de ajustamento por excelência, entre a oferta e a procura de trabalho. Todas as outras potenciais variáveis explicativas não são aqui consideradas, na medida em que seria difícil identificar muitas delas e também porque suposemos metodologicamente mais correcto debruçarmo-nos, detalhadamente, apenas sobre uma das mais significativas, senão a mais significativa, na perspectiva económica.

Neste âmbito de ideias, procederemos então ao ensaio dos ajustamentos entre a taxa de desemprego e as remunerações médias mensais de base, para todas as NUT. O objectivo será verificar em que regiões (e sectores) o nível dos salários explica o volume de desemprego, não só em valores absolutos, mas também relativos, considerando sempre a influência intertemporal.

Em seguida, procederemos ao estudo das políticas passivas e activas de emprego. No respeitante às políticas passivas, distinguiremos o subsídio de desemprego e o subsídio social de desemprego. No respeitante às políticas activas, debruçar-nos-emos fundamentalmente sobre a formação profissional. Ambos os aspectos serão referenciados com o grau de desagregação NUT II.

No ponto referente às políticas passivas onde é enfatizada a protecção social ao desemprego assente nos subsídios de desemprego - subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego - procuraremos verificar em que medida as políticas referidas se tornaram mais expressivas ao longo dos sete anos, nas diferentes regiões em estudo. Ou seja, procuraremos averiguar se o grau de cobertura dos subsídios se foi ou não intensificando e quais as regiões privilegiadas ou preteridas. Tentaremos verificar também, se a dinamização da protecção social contribuiu de forma sensível para minorar o flagelo, atendendo às principais situações críticas detectadas.

A protecção social ao desemprego será estudada considerando primeiramente duas modalidades - "Sim, recebe subsídio", "Não recebe subsídio" - e posteriormente a sua desagregação em quatro modalidades - "Inscritos num centro de emprego e a receber subsídio de desemprego", "Inscritos num centro de emprego a receber outro tipo de subsídio", "Inscritos num centro de emprego, sem receber qualquer tipo de subsídio", "Não estão inscritos num centro de emprego" - com o intuito de aprofundar a análise.

Tendo-nos apercebido da necessidade de complementar a análise das principais medidas passivas com a das principais medidas activas, nomeadamente com a formação profissional, procederemos à sua avaliação. Isto é, tentaremos testar se a formação profissional contribuiu, de algum modo, para minorar o desemprego nas regiões. Aferiremos também quais os programas operacionais mais expressivos em cada uma das NUT referidas, assim como se contribuíram ou não para colmatar insuficiências da formação.

Por fim, tentaremos conjugar todo o manancial de análise desenvolvido ao longo dos vários capítulos componentes da presente dissertação, procurando elaborar uma conclusão final acerca da situação das diferentes regiões de Portugal Continental, no que respeita ao desemprego.

Sabemos que o desemprego em Portugal é um fenómeno relativamente recente, cuja expressão, assim como repercussões, se têm vindo a tornar progressivamente preocupantes. Foi nesta conjuntura que nos propusemos estudar o fenómeno em questão, enquanto realidade económica e social sentida não só no espaço nacional mas também, e com especial ênfase, no espaço regional. Tal tem a ver com o facto deste desequilíbrio do mercado de trabalho privar o indivíduo do seu estatuto no seio da organização social e, por consequência, gerar situações de isolamento e exclusão social, as quais se vivenciam, em primeira instância, a nível do espaço circunscrito.

Sobre estes pressupostos, consideraremos as diferentes regiões e não apenas o todo continental, uma vez que a nossa intenção consistirá em não permitir que as assimetrias sejam esbatidas através de médias e/ou de suas evoluções contraditórias. As assimetrias existem, há que as evidenciar para que possamos averiguar se as políticas de combate e suporte ao desemprego foram delineadas levando-as em conta, ou se esquecendo-se delas, apenas as reforçaram.

De facto, pensamos que Portugal não pode ser tratado como uma região única, aquando da delimitação de políticas. Os centros de decisão nacionais, assim como os centros de decisão supranacionais (estes últimos com importância crescente no contexto da nossa integração económica no Mercado Único) têm que ter em consideração as heterogeneidades inter-regionais, sob pena dos desequilíbrios existentes se acentuarem. Assim, parece-nos importante a elaboração da presente dissertação, na medida em que, ao propor-se evidenciar os segmentos existentes no mercado de trabalho a nível das cinco regiões de Portugal Continental em estudo, chama a atenção para o facto de Portugal dever ser tratado como um todo não homogéneo.

PARTE I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

CAPÍTULO 1

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Confronto entre os dois grandes paradigmas da ciência económica no que respeita ao mercado de trabalho

- Abordagem micro versus abordagem macro**
- Do desemprego voluntário ao desemprego involuntário**

Tendo por intenção demonstrar que o desemprego em Portugal não pode ser analisado como um fenómeno homogéneo, mas sim como um fenómeno cujas características se distribuem desigualmente sobre o espaço regional em que ocorrem, sentimos a necessidade de nos munirmos de um referencial teórico que, de algum modo, "sustente" e dê validade científica à nossa tese. O desemprego, em Portugal Continental, não pode ser analisado como a soma do desemprego nas cinco regiões/NUT II; a consideração de eventuais situações de descontinuidade é essencial.

Debatemo-nos, no entanto, com uma dificuldade decorrente da inexistência de um corpo teórico unificado e coeso que, em articulação com o contexto económico em que se inserisse, fosse capaz de, por si só, proceder à explicação dos fenómenos ocorrentes no mercado de trabalho. Por consequência, vimo-nos na necessidade de considerar contribuições dos dois grandes paradigmas da Ciência Económica - paradigma neo-clássico e paradigma keynesiano - reportados ao mercado de trabalho.

Na medida em que valorizamos a perspectiva micro, mais adequada ao estudo das regiões, pormenorizaremos o paradigma neoclássico. Contudo, procuraremos não descurar a análise do paradigma keynesiano, apesar da sua proposta de abordagem macro do mercado de trabalho. Na verdade, ele contribuiu para o desmoronamento de alguns dos postulados neoclássicos, potencializando novas formas de abordagem, entre as quais a da segmentação, a qual irá constituir um dos nossos suportes teóricos.

1.1.1. O paradigma neoclássico

No que respeita ao paradigma neoclássico - assente em abordagens por mercados -, destacamos o modelo básico do mercado de trabalho¹, também designado por modelo tradicional, que se alicerça em quatro grandes hipóteses. São elas:

- H1) Homogeneidade da mão-de-obra;
- H2) Existência de informação e transparência nas diferentes transacções;
- H3) Mobilidade no mercado, liberdade de entrada e saída;
- H4) Eficiência económica, com muitos produtores e consumidores atomizados, nenhum dos quais suficientemente forte para influenciar níveis de emprego e de salários (os últimos dos quais determinados como todos os outros preços e usos de factores na Economia, pelas forças da oferta e procura).

O mercado de trabalho, como lugar de confronto entre a oferta e a procura de trabalho (supostamente independentes), ou melhor, entre a oferta e a procura de um certo tempo de trabalho, será por consequência o lugar de determinação da taxa de salário e do nível de emprego de equilíbrio. Equilíbrio que é atingido de forma automática, através do ajustamento dos preços. No caso do equilíbrio automático do mercado de trabalho de pleno-emprego, ele é feito através do ajustamento dos salários.

No que respeita à oferta de mão-de-obra, a construção neoclássica parte de um estudo micro-económico em que o indivíduo detentor de uma dada quantidade de tempo disponível - T -, oferece o seu trabalho, após prévia "arbitragem" entre o tempo que quer destinar ao Lazer - L -, e o desejo de obtenção de um ganho monetário - salário -.

A esta "arbitragem", está subjacente uma função utilidade, $U=g(G, L)$ em que, U = Utilidade individual, G = Ganho, L = Lazer, tradutora de toda a informação referente à satisfação que o indivíduo obtém, quer do tempo que destina ao Lazer - L -, quer da quantidade de trabalho realizada - W -, após a delimitação das suas preferências, num dado período de tempo.

¹ Mercado de trabalho entendido como o espaço social no qual ocorre o confronto entre oferta e procura de trabalho.

A função utilidade está sujeita à restrição orçamental $Y=rW$, em que Y = rendimento, r = taxa de salário, W = quantidade de trabalho realizada pelo consumidor.

Se o rendimento do trabalhador é a remuneração do seu trabalho - salário -, então a partir da maximização da utilidade, pode-se determinar a quantidade óptima de trabalho, aliada a uma certa duração de trabalho e a um certo nível de rendimento. Assim:

$$\text{MAX } U$$

$$\text{s.a. } Y = rW$$

se $L = T-W$, substituindo na função utilidade, $U=g(T-W, rW)$, obtemos:

$$\text{MAX } U=g(T-W, rW)$$

$$\text{s.a. } Y=rW$$

$$\frac{dU}{dW} = -g_1 + g_2.r = 0,^2$$

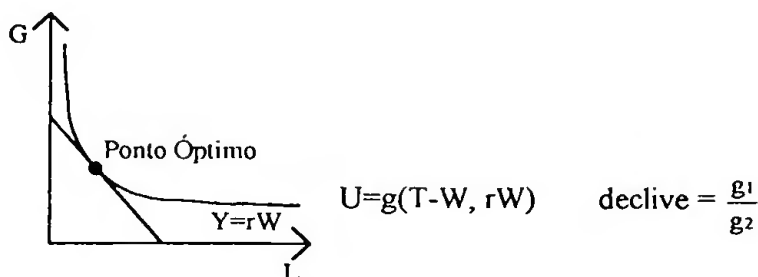
$$\text{em que a condição de primeira ordem: } -\frac{dY}{dL} = \frac{g_1}{g_2} = r,$$

nos diz em que ponto - ponto óptimo - a taxa de substituição de rendimento por lazer é igual à taxa de salário.

Quanto à taxa de substituição de rendimento por lazer $-\frac{dY}{dL} = \frac{g_1}{g_2}$ representa-

tiva da quantidade que o indivíduo está disposto a "sacrificar" de rendimento - salário -, para poder aumentar o tempo destinado ao lazer, for equivalente à taxa de salário, assume-se que o consumidor individual otimiza o seu comportamento com o postulado da racionalidade.

² Legenda: U = utilidade individual, Y = rendimento, r = taxa de salário, W = quantidade de trabalho realizada, L = lazer, T = tempo disponível.



Da relação em termos de W e r , delinea-se a curva de oferta de trabalho do indivíduo, a qual evidencia como este trabalhará a diferentes taxas salariais.

Pelo que foi dito, supõe-se então que, do lado da oferta, os indivíduos operam de acordo com o princípio da maximização da utilidade, dividindo o seu tempo entre trabalho e lazer, de acordo com a utilidade marginal de cada um. Tal aceção, dilui-se no conceito "desutilidade do trabalho", o qual acentuando uma verdade psicológica trivial - a de que não se trabalha por simples prazer - nos remete para a opção entre "mais trabalho" ou "mais lazer".

Uma elevação dos salários é equivalente a um aumento no preço ou custo de oportunidade do lazer. Por consequência, a oferta de trabalho é função crescente do salário, medido pelo poder de compra da hora de trabalho em termos de bens e serviços que podem ser adquiridos. Como a oferta de trabalho é equivalente à procura de rendimento, - $\frac{dY}{dL} = \frac{g^1}{g^2} = r$, apresenta indirectamente a curva de

procura por rendimento do indivíduo.

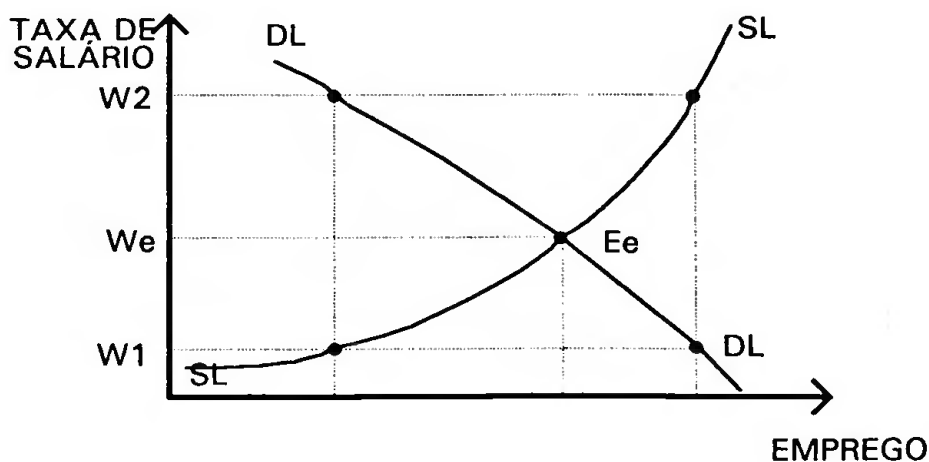
A oferta está também dependente, no curto prazo, da população disponível, facto que pode influenciar as escolhas técnicas de organização do trabalho e ser por ela influenciada.

No que respeita à procura de trabalho feita pelas empresas, ela é determinada a partir do produto marginal em valor do trabalho, o qual se relaciona intimamente com as condições técnicas de funcionamento das empresas. Condições que são aqui consideradas um dado, quer no curto quer no longo ("mundo de recursos escassos") prazos, se atendermos à lei dos rendimentos decrescentes (Marshall, Walras).

Nestes moldes, os produtores enfrentam um conjunto de preços relativos dos factores (K, L), a partir dos quais estabelecem a combinação "K" e "L" que minimiza o custo para se obter o nível desejado de produção. Este nível de produção pode ser obtido através de uma diversidade de processos tecnológicos que vão desde métodos altamente intensivos em "L" a métodos altamente intensivos em "K". Se o preço de "K" for muito alto em relação ao preço de "mão-de-obra", implica que o processo escolhido seja o de trabalho-intensivo. No caso de "L" elevado passa-se o inverso.

Pelo que foi dito, depreendemos que a procura de mão-de-obra pelas empresas assenta numa comparação entre o que a utilização de uma unidade suplementar de trabalho lhes pode custar e o que lhes pode render. Este "rendimento" é definido pelo conceito de produtividade marginal do trabalho já atrás focado.

As empresas não remuneram o trabalho que utilizam, para além da sua produtividade marginal, a qual é tida por decrescente (lei dos rendimentos decrescentes). Sendo decrescente, o emprego não pode aumentar, a não ser que o salário desça, estabelecendo-se a procura de mão-de-obra como uma função decrescente do preço real do trabalho. Ou seja, os produtores procurarão mais trabalhadores, desde que o valor do produto marginal, obtido com um trabalhador suplementar, exceda o seu custo (nível salarial). Devido à lei da produtividade marginal decrescente, mais trabalhadores serão contratados apenas a salários cada vez mais baixos. Trata-se de um raciocínio à margem, que tem em consideração a produtividade marginal do trabalho, isto é, a produtividade da última unidade de trabalho utilizada.



A qualquer salário mais alto (W_2), a oferta de mão-de-obra excederá a procura e as pressões competitivas entre trabalhadores forçarão o salário para baixo até W_e , correspondente ao nível de emprego de equilíbrio - E_e -. O equilíbrio no mercado de trabalho estabelece-se no ponto de encontro entre a oferta e procura de trabalho - ponto ótimo -, a um preço real de trabalho que iguale a "desutilidade" deste à sua "produtividade marginal". O equilíbrio a que nos referimos, é um equilíbrio de pleno-emprego, onde todos os que desejam trabalhar são capazes de obter emprego.

Com base nestes pressupostos, só poderá existir um desemprego voluntário³ ou temporário⁴, na medida em que bastaria a existência da flexibilidade da taxa de salário para assegurar o pleno emprego, dependente dos mecanismos de ajustamento do mercado de trabalho.

"Se existissem situações de desemprego, o equilíbrio só poderia ser restabelecido se os assalariados aceitassem uma baixa de salários reais, condição necessária para que as empresas aumentem a admissão de mão-de-obra, se tivermos em conta a lei dos rendimentos decrescentes"⁵.

Porém, múltiplos factores estruturais e políticos conduziram a situações em que os preços reais da mão-de-obra, se situaram a níveis mais altos ou mais baixos do que os seus verdadeiros valores de escassez ou "sombra" (preços que resultariam do livre jogo da oferta e da procura).

Tal situação é melhor compreendida se a contextualizarmos na longa história da conquista dos direitos dos trabalhadores e se retivermos os avanços em termos do estabelecimento de um sistema acompanhador do indivíduo "do berço até ao túmulo" por meio de mecanismos de segurança, como postulava Lloyd George⁶. Sistema que desembocou no chamado "welfare state" (estado de bem-estar) que começou a implantar-se na década de 40, alicerçado no plano de Beveridge de 1942. O regime de segurança social que preconizava⁷, assente no dever do Estado em

³ Os que procuram emprego não aceitam trabalhar à taxa de salário que se fixa no mercado de trabalho.

⁴ Resultante dos atrasos de adaptação da oferta e da procura.

⁵ Delfaud, P. (1977), pg. 19.

⁶ Sob o seu impulso criou-se em 1991 um sistema de seguros-doença e desemprego, que constituiu indubitavelmente uma grande inovação (Inglaterra), in Rosanvallon, P., (1984).

⁷ "- É um sistema generalizado, que abrange o conjunto da população, seja qual for o seu estatuto de emprego ou o seu rendimento.

- É um sistema unificado e simples: uma quotização única abrange o conjunto dos riscos que podem causar privação do rendimento.

- É um sistema uniforme: as prestações são uniformes seja qual for o rendimento dos interessados.

"libertar o homem da necessidade"⁸ previa, entre muitos outros aspectos, o subsídio de desemprego, como forma de uma "segurança do rendimento", por considerar o fenómeno desemprego um risco social com premência em ser suprido.

Advogando os neoclássicos "um mundo de salários flexíveis" - a flexibilidade à baixa dos salários permite fazer crescer o emprego -, qualquer papel muito activo desenvolvido pelo Estado ou qualquer limitação das virtudes reguladoras do mercado, não são "vistas com bons olhos".

O mercado funciona como princípio de auto-regulação da esfera económica. É por existir esta "ordem natural", que a intervenção do Estado é tida como negativa e "aconselhada" a restringir-se a determinados limites, os quais atingem a fronteira entre o económico e o político ou o privado e o público. Por consequência, a única política eficaz consiste em limitar a intervenção do Estado e em manter as condições de concorrência pura, pois estando elas salvaguardadas não poderá haver desemprego.

*
* *

No entanto, a persistência de um desemprego massivo na maioria das economias de mercado, onde se destaca o caso dos EUA na década de 30, leva-nos à gradual assumpção de que algo está mal na teoria neoclássica: o real - existência de desemprego -, parece contradizer o conhecimento que dele se tinha por verdadeiro...

Na verdade, a exploração detalhada das potencialidades do paradigma neoclássico conduziu à sua superação, por ser geradora de "inconsistências conceptuais, absurdos, expectativas erróneas, desordem, complexidade e confusão"⁹. O que está em causa não é fazer surgir novos tipos de fenómenos, mas sim estabelecer a articulação dos fenómenos com as teorias fornecidas pelo paradigma. O desejo de confirmação ter-se-ia, segundo Kuhn, vindo a sobrepor ao de interrogação, dando lugar a uma atitude dogmática na ciência, explicativa dos seus períodos de estabilidade, continuidade, normalidade.

O desmoronamento do paradigma neoclássico, tal como ele foi concebido inicialmente (novas teorias neoclássicas ou novas versões das teorias antigas têm nos dias de hoje repercussão significativa, e vão ser alvo do nosso estudo mais

- É um sistema centralizado: preconiza uma reforma administrativa e a criação de um serviço público único." in Rosanvallon, P., (1984), pg. 115.

⁸ idem, pg. 115.

⁹ Kuhn (1985), pg. 153.

adiante), foi uma consequência inevitável das próprias características da prática científica.

A evolução da Ciência Económica - selecção natural de teorias em que umas resistem mais tempo, não só devido ao grau de verdade incorporada, mas também por se adequarem melhor ao estágio de conhecimentos - apelava por uma nova teoria que se adequasse melhor à explicação do real, no intuito de melhor se alcançar a "verdade" ou a "verosimilhança" (Popper)¹⁰.

A abordagem neoclássica, fundamentalmente normativa, ao situar as suas análises no quadro de um modelo teórico preciso - o modelo da concorrência pura e perfeita -, não tem a percepção real da Economia que seria suposto. Apesar de toda a modelização supor uma determinação da simplificação do real, as hipóteses estabelecidas, devido à sua irreabilidade, "prejudicam" as conclusões.

Deste modo, as hipóteses da antiga ortodoxia neoclássica foram simultaneamente sujeitas a continuadas críticas e a rejeições, à medida que o corpo teórico keynesiano se ia fundamentando. A principal força deste novo paradigma é a sua ambição em "impôr" o problema do desemprego, como um problema social. Esta ambição fica evidenciada na noção de desemprego involuntário" que surge em oposição à noção de desemprego "voluntário" neoclássica. Existem trabalhadores que, mesmo dispostos a trabalhar a um salário mais baixo do que o prevalecente no mercado e concorrendo a postos de trabalho para os quais estão tão qualificados quanto os outros empregados, não conseguem obter empregos.

1.1.2. O paradigma keynesiano

Através das críticas a Pigou¹¹, Keynes alicerça a sua "teoria geral do emprego, do juro e da moeda": - o centro do problema do sub-emprego não deverá ser debatido em torno de uma acção de "marcha-atrás" nas conquistas das organizações dos trabalhadores e do papel protector do Estado, criadores da ausência de

¹⁰ in Popper, K., (1991).

¹¹ "Criticamos a teoria do desemprego do Professor Pigou, não porque ele nos pareça mais criticável do que os outros economistas clássicos mas porque, a sua teoria representa o único esforço jamais tentado para expôr com precisão a doutrina da escola clássica a respeito do desemprego", Delfaud, P., (1977), pg. 31, referindo-se ao pensamento de Keynes.
Convém referir que Robbins, P., (1935) e Rueff, J. (1925) também exprimiram ideias semelhantes às de Pigou como também salienta Delfaud.

flexibilidade dos salários e por consequência responsáveis pelo desemprego¹². Uma redução nos salários nominais, bem vista por Pigou, não era considerada solução para Keynes, na medida em que poderia afectar negativamente a procura efectiva:

"a manutenção do nível dos salários nominais num nível estável constitui a política mais correcta num sistema fechado. A mesma conclusão mantém-se válida num sistema aberto, desde que o equilíbrio com o resto do mundo possa ser assegurado por variações no câmbio"¹³.

De facto, o salário nominal não deve sofrer baixas, na medida em que qualquer pressão nesse sentido iria gerar grande instabilidade social - o salário nominal é fixado por negociação individual ou colectiva. No entanto, o mesmo não acontece com o salário real, o qual é influenciado pela evolução dos preços (salário real = salário nominal - efeito da inflação). Se assim é, mesmo que de comum acordo o salário se fixe no nível correspondente ao valor da produtividade marginal do trabalho, este equilíbrio poderá ser modificado por variações no nível médio dos preços, sobre o qual os parceiros sociais não têm uma acção directa.

Se para os neoclássicos a fixação do salário nominal determinava também o salário real, de modo a fazer concordar a taxa dos seus salários reais com a desutilidade marginal da quantidade de emprego oferecida pelos empregadores a esta taxa, para Keynes, não é evidente que o nível geral dos salários reais (poder de compra) dependa do montante do salário nominal estipulado pelos empregadores e trabalhadores.

Os trabalhadores apenas atendem ao salário nominal, visto que sofrem de "ilusão monetária", podendo portanto o emprego aumentar e a taxa de salário real decrescer de acordo com os rendimentos decrescentes, sem reacção por parte dos trabalhadores.

Daqui se conclui que a oferta de trabalho, não é mais função do crescimento da taxa de salário real, visto que o salário real passa a ser função do emprego e da taxa de salário nominal. Enquanto que para os clássicos uma baixa no salário real é

¹² Delfaud, P., (1977), pg. 30, referindo a posição de Keynes face às ideias de Pigou, (1933) na "The Theory of Unemployment".

¹³ Stankiewicz, F., (1984), pg. 17, referindo Keynes, J. M., *Théorie générale de l'emploi, de l'intérêt et de la monnaie*, Payot, pg. 285.

uma condição necessária ao crescimento do emprego, para Keynes não passa de uma resultante:

"Uma elevação do nível de produção e emprego arrasta uma progressão no rendimento nacional global a par de uma diminuição da taxa de salário real médio"¹⁴.

Os neoclássicos não tomavam em consideração o efeito da redução dos salários sobre a procura global e as incidências destas variações no nível de emprego, o que é fortemente criticado por Keynes. Diz-nos:

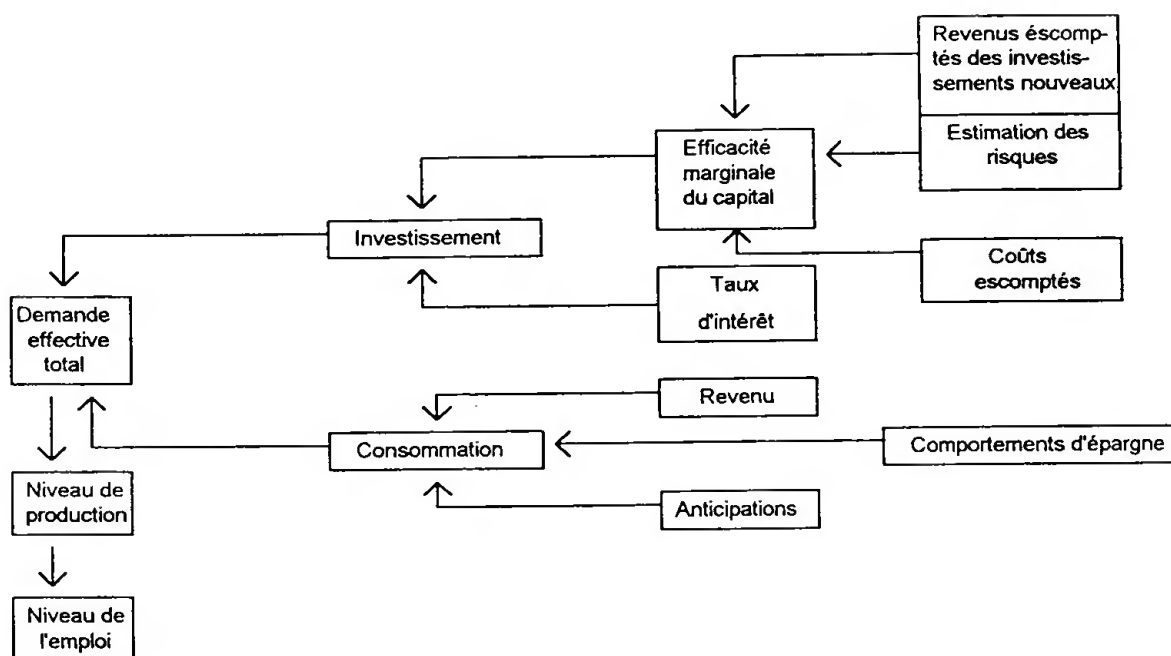
"Se uma empresa isolada e de fraca dimensão diminui o nível de salários, ela não afecta a procura global de forma significativa, mas se um número importante de empresas diminuírem as remunerações dos seus empregados, a massa global dos salários distribuídos no país, vai-se reduzir, os trabalhadores gastam menos neste contexto, as empresas serão conduzidas a reduzir a sua produção e se elas produzem menos não têm nenhuma razão para manter o nível de emprego anterior, podendo dispensar trabalhadores. O que está em causa são os mecanismos de funcionamento do mercado de trabalho"¹⁵.

O nível de emprego não se fixa por confronto entre a oferta e a procura de trabalho, mas de forma exógena relativamente ao mercado de trabalho propriamente dito. A determinação do emprego é feita pelo nível de procura agregada para os bens e serviços que uma economia tem o potencial para produzir. Quando a procura esperada é grande as empresas empregam um volume de mão-de-obra importante, quando a procura decresce, as empresas têm tendência a dispensar trabalhadores. É a ligação entre a procura efectiva, a produção e o emprego, que é a chave da compreensão dos problemas do desemprego. Vejamos o seguinte esquema exemplificativo:

¹⁴ Delfaud, P., (1977), pg. 67, referindo a posição de Keynes, J. M. na "Théorie générale de l'emploi, de l'intérêt et de la monnaie".

¹⁵ Brémond, J., (1987), pg. 31, referindo Keynes, J. M. na "Théorie générale de l'emploi, de l'intérêt et de la monnaie".

Diagrama 1.1.
As determinantes do emprego



Fonte: Brémond, J., (1987), pg. 38, traduzindo o esquema apresentado por Keynes, J. M., na "Théorie Générale...", Payot, pg. 161.

Keynes entra em linha de conta com 3 tipos de conceitos:

- procura efectiva (produção que as empresas pensam poder vender),
- procura esperada (vai determinar o seu nível de produção), e
- procura antecipada das empresas.

Esta referência à "procura efectiva", explica-se pelo intervalo no tempo entre a decisão de produzir, a colocação das mercadorias no mercado, e a realização da venda.

Como o futuro não é conhecido, a apreciação do empregador sobre a procura efectiva pode ser errada, e este erro de cálculo poderá ter efeitos sobre o emprego e sobre o nível da procura real...

Deste modo, um empresário que antecipe uma procura fraca, criará menos empregos do que se antecipasse uma procura significativa. Consequentemente, os

rendimentos distribuídos serão mais fracos e a procura real será inferior ao nível que poderia ter assumido, se as previsões tivessem sido mais exactas.

As decisões tomadas pelos empresários não incorporam apenas considerações objectivas mas também subjectivas, visto alguns elementos intervenientes na decisão não serem passíveis de quantificação. Estando a eficácia marginal do capital no centro da decisão de investimento e por consequência no centro da problemática ligada ao emprego (devido ao papel do investimento sobre a procura efectiva), ela toma em conta apreciações parcialmente subjectivas no que respeita à evolução da procura e dos custos.

Na determinação do volume de produção a realizar, para além da preferência pela liquidez, os empresários também tomam as suas decisões em função das previsões de vendas, uma vez que as quantidades produzidas podem não ser objecto de procura e ter escoamento assegurado.

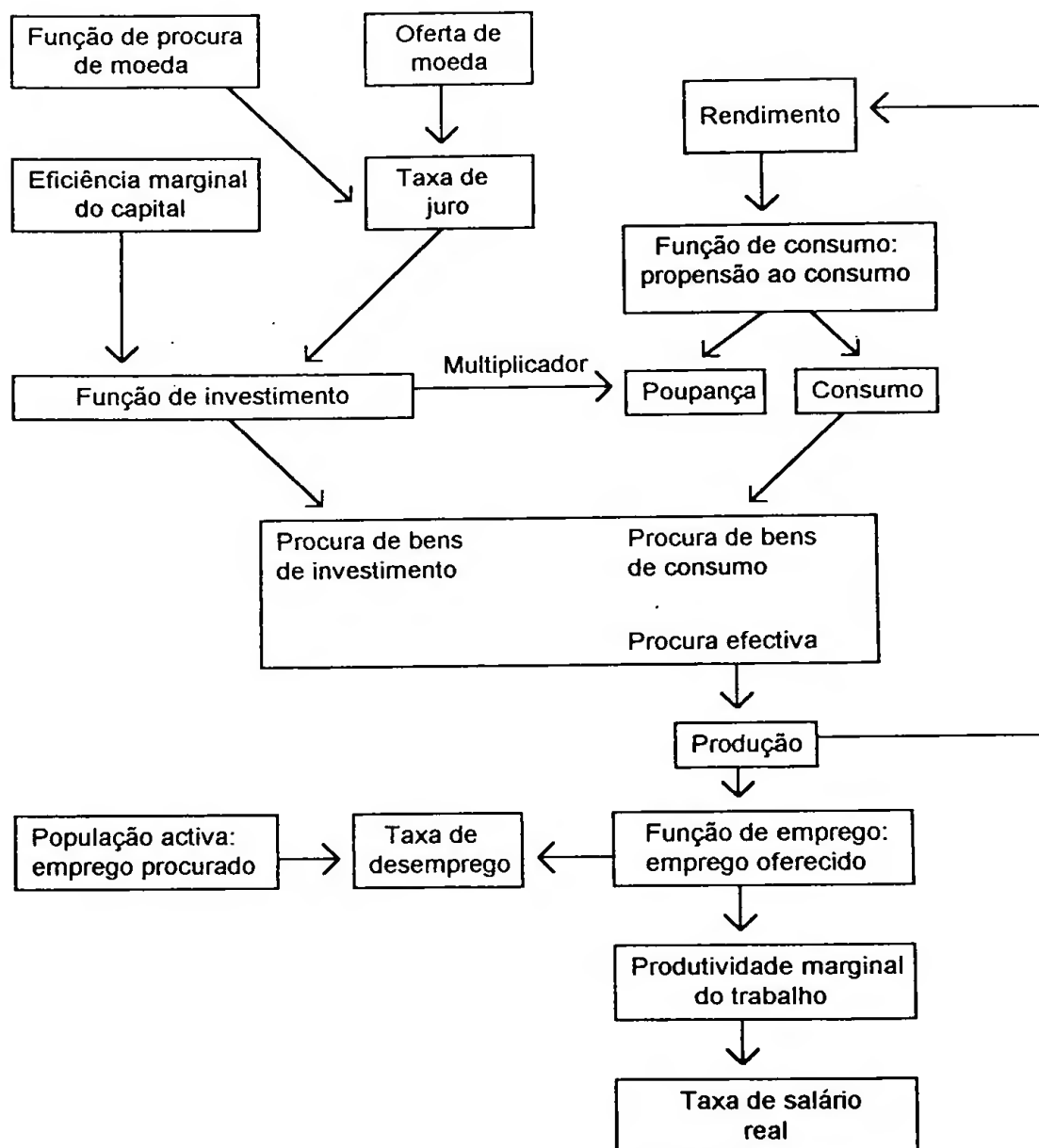
Numa comunidade é necessário que o rendimento obtido pelos membros que participam numa actividade produtiva, seja no conjunto exactamente igual ao valor da produção (o mesmo era assumido pela ortodoxia neoclássica).

Está aqui o cerne da análise keynesiana: o rendimento distribuído na actividade da produção não é necessariamente gasto, seja em procura de bens de consumo, seja em procura de bens de investimento e os empresários fundamentam as suas previsões, não na procura potencial, mas na procura efectiva que resulta dos comportamentos de despesa dos agentes económicos.

Enquanto os neoclássicos ortodoxos se preocupavam com o equilíbrio da produção, Keynes preocupa-se com o seu processo de variação. As variações do volume de produção e do emprego encontram-se assim submetidas ao princípio da procura efectiva e à explicação dos seus dois componentes:

- a procura de bens de consumo, dependente do nível do rendimento global (propensão ao consumo $C = f(Y)$; a taxa de juro deixa de desempenhar qualquer papel na repartição do Y entre consumo e poupança, sendo do próprio nível de Y que resulta esta repartição),
- a procura de bens de investimento.

Diagrama 1.2.
"O Encadeamento lógico da análise keynesiana"



Fonte: Delfaud, P., (1977), pg. 44.

Pelo que foi dito, apercebemo-nos de que a procura efectiva induz o aumento do volume de produção prosseguido pelas empresas e, conseqüentemente, o emprego por ele requerido. Um dado volume de produção requer uma certa quantidade de mão-de-obra.

Emprego = f (procura efectiva),
 Taxa de salário = f (nível de emprego),
 $Y = f$ (procura efectiva),
 $I = f(i)$,
 $s = f(I)$.

Verifica-se que Keynes substitui um esquema de interdependência por um esquema de causalidade, onde as funções macroeconómicas se encadeiam umas nas outras. O resultado final é a afirmação da necessidade de intervenção do Estado para corrigir os desequilíbrios permanentes, dos quais o subemprego é manifestamente o mais visível. De facto, cabe ao Estado, através de políticas económicas, fazer com que a procura efectiva seja suficiente para manter o pleno emprego. Pois, como diz Keynes, não há qualquer razão para que o nível de emprego oferecido a partir do volume de produção obtido, quando confrontado com a população activa disponível, lhe seja igual, e por consequência pode fazer com que apareça um desemprego involuntário e permanente, sem que as exigências dos sindicatos em matéria salarial estejam necessariamente na sua origem. Por inversão da função produção, obtemos a função emprego oferecido, nomeadamente a partir do volume de produção obtido.

Depois das considerações que temos vindo a desenvolver, cabe então explicitar como Keynes defendia que se devia lutar contra o desemprego.

Se a procura efectiva está no "coração" do emprego, é evidente que ao ser sustentada, promove o emprego. Sendo o consumo e o investimento, as determinantes centrais da procura efectiva, compreende-se que:

- o nível de procura de consumo seja função do rendimento e do comportamento das famílias ($C = -\alpha S + \alpha Y$) e que, à medida que o rendimento aumenta, o peso direccionado ao consumo diminui, visto que:

$$\text{propensão média a consumir} = \frac{\text{consumo total}}{\text{rendimento total}}$$

$$\begin{aligned} &\text{propensão marginal do crescimento ligado} \\ &\text{a um crescimento do rendimento} = \frac{\text{acrécimo do consumo}}{\text{acrécimo do rendimento}} \end{aligned}$$

- sabendo que o nível de procura de investimento resulta de uma decisão tomada por parte das empresas, assente na relação entre os rendimentos brutos que cada uma delas está disposta a investir¹⁶ e a eficácia marginal do capital¹⁷, a política essencial para sustentar a procura em período de subemprego é sustentar o investimento: - o investimento através do seu "efeito multiplicador" provoca um crescimento no rendimento, e por inerência na procura, superior ao montante do investimento inicial. O efeito multiplicador existe, porque o investimento influi na distribuição de rendimento que, por sua vez, origina novos consumos geradores de produção e emprego que por sua vez, darão lugar a uma dada distribuição do rendimento.

Devido à importância do investimento, a intervenção estatal é inevitável, na medida em que é impossível "sustentar" o investimento apenas através da taxa de juro¹⁸.

A intervenção do Estado deve assegurar um nível de actividade compatível com o pleno emprego da mão-de-obra. O Estado deve impulsionar novos investimentos através de "investimentos públicos" menos marcados pelo constrangimento da rentabilidade imediata do que os investimentos privados; há que criar empregos no sector público...

"...É improvável que a influência da política bancária sobre a taxa de juro baste para levar o fluxo de investimento ao seu valor óptimo. Assim, pensamos que uma grande socialização do investimento constitui o único modo de assegurar aproximadamente o pleno emprego, o que significa excluir todo o género de ligações e compromissos, permitindo ao Estado cooperar com a iniciativa privada."¹⁹

O pensamento keynesiano é com frequência reduzido a uma política de relance, que se suporia assente no fomento da procura de bens de consumo, concretizada através de uma política de crescimento da massa monetária e da aceitação do *deficit* orçamental. Baixas taxas de juro sustentariam a procura de bens

¹⁶ função do custo do capital.

¹⁷ rendibilidade bruta antecipada pelo empresário do seu investimento marginal.

¹⁸ "(...) somos cépticos sobre as possibilidades de sucesso de uma política puramente monetária destinada a agir sobre a taxa de juro (...)", Brémond, J., (1987), pg. 47.

¹⁹ idem, pg. 48.

de equipamento e as "grandes obras" assegurariam o emprego. Estas políticas ao direccionarem-se para o fomento da procura, incitariam potencialmente as empresas a produzir mais e por consequência a um maior nível de produção conducente à contratação de mais mão-de-obra, com diminuição do desemprego.

Provindo o desemprego do facto do empregador ter sido privado de um dado nível de receitas, a única forma de solucionar este problema será estabelecer uma margem de lucro. Pode fazê-lo de dois modos:

- aumentar a procura (método expansionista);
- reduzir o custo da produção (método de restrição).

Uma das fraquezas da teoria keynesiana foi a sua incapacidade para providenciar uma explicação microeconómica da existência de desemprego, explicação essa de importância fulcral no nosso estudo.

Nos anos mais recentes, temos no entanto vindo a assistir ao ressurgimento de tentativas para reforçar a ênfase nos postulados micro-económicos, o que nos conduz a prosseguirmos o estudo das críticas às hipóteses básicas do modelo tradicional no interior do próprio quadro neo-clássico.

1.1.3. Crítica às hipóteses básicas do modelo tradicional no interior do quadro neoclássico

Com a ascensão da teoria keynesiana, o modelo básico do mercado de trabalho foi sujeito a críticas múltiplas. Críticas que conduziram ao desmoronamento das hipóteses básicas em que repousava.

No entanto, presentemente, assiste-se à reabilitação da teoria neo-clássica e ao seu recrudescimento, à medida que as políticas de luta contra o desemprego, preconizadas pelos keynesianos, parecem não resolver a situação de crise do mercado de trabalho. As novas versões da teoria neoclássica continuam a colocar o acento tónico nos mecanismos e no papel regulador do salário enquanto preço do trabalho. Contudo, face à persistência de situações de grande desigualdade nas estruturas de repartição dos rendimentos e de níveis de pobreza e desemprego, as teorias referidas tiveram que reconsiderar muitos dos seus pressupostos. Muitas delas, constituíram-se mesmo como correcções parcelares do paradigma neoclássico.

Neste âmbito de ideias, parece-nos pertinente salientar as críticas tecidas por determinadas reformulações da teoria neoclássica, face às hipóteses básicas do modelo tradicional. Tanto mais que as hipóteses em questão traduzem uma certa relação com o espaço: - perfeitas mobilidade, transparência, homogeneidade, num espaço totalmente neutro que não constitua obstáculo à sua verificação. Espaço este que deverá cada vez mais ser entendido como um factor essencial de imperfeição. Vejamos:

- i.) A hipótese de homogeneidade da mão-de-obra reconhece-se inverosímil, devido à existência de diferenciação na natureza e especificidade das qualificações.

Para o desmoronamento da hipótese em causa contribuiu a percepção da simultaneidade de "filosofias laborais" diferenciadas no interior e exterior (ramo/sector/país) da empresa.

A empresa, ao passar a ser entendida "como uma instituição, ou seja, como uma unidade social de decisão e organização submetida a um conjunto de regras, com a sua coesão interna específica e a sua rede de relações com as outras empresas e com as outras instituições, que ultrapassam as interacções mercantis"²⁰, passa simultaneamente a ter capacidade de "modelar" o espaço em que a sua mão-de-obra trabalha e por sua vez a ver a sua acção delimitada, em parte, pelas outras instituições presentes no mercado.

No que respeita às políticas de mão-de-obra, a empresa pode sentir a necessidade de fixar, no seu interior, os portadores de qualificações mais elevadas (através de práticas de sobre remuneração, carreiras mais atraentes, concessão de melhores condições sociais de trabalho, etc.), conduzindo ao afastamento do postulado da perfeita mobilidade de factores para este segmento de mão-de-obra, onde o trabalho se torna um factor com algum grau de rigidez e resistência à mobilidade. Tais factos têm repercussões na própria função de produção neoclássica, que se encontra atingida por este tipo de prática, provocando desarticulação entre os processos de determinação dos salários e os de afectação de mão-de-obra.

²⁰ Gazier, B., (1992), pg. 127.

No entanto, para além de possíveis diferenciações no interior da empresa (exemplo: diferentes estratégias de fixação dos trabalhadores consoante o respectivo nível de qualificação) existem "comportamentos duráveis, e significativamente diferenciados, que não podem ser explicados simplesmente em termos de particularidades de empresas ou mesmo de ramos"²¹; empresas de uma pequena região podem apresentar particularidades face a outras regiões e/ou mesmo, face ao país em que se inserem. A título de exemplo, referenciaríamos as particularidades da mão-de-obra afectada à Indústria Têxtil no Vale do Ave.

Perante a incapacidade das funções de produção tradicionais considerarem o trabalho do ponto de vista qualitativo e de explicarem as disparidades salariais, surgem teorias de inspiração neoclássica mais recentes - nomeadamente a teoria do capital humano - que introduzem estes aspectos, no seu quadro teórico explicativo. Estas teorias foram ganhando importância nos dias de hoje, à medida que se verificou a ascensão da procura de "mais" educação.

As teorias qualitativas do mercado de trabalho não "cortaram" totalmente com os postulados neoclássicos: - O mercado continua a ser eficiente na afectação dos factores, através dos seus mecanismos reguladores. Os desfasamentos ou desvios que se possam verificar devem-se ao facto da educação ter sido adquirida previamente, isto é, antes da entrada do trabalhador no mercado. Se os trabalhadores não tivessem investido em capital humano, o mercado continuaria a ser regulador e eficiente.

- ii) A hipótese de total transparência e perfeita informação, também se revela desfasada da realidade.

A informação sobre o mercado é limitada e não está instantaneamente disponível em todo o espaço geográfico. Deste modo, representa um bem económico, sendo necessário incorrer em custos para a possuir. As teorias do "job search" (desenvolvidas nos anos 60 e 70), por exemplo, constituem uma tentativa de reformular e adaptar a ortodoxia micro-económica às evoluções do mercado de trabalho. "Em alguns Mercados, a diversidade de preços existente impede que os compradores (ou vendedores) localizem instantaneamente os preços fixados pelos diversos vendedores (ou compradores). Há dificuldades de identificação do salário

²¹ Gazier, B., (1992), pg. 127.

fixado pelos diferentes empregadores. Para localizar os salários mais favoráveis o indivíduo incorre num determinado custo fixo"²².

Desde o momento em que existe a necessidade de "localizar", o elemento espacial é incorporado no paradigma marginalista micro-económico. Os trabalhadores irão avaliar cada oportunidade de trabalho, usando o salário considerado "aceitável" como uma referência, determinada pela maximização dos benefícios e custos que a procura de emprego irá envolver. Tal comportamento, irá gerar um "trade-off" entre o espaço de possibilidades e a duração que se prevê para esta procura.

Em termos de procura de emprego, o factor espacial repercute-se de dois modos no processo de decisão dos actores:

"1º) Aumenta os custos de procura de emprego, isto é, os custos derivados da aquisição de informação sobre as "vagas" e "salários". Quanto maior o território, maiores os custos,

2º) Reduz os níveis de salários. Quanto maior a distância entre o local de trabalho e o local de residência maiores são os custos de transporte"²³.

Nestes moldes caberá ao trabalhador determinar o comportamento óptimo a adoptar para obter informação sobre os salários oferecidos pelas empresas. Daí que possa incorrer em dois tipos de estratégias:

1º) a estratégia da procura pré-determinada²⁴, em que o trabalhador fixa "ex-ante" o número óptimo de empresas a contactar e onde em consequência o tempo não intervém de maneira explícita;

2º) a estratégia de procura sequencial²⁵, na qual a regra óptima para o fim da procura é baseada no nível de salário dito de reserva, que o trabalhador fixa em cada período de procura.

A "duração da procura", corresponde, em princípio, ao período de desemprego. O que leva as presentes teorias a considerar o desemprego

²² Turatto, R., e Tronti, L., (1990), pg. 130.

²³ idem.

²⁴ Stigler, R., (1961).

²⁵ MacCall, M., (1970).

como uma consequência das estratégias individuais de procura de emprego. Melhor informação propicia a possibilidade de encontrar um emprego mais satisfatório, visto que muitas vezes pode ser racional prolongar o período de desemprego, ou mesmo tornar-se desempregado se isso proporcionar situações de emprego mais vantajosas no futuro.

Enquanto as ofertas forem inferiores a um determinado valor mínimo - salário de reserva - considerado aceitável pelo indivíduo, ele continua desempregado. Quando as ofertas excedem esse valor o indivíduo aceita-a e começa a trabalhar.

iii) A hipótese da perfeita mobilidade dos factores também é negada.

A distância conduz a custos. A separação entre o local de trabalho e o de residência, implica custos de deslocação, cuja configuração vai modelar e espacializar o mercado de trabalho, determinando segmentos regionais, com lógicas de regulação por vezes bem distintas. Assim, a título de exemplo, se as teorias da qualificação preconizam as condições de uma efectiva mobilidade do trabalho, acabam por contrariá-la, quando em determinados segmentos sectoriais/regionais se manifestam sob a forma de qualificações demasiado específicas:

iii.1.) As teorias do capital humano ao valorizarem o papel da "qualificação", consideram que a mão-de-obra qualificada tende por vezes a ser mais um factor fixo do que um factor cuja mobilidade seja perfeita no espaço: "A livre circulação dos recursos qualificados encontrar-se-ia de facto condicionada na prática pela natureza dos objectivos de crescimento dos diferentes sectores de actividade e pela forma como as empresas se ajustariam ao seu preenchimento, nomeadamente através das escolhas tecnológicas"²⁶.

Para além destes comportamentos económicos, é possível identificar factores de natureza institucional, cuja importância advém do facto do número de empregos ser tecnologicamente determinado.

Diferentes comportamentos individuais de oferta de trabalho, também contribuem para o desmoronamento da hipótese de perfeita mobilidade. Os trabalhadores que optam por investir em qualificação

²⁶ Chagas Lopes, M., (1989), pg. 64.

serão, em princípio, recompensados pelo mercado na medida em que nele domina um preço único: "não o salário, mas no longo prazo a taxa de rendimento dos diversos investimentos em capital humano"²⁷. Os trabalhadores mais qualificados terão, no entanto, tendência a optar cada vez mais por comportamentos de reserva e negociação e cada vez menos pelo abandono da empresa. Esta atitude tem a ver com a tendência à baixa do valor relativo dos seus recursos em educação, principalmente numa economia que progride a um ritmo cada vez mais acelerado.

iii.2.) As teorias do "job search" ao considerarem que "para localizar os salários mais favoráveis o indivíduo incorre num determinado custo fixo"²⁸, consideram que a mobilidade envolve custos e consequentemente é imperfeita. Naturalmente que tais custos e imperfeição se verão também regionalmente condicionados pela emergência de segmentos onde a mobilidade envolva custos.

Estas duas abordagens teóricas, conduzem-nos à assumpção de que os "custos em trabalho não podem ser reduzidos a somas estritamente proporcionais à quantidade de trabalho utilizada"²⁹. Na verdade, elementos da teoria do capital humano evidenciam o papel dos custos em formação e da adequação da mão-de-obra aos postos de trabalho e elementos patentes na teoria do "job search" evidenciam os chamados custos de recrutamento. Estas duas "modalidades" de custos iriam contribuir para a suposição de que o preço do factor trabalho está associado a múltiplas "rigidezes", e por consequência tende a ser "quase fixo". A última afirmação remete-nos para a teoria dos "preços fixos", a qual será especialmente importante aquando da crítica à hipótese seguinte do modelo básico do mercado de trabalho.

iv) A hipótese da eficiência económica e da atomicidade de produtores e consumidores prevê no limite a existência de uma única taxa de salário no mercado, definida a partir do confronto entre a oferta e a procura. No entanto, o real evidencia a existência de vários níveis salariais, relacionados entre outros factores com a heterogeneidade da mão-de-obra. Mostra-nos, como aponta a teoria do equilíbrio geral a preços fixos

²⁷ Teoria do capital humano, in Gazier, B., (1992).

²⁸ Gazier, B., (1992).

²⁹ Gazier, B., (1992), referindo Walter Oi.

(normalmente considerada no âmbito das teorias do desequilíbrio), que os preços não se adaptam suficientemente rápido - hipótese de rigidez dos preços no curto prazo - para assegurar sobre cada mercado o equilíbrio da oferta e da procura (Malinvaud)³⁰. O equilíbrio não se dá portanto pelo ajustamento dos preços, mas pelo ajustamento das quantidades: - Se a oferta é maior do que a procura, algumas ofertas não encontrarão comprador e reciprocamente, se a procura é excedentária certas procuras não serão satisfeitas.

Tal facto, não exprime nenhuma irracionalidade dos agentes, muito pelo contrário. Ele deixa implícito que se os empregadores não recrutam trabalhadores logo que há necessidades do factor trabalho ou se não os despedem no caso inverso, é devido à existência dos chamados custos "quase fixos" (Walter Oi)³¹.

"É então uma questão de calendário que se torna decisiva: - se os movimentos das necessidades são entendidos pela empresa como flutuações transitórias, ela procurará neutralizá-las através de ajustamentos de curto prazo que excluem contratações ou despedimentos; - se pelo contrário eles são sentidos como duráveis, serão tomadas as decisões mais pesadas quanto a custos e consequências, fazendo variar os efectivos (contratando e despedindo)"³².

Assim sendo, mesmo que os desempregados estejam dispostos a trabalhar por uma taxa de salário inferior àquela que é auferida pelos trabalhadores com as mesmas qualificações, não conseguem encontrar emprego. A questão que então se colocaria, era saber porque é que os empregadores não tiram benefícios desta potencialidade de baixa de salários...

Neste contexto, surgem teorias como a do salário de eficiência, apoiadas na assumption de que o empregador é frequentemente incapaz de medir *ex-ante* a intensidade do esforço de cada trabalhador. Como tal, considera que a referida intensidade é função da taxa de salário oferecida. Salários mais elevados permitem dinamizar e fidelizar os trabalhadores que ficarão mais mobilizados para uma boa *performance*, sobretudo em fases mais tardias e

³⁰ Gazier, B., (1992), expondo o pensamento de Malinvaud.

³¹ Gazier, B., (1992), referindo a posição de Walter Oi.

³² Chagas Lopes, M., (1991), pg. 70.

geralmente menos produtivas do ciclo de vida. Nesta lógica, a possibilidade de reduzir os salários conduziria, em paralelo, à desmotivação, instabilidade e conflitos, perniciosos ao processo produtivo. Assim, a taxa de salário estabelecer-se-ia - apenas durante algum tempo - a um nível superior àquele que equilibraria a oferta e a procura de trabalho. Tal comportamento poderia atenuar o papel do salário enquanto regulador no mercado, na medida em que estabeleceria o divórcio entre os processos de determinação dos salários, da gestão da mão-de-obra e da sua afectação aos postos de trabalho face à utilização da regra da produtividade.

Também teorias como a dos "insiders-outsiders", ajudam a explicitar a razão pela qual muitos empregadores não beneficiam da possibilidade de baixar os salários preferindo pagar salários mais elevados, devido aos custos em que incorreriam se preterissem um trabalhador de emprego estável ("insider") a um desempregado ou trabalhador precário ("outsider") - custos de turnover -. Porém, esta afirmação - a rotação da mão-de-obra envolve custos -, já tinha sido feita nos trabalhos de Walter Oi: "os custos de contratação, formação, separação, constituem o poder de mercado dos "insiders" que podem em consequência exigir a elevação dos salários sem temer ser despedidos. O salário máximo a que os "insiders podem aspirar, corresponderá ao patamar em que a empresa achará preferível empregar candidatos externos"³³. Se para substituir o "insider" a empresa incorre em custos significativos, vê-se na iminência de elevar os salários acima da sua produtividade marginal, não tomando em conta as propostas de salários mais baixos apresentadas pelos desempregados ("outsiders") e o inverso na situação contrária.

*
* *

No entanto e apesar das críticas que podem ser esboçadas as hipóteses tradicionais do mercado de trabalho, existem aspectos positivos que não podem ser negligenciados, nomeadamente quando aplicáveis ao estudo regional do desemprego. De facto, a teoria neoclássica enquanto abordagem microeconómica, supõe que o verdadeiro ao nível de um agente, pode ser generalizado ao nível de um país. Daí que as suas curvas de procura e de oferta globais de trabalho se obtenham como o resultado da simples soma de ofertas e procuras individuais, sendo representadas como respectivamente crescentes e decrescentes, relativamente à taxa

³³ Gazier, B., (1992), citando Walter Oi, pg. 247.

de salário. O mesmo acontece na determinação que fazem das relações entre salários e emprego: - partem da análise do comportamento de um agente e supõem que se pode generalizar a regra ao conjunto dos agentes ao nível de uma dada região ou de um país. Ora devido à multiplicidade de comportamentos que as empresas podem adoptar estabelecem-se desigualdades nas *performances* que se traduzem muitas das vezes em situações de segmentação, que nos importa analisar.

1.2. Ruptura com os paradigmas tradicionais - captação da diversidade do mercado de trabalho -

As escolas da segmentação³⁴ para além de estabelecerem, nos seus postulados, a ruptura com as hipóteses neoclássicas do mercado de trabalho, vão mais longe... abandonam a abordagem em termos de oferta e procura.

À abordagem exógena dos neoclássicos, substituem uma abordagem endógena no que respeita ao funcionamento do mercado de trabalho nas suas múltiplas diferenças. Tal deve-se ao facto da "diferença" "não ser tida como uma anomalia, uma imperfeição num universo fundamentalmente concorrencial, mas ser antes considerada como uma das características essenciais do funcionamento das economias de mercado"³⁵.

O mercado deixa de ser entendido como uma "soma de partes" que perfazem um todo homogéneo: - muitos dos elementos que o constituem, estão desigualmente distribuídos...

"De um sector para outro sector, de uma região para outra região e entre um emprego e outro, existem enormes diferenças nos níveis de produtividade do trabalho, na disponibilidade de outros factores produtivos, nas tipologias de vários mercados nos quais os produtos são vendidos, nas metas operativas dos empregadores, nos níveis de lucro, nos projectos de negócios futuros, na disponibilidade de trabalho com características que correspondem às requeridas, no poder sindical, na estrutura das relações industriais, no nível de informação e na presença industrial"³⁶.

³⁴ Piore, M. (1980) entre outros.

³⁵ Gambier, D. e Vernières, M. (1982), pgs. 108 e 110, citando J. Vincens.

³⁶ Turatto, R.; Tronti, L. (1990), pg. 135.

Para esta "desigualdade", contribuiu a coexistência durável de diferentes modos de gestão de mão-de-obra, geradora de desequilíbrios e imperfeições no mercado. Estas considerações são compatíveis com os pressupostos da segmentação que atribuem à empresa um papel activo na afectação dos trabalhadores aos postos de trabalho.

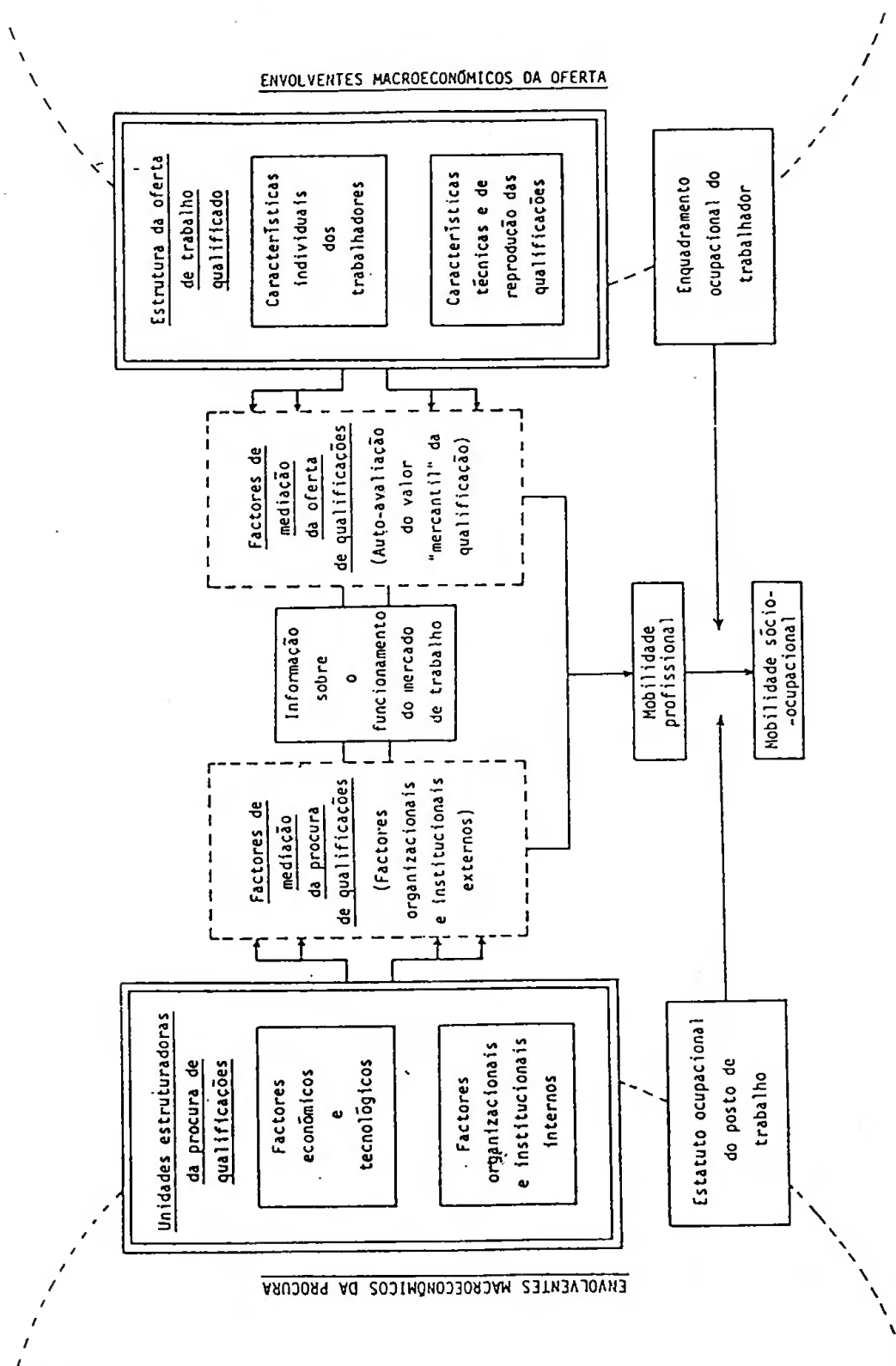
"(...) a empresa exerce uma função activa, com vista a segmentar, proceder à divisão do trabalho, com intenção de produzir espaços técnicos nos quais os trabalhadores se inserem"³⁷.

As políticas autónomas, desenvolvidas no seio das diferentes empresas, podem conduzir quer à "estabilização" - mercado interno - quer à flexibilidade - formas precárias de emprego -, quer a combinações intermédias. Esta multiplicidade de escolhas organizacionais e institucionais internas, delimitada em função dos vários factores económicos e tecnológicos presentes, está na origem das diferenças já referidas. De facto, as políticas de gestão de pessoal (procura de qualificações, formas de emprego, modalidades de remuneração, investigação, gestão do tempo de trabalho, etc.) ao poderem articular-se com estratégias de descentralização das responsabilidades e de circulação da informação³⁸ vão entretecendo descontinuidades no mercado de trabalho, como vem no esquema seguinte:

³⁷ idem, pg. 135.

³⁸ Não só as abordagens da segmentação, as teorias do trabalho como factor "quase-fixo" também entram em linha de conta com este aspecto.

Diagrama 1.3
Uma visão do funcionamento do mercado de trabalho



Fonte: Chagas Lopes, M. (1989), pg. 140.

Na verdade, o mercado passa a ser entendido como uma articulação de cadeias de mobilidade nas quais a mão-de-obra se insere como um mecanismo aleatório de distribuição de pessoas pelos empregos. Em virtude da questão central que é a dificuldade de informação, torna-se um espaço de mobilidades, que podemos observar sobretudo nas grandes firmas, administrado por uma série de regras que prevalecem para os seus empregados e não são negociáveis a par e passo. Este espaço protegido e "modelado" leva a que o mercado interno à firma não se ajuste apenas pelos salários³⁹.

O preço do factor trabalho é então considerado apenas um de entre os múltiplos componentes da grelha de classificações possíveis no seio da empresa ⁴⁰. O seu nível relativo é agora estabelecido por referência à coerência das fileiras e das hierarquias e não por referência às flutuações da produtividade marginal individual (PMg), como pretendia o raciocínio microeconómico tradicional, ou por referência aos custos fixos, como afirmavam as teorias do "capital humano" e do "job search".

Esta análise crítica conduz-nos à seguinte metodologia:

- i) Identificação das características únicas dos mercados de trabalho geograficamente definidos, isto é, delimitação dos segmentos (antevendo o que é homogéneo e contrapondo com o que é heterogéneo);
- ii) Determinação do número de segmentos;
- iii) Caracterização dos processos pelos quais os segmentos se hierarquizam e formam espaços hierarquizados de mobilidade;
- iv) Explicação da forma como os trabalhadores se encontram inscritos nestes segmentos, atendendo aos seus itinerários sociais e profissionais.

A delimitação dos segmentos e do seu número tem subjacente a distinção entre dois compartimentos - versão minimalista⁴¹ - ou mais - versão compreensiva⁴² - onde

³⁹ Conforme vimos no diagrama 1.3. "Uma visão do funcionamento do mercado de trabalho", na pg. 31.

⁴⁰ Noção associada às escolas da segmentação.

⁴¹ Versão minimalista:

- i - sector primário: abrange empregos melhor remunerados e mais atractivos;
- ii - sector secundário: abrange empregos pior remunerados e mobiliza trabalhadores entre os grupos mais marginalizados aos quais dá instabilidade de emprego, possibilidades de carreira reduzidas, postos de trabalho menos qualificados, etc.

as variáveis que se pretendem estudar assumem comportamentos idênticos. A distinção dos sectores faz-se com base em dois aspectos:

- 1º) aspecto distribucional, ligado às desigualdades evidenciadas nas capacidades institucionais para assegurar a protecção e a segurança do emprego;
- 2º) aspecto tecnológico, relacionado com a evolução da divisão do trabalho.

A este propósito parece-nos pertinente o considerando de Gazier:

"O traço essencial das escolas da segmentação reside no assumir da existência de descontinuidades que "moldam" o mercado de trabalho. Sobre este ponto de vista, pouco importa que haja um ou dois ou n coortes. O fundamental é romper com a unidade de funcionamento postulada pela teoria tradicional"⁴³.

As escolas da segmentação, ao assumirem a existência de descontinuidades e de polarizações na estrutura do emprego, consideram que elas se fazem sentir em múltiplas das características ligadas ao emprego, tais como "possibilidades de carreira", "formação", "condições de trabalho", "salários", entre outras. As descontinuidades na estrutura de emprego/desemprego são multidimensionais e, para além disso, não há correspondência biunívoca entre as escalas de medida de cada uma das características evidenciadas⁴⁴: a salários baixos não correspondem necessariamente empregos precários, etc.

Nestes termos, propomos fazer das abordagens da segmentação um dos suportes mais significativos da nossa dissertação na medida em que fundamentam a nossa assumpção primeira - o mercado de trabalho português no que respeita ao problema do desemprego, evidencia situações diferentes, que nos permitem identificar segmentos com características únicas. Características essas que procuraremos situar face ao nosso objectivo principal, que é o estudo do desemprego por regiões.

⁴² Versão compreensiva: tipologia mais extensiva do mercado de trabalho (3 ou 4 segmentos), definida a partir de uma lista de características que visam ultrapassar a referência a um indicador unidimensional.

⁴³ Gazier, B., (1992), pg. 225.

⁴⁴ Gambier, D. e Vernières, M., (1982), pg. 110.

A natureza dos segmentos será apercebida após caracterização do desemprego nas diferentes NUT e contraposição do que é homogéneo com o que é heterogéneo. Caberá em seguida averiguar se as políticas desenvolvidas para minorar o desemprego nos segmentos estabelecidos foram de encontro às necessidades ou não. De facto, o que nos importa é compreender em que medida as várias situações regionais diferem umas das outras, e quais são as principais tipologias de políticas passivas e activas que devem ser efectivadas para cada uma delas.

Para além do mais, pensamos que estas preocupações são pertinentes no contexto do mercado único em 92. De facto, face à atribuição de fundos estruturais às regiões mais carenciadas, há que não considerar Portugal como uma região única, mas como um conjunto de regiões, em que umas sobressaem como as mais necessitadas de apoios. Nesta perspectiva, os indicadores não poderão ser considerados em termos da média, visto que "esconderiam" as assimetrias de que à partida todos temos o conhecimento empírico.

Ao privilegiarmos no nosso estudo os contributos das abordagens da segmentação, temos consciência de algumas das suas insuficiências explicativas. Nomeadamente as decorrentes de "pretenderem integrar processos ditos económicos em processos de socialização, acarretando dificuldades em ultrapassar a lógica descritiva e taxonómica, para resolver problemas centrais como:

- integração dos fenómenos de segmentação na dinâmica do conjunto dos sistema económico;
- as relações entre aparelho produtivo e as empresa por um lado, a mão-de-obra, por outro;
- o papel das forças da concorrência face às forças institucionais"⁴⁵

1.3. A unidade e a diversidade - a teoria da regulação -

No que respeita ao primeiro dos problemas focados - a necessidade de integrar fenómenos de segmentação na dinâmica de conjunto do sistema económico -, e tendo em conta a distinção avançada por Silvestre⁴⁶ entre unidade e diversidade do mercado de trabalho, é indubitável que o problema da unidade se coloque...

⁴⁵ Rodrigues, M^a, J. (1987), pg. 18.

⁴⁶ in, Rodrigues, M^a, J., e outros (1987).

Neste âmbito de ideias, somos remetidos para a corrente teórica da regulação.

A definição rigorosa do conceito de regulação obriga a partirmos da análise da categoria como uma unidade de contrários, de dois pólos opostos em luta. É exactamente esta dialéctica de unidade e de luta que está no coração da regulação. "A regulação é a reprodução da unidade de dois pólos contrários, unidade colocada em causa pela luta, a oposição"⁴⁷.

Esta concepção de regulação distancia-se da concepção neoclássica. A regulação não é vista como o equilíbrio de forças independentes opostas, é antes a unidade dessas forças, a qual é fonte e objecto de regulação. "As forças são grandezas em movimento e não quantidade. E antes de ser "quantidades" são "qualidades", propriedades características da categoria em causa"⁴⁸. Deste modo, da regulação resulta a restauração de uma unidade na conquista do desenvolvimento, na medida em que é o conjunto de processos pelos quais um sistema económico e social global (e portanto nacional) se reproduz.

Se a regulação é a reprodução da unidade, é porque a unidade não existe permanentemente. É portanto a reprodução e não a simples manutenção, a recriação e não a conservação. A regulação é activa, criadora, é igualmente unidade do contínuo e do descontínuo.

Assim sendo, a crise para as teorias da regulação é um elemento normal no funcionamento e desenvolvimento das economias capitalistas. Regulação funcional (crise cíclica) ou estrutural (grandes crises), a crise será na sua essência a transição de um estado a outro da conjuntura ou do sistema.

"(...) a crise económica é mais do que um acidente e em nenhum caso constitui uma travagem no processo social. É ao contrário uma reparação das travagens e bloqueios anteriores, um modo de reabsorção dos desequilíbrios acumulados durante o período de crescimento precedente, sem o qual o modo de produção em jogo não se poderia manter (...). Para além de simples depressão, a crise é o lugar de instauração de uma ordem e não aquele da exacerbação da desordem nas organizações."⁴⁹

⁴⁷ Barrère, C., (1988), pg. 423.

⁴⁸ idem.

⁴⁹ Barrère, C., (1988), pg. 420, citando Attali, in "Le concept de crise en théorie économique: l'ordre par le bruit, l'Occident en désarroi".

Se a crise repara bloqueios, o que garante a manutenção do modo de produção? Se a crise é sinal de reprodução nos mesmo moldes, quais são os limites da mudança?

Longe de ser uma fraqueza, a crise manifesta a força do capitalismo - "é a prova da capacidade capitalista para reorganizar globalmente e colectivamente a rede de relações de força que constitui a base material"⁵⁰.

No que respeita ao mercado de trabalho e nomeadamente a relação de trabalho, duas grandes mutações se fizeram sentir a nível do emprego e a nível do salário, há cerca de duas décadas atrás, como salienta Piore.

Nos segmentos de mercado de trabalho onde o salário é estabelecido convencionalmente, o princípio da fórmula salário/produktividade é o vigorante. No mercado "secundário", onde o tipo de disposições afectas ao "sector primário" não tem aplicabilidade, assistimos à extensão das técnicas de precarização do emprego.

Temos portanto mercados "primários" com salários garantidos e negociados por um lado, e mercados "secundários" com salários livres e flutuantes. Em ambos, o mercado é tido como o elemento regulador, quer no que respeita ao nível de emprego e suas formas, quer no que respeita ao nível de salário distribuído.

A existência de uma massa considerável de mão-de-obra de baixa qualificação vai contribuir para a instabilidade do funcionamento do mercado de trabalho e consequentemente para o modo de estabelecimento do salário nominal. Freyssinet J. (1981)⁵¹ chamou a atenção para a existência de um certo dualismo que pode ser visto ao longo de toda a história do capitalismo. Este processo leva a que certas categorias estejam cada vez mais desprotegidas, o que apelava e continua a apelar para o mercado como o regulador directo do emprego.

Os modos de estabelecimento do salário sugerem uma evolução do mesmo tipo, ou seja, uma evolução dual, onde os trabalhadores mais qualificados auferem salários mais elevados e os menos qualificados salários mais baixos, possibilitando o aparecimento de segmentos no mercado de trabalho.

⁵⁰ Barrère, C. (1988), pg. 423.

⁵¹ Gambier, D. e Vernières, M. (1982) referindo Freyssinet, J.

Apesar da coexistência durável de diferentes modos de gestão de mão-de-obra, ligados quer ao sector primário, quer ao sector secundário, apenas um deles - ligado ao sector primário - impõe a sua lei a nível global. Como Boyer refere, "a extensão do sector primário nas formações capitalistas contemporâneas e a imposição da sua lógica ao conjunto do mercado de trabalho, não deriva só de fenómenos puramente institucionais, mas também de uma forma original de interacção entre um grau elevado de inserção das despesas dos trabalhadores no capitalismo e um certo número de transformações sindicais, legais e institucionais"⁵².

Estas considerações levam-nos a apercebermo-nos da importância atribuída à noção de "relação salarial"⁵³, enquanto caracterizadora do tipo de inserção do salariedade na sociedade e no circuito económico, articulando por um lado as normas de produção e por outro as normas de consumo que traduzem um modo de vida.

Pelo que expusémos relativamente à teoria da regulação apercebemo-nos de que concebe a existência de um conjunto articulado de modalidades da relação salarial, entre as quais uma é a dominante, caracterizado por critérios que nos permitem avaliar o seu impacto sobre a reprodução do sistema económico.

Assim sendo, a teoria da regulação vai mais longe do que as abordagens da segmentação - sobre as quais e como se referiu apoiaremos em boa medida a nossa investigação - na medida em que define critérios que permitem não só avaliar as características do mercado de trabalho, como também a sua interligação com a reprodução do sistema económico global.

No entanto, não é nosso objectivo apreender a lógica da reprodução/regulação global e utilizar noções como a de "relação salarial", enquanto evidenciadoras de uma lógica de classificação e de caracterização das descontinuidades da estrutura de emprego/desemprego. A nossa preocupação será tão somente poder delimitar os segmentos críticos do mercado de trabalho a nível regional e verificar se as políticas preconizadas, se adequaram a cada um deles, sem a intenção de articular as nossas conclusões com o sistema social, económico ou institucional.

⁵² Rodrigues, M.J. e outros (°), (1987), citando Boyer.

⁵³ "conjunto das condições jurídicas e institucionais que regem a utilização do trabalho assalariado, assim como a reprodução das condições de existência dos trabalhadores". A forma da relação salarial pode ser decomposta em 5 componentes: - "a organização do processo de trabalho, - a hierarquia das qualificações, - a mobilidade dos trabalhadores (no interior e exterior das empresas), - o princípio da formação do salário, - a utilização do rendimento salarial", idem.

Seguidamente, passaremos a explicitar algumas considerações relativas ao sistema de emprego, enquanto noção que contribui para colmatar algumas das insuficiências das escolas da segmentação. Insuficiências que se fazem sentir particularmente no âmbito da superação das dificuldades de integração de um mercado de trabalho heterogéneo e multidimensional na dinâmica global, quer do sistema social quer do sistema económico.

1.4. Sistema de Emprego

Sistema de emprego é entendido como o "conjunto organizado das estruturas, dos agentes e dos mecanismos económicos e sociais que transformam a utilização e a circulação da mão-de-obra em interacção com os processos de (re)produção desta mão-de-obra"⁵⁴, ou seja, como sistema que procura dar conta da dialéctica entre estruturas económicas e sociais por um lado, e estratégias e comportamentos de agentes por outro - método indutivo.

A tónica passa a ser colocada em termos de descontinuidades e não em termos de segmentos, como acontecia com a corrente da segmentação.

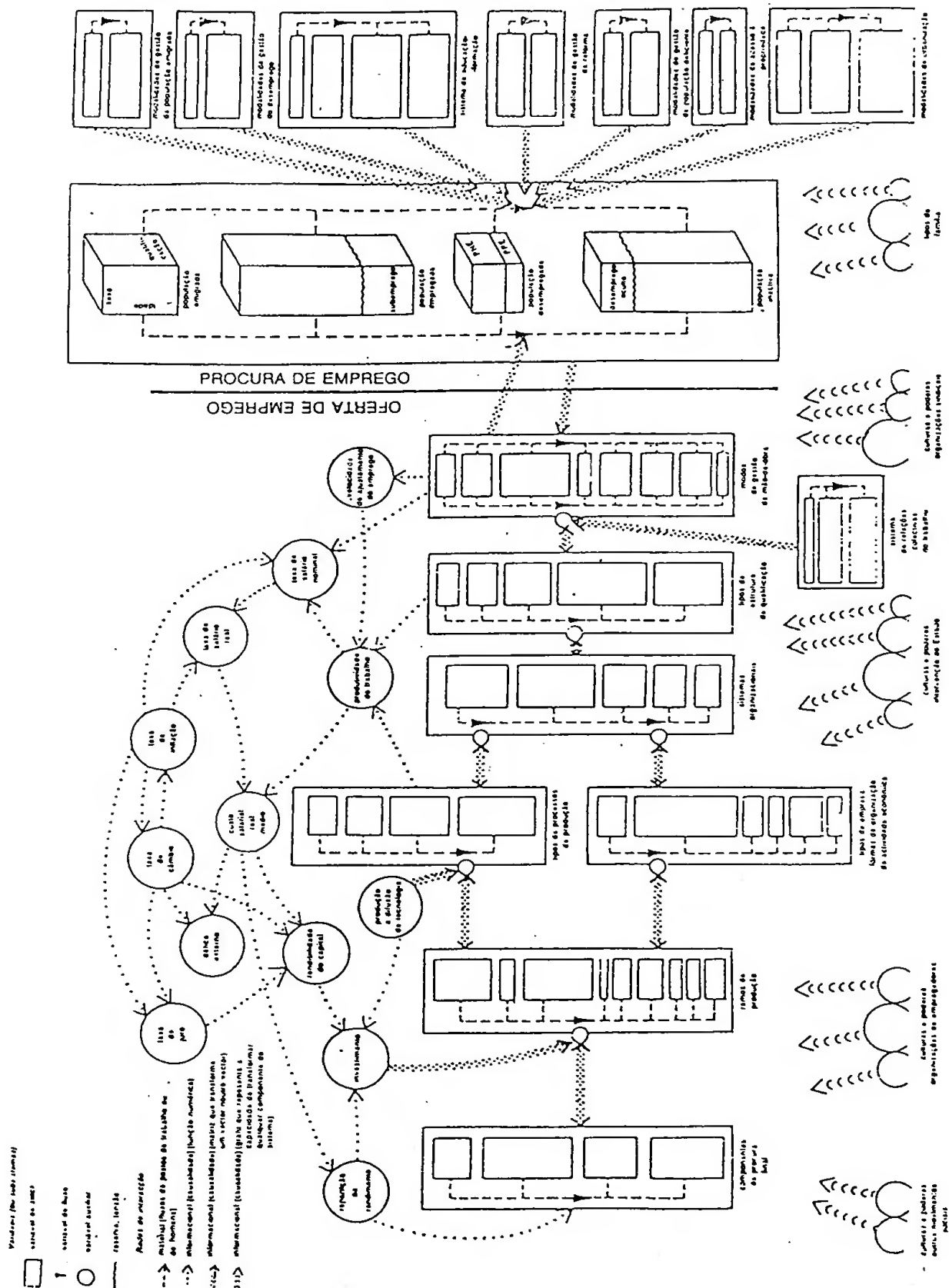
Supondo a população de uma país dividida, no que respeita à condição perante a actividade económica entre empregados, desempregados, inactivos e emigrados, considera que no seu interior existem fluxos cuja dinâmica está marcada pelo processo de interacção entre procura e oferta de emprego. Nesta interacção, a oferta domina a procura através da respectiva capacidade de mobilização e rejeição de cada uma das categorias populacionais.

A complexidade daquele processo de interacção está bem patente no esquema "Estrutura do sistema de emprego em Portugal em 1981"⁵⁵:

⁵⁴ Rodrigues, M. J., (1988) (a), pg. 52.

⁵⁵ Rodrigues, M. J., (1988) (a), pg. 52.

Diagrama 1.4.
A estrutura do Sistema de Emprego em Portugal em 1981



Das teorias que estabeleceram a ruptura com o paradigma neoclássico ficou evidente que não é possível reduzir os mecanismos de afectação dos trabalhadores aos empregos a meros fenómenos de mercado. Ou seja, a confrontação de um volume de oferta com um volume de procura de trabalho, concebidos como independentes e permitindo determinar uma taxa de salário e um nível de emprego de equilíbrio.

Todos os postulados da teoria neoclássica tradicional são, de uma forma ou de outra, colocados em causa, enquanto o mercado de trabalho - conjunto de mecanismos de afectação dos trabalhadores aos empregos -, nos aparece como um todo fragmentado. Por consequência, os processos de ajustamento, entre a oferta e a procura passam a ser mediatizados por estruturas económicas e sociais, e não só pelos preços, e passam a confrontar estratégias e agentes sociais inseridos em relações de conflito e/ou cooperação pela apropriação de recursos e de poderes a nível económico, social e cultural⁵⁶. É com esta perspectiva que partimos para o nosso estudo.

1.5. Teorias do desequilíbrio

Se após uma reflexão aprofundada dos dois grandes paradigmas explicativos do mercado de trabalho, contrapostos com abordagens mais recentes, nos apercebemos da importância das escolas da segmentação na compreensão do desemprego regional em Portugal, não podíamos esquecer-nos de fazer referência às teorias do desequilíbrio. De facto, se através da assumption do dualismo se delimita uma certa forma de tipologia do mercado de trabalho - salientando as descontinuidades do processo de afectação de trabalho -, através das teorias do desequilíbrio torna-se possível construir uma outra tipologia do mercado em questão. Esta tipologia não prevendo à priori descontinuidade no seio do mercado, "delimita configurações que estabelecem complementariedades entre situações deste mercado e situações do mercado de bens"⁵⁷.

A tipologia em questão opõe "duas categorias de desemprego" a "duas fontes de desemprego". Assim:

⁵⁶ Conforme diagrama 1.3. na pg. 31 do trabalho presente.

⁵⁷ Gazier, B., (1992)

Esquema 1.5
Tipos de equilíbrio a preços fixos

| | | Mercado de Bens | |
|---------------------|----------------------------------------------------|------------------------------|----------------------------|
| | | Excesso de Oferta | Excesso de Procura |
| Mercado de Trabalho | Excesso de Oferta (excesso de procura de empregos) | Desemprego Keynesiano tipo 1 | Desemprego Clássico tipo 2 |
| | Excesso de Procura (excesso de oferta de empregos) | tipo 4 | Inflação contida tipo 3 |

Fonte: Freyssinet, J., (1991), pg. 75, expondo a tipologia de Malivaud, E., "Essais sur la théorie du chômage", Calmann-Lévy, Paris, (1983).

- uma categoria de desemprego (tipos 1 e 4) provém da insuficiência da procura;
- a outra categoria provém da insuficiência da oferta (tipos 2 e 3).

Se num primeiro olhar estas duas categorias de desemprego se apresentam mutuamente exclusivas, uma observação mais atenta permite verificar que nos diferentes sectores da economia e mesmo, no interior de cada um deles, podemos assistir a situações de coexistência de desemprego de tipo clássico e desemprego de tipo keynesiano, ou ainda a situações intermédias que passam do desemprego "clássico" ao desemprego "keynesiano" e vice-versa.

O que atrás expusémos fica mais clarificado se explicarmos as situações decorrentes da tipologia de Malivaud (ver quadro)⁵⁸.

A tipologia apresentada repousa na rejeição de uma das hipóteses básicas do modelo tradicional, segundo a qual ao longo de cada período o equilíbrio entre a oferta e a procura se realiza sobre dois mercados - mercado de bens e mercado de trabalho - através do ajustamento pelos preços. Por consequência, apenas se concebe desemprego de tipo voluntário e desemprego de tipo transitório.

A teoria do equilíbrio a preços fixos ao defender a rigidez dos preços no curto prazo - os preços não se adaptam suficientemente rápido para assegurar o equilíbrio

⁵⁸ Vd.esquema 1.5. -Tipos de equilíbrio a preços fixos -, nesta página.

sobre cada mercado - atribui um papel menor à importância reguladora do salário. As razões apontadas prendem-se com:

- "- Os salários oferecidos poderão não ser suficientemente competitivos para captar a mão-de-obra pretendida;
- (...) pretendendo-se o acesso à mão-de-obra com características e qualificações muito diferenciadas não interessará condicionar o recrutamento a uma escala variável de salários, mas antes a um sistema de salário fixo que, combinado com o ajustamento pelas quantidades permita contribuir para a filtragem das qualificações não directamente interessantes;
- a existência de uma escala variável de salários poderia acarretar o inconveniente de fazer atrair mão-de-obra com ambições a que a empresa não se propõe corresponder normalmente e de que seriam exemplos a garantia da estabilidade e de remuneração adequada à constituição dinâmica da qualificação"⁵⁹.

O equilíbrio não se dá então exclusivamente por ajustamento de preços, mas cada vez mais por ajustamento de quantidades: - "se a oferta é maior do que a procura, certas ofertas não encontrarão quem as compre e reciprocamente, se a procura é excedentária, certas procuras não serão satisfeitas"⁶⁰.

O desemprego é visto como involuntário, na medida em que para uma dada taxa de salário, a quantidade de trabalho oferecida pode ser superior à procura de trabalho por parte dos empregadores: - a rigidez da taxa de salário interdita um ajustamento imediato.

Por conseguinte, num determinado período os afastamentos face ao equilíbrio tanto se podem verificar no mercado de trabalho quanto no mercado de bens, no mesmo sentido ou em sentidos opostos. Por combinação, configuram-se quatro situações possíveis, cuja interpretação está na base da teoria do desequilíbrio.

Situação 1):

- O desemprego keynesiano resulta da conjugação de ofertas excedentárias sobre os dois mercados. A insuficiência da procura efectiva conduz a que através de um ciclo vicioso depressivo se instaure o sub-emprego. Os

⁵⁹ Chagas Lopes, M., (1989), pg. 66.

⁶⁰ Freyssinet, J., (1991), pg. 74.

empresários não produzem o que gostariam e poderiam porque não encontram receptividade por parte do poder de compra. Os trabalhadores, não encontrando emprego e não antevendo possibilidades de se empregar no curto prazo, reduzem o consumo. A solução será uma política de "sustentação" da procura por parte do Estado.

Situação 2):

- O desemprego clássico nasce da existência de excedentes em sentidos opostos nos dois mercados. Assim, como na situação anterior, os recursos de mão-de-obra disponíveis são superiores ao nível de emprego. No entanto, no mercado de bens a situação é inversa, as empresas oferecem quantidades inferiores à procura. Tal deve-se quer à insuficiência dos equipamentos quer ao facto de um nível de produção mais elevado não ser julgado rentável pelas empresas. "É portanto a insuficiência da rendibilidade que engendra o desemprego clássico"⁶¹. Uma política de "sustentação" da procura, defendida pelos keynesianos, é aqui mal vista na medida em que potencializa o acréscimo dos desequilíbrios, isto é, o excesso da procura sobre o mercado de bens.

Situação 3):

- É a situação simétrica do desemprego keynesiano. A oferta das empresas é inferior à procura mas a existência de escassez de mão-de-obra não possibilita aumentos no nível de produção. Esta situação é compatível com fases de crescimento rápido e é geradora de inflação (só a rigidez dos preços no curto prazo retarda o processo inflacionista).

Situação 4):

- Não é aqui considerada devido à sua irreabilidade.

Estas diferentes situações são possíveis no âmbito das teorias dos preços fixos, na medida em que elas não consideram o equilíbrio apenas em termos de ajustamento da oferta e da procura de qualificações mas também entram em linha de conta com as regulações relativas aos prazos de contratação, ao número de horas de trabalho, aos despedimentos e recrutamentos conjunturais. Paralelamente, também conduzem à assumpção da existência de modos-de-gestão diferenciados de qualificação, quer inter ou intra unidades produtivas e sectores/regiões.

⁶¹ Freyssinet, J., (1991), pg. 74.

A importância dos pressupostos das teorias dos preços fixos para o trabalho em presença é de relevo, se atendermos a que potencializam o reforço das explicações adiantadas pelas abordagens da segmentação: - é possível o aparecimento de situações de segmentação, quer no interior das unidades produtivas, quer nos sectores, quer nas regiões, quer no país. Paralelamente, é possível a coexistência de um desemprego de "tipo keynesiano" num sector e um desemprego de "tipo clássico" noutra sector, como já referimos. É possível, do mesmo modo, a coexistência de um desemprego de tipo keynesiano numa região com um desemprego clássico noutra.

Vejamos então a que conclusões nos conduz a caracterização do desemprego regional em Portugal.

CAPÍTULO 2

2. METODOLOGIA DE ABORDAGEM

O OBJECTO E OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO/ OPÇÕES METODOLÓGICAS (ETAPAS DA PESQUISA)

"O facto científico é conquistado, construído e verificado"

Gaston Bachelard⁶²

O objecto do presente trabalho consiste no estudo do desemprego, por regiões, durante o período compreendido entre 1986 e 1992. O estudo pretende, antes de mais, averiguar se as políticas de emprego existentes, activas e passivas, contribuem para minorar os níveis de desemprego nas diferentes regiões.

Com o intuito de atingirmos os propósitos traçados, preocupámo-nos, ao longo das páginas anteriores, em nos munirmos de referências teóricas que "sustentassem" e dessem validade científica à nossa investigação. Neste âmbito, procedemos ao estudo de várias teorias explicativas do mercado de trabalho, confrontando os dois grandes paradigmas da Ciência Económica - neoclássico e keynesiano - e ressaltando algumas das abordagens que estabelecem com eles a ruptura, tais como as escolas da segmentação, da regulação e as abordagens do desequilíbrio.

Nas contribuições das escolas da segmentação, encontrámos grande "ajustabilidade" explicativa à nossa problemática. Por consequência, adoptámo-la como um dos sustentáculos teóricos do nosso estudo, perspectivando à sua luz o desemprego regional.

Atendendo às abordagens da segmentação e às suas principais preocupações, das quatro linhas metodológicas, a seguir mencionadas, privilegiámos as duas primeiras, visto que são as que melhor enquadram o objectivo do presente trabalho:

- i) Identificação das características únicas dos mercados de trabalho geograficamente definidos e delimitação dos correspondentes segmentos;
- ii) Determinação do número de segmentos;
- iii) Caracterização dos processos pelos quais os segmentos se hierarquizam e formam espaços hierarquizados de mobilidade;
- iv) Explicação da forma como os trabalhadores se encontram inscritos nestes segmentos, atendendo aos seus itinerários de actividade e profissionais.

⁶² Quivy, R. e Campenhoud, L.V. (1992), pg. 23.

No âmbito das duas linhas referidas, a delimitação dos segmentos e do seu número tem subjacente a distinção entre dois ou mais compartimentos. No caso da distinção entre dois compartimentos destacamos a versão minimalista⁶³ contraposta à versão compreensiva⁶⁴, onde as variáveis afectas a cada uma delas assumem comportamentos idênticos. A delimitação dos compartimentos faz-se com base em dois aspectos⁶⁵, dos quais apenas distinguimos o tecnológico.

A natureza dos segmentos é apercebida, após caracterização do desemprego à escala regional, e confrontação dos segmentos regionais homogêneos - onde as variáveis afectas ao fenómeno desemprego se comportam de forma semelhante - com os heterogêneos - onde as variáveis têm um comportamento dissonante.

A escala regional é entendida através da desagregação por NUT, ou seja, segundo a nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos a nível II⁶⁶ : Norte, Centro, LVT, Alentejo e Algarve. Esta desagregação por NUT é essencial, atendendo a que, por um lado, o desemprego como realidade económica e social tem o seu maior impacto no espaço reduzido, preenchido por aqueles que nele vivem - "c'est à ce niveau que les tensions sociales engendrées par les déséquilibres sont perçues"⁶⁷, por outro, porque o critério espacial mostra que as médias nacionais "escondem" situações diferentes e evoluções por vezes contraditórias.

*

* *

⁶³ Rodrigues, M^a. J., 1988.

⁶⁴ Rodrigues, M^a. J., 1988.

⁶⁵ Ver pg. 33 do presente trabalho.

⁶⁶ A Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos - NUT -, foi constituída em 89 através do DL n^o46/89 de 15 de Setembro, assentando em 3 níveis de agregação para unidades territoriais: níveis I (país), II (regiões), III (concelhos). Resultou da necessidade de adoptar regras e procedimentos estatísticos comuns, quando se processavam divisões territoriais, no contexto da adesão de Portugal às Comunidades Europeias. De facto, até 89, a estatística regional de natureza económica "pecava" por ser insuficiente e por permitir grandes divergências entre as matrizes de delimitação espacial adoptadas ou utilizadas pelos diferentes sectores administrativos, o que impossibilitava análises integradas sobre os diversos espaços regionais, por manifesta impossibilidade de informação oriunda dos diferentes sectores. Em 89, deu-se um passo em frente, ao atender-se à premência de se processar um planeamento adequado à política regional, nacional e comunitária. Tendo o presente trabalho como período de referência 86/92, engloba os anos 86, 87, 88, e 89, nos quais ainda não estava instituída a nomenclatura em vigor nos anos subsequentes. A compatibilização dos dados operada pelo INE foi possível, com base na correspondência entre freguesia e concelho (ver Quadro 1 do Anexo I). Este quadro de correspondência foi-nos bastante útil quando consultámos o XII Recenseamento Geral da População - Resultados Definitivos, 1981, - apurado pelo INE e quisémos relacionar com o XIII Recenseamento da População em 1991, tendo tido nós próprios que proceder ao agrupamento de distritos por NUT.

⁶⁷ Ledrut, R. , (1966), pg. 123.

A "observação" do fenómeno desemprego (por regiões) assentou na terminologia do Instituto Nacional de Estatística (INE). Instituto que, na linha do B.I.T., considera como desempregado todo aquele que preenche as seguintes condições:

- está sem trabalho,
- está disponível para trabalhar e
- faz diligências para encontrar trabalho⁶⁸.

A última condição deixa bem patente que se está a entender o desemprego no sentido restrito, ou seja, a considerar desempregado apenas aquele que desenvolve uma procura activa de emprego.

Verificámos porém que esta delimitação, ao assentar em critérios de "situação" - estar sem trabalho - de cariz objectivo, e em critérios "comportamentais" - faz diligências para encontrar trabalho - de cariz subjectivo, pressupõe dificuldades de mensuração, em particular da componente subjectiva do fenómeno.

Paralelamente, a compartimentação estatística da população em três categorias - activos ocupados⁶⁹, inactivos⁷⁰ e desempregados⁷¹ - aumenta as dificuldades de

⁶⁸ Desempregados: "Compreende todos os indivíduos, com idade mínima de 14 anos (antes de 92, com idade mínima de 12 anos) que, na semana de referência, se encontravam simultaneamente nas situações seguintes:

- não terem um trabalho remunerado nem qualquer outro,
- estarem disponíveis para trabalhar num trabalho remunerado ou não,
- tenham procurado um trabalho, isto é, tenham feito diligências ao longo dos últimos 30 dias para encontrar um emprego. Consideram-se como diligências: - contacto com um centro de emprego público ou privado; - espera de uma chamada do centro de emprego público; - contacto com os empregadores; - contactos pessoais; - colocação ou resposta a anúncios; - realização de provas ou entrevistas para selecção; - espera de resultados de concurso público; - procura de terrenos, imóveis ou equipamento e - solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria. Estão incluídos, os indivíduos que, embora tendo um emprego, só vão começar a trabalhar em data posterior à do período de referência" in, Inquérito ao Emprego-Metodologia, INE, (1992), pg.16.

Este aspecto também tem a ver com a diferença entre os conceitos "desemprego em sentido lato" e "desemprego em sentido restrito". Este último limita o conceito anterior, na medida em que para além das condições nele especificadas, implica que tenha havido procura efectiva de emprego nas últimas 4 semanas.

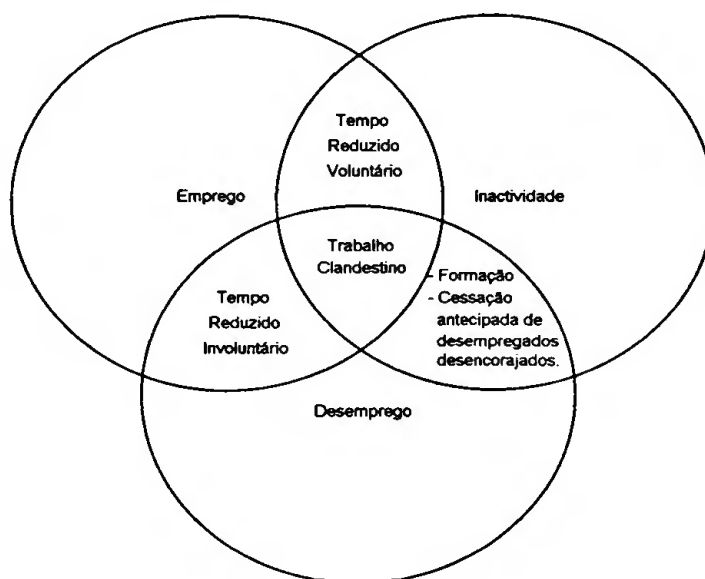
⁶⁹ Compreende todos os indivíduos com idade igual ou superior a 14 anos (antes de 92 com 12 anos) e que satisfazem as condições para serem considerados como pessoas com emprego ou desempregados.

⁷⁰ "Compreende todos os indivíduos, independentemente da sua idade, que não são considerados economicamente activos ou seja:

- os que não tinham emprego nem estavam no desemprego durante o período de referência uma vez que:
 - i) eram estudantes;

medição, visto que emprego, desemprego e inatividade estão ligados entre si por uma rede de interdependências difícil de destrinçar. De facto, existem muitas categorias intermédias de população, em situações próximas do desemprego que não são contabilizadas como tal e de que, são exemplo: - a inatividade como forma de desemprego disfarçado; - o desemprego temporário involuntário; - os trabalhadores "desencorajados", os "falsos desempregados", entre outros, como traduz o diagrama seguinte:

Diagrama 2.1.
As fronteiras entre emprego, inatividade e desemprego



Fonte: Freyssinet, J. (1991), pg. 19.

A dificuldade de mensuração a que nos referíamos provém também da natureza selectiva do desemprego - selectiva por sexos, idades, tempo de procura, sectores de actividade, profissões/qualificações -, a qual constitui por si só uma das fontes de segmentação.

Neste contexto, procedemos à delimitação das fontes estatísticas importantes para o nosso estudo, com a intenção de analisar o desemprego enquanto fenómeno selectivo e portanto segmentado.

- ii) se dedicavam a tarefas domésticas;
- iii) estavam reformados ou eram idosos;
- iv) outras razões tais como a doença, invalidez, etc."

⁷¹ Vd. nota 68.

Uma das fontes em que nos baseámos foi o Inquérito ao Emprego, do Instituto Nacional de Estatística (INE). O método de avaliação do desemprego, aqui utilizado, consiste na elaboração de questionários que, depois de devidamente tratados, fornecem dados acerca das variáveis importantes para a análise do mercado de trabalho português. Estes questionários abrangem toda a população residente no país há 3 meses ou mais, ou que, sendo residente há menos de 3 meses, não ocupa outro alojamento no estrangeiro de forma permanente. Os questionários referidos têm a característica de ser contínuos com uma periodicidade trimestral⁷² e dirigidos às famílias por unidades de alojamento.

No período em estudo, 86/92, o Inquérito ao Emprego, devido à necessidade de acompanhar as novas realidades sociais do mercado de trabalho, foi sujeito a algumas alterações a nível metodológico e conceptual, para se proceder a uma harmonização, tanto no plano comunitário como no do próprio INE, o que culminou na emergência de uma nova série, em 1992. O início desta nova série, ao apoiar-se num novo questionário, conduz à necessidade de interpretar os dados com precaução, uma vez que determinadas alterações nos valores podem não ser reais, mas antes resultarem de se estar face a diferentes amostras.

De facto, a nova série do inquérito tem nova amostra⁷³, com uma dimensão superior à da antiga série, calculada de forma a tornar representativos os resultados trimestrais à escala regional.

Paralelamente, o conceito de população em idade activa também se alterou: - a idade mínima para o indivíduo ser considerado activo passou dos 12 para os 14 anos de idade, em 1992. Tal alteração, apesar de não muito expressiva, também deve ser tomada em atenção, quando se estão a ler dados ou a fazer comparações anuais.

Salientamos ainda que, a quebra de série em 92 comporta dificuldades de comparação nos níveis de emprego e desemprego, uma vez que o Inquérito Trimestral ao Emprego (92) tem implícitos valores e estimativas para a população residente

⁷² "O período de recolha tem início na 2ª semana completa dos meses de Janeiro, Abril, Julho e Outubro e decorre durante 6 semanas. A recolha de informação tem como período de referência a semana anterior à da entrevista, a qual é móvel pelo facto da recolha se realizar durante várias semanas" in Inquérito ao Emprego - Metodologia -, INE, 1992, pg. 18.

⁷³ "A amostra do inquérito é uma subamostra da Amostra-Mãe e, embora seja dirigida a agregados familiares, considera como unidade de amostragem a unidade de alojamento. A Amostra-Mãe é uma amostra probabilística areolar multietápica criada pelo INE a partir dos Censos de 91, para servir de base de amostragem aos inquéritos a realizar junto das famílias. Além dos resultados dos Censos 91 será tomada em conta a Base Geográfica de Referência Espacial que dividiu a área de cada Freguesia em secções e subsecções Estatísticas rigorosamente delimitadas e apoiadas cartograficamente" in Inquérito ao Emprego-Metodologia -, INE (1992), pg. 18.



baseados no Recenseamento Geral da População de 1991 apresentando assim uma quebra de série, face ao anterior Inquérito ao Emprego, assente no Censo da população de 1981. A compatibilização efectuada baseia-se na resposta dos inquiridos, no Inquérito ao Emprego, relativamente à sua situação um ano antes. Estas alterações metodológicas podem ter conduzido ao cálculo de taxas de desemprego mais baixas do que seria suposto.

*

* *

Sendo o presente trabalho um estudo regionalizado, a não existência de informação publicada por NUT, conduziu-nos à necessidade de requerê-la ao INE, o que se traduziu num processo mais moroso do que seria desejável.

A informação requerida foi a seguinte:

- taxa de desemprego, sentido restrito, (1º emprego e novo emprego);
- taxa de desemprego, sentido restrito, (novo emprego);
- taxa de desemprego, sentido restrito, (1º emprego);
- taxa de desemprego, por sexos;
- população desempregada por grupo etário, segundo a duração da procura de emprego;
- taxa de desemprego por sectores de actividade;
- taxa de desemprego por profissões.

Para todos estes indicadores foi solicitado o apuramento à escala regional.

Para cada uma destas variáveis delimitámos várias modalidades:

- Sexo:
 - Feminino,
 - Masculino,
- Escalões Etários - 5 modalidades:
 - " 0-19",
 - " 20-24",
 - " 25-34",
 - " 35-44",
 - " 45 e +",

- Tempos de procura - 5 modalidades: ou - 2 modalidades:
- "0-3 meses",
 - "4-6 meses",
 - "7-12 meses",
 - "+ 1 ano",
 - "+ 2 anos",
 - "0-12 meses",
 - "+ 1 ano".

- Sectores⁷⁴:
- Primário,
 - Secundário,
 - Terciário,

- Profissões:

- | Grupo A | Grupo B |
|--------------------------------------|-------------------------------------------|
| - Profissões científicas e liberais, | - Membros de Corpos Legislativos, |
| - Directores, | Quadros Dirigentes, |
| - Pessoal Administrativo, | - Intelectuais e científicas, |
| - Pessoal Comércio, | - Técnicas intermédias, |
| - Pessoal Serviços, | - Empregos Administrativos, |
| - Agricultores, e | - Pessoal dos Serviços de Protecção, |
| - Trabalhadores da produção. | Segurança , Serviços Pessoais e |
| | Domésticos, |
| | - Trabalhadores da Agricultura e Pesca, |
| | - Trabalhadores da Produção Industrial e |
| | Artesãos, |
| | - Operadores de Instalações Industriais e |
| | Máquinas Fixas, |
| | - Trabalhadores n/qualificados da |
| | Agricultura, Indústria, Comércio e |
| | Serviços. |

ou seja, os grandes grupos da Classificação Nacional de Profissões (CNP) presentes no Inquérito ao Emprego do INE, apreendidos em dois grandes momentos: - até 1991 (Grupo de profissões A) e de 1992 em diante (Grupo de profissões B).

*
* *

Após a descrição e preparação da informação estatística relativa ao fenómeno em estudo, desagregada por regiões/NUT, procedemos à caracterização do desemprego regional em Portugal.

⁷⁴ Dadas as dificuldades de obtenção de informação por regiões não foi possível proceder a uma análise mais desagregada sectorialmente.

Finda a caracterização do desemprego nas cinco regiões continentais, preocupámo-nos em detectar algumas das variáveis mais explicativas do fenómeno em causa. Uma dessas variáveis é indubitavelmente o salário, como nos foi apontado por teorias previamente estudadas, das quais ressaltamos a neoclássica.

A variável salário, enquanto variável de ajustamento entre a Oferta e a Procura no mercado de trabalho, foi então, alvo de uma análise detalhada.

No entanto, uma vez mais, verificámos não existir informação publicada relativa às "Remunerações Médias Mensais (base) dos trabalhadores por conta de outrem (TPCO), por classificação das actividades económicas (CAE) e por NUT II". Os "Quadros de Pessoal - Remunerações" - só fornecem o "Ganho Médio Mensal de Actividades, segundo as NUT II".

Assim, tivemos de encomendar um apuramento específico ao Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e Segurança Social (DEMESS), relativo à informação não publicada dos "Relatórios e Análises Estatísticas - Quadros de Pessoal", para os anos em estudo - 86/92:

- Remuneração Média Mensal (base) dos TPCO, por CAE e NUT (Núcleos de Unidades Territoriais, H/M),
- Número de TCO por CAE e NUT (relativo ao cálculo das Remunerações Médias Mensais).

Os dados foram-nos facultados, excepto os relativos ao ano de 1990, na medida em que o DEMESS, não os considera fiáveis, devido a problemas existentes na recolha da amostra naquele ano. Deste modo, para termos dados para 1990, calculámo-los por interpolação entre os valores de 1989 e 1991, tendo a consciência do enviesamento em que incorremos.

Paralelamente, visto que os dados do INE relativos ao desemprego, por sectores de actividade, estão agregados em primário, secundário e terciário, e os dados do Departamento de Estatística (DE), relativos às remunerações, nos foram dados por ramos de actividade, tivemos que proceder à agregação dos ramos por sectores, considerando o número de trabalhadores por conta de outrem (TCO) em cada ramo, como factor de ponderação.

Após a esforço de compatibilização entre a informação referente a diferentes fontes estatísticas passámos ao ensaio interpretativo. Para tal, procedemos à estimação de regressões, através do Método dos Mínimos Quadrados, entre a variável independente - Remunerações Médias Mensais - relativa ao ano em causa e desfasada, e a variável dependente - Taxa de desemprego-, no intuito de averiguarmos em que medida a primeira explica a segunda, utilizando o *package* estatístico TSP.

Depois da caracterização e tentativa de explicação do comportamento regional do desemprego, uma das nossas preocupações consistiu em aferir da adequação das políticas passivas e activas em vigor, na luta contra este flagelo social. Assim, tentámos averiguar se as políticas desenvolvidas para minorar o desemprego, nos segmentos que se foram evidenciando, vão de encontro às necessidades ou não. De facto, o que nos importou compreender foi em que medida as várias situações regionais diferem umas das outras, e quais as principais políticas passivas e activas que devem ser accionadas, tendo em conta a estrutura etária e o poder de atracção/repulsão de fluxos demográficos de cada uma delas. A este respeito, salientamos uma vez mais que estas preocupações são pertinentes no contexto do Mercado Único, numa Europa de regiões. No todo do Continente, a possível identificação de segmentos regionais conduz à necessidade de delimitar políticas que antevejam as especificidades do segmento em causa. A ajuda dos fundos estruturais, na concretização das ditas políticas, deverá então ser feita atendendo também às segmentações que se forem detectando.

No âmbito das políticas passivas visámos averiguar a dinâmica e capacidade da Segurança Social, em termos de cobertura do desemprego, nas diferentes regiões. Ou seja, procurámos verificar se os desempregados se encontram "cobertos" por subsídios de desemprego - subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego -, ou se pelo contrário não reúnem os critérios de acesso; procurámos verificar também quais os grupos de trabalhadores elegíveis pela Segurança Social e quais os que permanecem mais à margem do sistema.

Recorremos por isso às seguintes variáveis:

- receber subsídio,
- não receber subsídio,

e assentámos o estudo no indicador:

- População desempregada por grupo etário, segundo o critério de "Inscrição (ou não) num centro de emprego", que subdividimos em duas e quatro modalidades:

Duas modalidades:

- recebe subsídio (CS),
- não recebe subsídio (NS).

Quatro modalidades:

- Sim, recebe subsídio de desemprego (SSD),
- Sim, recebe outro tipo de subsídio (SOTS),
- Sim, está inscrito sem qualquer subsídio (SSQS),
- Não está inscrito (NEI).

Também esta informação teve que ser obtida através de uma solicitação específica ao INE, porque não se encontra publicada por NUT II. Porém, como faz parte do Inquérito ao Emprego, também ela está sujeita a uma quebra de série, a qual levou a considerar, a partir de 92, apenas duas modalidades:

- "Sim, está inscrito",
- "Não está inscrito",

por uma questão de prudência analítica.

De facto, em 92 não nos foi possível discriminar o número de desempregados por quatro modalidades - SSD, SOTS, SSQS, NEI - como até 91, mas apenas por duas - CS e NS -, devido à mudança de série ocorrida. Assim, não pudemos estudar o período 86/92, sob pena de distorcer os dados e incorrer em erros metodológicos. Por conseguinte, optámos por fazer as regressões em que baseámos a análise $(TXD_{(1)} = \alpha + \alpha' CS_{(2)} + \alpha'' NS_{(3)})^{75}$ para o período compreendido entre 86 e 91.

Finalmente, propusemo-nos indagar em que medida as políticas activas conseguem colmatar algumas das limitações das políticas passivas e, para tal, recorremos a informação estatística divulgada pelo DEMESS.

A informação divulgada pelo DEMESS, e por nós recolhida, centrou-se nos seguintes Inquéritos elaborados no âmbito dos Programas cofinanciados pelo FSE:

- Inquérito ao Impacto das Acções de Formação Profissional nas Empresas, Pesca, Electricidade, Gás e Água, Construção e Obras Públicas, Comércio,

⁷⁵ (1) TXD = taxa de desemprego.
 (2) CS = "Recebe subsídio".
 (3) NS = "Não recebe subsídio".

Restaurantes e Hotéis, Transportes e Comunicações, Bancos, Seguros, Operações s/Imóveis e Serviços Prestados às Empresas⁷⁶, e

- Inquérito ao Impacto das Acções de Formação Profissional nas Empresas das Indústrias Transformadoras⁷⁷.

Estes inquéritos foram endereçados às empresas em 91 onde foram ministrados cursos de formação entre 86 e 90, com aquele tipo de cofinanciamento, independentemente da NUT II de inserção e da proporção de formandos existente em cada uma delas. A informação é relativa ao todo do continente, visto os critérios que estão na base do apuramento de dados não serem regionalmente representativos.

Poderia ser interessante averiguar, em futuros trabalhos, se os indivíduos desempregados, a quem foi ministrada formação e arranjam emprego, permaneceram muito ou pouco tempo empregados. E se os que não arranjam emprego, logo após os cursos de formação, acederam a ele no curto ou no longo prazos. Porém, não existem estatísticas que contemplem esta informação: - é difícil acompanhar longitudinalmente o indivíduo, devido a múltiplos aspectos, entre os quais destacamos possíveis mudanças de residência, de emprego, ou de situação perante a actividade.

No âmbito do capítulo referente à avaliação das políticas activas, entre as quais salientámos a formação profissional, recorremos também, frequentes vezes, a informação divulgada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Este Instituto toma em consideração apenas os desempregados que vão ao centro de emprego registar a sua situação, o que acarreta alguns inconvenientes:

- um deles está associado ao número de "falsos desempregados" que se inscrevem no centro de emprego - não procuram verdadeiramente um emprego, mas apenas aceder aos subsídios -, acarretando uma sobreavaliação na determinação do desemprego;
- outro, está ligado ao facto de muitos desempregados, não preenchendo todas as condições que lhe permitam receber indemnizações, não verem interesse em se inscrever no centro de emprego, o que vai conduzir a uma sub estimacção do desemprego.

Ora, visto que é nossa intenção estudar a população desempregada, independentemente de ela estar ou não inscrita num centro de emprego, baseámo-nos

⁷⁶ Elaborado no âmbito dos Programas Operacionais, cofinanciados pelo Fundo Social Europeu. Entidade Gestora: IEFP. Entidade Executora: DEMESS

⁷⁷ Vd. nota anterior.

nas estatísticas do INE, aquando da caracterização do desemprego por regiões em associação aos salários. Sabemos, porém, que as estatísticas em questão, subestimam o número de desempregados, na medida em que, no quadro do inquérito que lhes está subjacente, qualquer pessoa que tenha trabalhado apenas uma hora no período de referência, é considerado como empregado. Observámos, em simultâneo, que os números recolhidos no quadro do inquérito, conformes às normas do INE, são sempre inferiores aos obtidos a partir do número de desempregados inscritos num centro de emprego, pelas razões atrás mencionadas.

Daqui concluimos que, tanto a avaliação do INE, como a do IEF, embora representativas do fenómeno, constituem avaliações enviesadas.

No entanto, no plano da informação relativa à formação, o IEF é o organismo mais vocacionado para a prestar. Daí que tenhamos recorrido às seguintes publicações do IEF:

- Estatísticas de Formação de 86 a 92;
- Informação Previsional - Saídas da Formação Profissional⁷⁸;
- Relatórios de Actividades de 89, 90, 91 e 92.

Cabe referir que, a informação publicada, na sua grande maioria, não está discriminada por regiões acarretando dificuldades de análise⁷⁹.

No entanto, os dados disponibilizados pelo IEF permitiram-nos ensaiar as regressões do tipo $TXD_{\text{por NUT}} = \alpha + \alpha' N^{\circ} \text{ Formandos Aprovados}$, com o intuito de aferir acerca do impacto da formação nas várias regiões⁸⁰. Paralelamente,

⁷⁸ Esta publicação existe a partir de 4/92. No trabalho, considerámo-la relativa ao período compreendido entre 4/92 e 2/94. A informação em referência, informa a "data" a que se reporta a acção de formação, a respectiva "duração", a "designação da acção", o "centro de treinamento/Formação de professores" (CT/FP), o "concelho" e o "número de formandos". Apesar de não cobrir o nosso período de estudo - 86/92-, ela refere-se ao período imediatamente posterior - aquele em que faz sentido avaliar as medidas correctivas - e é a única que nos dá, pelo menos, uma indicação das tendências por concelhos. Por consequência, como a informação vem descriminada por concelhos e não por NUT, tivemos que proceder à agregação dos concelhos em NUT, através da efectivação das correspondências devidas, acarretando um trabalho moroso mas compensador, na medida em que deixou transparecer as grandes linhas de formação em termos de acções (Anexo I).

⁷⁹ Dificuldades ainda mais significativas, se tivermos presente que a requisitámos expressamente ao IEF, aguardámos cinco meses pela informação requerida e, só após vários telefonemas, o Instituto em questão acabou por a facultar parcialmente. Consequentemente, não nos foi possível quer "cobrir" com dados todos os anos do nosso período de referência, quer averiguar com maior profundidade o impacto de determinadas medidas por regiões.

⁸⁰ As regressões foram calculadas através do Método dos Mínimos Quadrados recorrendo ao auxílio do Programa TSP Internacional, tal como nas análises anteriores.

averiguámos a importância das políticas de formação nos Grandes Grupos de Profissões, visto que não havia outro modo de relacionar a formação com as actividades produtivas⁸¹.

Por fim, recorremos à informação disponibilizada pelo IEFP relativa aos Programas Operacionais por regiões⁸².

No contexto da avaliação das políticas passivas e activas, não poderíamos terminar o capítulo presente, sem referir que tanto umas quanto outras, não revelaram combater de forma contínua e homogénea o desemprego nos diferentes sectores de actividade, nas cinco regiões em estudo. Deste modo, estabeleceram-se segmentos distintos, que convém ter em atenção e não confundir.

⁸¹ Para extrairmos alguma conclusão foi necessário proceder à compatibilização da informação. O primeiro passo dado, correspondeu à agregação das acções de formação nos diferentes concelhos (NUT III) em acções distribuídas por apenas 5 regiões (NUT II). Após este procedimento, estabelecemos a correspondência entre a "designação da acção" e um determinado "Grande Grupo Profissional" com o intuito de podermos retirar ilações sobre as apostas de formação em termos de profissões, uma vez que não temos possibilidade de relacioná-las directamente com as actividades produtivas.

⁸² Foram facultados os elementos disponíveis, referentes ao período 90/93, respeitantes às "Aprovações" e "Despesas do FSE" regionalizadas por Programa Operacional. Os indicadores apresentados referentes a "Aprovações" e "Despesas FSE" são grandezas não comparáveis: - enquanto que as primeiras dizem respeito a candidaturas de cursos referentes a acções anuais e plurianuais num todo, as "Despesas FSE" respeitam apenas ao ano. Acresce referir que os saldos dos Programas Operacionais referentes ao QCA I não estão ainda encerrados, por consequência os dados estatísticos são ainda de carácter provisório. Também esta informação foi objecto de solicitação específica ao IEFP.

PARTE II
CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE

CAPÍTULO 3

3. CARACTERIZAÇÃO DO DESEMPREGO REGIONAL EM PORTUGAL CONTINENTAL

3.1. Considerações gerais sobre o desemprego/sua selectividade

Numa sociedade em que o trabalho é objecto de troca mercantil - o trabalhador vende a sua força de trabalho a um empregador a troco de uma remuneração -, o facto do trabalhador não encontrar comprador para a sua força de trabalho, única ou "quase" única fonte de rendimento, condu-lo à "situação de desemprego", geradora de danos, tanto no plano individual como no plano social. "É a emergência do salariato como força única e irreversível da utilização da força de trabalho que determina o aparecimento do desemprego enquanto posição social reconhecida"⁸³.

No plano individual destacamos a posição de inferioridade para a qual o indivíduo é remetido, decorrente da diminuição do seu nível de rendimentos e da potencial perda de estatuto no seio da organização social. No entanto, as dificuldades de ordem pecuniária⁸⁴ e as derivadas do traumatismo do desemprego⁸⁵, não são vivenciadas do mesmo modo por todos os desempregados, que se podem encontrar em situações muito diferentes materialmente e psicologicamente falando. Estas diferentes situações estão ligadas à personalidade única de cada indivíduo e à própria heterogeneidade do fenómeno em estudo.

No plano social, o desemprego constitui antes de mais um custo. Um custo social directo, na medida em que a sociedade tenta assegurar àqueles que não se encontram a trabalhar e estão privados do seu sustento, uma indemnização que possa suprir em princípio as necessidades básicas. Um custo social indirecto, visto que estando cada trabalhador na origem de um excedente, a existência de desempregados, tem por consequência uma diminuição do ganho global, traduzida em termos de produção não realizada e subsidiariamente de contribuições fiscais e sociais não recebidas.

Os conflitos e tensões que se vão criando no seio da sociedade, decorrentes da situação de desemprego vivenciada por muitos, podem atingir proporções inquietantes,

⁸³ Freyssinet, J., pg. 9.

⁸⁴ Que em rigor devem ser estudadas ao nível do agregado familiar e não apenas ao nível do indivíduo. Na medida em que este vive uma situação diferente, consoante se encontra no seio de uma família composta por elementos activos ou por elementos inactivos ou desempregados.

⁸⁵ Patologias ligadas à angústia e depressão assim como desincentivo na procura de emprego ou desencorajamento.

dependendo não só do volume da população desempregada, mas também da inoperância de muitos esquemas de segurança social em prática no país, em suprir as necessidades básicas dos indivíduos atingidos pela situação. Daí que não seja de estranhar ver situações de desemprego associadas a situações de pobreza e criminalidade, entre (muitas) outras.

Enquanto salientávamos alguns dos malefícios ligados ao desemprego, sentidos quer na esfera do indivíduo quer na esfera social, apercebemo-nos da heterogeneidade de situações que podem ser encontradas no interior dos diferentes grupos populacionais atingidos pelo flagelo, em função das respectivas características. Características que, por sua vez, influem na maior ou menor propensão de um determinado sub-grupo populacional "entrar" ou não no desemprego e, uma vez tendo "entrado", quais as probabilidades de aí permanecer pouco ou muito tempo.

Todos nós sabemos empiricamente que as mulheres, enquanto grupo social, que os escalões etários mais jovens e mais idosos e que os trabalhadores menos qualificados, tendem a ser mais atingidos pelo desemprego dependendo do sector de actividade e da região em que se inserem.

Tais constatações, levam-nos a delimitar as desigualdades face ao desemprego em função de:

- sexo⁸⁶,
- idade (grupo etário),
- categorias profissionais,
- disparidades espaciais,
- disparidades sectoriais,
- disparidades segundo o nível de formação.

Levam-nos igualmente ao reconhecimento de que por detrás daquelas diferenças se encontra a selectividade do mercado de trabalho, a qual conduz ao afastamento de determinadas categorias marcadas por *handicaps* profissionais (falta de experiência ou

⁸⁶ Não considerámos sistematicamente o "sexo" como uma das variáveis de selectividade. Não, porque não tenhamos consciência da sua importância, mas porque a sua interferência não decorre especificamente de comportamentos regionais-tipo: as diferentes probabilidades de emprego e (re)emprego para mulheres e homens, relevam de factores que têm a ver com a persistência de formas tradicionais de organização do trabalho e de valores sociais dominantes que se manifestam no todo nacional. Uma análise das disparidades regionais quanto ao desemprego por sexos, requeriria um conjunto de indicadores adicionais que não cuidámos de pesquisar, dado o facto de este tema estar fora do nosso propósito central.

qualificação), não compatíveis com as exigências dos empregadores em matéria de recrutamento, estabelecidas numa sociedade cada vez mais concorrencial.

Por consequência, procederemos à caracterização do fenómeno de desemprego, assumindo a sua dimensão de selectividade. É por isso que propomos, como "utensílio teórico" de recurso prioritário, a abordagem da segmentação.

3.2. Selectividade do desemprego regional - o caso português

3.2.1. A oferta de emprego

3.2.1.1. A selectividade do desemprego por regiões

Com o intuito de procedermos à caracterização do desemprego, no período em estudo - 86/92 -, nas diferentes regiões plano portuguesas - Norte, Centro, LVT, Alentejo e Algarve -, recorreremos à análise da taxa de desemprego⁸⁷.

A taxa de desemprego evidencia disparidades a nível das regiões deixando implícita a assumpção de que dependendo da região, os indivíduos são em maior ou menor grau afectados pelo desemprego.

Da análise do quadro 1 do Anexo II - "taxa de desemprego em sentido restrito (s.r.), (1º emprego e novo emprego), por NUT II - extraímos:

- As NUT Alentejo e LVT, revelam taxas de desemprego superiores à média nacional, para todos os anos em estudo;
- A NUT Alentejo evidencia-se das restantes, ao assumir taxas de desemprego cujos valores são aproximadamente o dobro dos verificados a nível do Continente (média);
- A NUT LVT, também apresenta para o período em estudo taxas de desemprego com valores significativos, muito embora a discrepância face à média não seja tão notória quanto no Alentejo. Vejamos:

⁸⁷ Há que ter em atenção que dada a não comparabilidade dos resultados do Inquérito ao Emprego até 1991 e do Inquérito Trimestral ao Emprego, válido a partir de 1992, estas variações resultam de cálculos com base nas respostas dos inquiridos relativamente à sua situação um ano antes, como se referiu no Cap. 2 - Metodologia de Abordagem.

Quadro 3.1.

Taxas de desemprego, sentido restrito, (1º emprego e novo emprego)
nas NUT - LVT e Alentejo - e no Continente, 1986/1992

| ANOS NUT | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 |
|-------------|------|------|------|------|------|------|------|
| LVT | 11.2 | 9.9 | 8.4 | 7.2 | 6.4 | 5.0 | 5.0 |
| ALENTEJO | 16.9 | 14.6 | 12.6 | 11.0 | 11.6 | 11.4 | 7.7 |
| CONTIN. | 8.5 | 7.1 | 5.8 | 5.0 | 4.7 | 4.1 | 4.1 |

Fonte: Quadro 1 do Anexo II.

- As NUT Norte, Centro e Algarve, apresentam taxas de desemprego com valores abaixo da média nacional:
- A NUT Norte evidencia taxas de desemprego situadas entre os 7.1% em 86 e os 3.6% em 92,
- A NUT Centro detém taxas que variam entre 5.1% em 86 e 2.7% em 92, e
- A NUT Algarve tem taxas que oscilam entre os 7.2% em 86 e os 3.0% em 92⁸⁸.

Verificamos portanto, no que se refere ao peso relativo da taxa de desemprego nas cinco NUT, que a NUT Alentejo ocupa a posição mais destacada, seguida, a alguma distância, pela NUT LVT. A posição relativa das outras NUT - Norte, Centro e Algarve -, difere consoante o ano a que nos estamos a reportar:

Quadro 3.2.

Hierarquização do peso relativo da taxa de desemprego, sentido restrito,
(1º emprego e novo emprego) por NUT II, - 1986/1992

| ANOS POSIÇÃO | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 |
|-----------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 1ª | ALENT. | ALENT. | ALENT. | ALENT. | ALENT. | ALENT. | ALENT. |
| 2ª | LVT | LVT | LVT | LVT | LVT | LVT | LVT |
| 3ª | ALG. | ALG. | ALG. | NORTE | ALG. | ALG. | NORTE |
| 4ª | NORTE | NORTE | CENTRO | ALG. | NORTE | NORTE | ALG. |
| 5ª | CENTRO | CENTRO | NORTE | CENTRO | CENTRO | CENTRO | CENTRO |

Fonte: Quadro 1 do Anexo II.

Da análise do mesmo quadro - Q1, Anexo II -, detectamos ainda, que a evolução temporal do nível de desemprego nas cinco NUT, apresenta muitas semelhanças: De 86 a 89, a taxa de desemprego declina em todas as NUT. A partir daquele ano esta tendência à descida apenas é inflectida:

⁸⁸ Vd. Quadro 1, Anexo II.

- Nas NUT Alentejo e Algarve, entre 89/90 a taxa sobe (de 90/92 volta a verificar-se uma descida),
- Na NUT Norte de 91/92, a taxa sobe,
- Na NUT Centro de 90/92, a taxa sobe, e
- Na NUT LVT de 91/92 a taxa estagna.

A nível do Continente, a tendência ao decréscimo é sentida de 86 a 91. Só em 92 se verifica uma inflexão, com a estagnação da taxa de variação homóloga.

A taxa de desemprego, em sentido restrito, pode ser "desdobrada" em taxa de desemprego (novo emprego) e taxa de desemprego (1º emprego), consoante nos estejamos a reportar aos desempregados que já tiveram emprego e procuram um novo emprego, ou nos estejamos a referir aos desempregados que nunca trabalharam e procuram um primeiro emprego. Esta distinção da condição do desempregado perante o emprego, é importante, na medida em que evidencia disparidades entre os grupos populacionais, às quais não podemos ficar indiferentes.

Procedendo ao estudo da taxa de desemprego (novo emprego) e da taxa de desemprego (1º emprego) - quadros 2 e 3 do Anexo II - apercebemo-nos de que a taxa de desemprego daqueles que procuram um novo emprego é superior à daqueles que procuram o seu primeiro emprego, em todas as NUT II. Coincide com o que acontece a nível do país.

Deixa-nos igualmente aperceber que as desigualdades inter-regionais se fazem fundamentalmente sentir entre os desempregados que já tiveram emprego, visto que:

- Os valores das taxas de desemprego, s.r, novo emprego, do Alentejo e LVT, quando contrapostos com os valores das restantes NUT, apresentam discrepâncias importantes:
 - Alentejo e LVT com taxas acima da média e as restantes NUT com taxas abaixo da média (Continente);
- Os valores das taxas de desemprego, s.r, 1º emprego, embora também mais acentuados nas NUT Alentejo e LVT, apresentam menores disparidades entre as regiões do que os associados àqueles que procuram novo emprego.

Estas constatações, levam-nos a concluir que o desemprego nas NUT Alentejo e LVT é constituído na sua grande maioria por aqueles que já tiveram emprego.

Neste contexto, justifica-se averiguar em capítulo posterior⁸⁹, a capacidade das "políticas passivas e activas de suporte e combate ao desemprego" considerarem as características específicas deste fenómeno, em cada NUT. No caso das NUT Alentejo e LVT, a preocupação consistirá em verificar se as políticas referidas se direccionam fundamentalmente para aqueles que procuram "novo-emprego".

Antes porém, preocupar-nos-emos em aprofundar a caracterização da estrutura demográfica das populações, com o intento de averiguarmos possíveis analogias entre ela e a estrutura etária do desemprego, por NUT II. Seguidamente, e prosseguindo uma metodologia de abordagem "clássica", tentaremos detectar os principais factores responsáveis pelo desemprego na óptica da procura, ou seja, através do comportamento dos diferentes sectores e profissões de origem do desemprego⁹⁰.

Remetendo-nos, de novo, para a taxa de desemprego, s. r. (1º emprego e novo emprego), verificamos que as contra-tendências à descida durante o período em referência são na sua grande maioria derivadas de subidas na taxa de desemprego (novo emprego):

- Nas NUT Alentejo e Algarve, entre 89/90, a subida da taxa de desemprego, s.r., (1º emprego e novo emprego), "deve-se" a uma subida no número de desempregados que procuram "novo emprego", visto que o valor da taxa de desemprego dos que procuram "1º emprego" se manteve no Alentejo e baixou mesmo no Algarve.
- Nas NUT Norte e Centro, as subidas patentes na taxa de desemprego (1º emprego e novo emprego) devem-se, consoante os anos, a subidas no desemprego, quer dos que procuram "1º emprego") quer dos que procuram "novo emprego", quer em ambas:
 - Norte - 91/92: subida tanto na taxa de desemprego "novo emprego" como na de "1º emprego".
 - Centro - 90/92: a subida em 90/91 deve-se à taxa de desemprego "1º emprego",
 - a de 91/92 deve-se à taxa de desemprego "novo emprego",
- LVT - 91/92: a estagnação verificada na taxa deve-se ao confronto entre duas tendências opostas. Por um lado, a descida da taxa de desemprego

⁸⁹ Vd. Cap. 5.

⁹⁰ Cap. 3, pontos 3.2.2.1 e 3.2.2.2.

daqueles que procuram "novo emprego"; por outro, a subida no desemprego daqueles que procuram 1º emprego.

Do que foi dito, relativamente à taxa de desemprego dos que procuram novo emprego, concluímos por NUT:

Quadro 3.3.

Matriz sinóptica do comportamento da taxa de desemprego, sentido restrito, (novo emprego), por NUT II, no período 1986/1992

| NUT | ANOS | 86/87 | 87/88 | 88/89 | 89/90 | 90/91 | 91/92 |
|------------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| NORTE | | ↓ | ↓ | ↓ | ↔ | ↔ | ↑ |
| CENTRO | | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ |
| LVT | | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ |
| ALENTEJO | | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↓ | ↓ |
| ALGARVE | | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↑ | ↓ |
| CONTINENTE | | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↔ |

Fonte: Quadro 2 do Anexo III.

A descida da taxa de desemprego dos que procuram "novo emprego" declina de 86 a 91 no Continente. Todas as NUT seguem esta tendência à descida de 86 a 89. A partir desta data, nomeadamente a partir de 89/90, nas NUT Alentejo e Algarve e de 90/91 na NUT Algarve, verificam-se subidas, que são contrárias ao comportamento do todo nacional.

A estagnação da taxa de desemprego de 91/92 no Continente, traduz o "confronto" entre a tendência à descida demonstrada pelas NUT LVT, Alentejo e Algarve, por um lado, e a tendência à subida nas NUT Norte e Centro, por outro.

O comportamento evolutivo das NUT onde as taxas de desemprego se revelaram mais expressivas - Alentejo e LVT - denota uma contínua tendência à baixa, durante o período em estudo. Tendência nunca contrariada em LVT e contrariada apenas de 89/90 (subida) no Alentejo.

Neste contexto, seria interessante averiguar se foram desenvolvidas políticas específicas para a NUT LVT e Alentejo, que tenham conduzido a este declínio (trata-se de uma questão a que regressaremos mais tarde).

No que respeita às taxas de desemprego dos que procuram "1º emprego", quando discriminadas por NUT, apresentam-se-nos dificuldades de comparação, devido ao comportamento distinto das diferentes NUT, nos diferentes anos⁹¹. Deste modo, passaremos a considerar só o "novo emprego" quando procedermos à análise sectorial, já que é esse o mais expressivo nas duas NUT que se evidenciaram - LVT e Alentejo - pelo peso das respectivas taxas de desemprego.

3.2.1.2. A selectividade do desemprego, por idades

A natureza selectiva do desemprego também se manifesta na sobre-representação de algumas categorias da população no seio dos desempregados. A selectividade do desemprego por idades é evidente, se atendermos a que os mais jovens e os mais idosos estão mais vulneráveis a este flagelo e têm muitas vezes dificuldades acrescidas em aceder a empregos estáveis.

São os jovens com menos de 25 anos, os mais afectados pelo desemprego em Portugal Continental⁹². "Em 88, estes jovens constituíam quase 50% do total dos desempregados, sendo a taxa de desemprego para o escalão dos "20-24" de cerca de 13,5%, ou seja, mais do dobro da taxa global"⁹³. Em simultâneo, existem muitos outros jovens à procura do 1º emprego que, estando a frequentar cursos de formação profissional, se encontram numa situação de desemprego potencial. Independentemente da valorização que esses cursos possam trazer para as suas qualificações, eles não garantem, em geral, uma efectiva entrada no mercado de trabalho.

A posição dos jovens é variável segundo as respectivas qualificações e segundo os empregos oferecidos. Sendo a grande maioria dos jovens do nosso país ainda pouco qualificados acederão tanto mais facilmente a um emprego quanto mais precário ele for. Deste modo, acedem mais facilmente a empregos temporários sujeitos a grande vulnerabilidade, onde o custo de adaptação é fraco e onde a diferenciação entre os candidatos é reduzida⁹⁴. Assim, incorrerão potencialmente repetidas vezes no desemprego, até acederem a empregos estáveis. Se muitos dos jovens referidos estão integrados num agregado familiar, com possibilidades de colmatar, de algum modo, os malefícios decorrentes desta situação, há um subconjunto entre eles, altamente vulnerável: é aquele em que baixos rendimentos, baixos níveis de escolaridade e

⁹¹ Vd. Quadro 3, Anexo II.

⁹² Vd. Quadro 4, Anexo II (olhando apenas para o total).

⁹³ Ferreira de Almeida, J. e outros, (1992), pg. 30.

⁹⁴ De que é exemplo a situação na indústria têxtil do Vale do Ave.

escassas qualificações profissionais, coincidem com uma situação familiar modesta, impeditiva de apoios significativos e continuados. Para compreender como este grupo se constitui e pode ganhar expressão, é preciso ter em atenção que, no nosso país, as taxas de abandono escolar e de analfabetismo continuam a ser muito elevadas. Embora se verifiquem medidas no sentido de combater estes *handicaps*, "o insucesso escolar no ensino primário atinge valores superiores a 30% e o analfabetismo ronda os 20%"⁹⁵. A existência de manchas de trabalho infantil em algumas zonas do país - as mesmas em que se verificam as maiores taxas de repetência e abandono - põe em evidência a existência de graves bloqueamentos no processo de escolarização e ilustra bem as fracas possibilidades dos que são centrífugados pelo sistema escolar.

Se nos reportarmos ao ensino secundário, e nomeadamente ao nível de escolaridade do escalão etário dos "14-18 anos", verificamos que "o nosso país apresenta o nível mais baixo de toda a Comunidade, com uma percentagem inferior a 60%"⁹⁶.

Quanto aos jovens a frequentar o ensino superior - escalão etário dos 18-24 anos -, a percentagem é reduzida - 10% - quando comparada com países como Dinamarca, Alemanha, Bélgica, França e mesmo a Espanha, onde a percentagem ronda os 25%"⁹⁷.

Este *déficit* de escolarização é preocupante, se atendermos a que a qualificação tende a ser um vector importante na obtenção de emprego. No entanto, a qualificação na sua génese temporal é entendida de forma ampla - a do trabalhador e a do posto de trabalho -, não abarcando apenas as habilitações escolares mas também a experiência profissional e possíveis cursos de formação profissional que o indivíduo tenha vindo a frequentar.

Estando a qualificação ligada à experiência profissional e esta por sua vez aos processos de trabalho específicos e à evolução temporal dos mesmos, torna-se evidente que, com a modernização económica e tecnológica em curso no país, a tendência será para a obsolescência não só fisiológica mas também tecnológica dos trabalhadores. Por consequência, a redução do ciclo de vida das qualificações irá colocar problemas a nível da reconversão, formação, classificação de tarefas e salários, visto que o que está em causa é toda a dimensão da mutação industrial...

⁹⁵ Ferreira de Almeida, J. e outros, (1992), pg. 78.

⁹⁶ Chagas Lopes, M. ,(1991), pg. 240.

⁹⁷ Idem.

Esta tendência conduzirá por um lado, à elevação das qualificações procuradas pelos empregadores, à medida que os mecanismos de selecção e filtragem aquando do recrutamento se tornarem mais rigorosos, excluindo potencialmente os trabalhadores menos aptos. Neste processo, a negociação, a investigação e a planificação, tornam-se funções primordiais no interior da empresa. A formação também ganha ênfase, não só como política empresarial, mas também como política social nacional de adequação da mão-de-obra às necessidades, promovendo o emprego num sistema produtivo que evolui a um ritmo cada vez mais acelerado.

Por outro lado, conduzirá à intensificação de cursos de formação profissional, cujo objectivo se direcciona, na sua essência, para a promoção da adequação da mão-de-obra às necessidades reais do mundo de trabalho, colmatando assim, algumas limitações do ensino formal.

Daí que seja de toda a premência que a empresa assuma o protagonismo em termos de participação e em termos de montante do financiamento próprio, aquando da promoção dos cursos de formação profissional para potencializar a qualificação útil dos seus trabalhadores.

Toma-se aqui em consideração qualificação útil e qualificação real⁹⁸. O desfasamento entre estes dois tipos de concepção da qualificação relaciona-se intimamente com as práticas múltiplas de flexibilização dos recursos humanos no seio das empresas. Práticas múltiplas entre as quais se distinguem duas grandes vertentes:

- flexibilização dos processos produtivos,
- enfraquecimento do vínculo jurídico da relação contratual.

No âmbito dos comentários que temos vindo a tecer, apercebemo-nos de que a formação profissional canalizada para os jovens traz consigo a vantagem adicional de contribuir para o rejuvenescimento da população habilitada com as novas qualificações e, conseqüentemente, para um ajustamento funcional das mesmas, possibilitando um maior grau de integração educação-produção. Por consequência, caberá perguntar se as políticas de formação profissional direccionadas para os jovens, colmataram

⁹⁸ Gambier, D. e Vernières, M. consideram a existência de 3 momentos fundamentais:

- o da produção,
- utilização,
- reconhecimento da qualificação.

Nem toda a qualificação real possuída e oferecida pelo trabalhador é útil para a empresa, daí que nem toda seja reconhecida e internalizada, in Gambier, D. e Vernières, M., (1982), pg. 167.

algumas das insuficiências desta mão-de-obra. Esta questão constituirá pista para desenvolvimentos subsequentes.

A formação profissional dos grupos etários mais velhos - "35-44", "45 e +" -, também é pertinente, se atendermos a que as exigências acrescidas em matéria de competências, conduziram ao aumento de carreiras descontínuas, feitas de especializações sucessivas e de adaptação por reciclagem.

Apesar dos grupos etários mencionados - "35-44" e "45 e +" serem, em regra, os que menos incorrem no desemprego, quando tal situação acontece têm potencialmente à sua espera longos períodos de desemprego, devido aos problemas de reinserção no mercado de trabalho. Tais problemas podem conduzir a exclusões prolongadas ou definitivas, visto que cada vez mais as qualificações que possuem tendem a ficar desajustadas, face às novas necessidades de trabalho que se vão criando, assim como ao facto de geralmente estarem a receber subsídios mais elevados de desemprego. Trabalhadores mais velhos geralmente estão associados a longas carreiras contributivas e como tal preenchem os requisitos para aceder às indemnizações previstas; paralelamente, também muitas vezes receberam indemnizações dos antigos empregadores, o que lhes dá uma maior possibilidade de não procurarem tão activamente emprego.

O facto de não procurarem tão activamente emprego, poderá ser explicado pelas teorias do "job search", se suposermos que este escalão etário coloca o "salário de reserva" num nível relativamente elevado.

Os empregadores, por seu lado, terão tendência a preterir empregados mais velhos - com dificuldades mais significativas de integração no trabalho e muitas vezes com qualificações desajustadas face às novas exigências do mercado - tanto mais quanto tempo eles tiverem permanecido no desemprego.

Referindo agora a nossa análise às NUT II, verificamos:

Quadro 3.4.

Matriz sinóptica do grupo etário com maior peso relativo no desemprego, sentido restrito, (1º emprego e novo emprego), por NUT II, 1986/1992

| ANOS NUT | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 |
|-------------|----------|---------|-----------------------|---------|----------|---------|----------|
| NORTE | "0-19" | "0-19" | "0-19" | "25-34" | "25-34" | "25-34" | "25-34" |
| CENTRO | "0-19" | "0-19" | "20-24" | "20-24" | "20-24" | "25-34" | "25-34" |
| LVT | "25-34" | "25-34" | "25-34" (="20-24") | "20-24" | "25-34" | "20-24" | "25-34" |
| ALENTEJO | "45 e +" | "0-19" | "25-34" | "25-34" | "45 e +" | "25-34" | "45 e +" |
| ALGARVE | "25-34" | "25-34" | "25-34" | "25-34" | "25-34" | "25-34" | "25-34" |

Fonte: Quadros 4 e 5 do Anexo II

e mais detalhadamente temos:

Quadro 3.5.

Hierarquização dos três grupos etários com maior peso relativo no desemprego, sentido restrito, (1º emprego e novo emprego) em cada NUT II, 1986/1992

| ANOS NUT | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 |
|-------------|--------------|-----------------|----------|----------|----------|----------|----------|
| NORTE | 1º) "0-19" | "0-19" | "0-19" | "25-34" | "25-34" | "25-34" | "25-34" |
| | 2º) "20-24" | "20-24" | "20-24" | "0-19" | "0-19" | "20-24" | "20-24" |
| | 3º) "25-34" | "25-34" | "25-34" | "20-24" | "20-24" | "0-19" | "0-19" |
| CENTRO | 1º) "0-19" | "0-19" | "20-24" | "20-24" | "20-24" | "25-34" | "25-34" |
| | 2º) "20-24" | "20-24"/"25-34" | "0-19" | "25-34" | "0-19" | "20-24" | "20-24" |
| | 3º) "25-34" | "35-44" | "25-34" | "0-19" | "25-34" | "0-19" | "0-19" |
| LVT | 1º) "25-34" | "25-34" | "20-24" | "20-24" | "25-34" | "20-24" | "25-34" |
| | 2º) "20-24" | "20-24" | "25-34" | "25-34" | "20-24" | "25-34" | "20-24" |
| | 3º) "0-19" | "0-19" | "0-19" | "0-19" | "0-19" | "0-19" | "0-19" |
| ALENTEJO | 1º) "45 e +" | "0-19" | "25-34" | "25-34" | "45 e +" | "25-34" | "45 e +" |
| | 2º) "0-19" | "45 e +" | "45 e +" | "45 e +" | "25-34" | "45 e +" | "20-24" |
| | 3º) "25-34" | "20-24" | "20-24" | "0-19" | "35-44" | "0-19" | "25-34" |
| ALGARVE | 1º) "25-34" | "25-34" | "25-34" | "25-34" | "25-34" | "25-34" | "25-34" |
| | 2º) "20-24" | "0-19" | "20-24" | "0-19" | "0-19" | "20-24" | "45 e +" |
| | 3º) "0-19" | "20-24" | "0-19" | "45 e +" | "20-24" | "45 e +" | "20-24" |

Fonte: Quadros 4 e 5 do Anexo II

Dos quadros expostos, extraímos as seguintes conclusões:

- i) Os escalões etários mais jovens são os mais afectados pelo desemprego. Exceptua-se a NUT Alentejo, onde o grupo etário (GE) "45 e +", tem um peso até agora não verificado em nenhuma NUT. Nomeadamente em 86, 90 e 92, chega a ser aquele que maior peso detém no conjunto da região. O GE dos "25-34", também apresenta valores expressivos nas suas taxas de desemprego, nomeadamente em 88, 89 e 91.

Esta especificidade da NUT Alentejo, conjuga-se com o facto de apresentar taxas de desemprego elevadas afectas ao sector primário, o qual não tendo mais capacidade de absorver mão-de-obra, "expele" mesmo os seus "antigos" trabalhadores, provocando elevado peso de desempregados no GE dos "45 e +" anos de idade. O que aqui se conclui, parece conjugar com a importância relativa nesta NUT, dos que procuram "novo emprego" em detrimento dos que procuram o "1º emprego" e com as profissões e sectores de origem do desemprego, como veremos mais adiante;

- ii) O GE "45 e +" é o menos atingido pelo desemprego em todas as regiões. Exceptuam-se, no entanto, as NUT Centro (92), LVT (87, 90, 91, 92), Alentejo (86, 87, 88, 92) e Algarve (87, 88, 89, 90, 91, 92) onde é o GE "35-44" aquele que menor peso detém no desemprego⁹⁹.

- iii) As NUT Norte e Centro são aquelas onde, o grupo etário com maior peso relativo, era inicialmente o dos "0-19". Tal poderia estar relacionado com o facto de, nestas regiões, a competitividade das empresas se ter baseado em fracos custos de mão-de-obra e na precaridade do emprego. No entanto, o grupo em questão foi perdendo peso a favor dos seguintes, nomeadamente o dos "20-24" e o dos "25-34". Sobre estas bases, fará sentido apontar algumas pistas de reflexão:

- iii.1) O GE mais jovem "0-19" terá sido alvo de políticas específicas de promoção de emprego? [Esta questão justifica que analisemos os Programas Operacionais (PO), e nomeadamente o PO1, como faremos no Capítulo 5];

⁹⁹ Vd. quadro 4 e 5, Anexo II.

- iii.2) O número de jovens com idades compreendidas entre os "0-19" a frequentar cursos de formação profissional é significativo? [No Capítulo 5, relativo à análise de Formação Profissional, tentaremos retomar esta questão];
- iii.3) O alongamento da escolaridade obrigatória e a alteração da idade de entrada no mercado de trabalho [de 12 para 14 (1992)] poderão ter contribuído para a diminuição da taxa de desemprego do grupo de idade "0-19"?
- iii.4) A estrutura etária da população nas NUT Norte e Centro é menos envelhecida no que nas restantes regiões? [Justifica-se então, uma breve incursão na análise da estrutura demográfica, o que faremos no ponto 3.2.1.3 do capítulo 3].

As NUT Norte e Centro são também (e por consequência do que foi referido) aquelas onde existe uma maior assimetria entre o peso relativo dos GE mais jovens e o dos GE mais velhos no desemprego.

*

* *

Para averiguar como se processa a evolução da taxa de desemprego s.r., (1º emprego e novo emprego), por GE, construímos o seguinte quadro:

Quadro 3.6.

Matriz sinóptica das variações do número de desempregados, sentido restrito (1º emprego e novo emprego), por grupos etários e por NUT II, 1986/1992

| NUT | ANOS | GE | 86/87 | 87/88 | 88/89 | 89/90 | 90/91 | 91/92 |
|----------|--------|----|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| NORTE | 0-19 | | * ↓ | * ↓ | ↓ | ↑ | ↓ | ↑ |
| | 20-24 | | ↓ | * ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ |
| | 25-34 | | ↓ | * ↓ | ↑ | ↑ | ↓ | ↑ |
| | 35-44 | | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↑ | ↑ |
| | 45 e + | | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↑ | ↓ |
| CENTRO | 0-19 | | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ |
| | 20-24 | | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ |
| | 25-34 | | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↑ |
| | 35-44 | | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↓ |
| | 45 e + | | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | * ↑ |
| LVT | 0-19 | | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | * ↓ |
| | 20-24 | | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ |
| | 25-34 | | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ |
| | 35-44 | | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↓ | ↓ |
| | 45 e + | | ↑ | ↓ | ↓ | ↑ | ↓ | ↓ |
| ALENTEJO | 0-19 | | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | * ↓ |
| | 20-24 | | ↑ | ↓ | ↓ | ↑ | ↓ | ↑ |
| | 25-34 | | ↓ | ↑ | ↓ | ↓ | ↑ | * ↓ |
| | 35-44 | | ↓ | ↑ | ↑ | ↑ | ↓ | * ↓ |
| | 45 e + | | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↓ | * ↓ |
| ALGARVE | 0-19 | | ↑ | ↓ | ↓ | ↑ | ↓ | ↓ |
| | 20-24 | | ↓ | ↑ | * ↓ | ↑ | ↓ | ↓ |
| | 25-34 | | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↑ | ↓ |
| | 35-44 | | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↓ | ↑ |
| | 45 e + | | ↓ | ↑ | ↓ | ↑ | ↓ | ↑ |

Legenda: (*) acentuadamente

Fonte: Quadro 6 do Anexo II

Vejamos quais as principais conclusões que o quadro nos permite:

- De 86 a 89, a taxa de desemprego baixa em todas as NUT, exceptuando-se alguns casos pontuais, que não valorizamos na nossa análise;
- De 89 a 90, verificou-se uma subida nos seguintes GE/NUT:
 - Norte: - "45 e +", "35-44", "25-34" e "0-19";
 - Centro: - Nenhum
 - LVT: - "45 e +" e "35-44";
 - Alentejo: - "45 e +", "35-44" e "20-24";
 - Algarve: - Todos;

- De 90 a 91:

- Norte: - "45 e +" e "35-44";
- Centro: - "45 e +", "34-44" e "25-34";
- LVT: - Nenhum;
- Alentejo: - "25-34";
- Algarve: - "25-34";

- De 91 a 92:

- Norte: - "35-44", "25-34", "20-24", "0-19";
- Centro: - "45 e +", "25-34" e "20-24";
- LVT: - "25-34";
- Alentejo: - "20-24";
- Algarve: - "45 e +", "35-44".

A subida nas taxas de desemprego começa por se verificar nos GE mais velhos e, só mais tarde, se generaliza aos GE mais jovens.

3.2.1.3. A selectividade do desemprego (1º emprego e novo emprego), por idades e por tempo de procura de emprego; estrutura demográfica/fluxos inter-regionais

Existem escalões etários com maior tendência a permanecer no desemprego do que outros. De facto, enquanto os mais "jovens" tendem a permanecer desempregados por períodos de tempo (mais) curtos (mesmo que com reincidências - "desemprego recorrente"), os mais "velhos" tendem a permanecer durante espaços de tempo superiores, podendo incorrer no chamado desemprego de "exclusão". Quanto mais tempo durar a situação de desemprego, mais implicações negativas se farão sentir nos planos individual e social, como já temos referido.

Com o intuito de averiguarmos o tempo de procura de emprego¹⁰⁰ nas diferentes regiões, recorreremos à taxa de desemprego, por grupos etários e por duração do tempo de procura de emprego¹⁰¹ que consideramos uma *proxy* do desemprego. Paralelamente construímos o seguinte quadro:

¹⁰⁰ Ter em atenção a diferença conceptual entre "tempo de desemprego" e "tempo de procura de emprego".

¹⁰¹ Vd. Quadro 4, Anexo II. A taxa de desemprego por tempo de procura de emprego considera os seguintes intervalos de tempo: "0-3 meses", "4-6 meses", "7-12 meses", "+ de 1 ano" e "+ 2 anos". No desemprego de curto prazo ficam englobados os três primeiros intervalos de tempo:

Quadro 3.7.
Tempos de procura de emprego - curto/longo prazos¹⁰² -
por grupo etário e por NUT II - 1986/1992

| NUT/GE | | ANOS | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 |
|---------|----------|------|----|----|----|----|----|----|----|
| NORTE | "0-19" | | | * | | | | | |
| | "20-24" | | | | | | | | |
| | "25-34" | | * | * | * | * | | | |
| | "35-44" | | * | * | | | * | | |
| | "45 e +" | | * | * | * | * | * | * | |
| CENTRO | "0-19" | | * | * | | | | | |
| | "20-24" | | * | | * | | * | | |
| | "25-34" | | * | * | * | | * | | |
| | "35-44" | | * | * | | * | | | |
| | "45 e +" | | * | * | * | | | | |
| LVT | "0-19" | | * | | | | | | |
| | "20-24" | | * | * | | | | | |
| | "25-34" | | * | * | * | | | | |
| | "35-44" | | * | * | * | | | | * |
| | "45 e +" | | * | * | * | * | | | |
| ALENT. | "0-19" | | | | | | | | |
| | "20-24" | | * | | | | | | |
| | "25-34" | | | | | | | | |
| | "35-44" | | | | | | | | |
| | "45 e +" | | | | | | | | |
| ALGARVE | "0-19" | | | * | | | | | |
| | "20-24" | | | | | | | | |
| | "25-34" | | | | | | | | |
| | "35-44" | | | | | | | | |
| | "45 e +" | | | | | | | | |

Legenda: (*) - NUT onde o "tempo de procura de longo prazo" é superior ao "tempo de procura de curto prazo".

Fonte: Quadro 4 do Anexo II.

Da leitura do quadro, verificamos:

- i) No período considerado - período de quase retorno ao pleno emprego -, o desemprego de longo prazo foi perdendo expressividade¹⁰³. O desemprego que mais se verificou foi o de curto prazo. Porém, muitos são aqueles que recaem em permanências longas no desemprego, visto a probabilidade de uma pessoa encontrar emprego não depender apenas da conjuntura

"0-3 meses", "4-6 meses" e "7-12 meses". No desemprego de longo prazo ficam englobados os 2 últimos intervalos de tempo: "+ de 1 ano", "+ 2 anos".

¹⁰² Curto prazo: até 1 ano; longo prazo: 1 ano e mais.

¹⁰³ O desemprego de longo prazo foi perdendo expressão, nomeadamente a partir de 89. Tal tendência "não será alheia ao facto de estarem consagrados na lei; desde 1989, apoios financeiros não reembolsáveis (12 vezes o salário mínimo nacional) e isenção da obrigatoriedade de pagamento das contribuições para a Segurança Social durante um certo período (entre 12 e 36 meses) dirigidos às entidades que empreguem desempregados de longa duração", Relatório do Banco de Portugal, 1992.

económica, mas também das características particulares de cada indivíduo desempregado. Pessoas dinâmicas e competitivas são vistas pelos empregadores como trabalhadores de maior produtividade marginal potencial e por consequência mais facilmente empregáveis; enquanto que pessoas com as características inversas, podem ser associadas a baixas produtividades e ser preteridas no emprego. Os que ficaram no desemprego durante um período vão ter que enfrentar no período seguinte a competição com novas pessoas desempregadas nas mesmas condições e com as mais recentemente "chegadas".

Estas considerações conduzem-nos à assumpção de que a empregabilidade dos desempregados diminui normalmente em função inversa da duração do desemprego. Tal está relacionado com o chamado carácter de "histerese" do desemprego - uma rigidez à baixa do desemprego de longa duração -, uma vez que reiniciado um período de retoma, a estabilização se verifica a um nível superior ao do anterior. As explicações apontadas salientam as avultadas perdas em capital humano ocorridas aquando da estada no desemprego, salientam o próprio efeito-idade e a perda de motivação conducente à diminuição de diligências de procura de emprego. Salientam também a discriminação dos empregadores face a determinados grupos-alvo.

As considerações tecidas conduzem-nos igualmente, à questão da ausência de informação perfeita no mercado, sentida quer por empregadores quer por trabalhadores. Neste âmbito de ideias, fará sentido referir a importância de teorias como as do "salário de eficiência"¹⁰⁴ - abordagem da oferta individual do trabalho em ciclo de vida -, dos "insiders-outsiders"¹⁰⁵ e de "job search"¹⁰⁶, enquanto explicativas das estratégias e comportamentos de reserva adoptados de uma e de outra partes do mercado, tendentes a minimizar os riscos decorrentes da falta de informação no mercado de trabalho¹⁰⁷. O que, mais uma vez, é compatível com o modelo de descrição geral que propusemos - diferentes estratégias dos agentes servem de génese ao aparecimento dos diferentes segmentos no mercado de trabalho. Sob esta ordem de ideias, remetemos para o diagrama 1.1 do capítulo 1 e para as considerações que então tecemos.

- ii) Os grupos etários que mais tempo permanecem no desemprego de longa duração, são os mais velhos. Exceptua-se a NUT Alentejo, onde o GE dos

¹⁰⁴ Vd. Cap. 1 - Enquadramento Teórico, pg. 27.

¹⁰⁵ Idem, pg. 28.

¹⁰⁶ Idem, pgs. 23 e 26.

¹⁰⁷ Idem, pg. 31, Quadro 1.3.

"45 e +" não tem expressividade no desemprego de longa duração. A NUT Algarve também apresenta uma fraca relevância do desemprego de longa duração. Tal situação, nas duas NUT, poderá estar relacionada com a sazonalidade da actividade básica a que se dedicam: Alentejo/Agricultura, Algarve/Turismo.

*
* *

Consideremos agora a estrutura demográfica e os fluxos inter-regionais.

Determinadas diferenças nas características da população desempregada, por NUT, conduzem-nos à suposição de que a estrutura demográfica por regiões e os fluxos demográficos inter-regiões podem, de algum modo, ter contribuído para a situação verificada, nomeadamente para corrigir ou agravar as componentes do desemprego.

Tendo presente os dois Censos da População levados a cabo em 1981 e 1991, verificamos que a população reside fundamentalmente nas NUT LVT e Norte (conjuntamente mais de 50%), seguindo-se a distância significativa, e por ordem decrescente, a população residente no Centro, Alentejo e por fim Algarve¹⁰⁸.

De 81 a 91, a população residente aumentou mais expressivamente na NUT Norte (+ 0.35%) e LVT (+ 0.11%), enquanto declinou o seu peso relativo nas NUT Centro (- 0.27%) e Alentejo (- 0.66%)¹⁰⁹.

No que respeita à estrutura etária da população residente no Continente¹¹⁰, apercebemo-nos de que o peso da população com menos de 25 anos declina, enquanto que a população com idade superior aumenta, nomeadamente a dos grupos etários "35-44" e "45 e + ". Tal facto, aponta inequivocamente para o abrandamento do ritmo de crescimento da população - diminuição da taxa de natalidade e progressivo envelhecimento populacional: a população com mais de 45 anos aumenta "0.52%"¹¹¹ e

¹⁰⁸ Quadros 7 e 8, Anexo II.

¹⁰⁹ Nossos cálculos, segundo a fórmula da taxa crescente média anual da população - $P_t = P_0(1 + \alpha)t$ - com base no Quadro 8, Anexo II $\alpha = \sqrt[t]{\frac{P_t}{P_0}} - 1$

¹¹⁰ Vd. quadro 9, Anexo II

¹¹¹ Idem nota 109, Quadro 9, Anexo II.

a população com menos de 25 anos diminui "-1.4%" -, o que tem repercussões na população em idade activa¹¹².

Para o ano de 91¹¹³, todas as NUT II, exceptuando a NUT Norte, apresentam o GE "45 e +", como o de maior peso relativo no interior da população residente. A expressividade deste escalão etário faz-se sentir com maior incidência nas NUT Alentejo (45%), Algarve (41.2%) e Centro (40.0%). Segue-se-lhe o GE "0-19" (excepto NUT Norte: "45 e +" uma vez que o GE "0-19" ocupa o 1º lugar) e a este, e por ordem decrescente, o dos "25-34", "35-44" e "20-24" (excepto LVT, onde o GE dos "35-44" tem maior peso do que o dos "25-34")¹¹⁴.

Destas considerações, apercebemo-nos das potencialidades explicativas dos aspectos demográficos:

- Na NUT Alentejo, onde o envelhecimento da população se faz sentir com maior incidência, é o GE "45 e +", aquele que apresenta o maior peso relativo no desemprego da região;
- A NUT LVT é a que apresenta maior expressividade do peso relativo do GE "35-44" na respectiva pirâmide etária. Em simultâneo, é a região onde o referido GE tem um peso mais significativo no desemprego face às outras NUT;
- A NUT Norte é a que evidencia uma taxa de natalidade mais elevada e uma taxa de envelhecimento mais baixa. Paralelamente, é a região onde o desemprego jovem é mais marcante¹¹⁵.

Tais paralelismos têm razão de ser, se atendermos a que a nível regional a população activa apresenta uma distribuição que segue o perfil da população residente.

*
* *

¹¹² A população em idade activa, ou seja, entre os 15 e os 65 anos, é afectada por uma diminuição da taxa de natalidade, embora com um atraso mínimo de 15 anos. Nas últimas duas décadas o GE dos "15-64", engrossou muito mais do que a população total a um ritmo já considerável.

¹¹³ A nossa análise recaiu apenas no ano de 1991, na medida em que o ano referido se situa no interior do nosso período de referência - 86/92 -. A análise deixa transparecer claramente o envelhecimento populacional em determinadas NUT II.

¹¹⁴ Vd. Quadros 10 e 11 do Anexo II.

¹¹⁵ Responde afirmativamente à questão formulada na pg. 72.

A nível de cada uma das regiões, verificam-se grandes desigualdades no poder de atracção/repulsão de populações¹¹⁶. Poder de atracção medido pela percentagem de população residente não natural do distrito e poder de repulsão medido em função da percentagem de naturais a residir em distritos diferentes do da sua naturalidade (medida incompleta de repulsão).

A NUT LVT assume-se como a grande receptora - valor inferior a 100¹¹⁷ - de fluxos demográficos, constituindo-se como a região "atractiva" por excelência¹¹⁸.

Porém, se não considerarmos as migrações por NUT mas por cidades, verificamos que Lisboa, Setúbal e Porto, constituem os grandes pólos atractivos do país:

"A área metropolitana de Lisboa mais Setúbal são o destino preferencial de todas as migrações internas em terra portuguesa, reforçando-se em Setúbal a componente alentejana face à de outras proveniências¹¹⁹".

"A área metropolitana do Porto atrai por sua vez bastante da migração interna da sua área de influência, sobretudo a norte do rio Douro¹²⁰".

No que respeita ao poder de repulsão, a NUT Alentejo destaca-se: a sua intensidade "repulsiva" situa-se nos "- 58.9%"¹²¹, o que só vem confirmar a análise anterior (quadro 8, Anexo II).

Sendo esta NUT a detentora das taxas de desemprego mais elevadas, parece-nos óbvio que tal facto conduza à migração da sua população, para zonas mais atractivas - Lisboa e Setúbal¹²². Porém, o exódo populacional que se fez sentir na região em referência parece não ter compensado de forma incisiva a existência de elevadas taxas

¹¹⁶ Vd. Quadro 12 do Anexo II. Uma vez que a informação disponível se encontra desagregada por distritos, vimo-nos na necessidade de agrupar os distritos pertencentes a cada NUT II para deste modo, podermos estabelecer comparações. Assim elaborámos o quadro 12 do Anexo II com base no Quadro 4 "Escalonamento do distrito segundo a intensidade de fixação, atracção e repulsão" in Morais, J., (1987/1988), pg. 158.

¹¹⁷ Vd. Quadro 13 do Anexo II. O quadro não considera outros espaços para além dos continentais, não tem em conta a dimensão temporal e muito menos o obituário das populações saídas.

¹¹⁸ Vd. Quadro 12 do Anexo II (atracção: 33.5%).

¹¹⁹ Morais, J., (1987/1988), pg. 162.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Vd. Quadro 12, Anexo II.

¹²² Preferencialmente.

de desemprego que a caracterizam. Tal facto, pode estar de algum modo relacionado com a fraca propensão à mobilidade evidenciada pelo GE "45 e +". Na verdade, este grupo é o que mais pesa no desemprego da região e é também aquele cuja propensão à mobilidade é a mais fraca.

Cabe referir que as políticas accionadas pelo IEFP, no âmbito da promoção à mobilidade, têm conhecido um fracasso relativo, devido à resistência à migração interna demonstrada pelas populações.

A NUT LVT e a área metropolitana do Porto, são receptoras de mão-de-obra e por isso demonstram taxas de desemprego elevadas, na medida em que nem sempre o seu tecido produtivo consegue absorver imediatamente a população que aflui, provinda de regiões menos dinâmicas.

A análise do Censo de 1991¹²³ confirma e acentua as características demográficas e o sentido dos fluxos inter-regionais da população: - tendência de concentração da população no litoral, acentuando-se a desertificação do interior, como é o caso da região Centro¹²⁴ e principalmente do Alentejo¹²⁵. Por sua vez as regiões Norte e LVT são, como referimos aquelas que apresentam os maiores índices de crescimento da população relativamente ao Censo anterior¹²⁶.

Pelas conclusões que nos tem sido possível retirar da análise dos movimentos migratórios, apercebemo-nos da existência de correlação entre as regiões onde há maior desemprego e as regiões onde há maior tendência para migrar. Apercebemo-nos igualmente de que, no caso do Alentejo, a migração parece não contribuir significativamente para a diminuição das elevadas taxas de desemprego sentidas na região, não contribuindo assim para aliviar as tensões no mercado de trabalho. O facto indicia que a migração, na região referida, atinge fundamentalmente os jovens e não o GE "45 e +", aquele que sendo o mais expressivo em termos de desemprego na NUT, é também o menos móvel.

¹²³ Vd. Quadro 8, Anexo II.

¹²⁴ Vd. Quadro 12 do Anexo II em que a taxa de repulsão é de 31.6%. Vd. também o quadro 13 do Anexo II. Apesar dos quadros 12 e 13 serem relativos a 1981, deduzimos que a tendência se mantém em 1991, se cruzarmos esta informação com a do Quadro 8. Em 1991 Centro e Alentejo veem declinar a sua população residente. Vd. Quadro 9 do Anexo II cuja análise deixa transparecer que de um peso de 18.9% (81) da população residente no todo do Continente o Centro passa para 18.4% (91).

¹²⁵ Vd. Quadro 12 do Anexo II (em que a repulsão detém uma intensidade de 58.9%) e também Quadro 13 do Anexo II. Vd. Quadro 8 do mesmo anexo cuja análise mostra que de um peso de 6.2% da população residente no todo continental em 81, o Alentejo passa a deter 5.8% em 91.

¹²⁶ Vd. Quadro 8 do Anexo II.

3.2.2 Procura de emprego

3.2.2.1 A selectividade do desemprego por sectores. O desemprego nos diferentes sectores de actividade.

Sabemos que existem disparidades sectoriais, ou seja, que determinados sectores são mais "geradores" de desemprego do que outros. Com o intuito de averiguarmos essas desigualdades, procederemos ao estudo da taxa de desemprego por sectores, nas diferentes NUT¹²⁷.

Primeiramente delimitaremos as regiões com comportamentos idênticos, contrapondo-as àquelas que fogem à regra.

No entanto, antes de proceder à análise da taxa de desemprego, não poderemos deixar de esclarecer que a sua determinação não é possível senão pressupondo um certo grau de enviesamento nos cálculos. Tal acontece porque cerca de 1/3 dos desempregados provêm da inactividade (1ª entrada no mercado de trabalho - 1º emprego -, ou retoma de actividade) e, como tal, não podem ser afectados a nenhum ramo ou sector de actividade anterior. Só podem ser afectados a sectores os desempregados que perderam ou deixaram o seu emprego. Calcularemos então a relação, por sectores entre os desempregados que neles têm origem e a população activa afecta a esses mesmos sectores.

A análise da taxa de desemprego por sectores de actividade, durante o período em estudo - 86/92 -¹²⁸ assenta no seguinte quadro:

¹²⁷ No presente trabalho, consideraremos os sectores muito agregadamente, devido à dificuldade em obter informação regional mais detalhada. Assim, suporemos 3 sectores de actividade: - Primário, - Secundário e - Terciário.

¹²⁸ Vd. Quadro 14, Anexo II.

Quadro 3.8.
Hierarquização dos sectores de actividade que mais contribuem
para o desemprego, por NUT II, 1986/1992

| SECTORES NUT | Posição | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 |
|-----------------|---------|----|----|----|----|----|----|----|
| NORTE | 1ª | | | | | T | | |
| | 2ª | * | * | * | * | S | * | * |
| | 3ª | | | | | P | | |
| CENTRO | 1ª | | | | | | | |
| | 2ª | * | * | * | * | * | * | * |
| | 3ª | | | | | | | |
| LVT | 1ª | | | | | S | S | |
| | 2ª | * | * | * | * | P | P | * |
| | 3ª | | | | | T | T | |
| ALENTEJO | 1ª | P | P | P | P | P | P | P |
| | 2ª | S | S | S | S | S | S | S |
| | 3ª | T | T | T | T | T | T | T |
| ALGARVE | 1ª | | | | | T | | |
| | 2ª | * | * | * | * | S | * | * |
| | 3ª | | | | | P | | |

Legenda: P = Primário,

S = Secundário,

T = Terciário

(*) Exprime a relação de ordem mais frequente, a saber:
 Secundário > Terciário > Primário

Fonte: Quadro 14 do Anexo II.

Do quadro exposto, chamamos a atenção para os aspectos que julgamos mais importantes. A relação de ordem mais frequente entre os sectores, no que respeita ao desemprego é: Secundário > Terciário > Primário. Porém:

- Em 1990, nas NUT Norte e Algarve, o terciário torna-se o primeiro sector a gerar desemprego;
- Em 1990 e 1991, LVT mantendo o sector secundário como o mais gerador de desemprego, vê o peso do desemprego provindo do sector primário sobrepor-se ao do sector terciário;
- A NUT Alentejo, constitui-se uma vez mais como excepção face às outras NUT, dado que mantém sistematicamente uma relação de hierarquia entre a taxa de desemprego gerada pelos três sectores diferente da das outras NUT: Primário > Secundário > Terciário.

Caberá então perguntarmo-nos, se as políticas de emprego direccionadas para o Alentejo, tiveram em conta a situação de excepção que a NUT constitui, ou se foram traçadas nos mesmo moldes das políticas canalizadas para as outras NUT.

Caberá igualmente perguntarmo-nos o porquê das situações de contra tendência verificadas nas NUT Norte, LVT e Algarve, em 1990. Ou seja, o porquê das taxas de desemprego afectas ao terciário serem mais elevadas do que as afectas aos outros sectores de actividade, nomeadamente do que as do sector secundário, nas NUT Norte e Algarve. No que respeita a LVT a questão basear-se-á em averiguar o porquê do sector primário ser mais gerador de desemprego do que o sector terciário nos anos de 1990 e 1991.

O desemprego nos diferentes sectores de actividade

Pormenorizando a análise da taxa de desemprego por sectores, para os anos em estudo, temos:

Sector Primário

Quadro 3.9.

Matriz sinóptica da evolução da taxa de desemprego, sentido restrito, (novo emprego)¹²⁹ no sector primário, por NUT II, 1986/1992

| NUT ANOS | 86/87 | 87/88 | 88/89 | 89/90 | 90/91 | 91/92 |
|------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| NORTE | ↑ | ↓ | ↓ | ↑ | ↑ | ↓ |
| CENTRO | ↑ | ↓ | ↑ | ↓ | ↑ | ↑ |
| LVT | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↓ | ↓ |
| ALENTEJO | ↓ | ↓ | ↔ | ↑ | ↑ | ↓ |
| ALGARVE | ↓ | ↓ | ↑ | ↓ | ↑ | ↓ |
| CONTINENTE | ↓ | ↓ | ↔ | ↑ | ↓ | ↓ |

Fonte: Quadro 14 do Anexo II.

A taxa de desemprego afecta ao sector primário, revela um comportamento muito irregular:

- desce de 86/88, estagna de 88/89, sobe de 89/90 e volta a descer de 90/92 (Continente);

¹²⁹ Vd. o comentário feito a este respeito na pg. 66 deste capítulo.

- a taxa de desemprego "primário" no Alentejo, acompanha exactamente a tendência verificada a nível do sector no Continente (excepto de 90/91);
- Em LVT sobe de 89/90 e desce nos anos restantes.

Sector Secundário

Quadro 3.10.

Matriz sinóptica da evolução da taxa de desemprego, sentido restrito, (novo emprego), no sector secundário, por NUT II, 1986/1992

| NUT | ANOS | 86/87 | 87/88 | 88/89 | 89/90 | 90/91 | 91/92 |
|------------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| NORTE | | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↑ |
| CENTRO | | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↑ |
| LVT | | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ |
| ALENTEJO | | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↓ | ↓ |
| ALGARVE | | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↓ |
| CONTINENTE | | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↑ |

Fonte: Quadro 14 do Anexo II.

Ao longo do período, constatamos que o sector secundário se constituiu como "captador" de mão-obra em todas as regiões até 1990. Exceptua-se a NUT Alentejo na qual o desemprego para o sector em questão apresenta uma subida entre 1989 e 1990. A partir de 90, a situação começa a deteriorar-se com a subida da taxa de desemprego em quase todas as regiões. De 90/91 sobe nas NUT Norte, Centro e Algarve. De 91/92 sobe nas NUT Norte, Centro e LVT. Tal tendência evidencia que o sector em questão começa a perder a sua capacidade empregadora nas várias regiões.

Sector Terciário

Quadro 3.11.

Matriz sinóptica da evolução da taxa de desemprego, sentido restrito,
(novo emprego), no sector terciário, por NUT II, 1986/1992

| NUT | ANO | 86/87 | 87/88 | 88/89 | 89/90 | 90/91 | 91/92 |
|------------|-----|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| NORTE | | ↓ | ↓ | ↑ | ↑ | ↓ | ↓ |
| CENTRO | | ↔ | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↔ |
| LVT | | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↔ |
| ALENTEJO | | ↑ | ↑ | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ |
| ALGARVE | | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↓ | ↓ |
| CONTINENTE | | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ |

Fonte: Quadro 14 do Anexo II.

Verificamos que é o único sector de actividade onde a taxa de desemprego desce de 86 a 92 para o total do Continente, revelando-se o facto compatível com o fenómeno de "terciarização da economia". As NUT que contrariam esta tendência, com aumentos ou estagnação nas suas taxas são:

- Norte de 88/90 (sobe);
- Centro de 86/87 (estagna), de 90/91 (sobe) e de 91/92 (estagna);
- LVT em 91/92 (estagna);
- Alentejo de 86/88 (sobe);
- Algarve de 89/90 (sobe).

Em resumo, exceptuando uma certa estagnação em 1992, verifica-se o contínuo declínio da taxa de desemprego no Continente, durante o período em estudo. O facto, conduz-nos à averiguação do porquê da excepção:

- A análise dos quadros expostos, nas páginas anteriores, deixa transparecer que a estagnação em causa se deve, na sua essência, quer a subidas nas taxas de desemprego afectas ao sector secundário nas NUT Norte, Centro e LVT, quer ao crescimento do desemprego agrícola em 89/90 e 90/91 (em 92 esse desemprego poderia eventualmente ainda não estar totalmente absorvido). O aumento da taxa de desemprego "primário" na NUT Centro e a estagnação da taxa de desemprego "terciário" nas NUT LVT e Centro também contribuíram para influenciar a estagnação do desemprego (1992) sentida a

nível do país como um todo. No entanto, o grande sector "causador" da estagnação da taxa de desemprego em 92 foi o secundário. O facto tem indubitavelmente a ver com as repercursões da crise europeia na economia portuguesa.

*

* *

Referindo agora a análise por NUT, temos:

Norte

Nesta região, o sector que origina maiores taxas de desemprego é o secundário (6.8% em 86 e 3.7% em 92). Segue-se-lhe o sector terciário (4.5% em 86 e 2.2% em 92) e a este o primário (0.3% em 86 e 0.2% em 92). Exceptua-se o ano de 1990, no qual o terciário passa para primeiro lugar e o secundário passa para segundo¹³⁰. A partir de 90, é também o sector secundário aquele que apresenta aumentos sistemáticos na respectiva taxa de desemprego, como podemos verificar no quadro seguinte.

Quadro 3.12.

Matriz sinóptica da evolução da taxa de desemprego, sentido restrito, (novo emprego), na NUT Norte, por sectores de actividade, 1986/1992

| ANOS SECTORES | 86/87 | 87/88 | 88/89 | 89/90 | 90/91 | 91/92 |
|------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| PRIMÁRIO | ↑ | ↓ | ↓ | ↑ | ↑ | ↓ |
| SECUNDÁRIO | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↑ |
| TERCIÁRIO | ↓ | ↓ | ↑ | ↑ | ↓ | ↓ |

Fonte: Quadro 14 do Anexo II.

Centro

Na região Centro, os sectores que mais contribuem para o desemprego hierarquizam-se tal como na região Norte. Ou seja, o sector secundário (5.2% em 86 e 4.1% em 92) no topo da hierarquia, secundado pelo terciário (3.3% em 86 e 2.1% em 92), e este pelo primário (0.2% em 86 e 0.3% em 92)¹³¹.

Se até 89/90 a maioria dos sectores apresenta uma queda na respectiva taxa de desemprego, com excepção de alguns casos pontuais (primário e terciário em 86/87

¹³⁰ Vd. Quadro 14, Anexo II.

¹³¹ Vd. Quadro 14, Anexo II.

e primário em 88/89), a partir de 90 a situação inverte-se, com a taxa em causa a aumentar em todos os sectores (exceptua-se a estagnação em 91/92 no sector terciário). Vejamos:

Quadro 3.13.

Matriz sinóptica da evolução da taxa de desemprego, sentido restrito, (novo emprego), na NUT Centro, por sectores de actividade, 1986/1992

| ANOS SECTORES | 86/87 | 87/88 | 88/89 | 89/90 | 90/91 | 91/92 |
|------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| PRIMÁRIO | ↑ | ↓ | ↑ | ↓ | ↑ | ↑ |
| SECUNDÁRIO | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↑ |
| TERCIÁRIO | ↔ | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↔ |

Fonte: Quadro 14 do Anexo II.

LVT

A hierarquização dos sectores com maior representatividade no desemprego é a mesma que se verifica nas NUT estudadas anteriormente. Isto é, temos em primeiro lugar o sector secundário (com taxas de desemprego de 11.8% em 86 a 6.0% em 92), em segundo o terciário (6.4% em 86 e 3.4% em 92) e por fim o primário (6.4% em 86 e 2.3% em 92). Exceptuam-se os anos de 1990 e 1991, em que o sector primário se eleva ao segundo lugar, enquanto o terciário desce para o terceiro lugar ¹³².

Nesta região a taxa de desemprego, seja qual for o sector de actividade, tende sistematicamente ao declínio. Exceptuam-se apenas os anos 89/90 - primário e 91/92- secundário e terciário, como podemos analisar no quadro que expomos a seguir:

Quadro 3.14

Matriz sinóptica da evolução da taxa de desemprego, sentido restrito, (novo emprego), na NUT LVT, por sectores de actividade, 1986/1992

| ANOS SECTORES | 86/87 | 87/88 | 88/89 | 89/90 | 90/91 | 91/92 |
|------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| PRIMÁRIO | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↓ | ↓ |
| SECUNDÁRIO | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ |
| TERCIÁRIO | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↔ |

Fonte: Quadro 14 do Anexo II.

¹³² Vd. Quadro 14, Anexo II.

Alentejo

Como temos vindo a verificar ao longo deste capítulo, o Alentejo é a região-excepção por excelência. Por conseguinte, também a hierarquização dos sectores mais expressivos em termos de desemprego difere da apresentada nas outras NUT. O sector considerado mais "desempregador" é o primário (27.0% em 86 e 15.1% em 92); segue-se-lhe o secundário (12.3% em 86 e 6.6.% em 92) e a este último, o terciário (5.8% em 86 e 4.1% em 92).

A NUT em estudo é também aquela onde a evolução da taxa de desemprego, por sectores de actividade, é a mais irregular. Irregular, fundamentalmente no sector primário, uma vez que a taxa de desemprego afecta ao secundário tende à baixa em todos os anos em estudo, com excepção de 89/90, e, a taxa de desemprego afecta ao terciário tende continuamente à baixa a partir de 88:

Quadro 3.15.

Matriz sinóptica da evolução da taxa de desemprego, sentido restrito, (novo emprego), na NUT Alentejo, por sectores de actividade, 1986-1992

| ANOS SECTORES | 86/87 | 87/88 | 88/89 | 89/90 | 90/91 | 91/92 |
|------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| PRIMÁRIO | ↓ | ↓ | ↔ | ↑ | ↑ | ↓ |
| SECUNDÁRIO | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↓ | ↓ |
| TERCIÁRIO | ↑ | ↑ | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ |

Fonte: Quadro 14 do Anexo II.

Algarve

Na região do Algarve a hierarquização entre os sectores de actividade, no que respeita ao desemprego, identifica-se com a regra geral. O sector secundário em primeiro lugar (7.6% em 86 e 3.6% em 92), o terciário em segundo (5.9% em 86 e 2.6% em 92) e o primário em último (2.5% em 86 e 0.7% em 92). Exceptua-se 1990 em que o terciário, o secundário e o primário ocupam respectivamente a primeira, segunda e terceira posições¹³³.

¹³³ Vd. Quadro 14, Anexo II.

A evolução da taxa de desemprego nos diferentes sectores apresenta-se irregular, assim como a verificada na NUT Alentejo. Vejamos:

Quadro 3.16.

Matriz sinóptica da evolução da taxa de desemprego, sentido restrito, (novo emprego), na NUT Algarve, por sectores de actividade, 1986/1992

| ANOS SECTORES | 86/87 | 87/88 | 88/89 | 89/90 | 90/91 | 91/92 |
|------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| PRIMÁRIO | ↓ | ↓ | ↑ | ↓ | ↑ | ↓ |
| SECUNDÁRIO | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↓ |
| TERCIÁRIO | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↓ | ↓ |

Fonte: Quadro 14 do Anexo II.

No Algarve a irregularidade das taxas em estudo pode, de algum modo, estar relacionada com uma estrutura sectorial assente no sector terciário/Turismo. De facto, a natureza sazonal da actividade dominante pode potencializar fluxos de mão-de-obra inter-sectoriais consoante a actividade turística esteja em alta (capta mão-de-obra dos outros sectores de actividade) ou em baixa ("expele" mão-de-obra que pode ou não ser absorvida pelos outros sectores: - o aumento da taxa de desemprego afecta ao terciário em 89/90 poderá ter sido consequência do mau ano turístico que então se verificou; - o aumento verificado nas taxas de desemprego afecta aos sectores primário e secundário, no ano seguinte - 90/91 - poderá ser tradutor da fraca capacidade empregadora tanto de um quanto do outro). Estas ilações parecem-nos ter fundamento, visto que o comportamento irregular das taxas de desemprego também se faz sentir no Alentejo, região onde a sazonalidade da actividade dominante - agricultura - é uma constante.

*

* *

O estudo dos sectores mais e menos "geradores" de desemprego não pode ser dissociado da tomada em atenção do peso relativo de cada sector na região - é a chamada análise da "estrutura relativa"¹³⁴.

Deste modo, procederemos primeiramente ao estabelecimento da hierarquização do peso do desemprego de cada sector no total sectorial, por NUT, e

¹³⁴ Vd Quadro 15 do Anexo II "Peso relativo do desemprego, sentido restrito (novo emprego), dos diferentes sectores de actividade, no total sectorial, por NUT II, (1986/1992).

só mais tarde averiguaremos o peso do fenómeno em estudo, por NUT, no total do Continente. Vejamos então:

Quadro 3.17.

Hierarquização do peso relativo do desemprego (nº desempregados), sentido restrito, (novo emprego), de cada sector no total sectorial, por NUT II, 1986/1992

| NUT POSICÃO | NORTE | CENTRO | LVT (1) | ALENTEJO (2) | ALGARVE |
|----------------|-------|--------|------------|-----------------|---------|
| 1ª | S | S | T | P | T |
| 2ª | T | T | S | T | S |
| 3ª | P | P | P | S | P |

Legenda: (1) Excepto em 86, ano em que SEC > TERC > PRIM

(2) Excepto em 86, ano em que PRIM > SEC > TERC¹³⁵

Fonte: Quadro 15 do Anexo II.

O desemprego, nas NUT Norte e Centro, provém, por ordem decrescente, dos seguintes sectores:

- sector secundário ($x > 50\%$);
- sector terciário (entre $30\% < x < 45\%$);
- sector primário ($x < 5\%$).

Embora em ambas as NUT o desemprego provenha fundamentalmente do secundário, na NUT Norte, o peso dos desempregados daquele sector no total do Continente ronda os 30% enquanto na NUT Centro se situa apenas entre 9% e 15%

¹³⁶.

Nas NUT LVT e Algarve, a ordem é a seguinte:

- terciário ($x \geq 50\%$ - exceptua-se LVT em 86 com o sector terciário em segundo lugar);
- secundário (entre $38\% < x < 42\%$ em LVT; entre $20\% < x < 35\%$ no Algarve);
- primário (entre $2\% < x < 9\%$ em LVT; $1\% < x < 7\%$ no Algarve)¹³⁷.

¹³⁵ Como a excepção se verifica em ambas as NUT apenas no ano de 1986, não a vamos considerar. Paralelamente, e no que respeita à NUT LVT, o peso do sector secundário é ligeiramente superior ao do terciário, o que torna irrelevante levar este facto em linha de conta.

¹³⁶ Vd. Quadro 16, do Anexo II.

¹³⁷ Vd. Quadro 15 do Anexo II.

Na NUT Alentejo o peso relativo dos sectores é o seguinte:

- primário (entre $38\% < x < 60\%$);
- terciário (entre $19\% < x < 37\%$; excepto em 86 que é o secundário);
- secundário ($17\% < x < 25\%$)¹³⁸.

Procedendo agora à análise do peso do desemprego s.r., (novo emprego), de cada região no total do Continente ¹³⁹, temos:

Quadro 3.18.

Hierarquização do peso relativo do desemprego, sentido restrito, (novo emprego), de cada região no total do Continente, 1986/1992

| POSICÃO | SECTOR | PRIMÁRIO | SECUNDÁRIO | TERCIÁRIO |
|---------|--------|-----------|------------|-----------|
| 1ª | | ALENTEJO | LVT | LVT |
| 2ª | | LVT | NORTE | NORTE |
| 3ª | | NORTE (*) | CENTRO | CENTRO |
| 4ª | | CENTRO | ALENTEJO | ALENTEJO |
| 5ª | | ALGARVE | ALGARVE | ALGARVE |

Legenda: (*) excepto em 1992, em que 3ª) Centro e 4ª) Norte

Fonte: Quadro 16 do Anexo II.

No que respeita ao desemprego "gerado" pelo sector primário, é a NUT Alentejo aquela que evidencia o maior peso relativo no total do Continente: - o peso relativo do fenómeno, situado entre 50 e 71%¹⁴⁰ revela-se a partir de 88 superior ao peso relativo do sector na estrutura produtiva da região ¹⁴¹. LVT também apresenta um peso importante, que no entanto tem vindo a declinar. Quanto às restantes NUT, o peso do desemprego provindo do sector primário tem-se revelado reduzido, no total (sector primário ligado à chamada "agricultura de subsistência e/ou "actividade paralela").

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Vd. Quadro 16 do Anexo II.

¹⁴⁰ idem.

¹⁴¹ Vd. Quadro 15 do Anexo II. Paralelamente há a acrescentar que, como vimos, o peso do sector primário da NUT Alentejo no total Continental tem vindo a ser cada vez maior ao longo do período.

Quanto ao sector secundário é LVT, a NUT que maior peso detém a nível do desemprego (39%/46%), seguindo-se-lhe a NUT Norte (32%/37%), Centro (9%/16%), Alentejo (4%/7%) e Algarve (1%/2%).

Também no que se refere ao sector terciário é a NUT LVT, a que maior peso detém no total das NUT (52%/60%). Este peso evidencia alguma discrepância com os pesos das NUT Norte (17%/26%), Centro (6%/12%), Alentejo, (5%/10%) e Algarve (2%/6%).

3.2.2.2. A selectividade do desemprego por profissão anterior ao desemprego

Verificamos pela análise do quadro 3.19.¹⁴², para o período compreendido entre 1986 e 1991¹⁴³, que os trabalhadores que mais incorrem no desemprego são os "Trabalhadores da Produção" para as NUT Norte, Centro e LVT¹⁴⁴; os "Agricultores" para a NUT Alentejo e o "Pessoal dos Serviços" para a NUT Algarve.

Em 92, os trabalhadores que mais incorrem no desemprego são os - "Trabalhadores da Produção Industrial e Artesãos" nas NUT Norte e Centro; "Pessoal dos Serviços de Protecção, Segurança, Serviços Domésticos" nas NUT LVT e Algarve; "Trabalhadores não qualificados da Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços" na NUT Alentejo.

¹⁴² Vd. pg seguinte.

¹⁴³ Existe uma quebra da série em 92, que faz com que as profissões passem a ser enquadradas numa tipologia diferente, como referimos no Capítulo 2. - Metodologia de Abordagem.

¹⁴⁴ O facto de ser o sector terciário a deter o maior peso na estrutura sectorial da NUT LVT, em termos do número de desempregados que origina, não impede que sejam os "trabalhadores da produção" aqueles que maior expressividade têm. O "P. Serviços" e "P. Comércio" detêm um peso conjunto que se vai acentuando ao longo do período em estudo e que é superior à primeira classificação de profissões referida ("Trabalhadores da Produção").

Quadro 3.19.

Hierarquização do peso relativo do desemprego, sentido restrito, (1º emprego e novo emprego), por profissão anterior ao desemprego, por NUT II, 1986/1992

| ANOS NUT | 86/91 | 92 |
|-------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| NORTE | 1º) T. Produção (> 48 %) 2º) P. Serviços (13%/21%) 3º) P. Administrativo (9%/16%) P. Comércio (5%/11%) | 1º) T. Produção Industrial e Artesãos (39%) 2º) P. dos Serviços Protecção, Seg. Serv. Pess. e Dom. (20%) 3º) Empregados Administrativos (12%) |
| CENTRO | 1º) T. Produção (> 47%) 2º) P. Serviços (12%/26%) 3º) P. Administrativo (11%/15%) [*excepto 1986 em que 2º) P. Adm. (15%) e 3º) P. Serv. (13%)] | 1º) T. Produção Ind. e Artesãos (29%) 2º) Trab. não qualificados Agric. Indust. Comércio e Serviços (20%) 3º) Oper. da Ind. (16%) |
| LVT | 1º) T. Produção (34%/44%) 2º) P. Serviços (20%/25%) 3º) P. Administrativo (12%/17%) | 1º) P. Serv. Prot., Seg., Serv. Pess. e Domést. (25%) 2º) T. Produção Industrial e Artesãos (≈ 25%) 3º) T. não qualif. Ag. Ind. Comérc. e Serv. (18%) 4º) Emp. Administrativos (15%) |
| ALENTEJO | 1º) Agricultores (> 50%) 2º) T. Produção (13%/19%)* (*excepto 1989 e 1990 em que 2º) P. Serv. e 3º) T. Prod.) 3º) P. Serviços (9/17%) | 1º) Trab. não qualif. Ag. Ind. Com. e Serv. (49%) 2º) T. Prod. Indust. e Artesãos (16%) 3º) P. Serv. Prot., Seg., Serv. Pess. e Domést. (≈ 16%) |
| ALGARVE | 1º) P. Serviços (28%/48%) 2º) T. Produção (21%/33%) 3º) P. Comércio (27%/11%) [*excepto em 1986 em que: 1º) T. Prod. (29%); 2º) P. Serv. (28%); 3º) P. Com. (26%)] | 1º) P. Serv. Prot., Seg., Serv. Pess. e Domést (40%) 2º) Trab. não qualif. Ag. Ind. Comérc. e Serv. (19%). 3º) T. Prod. Indust. e Artesãos (18%) |

Fonte: Quadro 17 do Anexo II.

Estas constatações coincidem, como seria de esperar, com as conclusões retiradas aquando da análise da taxa de desemprego por sectores. Nas NUT onde a taxa de desemprego do sector secundário é mais expressiva, o desemprego provém em maior percentagem dos "Trabalhadores da Produção". Nas NUT onde o desemprego provém essencialmente do terciário, os trabalhadores desempregados estão afectos a profissões dos "Serviços Protecção, Segurança, Serv. Pessoal e Domésticos" (1992). Na NUT onde o desemprego provém prioritariamente do

sector primário, são os "Agricultores" (86/91), "Trabalhadores não qualificados da Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços" (1992) aqueles que mais ajudam a "engrossar" o desemprego.

As excepções à regra constatadas no ponto anterior¹⁴⁵ - Norte e Algarve (Terc. > Sec. > Prim.) em 90¹⁴⁶ - são, respectivamente, explicadas pela diminuição do número de "Trabalhadores da Produção" no desemprego, pelo aumento do desemprego de "Pessoal dos Serviços" e "Pessoal do Comércio" no caso da NUT Norte, e pela grande subida no desemprego da categoria "Pessoal dos Serviços" no caso da NUT Algarve (ver quadro 16 do Anexo II o que deverá reforçar as pistas de análise anteriores sobre a crise do turismo no Algarve naquele ano).

Da caracterização do desemprego que acabámos de fazer, apercebemo-nos da existência de múltiplas disparidades regionais. O quadro seguinte pretende proceder a uma sistematização dos principais traços distintos das mesmas.

¹⁴⁵ Regra: Sec > Terc. > Prim.

Desemprego provém em 1º lugar do sector secundário, em 2º lugar do sector terciário; em 3º lugar do sector primário.

¹⁴⁶ Vd. Quadro 3.8 pg. 82 - Hierarquização dos sectores de actividade que mais contribuem para o desemprego, por NUT II - 1986/1992.

Quadro 3.20.

Resumo das características do desemprego por NUT II, 1986/1992

| NUT INDICADORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
| 1) Taxa de Desemprego s.r. | Taxa de desemprego, s.r. abaixo da média | Taxa de desemprego, s.r. abaixo da média | Taxa de desemprego, s.r. acima da média | Taxa de desemprego, s.r. acima da média | Taxa de desemprego, s.r. abaixo da média |
| 2) Condição perante o emprego: TXD, "NE" /TXD "1º E". | NE > 1º E | NE > 1º E | NE > 1º E | NE > 1º E | NE > 1º E |
| 3) Evolução da TXD, s.r., NE | 86/89 ↓ 89/91 ↔ 91/92 ↑ | 86/91 ↓ 91/92 ↑ | 86/92 ↓ | 86/89 ↓ 89/90 ↑ 90/92 ↓ | 86/89 ↓ 89/91 ↑ 91/92 ↓ |
| 4) GE's + atingidos pelo desemprego | GE + Jovens •"0-19": 86/88 •"25-34": 89/92 | GE + Jovens •"0-19": 86,87 •"20-24": 88,89,90 •"25-34": 91,92 | GE + Jovens •"20-24": 89, 91 •"25-34": 86,87,88,90,92 •Não existe tanta diferença entre os GE + jovens e os + velhos (GE "35-44" têm peso). | Sobressai GE "45 e +" •"0-19": 87 •"25-34": 88,89,91 •"45 e +": 86,90, 92 | GE "25-34" (todos os anos) |
| 5) Duração de procura de emprego | <u>Curto-Prazo</u> desemprego de c.p. predomina mas desemprego de l.p. atinge mais os GE + velhos (até 91) | <u>Curto-Prazo</u> desemprego de c.p. predomina mas o desemp. de l.p. atinge mais os GE + velhos (até 89) | <u>Curto-Prazo</u> desemprego de longa duração atinge tendencialmente os + velhos (até 89) | <u>Curto-Prazo</u> O GE dos "45 e +" recai sempre em desemprego de c. p. | <u>Curto-Prazo</u> Predomina o desemprego de c.p. para todos os GE. |
| 6) Sectores que + desemprego geram (hierarquia) | 1º) Sec 2º) Terc. 3º) Prim. excepto 1990: (terc > sec. > prim.) | 1º) Sec 2º) Terc. 3º) Prim. | 1º) Sec. 2º) Terc. 3º) Prim. excepto 1990 e 1991: (sec. > prim > terc.) | 1º) Prim. 2º) Sec. 3º) Terc. | 1º) Sec. 2º) Terc. 3º) Prim. excepto 1990: (terc. > sec. > prim.) |
| 7) Peso de cada sector no total da NUT | S T P | S T P | T S P | P T S | T S P |
| 8) Profissões | •"T. Prod." (>50%) •"T. Prod. Ind. e Art." (1992) (x) | •"T. Prod." (>50%) •"T. Prod. Ind. e Art." (1992) (x) | •"T. Prod." (30% < x < 40%) •"P. Serv. Protecção" (25%) (1992) •"T. Prod. Ind. e Art." (25%) (1992) (x) | •"Agricult." (>50%) •"Trab. não qualif. Agr., Ind., Com. e Serv." (1992) (x) | •"P.Serviços" •"P. dos Serv. Prot., Seg., Pessoal e Domésticos" (1992) (x) |

Legenda:(Vd. verso desta página).

Legenda: Taxa de desemprego, s.r. (sentido restrito)

NE = Taxa de desemprego, s.r, 1º emprego

GE = Grupo etário

P = Prim. = Sector Primário

S = Sec. = Sector Secundário

T = Terc. = Sector Terciário

l.p. = Longo prazo

c.p. = Curto prazo

(x) - Em 1992 as designações de profissões são diferentes, devido à quebra da série entretanto ocorrida.

Fonte: Quadros 3.i (i = 1,..., 19) pertencentes ao Cap. 3

(1) pg. 5 e 6 Cap. 3

(2) pg. 8 Cap. 3

(3) Quadro 3.3.

(4) Quadros 3.4. e 3.5.

(5) Quadro 3.7.

(6) Quadro 3.8.

(7) Quadro 3.17

(8) Quadro 3.19

O quadro deixa transparecer a existência de dois grandes segmentos regionais. São eles:

Alentejo:

- Taxa de desemprego, s.r., acima da média;
- Peso importante do GE "45 e + anos": em 86, 90 e 92 este GE é mesmo, o que se constitui como o mais relevante;
- O GE "45 e + anos" não sofre em média tempos de procura de emprego longos;
- Os sectores que mais contribuem para o desemprego são, por ordem decrescente: primário, secundário, terciário. Esta hierarquização difere, ao longo do período em estudo, da das outras NUT;
- É a categoria profissional "Agricultores" (>50%), aquela que mais é afectada no desemprego.

LVT:

- Possui taxas de desemprego, s.r., acima da média;
- Em termos do peso de cada GE no desemprego, a diferença ou assimetria entre os grupos mais jovens e os mais velhos é pouco significativa. O GE "0-19" tem mesmo expressividade reduzida. Deste modo, estabelecem-se dois sub-segmentos:
 - por um lado: grupos etários jovens, nomeadamente o dos "25-34";
 - por outro: grupos mais idosos "35-44" e "45 e +".

De facto, ambos os segmentos têm um peso digno de menção.

Várias são as razões que podem estar na origem destas disparidades regionais conducentes a segmentações no seu interior.

Destacamos, de entre as várias possibilidades:

- i) as diferentes evoluções no nível de desemprego das NUT;
- ii) as diferentes direcções e amplitudes dos movimentos geográficos da população, que por sua vez, dependem entre outros factores de:
 - ii.1) Diferente composição etária da população por região;

- ii.2) Diferentes graus de dinamismo dos sectores implantados na região (evolução do nível de emprego por ramo/importância dos empregos precários);
- ii.3) Forte/fraca implementação do sindicalismo;
- ii.4) Outros comportamentos institucionais ¹⁴⁷.

*
* *

Sabendo que, no período em causa, o desemprego tende à baixa delimitaremos, em seguida, os sub-períodos de tendência contrária (tendência à subida). O intuito será averiguar que "condição perante o trabalho" detém a grande maioria daqueles que incorrem no desemprego, que grupos etários são os mais atingidos e, que sectores e profissões são os grandes "causadores" do aumento do desemprego.

Com tal finalidade, procederemos à elaboração de um quadro que sistematize as nossas conclusões relativas às situações de excepionalidade.

¹⁴⁷ Cabe referir que não será nossa intenção analisar detalhadamente todos estes factores. Não poderíamos, no entanto, deixar de os referir.

Quadro 3.21.
Principais segmentos atingidos pelo desemprego, por NUT II,
no período de retoma global 1986/1992

| COLUNAS | I | II | III | IV | V |
|-------------|------------------------------|----------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|
| INDICADORES | TXD ↓ Excepto: (ano) | Condição perante o emprego: NE/ 1º E. | GE | SECTORES | PROFISSÕES (*) |
| NUT | | | | | |
| NORTE | TXD ↑: (91/92) | NE↑: (89/91↔) (91/92 ↑) 1ºE↑: (88/89↔) (91/92 ↑) | Em 92 GEs + expressivos: 1º)"25-34"↑ 2º)"20-24"↑ 3º)"0-19"↑ | Entre 91/92: Secund. ↑ (nos outros sect. a TXD ↓) | • T. Prod. Indust. e Artesãos |
| CENTRO | TXD ↑: (90/91) (91/92) | NE↓: (90/91) NE↑: (91/92) 1ºE↑: (90/91) 1ºE↓: (91/92) | Em 91 GEs + expressivos: 1º)"25-34"↑ 2º)"20-24"↓ 3º)"0-19"↓ Em 92: 1º)"25-34"↑ 2º)"20-24"↑ 3º)"0-19"↓ | Entre 90/ 91: Prim ↑ Sec. ↑ Terc. ↑ Entre 91/ 92: Prim. ↑ Sec. ↑ Terc. ↔ | • T. Prod. |
| LVT | TXD ↔: (91/92) | NE↓: (91/92) 1ºE↑: (91/92) | Em 92 GEs + expressivos: 1º)"25-34"↑ 2º)"20-24"↓ 3º)"0-19"↓ | Entre 91/ 92: Sec. ↑ Terc. ↔ | • T. Prod. |
| ALENTEJO | TXD ↑: (89/90) | NE↑: (89/90) 1ºE ↔: (89/90) | Em 90 GEs + expressivos: 1º)"45e+ "↑ 2º)"25-34"↓ 3º)"35-44"↑ | Entre 89/ 90: Prim↑ Sec. ↑ | • Agricult. ↑ (de 53 % em 89 passa para 57 % em 90) |
| ALGARVE | TXD ↑: (89/90) | NE↑: (89/90) 1ºE↓: (89/90) | Em 90 GEs + expressivos: 1º)"25-34"↑ 2º)"0-19"↑ 3º)"20-24"↑ | Entre 89/ 90: Terc. ↑ (os outros descem) | • Serviços: [de 41 % (89) 47 % (90)] • Comércio: [de 11 % (89) 13 % (90)] |

Legenda: (*) dificuldade em estudar a evolução devido à quebra de série e consequente construção de novas categorias profissionais em 92.

Fonte:

- (1) Quadro 1 do Anexo II.
- (2) Quadro 3.3 e Quadros 2 e 3 do Anexo II.
- (3) Quadro 13 e 14 do Anexo II.
- (4) Quadro 16 do Anexo II.
- (5) Quadro 4 e 5 do Anexo II (para o ano referido coluna I).

O quadro exposto deixa-nos antever que, no período em análise, apesar do desemprego tender à baixa existem contra-tendências. As excepções detectadas, nas diferentes NUT, fazem-se sentir apenas a partir de 1989¹⁴⁸, nas NUT Alentejo e Algarve, a partir de 1990, na NUT Centro, e a partir de 91 nas NUT Norte e LVT.

As situações de contra tendência especificadas - aumentos e estagnação na taxa de desemprego - devem-se a subidas, quer do número de desempregados à procura de "novo emprego", quer do número de desempregados à procura do "1º emprego", quer a ambas.

No que se refere à NUT Norte, a subida verificada em 91/92, deve-se não só aos desempregados que procuram "novo emprego" como também aos desempregados que procuram "1º emprego".

No respeitante à NUT Centro, a subida constatada entre 90/91 deve-se aos desempregados à procura de "1º emprego (desempregados à procura de "novo emprego" diminuem) e, a subida entre 91/92, deve-se aos que procuram "novo emprego" (uma vez que a taxa de desemprego dos que procuravam "1º emprego" declina).

Em LVT, a estagnação da taxa de desemprego entre 91/92 provém do confronto entre a diminuição da taxa de desemprego dos que procuram "novo emprego" e a subida da taxa de desemprego dos que procuram "1º emprego".

Nas NUT Alentejo e Algarve, a subida da taxa de desemprego entre 89/90 deve-se fundamentalmente ao aumento dos que procuram "novo emprego", uma vez que a taxa de desemprego "1º emprego", naquele ano, estagna no Alentejo e diminui no Algarve.

Da análise empreendida, apercebemo-nos de que aumentos nas taxas de desemprego das diferentes NUT se devem, na sua grande maioria, a trabalhadores que procuram "novo emprego". Apenas LVT apresenta estagnação da sua taxa de desemprego, s.r, (novo emprego + 1º emprego) entre 91/92, ocasionada por subidas no número de desempregados à procura de "1º emprego" (o nº de desempregados à procura de novo emprego diminui)¹⁴⁹. Também nas NUT Norte e

¹⁴⁸ Entre 90/91 e 91/92 a tendência já é de baixa.

¹⁴⁹ No capítulo 5.2. relativo à avaliação das políticas de formação profissional tentaremos averiguar se as políticas em causa se direccionaram com maior ênfase para aqueles que procuram novo emprego.



Centro a TXD "1º emprego" se agrava, muito embora a TXD "novo emprego" revele comportamento idêntico.

No que respeita aos grupos etários responsáveis pela subida das taxas de desemprego, em todas as NUT, verificamos serem fundamentalmente os mais jovens. Exceptua-se a NUT Alentejo com os GE "35-44" e "45 e +" a serem os grandes originários do aumento do desemprego. Esta ilação compatibiliza-se com o facto da subida da TXD se dever ao aumento dos desempregados que procuram "novo emprego".

Uma análise do desemprego, por sectores de actividade, diz-nos ser o sector secundário o "grande responsável" pelas subidas no número de desempregados nas diferentes NUT (exceptua-se o Algarve). De facto, em todas as regiões, nos anos em que se registam subidas, o sector referido perde capacidade empregadora. O sector primário também pode ser "responsabilizado" pelas subidas verificadas nas NUT Centro e Alentejo e o sector terciário pelas subidas nas NUT Centro e Algarve.

Se nos reportarmos por fim, às profissões mais propiciadoras, apercebemo-nos da predominância de "Trabalhadores da Produção" nas NUT Norte, Centro e LVT, atestando a conjuntura desfavorável que afecta o sector secundário. A NUT Alentejo, com o seu carácter de excepção, aponta para o peso relativo maioritário de "Agricultores" desempregados; enquanto o Algarve, com a sua estrutura produtiva assente no sector terciário, tem como predominantemente desempregados o "Pessoal dos Serviços" e o "Pessoal do Comércio".

*

* *

Após termos procedido à caracterização do desemprego, por regiões, através do indicador taxa de desemprego, s.r., passaremos à análise interpretativa dos resultados a que entretanto chegámos. Para tal, apoiar-nos-emos nas principais contribuições do quadro teórico que delimitámos no capítulo 1.

Ao longo do presente capítulo, verificámos que o desemprego regional se rege por parâmetros de segmentação com carácter regular, ou mesmo sistemático. Assim, em seguida, preocupar-nos-emos em averiguar, qual o espaço explicativo

que se abre ao modelo neoclássico, começando por identificar os principais desfasamentos entre a "norma de emprego" e a "norma salarial".

A *démarche* clássica suporia que evoluíssemos para a detecção das principais restrições de natureza institucional, relativas às estratégias dos agentes, que se contraposessem como impeditivas dos ajustamentos neoclássicos. No entanto, não nos foi possível obter a correspondente informação regionalizada a um nível de desagregação adequado.

Por consequência, a nossa análise seguirá uma metodologia alternativa. Ou seja, ir-nos-emos ocupar da identificação dos mecanismos de intervenção de natureza keynesiana, averiguando em que medida eles preenchem os espaços deixados em aberto pelas políticas neoclássicas. Abriremos, assim, o caminho para a análise das medidas tendentes à garantia de um rendimento mínimo dos desempregados (no capítulo sobre as políticas de suporte ao desemprego - segurança social), que completaremos, a finalizar, com a avaliação da intervenção correctiva da Formação Profissional, à qual atribuímos o estatuto de política activa por excelência.

Ao seguir esta metodologia, não deixaremos de considerar sistematicamente a forma específica como aquelas diferentes políticas abordam os segmentos detectados no capítulo presente. O que, em conclusão, nos permitirá alguma luz não só sobre a coerência relativa das diferentes políticas regionais de combate ao desemprego, como também tornará evidentes os indícios das principais barreiras de natureza comportamental e institucional sobre as quais a informação estatística ainda é, como referimos, bastante deficiente.

CAPÍTULO 4

4. O SALÁRIO ENQUANTO VARIÁVEL EXPLICATIVA DO DESEMPREGO

Enquanto procedíamos à caracterização do desemprego regional em Portugal Continental, verificámos que os valores assumidos pelo fenómeno nas regiões Alentejo e LVT estão acima da média, evidenciando a concentração do desemprego naquelas NUT.

Verificámos, igualmente, que o desemprego nas diferentes regiões está associado à especialização sectorial e às características populacionais evidenciadas no interior de cada uma delas.

Tendo presente a importância do salário, enquanto variável explicativa do fenómeno desemprego, somos levados a averiguar o seu comportamento a nível regional.

Se para múltiplas correntes teóricas do mercado de trabalho, nomeadamente para a neoclássica, a oferta e procura de trabalho são consideradas como funções exclusivas da taxa de salário, esta última é vista como a variável de ajustamento por excelência. Se o ajustamento não se dá a nível regional, antes se verificando concentração do desemprego em determinadas regiões, será devido, entre outros aspectos, ao seguinte:

- H1) Existem distintas políticas autónomas de mão-de-obra, consoante os sectores de actividade, determinadas regionalmente pelos comportamentos empresariais dominantes nesses sectores;
- H2) Verifica-se a ausência de flexibilidade regional dos salários a par de uma fraca mobilidade geográfica da mão-de-obra.

4.1. Análise da influência dos salários no desemprego regional - valores absolutos -

Com o intuito de confirmarmos as hipóteses adiantadas, decidimos verificar em que medida o salário - remuneração média mensal - constitui uma variável explicativa do desemprego nos diferentes sectores de actividade, nas diferentes NUT II. Com tal objectivo, fomos ensaiar diferentes ajustamentos entre as duas variáveis

Quadro 4.1.

Valores do coeficiente de determinação (R^2) da componente autónoma (α) e do coeficiente associado a $R(t)$ (α') resultantes das regressões de tipo A - $TXD = \alpha + \alpha' R(t)$ -, relativas aos binómios NUT/sector de actividade, para o período de 1986/1992

Valores do coeficiente de determinação R^2

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|-------|--------|-----|----------|---------|
| PRIMÁRIO | 9% | 1% | 68% | 38% | 26% |
| SECUNDÁRIO | 37% | 19% | 75% | 62% | 21% |
| TERCIÁRIO | 58% | 56% | 94% | 57% | 47% |
| TOTAL | 35% | 20% | 89% | 80% | 44% |

Valores da componente autónoma - α -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|-------|--------|-------|----------|---------|
| PRIMÁRIO | 0.42 | 0.14 | 8.09 | 28.11 | 2.45 |
| SECUNDÁRIO | 7.04 | 4.97 | 13.9 | 13.9 | 6.99 |
| TERCIÁRIO | 5.01 | 4.17 | 8.99 | 9.03 | 6.77 |
| TOTAL | 4.52 | 2.88 | 10.44 | 17.39 | 6.19 |

Valores do Coeficiente associado a $R(t)$ - α' -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|------------|-------------|-----------|-----------|-----------|
| PRIMÁRIO | -0.0000027 | + 0.0000011 | -0.000087 | -0.00023 | -0.000037 |
| SECUNDÁRIO | -0.00007 | -0.000030 | -0.00010 | -0.000099 | -0.00005 |
| TERCIÁRIO | -0.000036 | -0.000033 | -0.000061 | -0.000064 | -0.000053 |
| TOTAL | -0.000036 | -0.000017 | -0.000073 | -0.00014 | -0.000049 |

Fonte: Quadro 1, Anexo III (regressões efectuadas com os valores absolutos das taxas de desemprego e das remunerações actuais).

Quadro 4.1.A

Sinais dos coeficientes associados à variável independente
resultantes das regressões de tipo A - $TXD = \alpha + \alpha'R(t) - \alpha$

Coefficiente associado a $R(t) - \alpha'$ -

| α' NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|---------------------------|-------|--------|-----|----------|---------|
| PRIMÁRIO | - | + (1) | - | - | - |
| SECUNDÁRIO | - | - | - | - | - |
| TERCIÁRIO | - | - | - | - | - |
| TOTAL | - | - | - | - | - |

Legenda: (1) regressão a não considerar uma vez que o $R^2 = 1\%$

Fonte: Quadro 1 do Anexo II.

Do quadro deduz-se o seguinte:

i) A nível da qualidade das regressões:

i.1) Os valores do R^2 são reduzidos, o que nos leva a rejeitar muitas das regressões ($R^2 < 50\%$).

i.1.1) Por sectores de actividade:

- A qualidade de ajustamento (R^2) aumenta em todas as NUT do primário para o terciário, excepto no Alentejo [1º Sec.; 2º Terc.; 3º Prim.]¹⁵² e Algarve [1º Terc.; 2º Prim., 3º Sec.]¹⁵³;
- As regressões de mais baixos R^2 encontram-se fundamentalmente no sector primário. Todas as regressões do sector primário têm $R^2 < 50\%$, excepto na região LVT;
- No sector secundário, as regressões têm $R^2 < 50\%$, exceptuando LVT e Alentejo;
- No sector terciário os R^2 são os melhores. Apenas assumem valores abaixo dos 50% para a região Algarve.

i.1.2) Por regiões:

- Norte e Centro com regressões de $R^2 > 50\%$, apenas para o terciário;
- LVT, com $R^2 > 50\%$ em todos os sectores;

¹⁵² No Alentejo temos em 1º lugar o sector secundário ($R^2 = 62\%$), em 2º o terciário ($R^2 = 57\%$) e em 3º o primário ($R^2 = 38\%$).

¹⁵³ No Algarve o valor dos R^2 é mais elevado para o sector terciário ($R^2 = 47\%$), seguido do primário ($R^2 = 26\%$) e por fim do sector secundário ($R^2 = 21\%$).

- Alentejo com $R^2 > 50\%$ para o secundário e terciário;
- Algarve com $R^2 > 50\%$ em nenhum sector de actividade.

i.2) Os coeficientes estimados também apresentam valores muito baixos, denotando instabilidade e pouca precisão e, por consequência, pouco peso na explicação do fenómeno que nos propusémos estudar. Nestes moldes, as nossas conclusões apoiar-se-ão mais no "sentido" das estimativas - apontado pelo sinal que precede cada coeficiente -, do que na "intensidade de associação" - dada pelo valor do coeficiente. No entanto, cabe salientar que, ao adoptarmos como opção metodológica considerar apenas uma variável como explicativa, não esperávamos coeficientes de valores elevados. A complexificação crescente do mercado de trabalho actual só pode ser entendida, em toda a sua extensão, através de múltiplas variáveis de influência conjunta.

A modéstia das estimativas é mais marcante no sector primário, o qual apresenta os mais baixos coeficientes. Exceptua-se o caso do Alentejo, onde os coeficientes afectos ao sector primário são os mais elevados. LVT também apresenta coeficientes menos baixos do que as restantes regiões.

Os coeficientes mais elevados encontram-se no sector secundário - para as regiões Norte, Centro e LVT - e no sector terciário para o Algarve.

ii) A nível da relação entre a variável endógena e a variável exógena (estudo do sinal dos coeficientes estimados ¹⁵⁴):

ii.1) Em todas as NUT II e para todos os sectores de actividade, as remunerações médias mensais e a taxa de desemprego, encontram-se inversamente correlacionadas: à medida que as remunerações aumentam, diminui a taxa de desemprego, o que nos conduz à validação da contribuição parcial do modelo neoclássico. Exceptua-se o binómio NUT Centro/sector primário, onde coexistem aumentos das remunerações e aumentos da taxa de desemprego. Esta excepção é típica da existência de situações de

¹⁵⁴ Para uma análise detalhada do sinal do estimador das regressões vd. Quadro 1 do Anexo III.

segmentação, com as quais já nos tínhamos confrontado no capítulo relativo à Caracterização. Porém, uma vez que no binómio referido o R^2 tem um valor muito reduzido ($R^2 = 1\%$), a regressão não é considerada¹⁵⁵.

Tal comportamento das variáveis em causa - remunerações médias mensais (v. independente) e taxa de desemprego (v. dependente) - parece, de facto, ser coincidente com os postulados neoclássicos de ajustamento pelos preços - salários/remunerações - no mercado de trabalho. Uma elevação nos salários, repercute-se no aumento do preço (ou custo de oportunidade do lazer) conduzindo a uma maior oferta de trabalho, embora com um efeito relativamente modesto. Do lado da procura, os empregadores continuarão a recrutar pessoal, desde que o valor do produto marginal obtido com um trabalhador suplementar exceda a remuneração auferida.

Ora, de 86/92 a economia portuguesa beneficiou de um período de crescimento económico que conduziu à absorção de grande parte da mão de obra pelas empresas. No entanto, nos anos em consideração a produtividade dos trabalhadores revelou-se inferior aos aumentos salariais, os quais primaram também pela moderação¹⁵⁶; "Em termos acumulados, entre 1987 e 1992, o diferencial de crescimento entre as remunerações e a produtividade atinge 7.5 pontos percentuais"¹⁵⁷.

A situação de excepção verificada no binómio NUT Centro/sector primário (à qual não daremos muito peso devido ao reduzido valor do R^2), a par da situação particular vivenciada pelo sector primário no seu conjunto - coeficientes baixos e $R^2 < 50\%$ (excepto para LVT) -, sugerem-nos o facto do desemprego neste sector, ser pouco explicado pelo nível dos salários. Tais considerações manifestam a reduzida capacidade de absorção de mão-de-obra por parte do sector em questão, seja qual for o nível salarial.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ "A evolução dos salários reais foi acompanhada de um crescimento inferior da produtividade, quer por trabalhador, quer horária, as quais registaram variações de 0.6% e 0.3%, respectivamente" in Relatório do Banco de Portugal, 1992, Quadro III.17 - Produtividade do Factor Trabalho, pg. 148.

¹⁵⁷ in Relatório do Banco de Portugal, 1992, pg. 148.

O sector que apresenta coeficientes mais elevados e regressões melhores é o terciário. O facto é compatível com o fenómeno de terciarização sentido nas economias e com o maior nível de qualificações geral afecto a este sector. Passa-se o inverso com o sector primário, cujo reduzido significado das estimativas se associa à verificação do sector ser cada vez menos captador de mão-de-obra ¹⁵⁸: - se há diminuição do desemprego independentemente do nível de salários, tal não se

¹⁵⁸ Como podemos aperceber-nos através dos quadros expostos a seguir, o sector primário tem vindo a perder a sua capacidade empregadora e tem sido "palco" de taxas de crescimento em volume do PIB negativas.

Quadro 4.2.A1
Emprego total do sector agrícola - 85/89 -

| ANOS | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 |
|-----------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Ag, ,Siv.,Pesca | 946.9 | 875.2 | 880.0 | 842.5 | 795.9 |

Unidade: (10³)

Quadro 4.2.A2
Taxa de variação anual do emprego no sector agrícola - 85/89 -

| ANOS | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 |
|-----------------|------|------|------|------|------|
| Ag, ,Siv.,Pesca | 3.3 | -7.6 | 0.5 | -4.3 | -5.5 |

Unidade: %

Quadro 4.2.A3
Estrutura percentual

| ANOS | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 |
|-----------------|------|------|------|------|------|
| Ag, ,Siv.,Pesca | 25.4 | 24.1 | 24.1 | 23.1 | 21.6 |

Unidade: %

Fonte: Emprego total por sectores - Continente - Departamento Central de Planeamento, (1991).

Quadro 4.2 B
Produto Interno Bruto

| | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 |
|----------------------------------|------------------|--------|--------|--------|--------|
| AGRICULTURA, SIVICULTURA E PESCA | Preços correntes | T.C.V. | T.C.V. | T.C.V. | T.C.V. |
| | 365,1 | 12,5 | -1,7 | -0,5 | -1,0 |

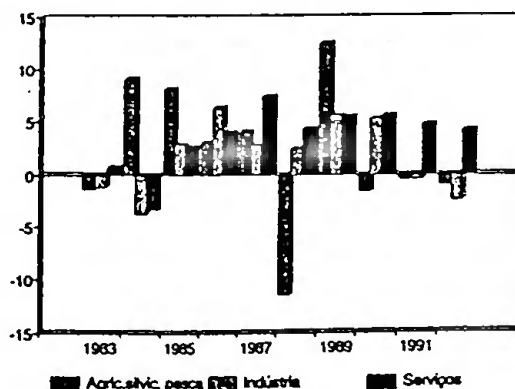
milhões de contos

Legenda: T.C.V = taxas de crescimento em volume.

Fonte: INE, 1988, Banco de Portugal, 1989-92, in Relatório do Banco de Portugal, 1992, Quadro III.6, p.130.

O gráfico seguinte também nos ajuda a visualizar a afirmação feita:

Gráfico 4.1.
Evolução do PIB por sectores
- Taxas de crescimento em percentagem -



Fonte: Banco de Portugal e INE, Contas Nacionais.

deve essencialmente ao jogo da procura e oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho, mas deve-se antes à regulamentação institucional dos salários, que não deixa que estes desçam abaixo de um determinado patamar.

4.1.2. Variáveis actuais e desfasadas

Procedendo agora ao estudo das regressões de tipo B - taxa de desemprego em função do salário do ano em causa e do ano anterior -, verificamos o seguinte (quadro 4.3):

Quadro 4.3

Valores do coeficiente de determinação (R^2), da componente autónoma (α), do coeficiente associado a $R(t)$ (α') e do coeficiente associado a $R(t-1)$ (α'') resultantes das regressões de tipo B - $TXD = \alpha + \alpha' R(t) + \alpha'' R(t-1)$ - relativas aos binómios NUT/sector de actividade, para o período 1987/1992

Valores do coeficiente de determinação - R^2 -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE | CONT. |
|-----------------|-------|--------|------|----------|---------|-------|
| PRIMÁRIO | 77 % | 5 % | 98 % | 39 % | 17 % | 96 % |
| SECUNDÁRIO | 16 % | 6 % | 82 % | 60 % | 4 % | 46 % |
| TERCIÁRIO | 89 % | 42 % | 92 % | 89 % | 25 % | 94 % |
| TOTAL | 11 % | 18 % | 89 % | 85 % | 25 % | 76 % |

Valores da componente autónoma - α -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE | CONT. |
|-----------------|-------|--------|-------|----------|---------|-------|
| PRIMÁRIO | 0.40 | 0.11 | 7.84 | 19.22 | 0.60 | 2.76 |
| SECUNDÁRIO | 4.46 | 3.40 | 11.50 | 12.31 | 4.27 | 6.54 |
| TERCIÁRIO | 4.03 | 3.77 | 8.77 | 9.95 | 4.89 | 6.61 |
| TOTAL | 3.06 | 1.97 | 9.59 | 17.07 | 4.14 | 5.86 |

Valores do coeficiente associado a $R(t) - \alpha'$

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE | CONT. |
|-----------------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|-----------|
| PRIMÁRIO | +0.000042 | +0.000011 | +0.00044 | +0.0011 | -0.000049 | +0.00030 |
| SECUNDÁRIO | -0.00017 | -0.00007 | -0.00015 | +0.0011 | -0.00015 | -0.00022 |
| TERCIÁRIO | +0.00013 | -0.000075 | -0.00011 | -0.00043 | +0.00016 | -0.000034 |
| TOTAL | +0.000048 | -0.00014 | -0.000063 | +0.00030 | +0.00016 | -0.000053 |

Valores do coeficiente associado a $R(t-1)$

| NUT'S SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE | CONT. |
|-------------------|-----------|-----------|------------|----------|-----------|-----------|
| PRIMÁRIO | -0.000051 | -0.000010 | -0.00060 | -0.0013 | +0.000059 | -0.00036 |
| SECUNDÁRIO | +0.00017 | +0.000076 | +0.000091 | -0.00021 | +0.00017 | +0.00021 |
| TERCIÁRIO | -0.00017 | +0.000056 | +0.000054 | +0.00040 | -0.00020 | -0.000012 |
| TOTAL | -0.000018 | +0.00016 | +0.0000042 | -0.0005 | -0.00020 | +0.00002 |

Fonte: Quadro 2, Anexo III (regressões efectuadas com os valores absolutos das taxas de desemprego e das remunerações actuais).

Quadro 4.3.A

Sinais dos coeficientes associados às variáveis independentes, respectivamente à variável do ano em causa e à variável defasada no tempo resultantes das regressões do tipo $B - TXD = \alpha + \alpha' R(t) + \alpha'' R(t-1) -$

Coefficientes associados a $R(t) - \alpha'$ - e $R(t-1) - \alpha''$ -

| NUT SECTORES | NORTE | | CENTRO | | LVT | | ALENTEJO | | ALGARVE | |
|-----------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|
| | α' | α'' | α' | α'' | α' | α'' | α' | α'' | α' | α'' |
| PRIMÁRIO | + | - | + | - | + | - | + | - | - | + |
| SECUNDÁRIO | - | + | - | + | - | + | + | - | - | + |
| TERCIÁRIO | + | - | - | + | - | + | - | + | + | - |
| TOTAL | + | - | - | + | - | + | + | - | + | - |

Fonte: Quadro 2 do Anexo II.

Do quadro deduz-se o seguinte:

i) A nível da qualidade das regressões:

i.1) Os valores do R^2 são significativos ($R^2 \geq 50\%$) nos seguintes binómios NUT/sector de actividade:

- Norte/Primário (77%),
- Norte/Terciário (89%),
- LVT/Primário (98%),
- LVT/Secundário (82%),
- LVT/Terciário (92%),
- Alentejo/Secundário (60%),
- Alentejo/Terciário (89%);

i.1.1) Por sectores de actividade:

- O R^2 é mais elevado no sector terciário, para todas as NUT (exceptuando-se LVT, onde é o primário a possuir um coeficiente de determinação mais elevado). Segue-se-lhe o sector secundário nas NUT Centro e Alentejo e o sector primário nas NUT Norte e Algarve. LVT tem um R^2 mais elevado no sector primário, depois no sector terciário e por fim no secundário.

i.1.2) Por regiões:

- Norte com regressões de $R^2 > 50\%$, para os sectores primário e terciário;
- LVT com $R^2 > 50\%$ em todos os sectores;
- Alentejo com $R^2 > 50\%$, para o secundário e terciário, e
- Centro e Algarve com $R^2 > 50\%$ em nenhum sector de actividade.

i.2) Os coeficientes estimados apresentam valores reduzidos, o que nos faz tecer considerações semelhantes às desenvolvidas anteriormente

159.

ii) A nível da relação entre a variável endógena e as variáveis exógenas (estudo do sinal dos coeficientes estimados), verificamos:

- ii.1) A maior parte dos binómios NUT II/sector de actividade evidenciam regressões onde as remunerações médias mensais do ano (t) e a taxa de desemprego, se encontram inversamente correlacionadas ¹⁶⁰.

Exceptuam-se:

- Norte/Primário/Terciário,
- Centro/Primário,
- LVT/Primário,
- Alentejo/Primário/Secundário,
- Algarve/Terciário. O sector primário "coloca-se", uma vez mais, numa situação de excepção típica da existência de segmentação.

- ii.2) As regressões apresentam a particularidade dos coeficientes associados às "Remunerações do ano em causa (t)" e às "Remunerações do ano anterior (t-1)" possuírem sinais contrários. Ou seja, quando o sinal do coeficiente associado a $R(t)$ é positivo, o coeficiente associado a $R(t-1)$ é negativo e vice-versa¹⁶¹, o que parece indicar que os ajustamentos pelos salários, se bem que relativamente modestos, se fazem essencialmente no curto prazo. Exceptua-se o Continente/terciário, onde o sinal é negativo para os dois coeficientes. Tal constatação parece por si só justificar que a nossa preocupação não se canalize apenas para a elaboração de regressões com base em valores absolutos, mas também com base em valores relativos, de forma a mais facilmente podermos detectar a sensibilidade face às variações de curto-prazo das variáveis explicativas, o que faremos mais adiante.

Com o fim de tornar mais evidente a leitura do sentido das associações entre as variáveis dependente e as independentes, construímos os quadros sinópticos que a seguir se apresentam (Quadros 4.4 e 4.5):

¹⁶⁰ Vd. pg. 106, ponto ii.1.

¹⁶¹ Vd. Quadro 2, Anexo III.

Quadro 4.4.

Matriz sinóptica do comportamento da variável independente - $R(t)$ - e sua repercussão na variável dependente - TXD - com base nas regressões de tipo B - $TXD = \alpha + \alpha' R(t) + \alpha'' R(t-1)$ -, 1986/1992

| $R(t) \uparrow$ NUT SECTOR | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE | CONTIN. |
|-------------------------------|-------|--------|------|----------|---------|---------|
| PRIMÁRIO | TXD↑ | TXD↑ | TXD↑ | TXD↑ | TXD↓ | TXD↑ |
| SECUNDÁRIO | TXD↓ | TXD↓ | TXD↓ | TXD↑ | TXD↓ | TXD↓ |
| TERCIÁRIO | TXD↑ | TXD↓ | TXD↓ | TXD↓ | TXD↑ | TXD↓ |

Fonte: Quadro 2 do Anexo III

Quadro 4.5.

Matriz sinóptica do comportamento da variável independente desfasada no tempo - $R(t-1)$ - e sua repercussão na variável dependente - TXD - com base nas regressões de tipo B - $TXD = \alpha + \alpha' R(t) + \alpha'' R(t-1)$ -, 1986/1992

| $R(t-1) \uparrow$ NUT SECTOR | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE | CONTIN. |
|---------------------------------|-------|--------|------|----------|---------|---------|
| PRIMÁRIO | TXD↓ | TXD↓ | TXD↓ | TXD↓ | TXD↑ | TXD↓ |
| SECUNDÁRIO | TXD↑ | TXD↑ | TXD↑ | TXD↓ | TXD↑ | TXD↑ |
| TERCIÁRIO | TXD↓ | TXD↑ | TXD↑ | TXD↑ | TXD↓ | TXD↓ |

Fonte: Quadro 2 do Anexo III

Ou, de forma ainda mais sintética:

Quadro 4.6.

Excepções à regra geral evidenciada pelo comportamento das variáveis independentes - $R(t)$ e $R(t-1)$ - e sua repercussão na variável dependente - TXD -

| [REGRAS GERAIS] | $R(t) \uparrow \Rightarrow TXD \downarrow$ | [REGRAS GERAIS] | $R(t-1) \uparrow \Rightarrow TXD \downarrow$ |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| <u>Excepções:</u> Norte [Primário (77%), Terciário (89%)], Centro [Primário (5%)], LVT [Primário (98%)], Alentejo [Primário (60%), Secundário (89%)], Algarve [Terciário (25%)] | | <u>Excepções:</u> Norte (Secundário), Centro (Secundário, Terciário), LVT (Secundário, Terciário), Alentejo (Terciário), Algarve (Primário, Secundário) | |

Fonte: Quadros 4.4 e 4.5.

Em algumas das regressões elaboradas¹⁶², verificamos que, quanto maior é o salário do "ano t", menor é o nível de desemprego. Tal relação é coincidente com os postulados neoclássicos para a fase de aumento de produtividade marginal, como já tínhamos tido ocasião de nos aperceber quando analisámos as regressões do tipo A. Num

¹⁶² Regressões de tipo B elaboradas para as cinco NUT e para os três sectores de actividade.

mercado em expansão, os trabalhadores revelam-se mais disponíveis para trabalhar à medida que o salário marginal aumenta; e serão em princípio, empregues enquanto a respectiva produtividade marginal fôr compensadora. Para além disso e em sintonia com os mesmos pressupostos, também constatamos que os ajustamentos são essencialmente de curto prazo¹⁶³.

Porém, nas restantes regressões, o comportamento das variáveis não se processa segundo os axiomas neoclássicos. Ou seja, nas regressões aumentam os salários sem que se verifique uma diminuição no desemprego, sendo dado o mesmo nível de produtividade marginal. Por consequência, é precisamente para integrarmos estas excepções no nosso quadro analítico, que nos apoiaremos nos contributos das escolas da segmentação, após verificarmos a relação entre os tipos A e B de regressões, como faremos já de seguida.

iii) A nível do confronto entre as regressões de tipo A - $TXD = \alpha + \alpha' R(t)$ - e as regressões de tipo B - $TXD = \alpha + \alpha' R(t) + \alpha'' R(t-1)$ -, ou seja, entre as regressões que não consideram apenas a variável independente para o ano em causa (t), mas consideram igualmente a variável independente desfasada no tempo (t-1) verificamos:

iii.1) Os coeficientes continuam a apresentar valores muito baixos¹⁶⁴, embora tenham sentido uma ligeira melhoria com a introdução da remuneração do ano anterior;

iii.2) A percentagem de variação dos salários explicada pela recta de regressão - R^2 - quando comparada com as regressões de tipo A melhora, fundamentalmente no sector primário (excepto Algarve). Na verdade, nas NUT Norte (de 9% para 77%), Centro (de 1% para 5%), LVT (de 68% para 98%) e Alentejo (de 38% para 39%), o R^2 melhorou, facto que traduz a importância de levar em linha de conta a natureza intemporal dos ajustamentos. No entanto, o número de

¹⁶³ Vd. os possíveis desenvolvimentos desta questão de acordo com as sugestões apresentadas na pg. 118 ou no ponto 4.2.

¹⁶⁴ Ver referências sobre as limitações decorrentes da utilização de uma ou poucas variáveis explicativas, Cap. 4, pg. 106.

regressões que passam no teste do R^2 , não são muitas mais¹⁶⁵.

Vejamos:

Quadro 4.7.

Regressões do tipo A - $TXD = \alpha + \alpha' R(t)$ -
e do tipo B - $TXD = \alpha + \alpha' R(t) + \alpha'' R(t-1)$ - aceites como válidas ($R^2 \geq 50\%$),
por NUT II, 1987/1992

| TIPOS REGRESSÕES NUT | TIPO A $TXD = \alpha + \alpha' R(t)$ ($R^2 \geq 50\%$) | | TIPO B $TXD = \alpha + \alpha' R(t) + \alpha'' R(t-1)$ ($R^2 \geq 50\%$) |
|-------------------------|----------------------------------------------------------------|-------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
| NORTE | TERCIÁRIO | \neq | PRIMÁRIO; TERCIÁRIO |
| CENTRO | TERCIÁRIO | \neq | NENHUM |
| LVT | TODOS | \Leftrightarrow | TODOS |
| ALENTEJO | SECUND; TERC. | \Leftrightarrow | SECUNDÁRIO; TERCIÁRIO |
| ALGARVE | NENHUM | \Leftrightarrow | NENHUM |

Fonte: Quadros 4.1 e 4.3 (CAP. 4)

As regressões de tipo A - $TXD = \alpha + \alpha' R(t)$ - que verificamos serem aceites por possuírem um $R^2 \geq 50\%$, coincidem com as regressões aceites do tipo B - $TXD = \alpha + \alpha' R(t) + \alpha'' R(t-1)$ - exceptuando-se alguns casos pontuais (de que é exemplo o binómio Centro/Terciário).

Pela análise que temos vindo a fazer das regressões dos tipos A e B sentimos a necessidade de integrar os comportamentos "dissonantes" das variáveis no nosso referencial teórico. Assim, apoiámo-nos nos contributos das escolas da segmentação, relativos às formas sectorial, regional e de modalidades de gestão de mão-de-obra.

A nossa proposta de delimitação de segmentos, a verificar, é então:

1º) Tipo de segmentação

- sectorial -

- Sector Primário *versus* Outros Sectores

2º) Tipo de segmentação

- regional -

- Alentejo *versus* Outras Regiões
- Alentejo/Secundário
- Norte/Terciário

(¹⁶⁶)

¹⁶⁵ Ver nota sobre as limitações decorrentes da utilização de uma ou poucas variáveis explicativas, Cap. 4, pg. 106.

3º) Tipo de segmentação

- gestão de mão-de-obra -

- sinal simétrico de $R(t)$ e de $R(t-1)$
- ajustamento de curto prazo *versus* ajustamentos de médio e longo prazos

A primeira linha de segmentação proposta - sector primário *versus* outros sectores -, provém da excepção sistemática que o sector primário vem evidenciando no seu comportamento¹⁶⁷. Enquanto nas diferentes regiões, quando aumenta $R(t)$ nos sectores secundário e terciário declina a taxa de desemprego¹⁶⁸, no sector em questão acontece o inverso (regressões de tipo B).

Se aumentos nas $R(t)$ correspondem a aumentos na taxa de desemprego, é porque existe excesso de oferta de trabalho e, por consequência os empregadores reagem a subidas de salários não empregando mais trabalhadores e/ou despedindo mesmo alguns, porque a procura de lucro implica um esforço constante para baixar o custo unitário de produção. Tal é compatível com a fraca produtividade associada ao sector agrícola, assim como com a reduzida capacidade empregadora que vem a demonstrar há mais de duas décadas. Sabemos, com efeito, que a Agricultura "perdeu metade do seu peso na economia durante o período 85/92, passando de 6% do VAB em 85, para apenas 3% em 1992"¹⁶⁹; resultado que só reforça as nossas considerações expostas na nota da página 108.

Do referido, fica claro que o comportamento dos empregadores do sector primário, não é o mesmo dos empregadores dos outros sectores, o que valida a nossa hipótese 1 - existem políticas distintas de mão-de-obra consoante os sectores de actividade -, como referimos logo no começo deste ponto¹⁷⁰.

Neste contexto, caberia fazer referência ao estudo de F. Lutz¹⁷¹, que evidenciou a importância da conjuntura na segmentação. Para o autor, o motor do desenvolvimento na década de 60 foi o sector industrial, que se expandiu em

¹⁶⁶ Não consideramos Algarve/Terciário visto que nas regressões correspondentes o $R^2 < 50\%$ e, por consequência as rejeitamos.

¹⁶⁷ Vd. Quadro 4.6., pg. 113.

¹⁶⁸ Excepção Norte/terciário (89%); Alentejo/secundário (60%); Algarve/terciário (25%).

¹⁶⁹ A.C., (1993).

¹⁷⁰ Vd. pg. 102.

¹⁷¹ F. Lutz in Gambier, D. e Vernières, M. (1982).

detrimento das outras actividades. Mais recentemente, esse papel é atribuído ao sector terciário. As conclusões de Lutz convidam-nos a verificar que a segmentação presente nas nossas estruturas económicas varia segundo a conjuntura económica do período considerado.

Ora no que respeita ao caso português, no período 86/92, os sectores mais dinâmicos são o terciário (fundamentalmente) e o secundário. O primário assume-se como sector tradicional com problemas estruturais internos de baixa produtividade e de mão-de-obra pouco qualificada, o que justifica o seu carácter de excepção, aqui bem evidenciado.

*
* *

Quanto ao segundo tipo de segmentação - por regiões, Norte/terciário e Alentejo/secundário -, ele requereria uma investigação pormenorizada do comportamento destes sectores nestas NUT, porém, ela não será aqui elaborada, devido à falta de informação complementar.

O terceiro tipo de segmentação aponta para o facto de os empregadores portugueses fazerem os ajustamentos - em termos de afectação de mão-de-obra aos empregos - no mesmo período. Ou seja, a gestão é essencialmente feita em "cima do acontecimento", no curto prazo, tal como supõe os neoclássicos. Existe portanto, uma sensibilidade significativa ao que acontece no momento e escasseiam as práticas continuadas de gestão. Daí o sinal simétrico, consoante nos reportamos ao período t ou ao período $t-1$. O papel activo das empresas, no que respeita à procura de trabalho, tem aqui a sua fundamentação. Pelo que, uma vez mais, somos remetidos para as teorias da segmentação¹⁷².

4.2. A intervenção de variáveis institucionais

No que respeita à "demonstração" da veracidade da 2ª hipótese - a concentração do desemprego em determinadas regiões (e sectores) dever-se em parte, à ausência de flexibilidade regional dos salários, a par de uma fraca mobilidade geográfica da mão-de-obra¹⁷³ - somos remetidos para a dimensão espacial do modelo tradicional neoclássico.

¹⁷² A hipótese da neutralidade dos agentes face ao seu ambiente imediato não é sustentável. Os empregadores são influenciados pelo ambiente, mas também o transformam.

¹⁷³ Ver pg. 102, Cap. 4.

A dimensão espacial é simultaneamente "essencial e absolutamente secundária"¹⁷⁴. "Essencial", na medida em que o desequilíbrio do mercado é geográfico, implicando que o ajustamento se opere pela mobilidade. "Secundária", na medida em que é próprio do mercado apagar todas as diferenças.

Se tais verificações não se aplicam no nosso caso, será devido à inexistência de flexibilidade salarial, ou seja, à incapacidade dos preços (salários) se ajustarem às quantidades procuradas (trabalhadores), definindo flexibilidade como o inverso da elasticidade procura-preço¹⁷⁵.

Que "rigidezes" podem então aparecer que constituam impedimento à adaptação desejável? Destacariamos as seguintes:

- i) A existência de regras fixas e automáticas de contratação colectiva;
- ii) O grau de incidência fiscal e para-fiscal sobre o trabalho, que para além de poder exercer uma função significativa na rigidez salarial e consequentemente no emprego, é também factor de agravamento dos custos fixos de mão-de-obra;
- iii) A existência de salário mínimo, a qual se por um lado constitui uma remuneração base e de protecção a determinadas categorias de trabalhadores vulneráveis, pode, por outro, contribuir para que determinados trabalhadores desempregados não possam concorrer eficazmente na obtenção de emprego. Na verdade, o que acontece é que as empresas não vêm viabilidade em empregar trabalhadores cujo nível de produtividade esteja abaixo daquele que corresponde ao salário mínimo ficando deste modo, alguns trabalhadores sem emprego. Para além do mais, a fixação do salário mínimo pode ainda propiciar o aumento geral dos salários, agravando o desemprego.

O salário mínimo pode ainda interagir com outras medidas estruturais. Se a legislação for muito severa em matéria de protecção ao emprego, vem encarecer o custo de mão-de-obra pouco qualificada, e a sua fixação pode impedir o ajustamento compensador do salário relativo a este tipo de mão-de-obra.

¹⁷⁴ Coing, M., (1976).

¹⁷⁵ Relatório do Banco de Portugal, (1992).

No nosso país, "metade do salário médio no sector agrícola é constituída por salário mínimo, o que exprime um importante peso desta modalidade de salário, enquanto que nos outros sectores de actividade ela não representa nem 10%"¹⁷⁶. Esta afirmação deixa implícito que no mercado de trabalho os trabalhadores afectos ao sector primário saem socialmente prejudicados.

A fraca resposta dos fluxos demográficos face às políticas de incentivo à mobilidade desenvolvidas no nosso país, mostra a resistência das populações, mesmo das mais carenciadas, à migração. Esta situação, assim como a da "rigidez" salarial, contribui para por em causa a hipótese de perfeita mobilidade de factores adiantada pelos neoclássicos ortodoxos.

Para uma análise detalhada dos factores que poderiam influenciar a mobilidade da mão-de-obra, conviria ter em atenção os seguintes aspectos:

- nível de actividade económica global, sectorial e regional;
- nível de diferenciação salarial inter-regiões, sectores, empresas;
- amplitude das subvenções à mobilidade, em particular da geográfica;
- rigidez do mercado imobiliário e grau de diferenciação regional de custos de alojamento e de custo de vida;
- rigidez da regulação de trabalho e sua diferenciação regional;
- existência de serviços de educação e de saúde de qualidade;
- existência de reciclagem profissional para adultos.

No entanto, não é nossa intenção aprofundar no presente trabalho os factores mencionados, visto que nos afastaríamos do nosso objectivo. Paralelamente, a dificuldade em obter estatísticas credíveis destas variáveis a nível regional é tal, que poderia pôr em causa algumas das nossas conclusões. Se aqui referimos alguns factores influenciadores da ausência de mobilidade foi tão somente com a intenção de evidenciar a existência de outros factores explicativos do desemprego para além do salário - o único escolhido como variável explicativa do desemprego nas regressões aqui elaboradas.

¹⁷⁶ Relatório do Banco de Portugal, 1992, pg. 147 e 148.

4.3.1. Variáveis actuais

Começamos por considerar com maior detalhe as regressões de tipo C. Ou seja, vamos apreciar os resultados da variação da taxa de desemprego associados à variação homóloga das remunerações médias mensais de base, ambas as variáveis relativas ao mesmo período de observação.

Os valores obtidos para os parâmetros estimados e para os principais testes estatísticos constam do quadro 4.8.

Quadro 4.8.

Valores do coeficiente de determinação (R^2), da componente autónoma (α) e do coeficiente associado à variável independente VR (t)(α') (variações interanuais de remunerações) resultantes das regressões de tipo C - $VTXD = \alpha + \alpha' VR(t)$ - para os binómios NUT/sector de actividade para o período 1986/1992

Valores do coeficiente de determinação - R^2 -

| NUT SECTOR | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|---------------|-------|--------|-----|----------|---------|
| PRIMÁRIO | 54% | 15% | 18% | 49% | 21% |
| SECUNDÁRIO | 2% | 7% | 6% | 51% | 16% |
| TERCIÁRIO | 6% | 29% | 1% | 68% | 0.2% |
| TOTAL | 15% | 12% | 14% | 43% | 5% |

Valores da componente autónoma - α -

| NUT SECTOR | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|---------------|-------|--------|-------|----------|---------|
| PRIMÁRIO | -0.30 | -0.13 | -2.42 | -13.69 | +0.84 |
| SECUNDÁRIO | -1.39 | -1.37 | -1.98 | -4.31 | -4.48 |
| TERCIÁRIO | -1.01 | -1.25 | -0.64 | +3.28 | -0.0087 |
| TOTAL | -1.57 | -0.85 | -1.37 | -8.12 | -2.54 |

Valores do coeficiente associado a VR (t) - α' -

| NUT SECTOR | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|---------------|-------|--------|------|----------|---------|
| PRIMÁRIO | 1.79 | 1.03 | 10.6 | 81.85 | -9.26 |
| SECUNDÁRIO | 7.28 | 8.25 | 6.75 | 22.89 | 25.3 |
| TERCIÁRIO | 4.59 | 7.68 | 0.96 | -27.77 | -3.89 |
| TOTAL | 8.89 | 5.21 | 4.51 | 48.4 | 14.04 |

Fonte: Quadro 3 do Anexo III.

Quadro 4.8.A

Sinais da componente autónoma e dos coeficientes associados
à variável independente, resultantes das regressões de
tipo C - $VTXD = \alpha + \alpha' VR$

Componente autónoma - α -

| α NUT SECTOR | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|------------------------|-------|--------|-----|----------|---------|
| PRIMÁRIO | - | - | - | - | + |
| SECUNDÁRIO | - | - | - | - | - |
| TERCIÁRIO | - | - | - | + | - |
| TOTAL | - | - | - | - | - |

Coeficiente associado a VR(t) - α' -

| α' NUT SECTOR | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-------------------------|-------|--------|-----|----------|---------|
| PRIMÁRIO | + | + | + | + | - |
| SECUNDÁRIO | + | + | + | + | + |
| TERCIÁRIO | + | + | + | - | - |
| TOTAL | + | + | + | + | + |

Fonte: Quadro 3 do Anexo III.

As conclusões a que chegamos são fundamentalmente as seguintes:

i) A nível da qualidade das regressões:

- i.1) O patamar de aceitação das regressões situa, como habitualmente, num $R^2 \geq 50\%$. Por consequência, face ao valor reduzido que o coeficiente de determinação atinge na grande maioria das NUT, apenas consideramos válidas as regressões relativas aos seguintes pares região/sector:

- Norte/primário (54%),
- Alentejo/primário (49%),

- Alentejo/secundário (51%), e
- Alentejo/terciário (68%).

A qualidade do ajustamento é mais significativa no sector primário para as NUT Norte, LVT e Algarve. É mais significativa no sector terciário para as NUT Centro e Alentejo. Tais constatações apontam para o fraco poder das variações salariais do sector secundário na explicação de variações na taxa de desemprego, exceptuando a NUT Alentejo.

- i.2) Os coeficientes estimados apresentam valores significativos, nomeadamente os referentes à NUT Alentejo (valores de "81.85", "22.89" e "-27.77" consoante se reportam aos sectores primário, secundário ou terciário). Tal facto, aliado a $R^2 \geq 50\%$ nos vários sectores de actividade (R^2 afecto ao sector primário é de 49% e por isso muito próximo do limiar de aceitação), faz com que suponhamos que variações salariais são de grande capacidade explicativa das variáveis do desemprego nesta região.

A expressividade do valor dos coeficientes, na NUT Alentejo, reforça as conclusões anteriores respeitantes ao carácter de "segmento" de que se reveste a região e a importância relativa dos ajustamentos de curto-prazo.

ii) A nível da componente autónoma:

A componente autónoma assume valores sistematicamente negativos, exceptuando os binómios Alentejo/terciário¹⁷⁹ e Algarve/primário¹⁸⁰. O sinal negativo associado a esta estimativa deixa pressupor a existência de outros factores que, para além da variação nas remunerações, contribuem para a redução do desemprego no período considerado. Esses factores - típicos do que vulgarmente se designa por ajustamento pelas quantidades - assumem um peso crescente no mercado de trabalho e revestem, em particular, a forma de contratos a termo certo e programas ocupacionais.

iii) A nível da relação entre a variável endógena e a variável exógena (estudo do sinal dos coeficientes estimados):

¹⁷⁹ Regressão aceite, $R^2 = 68\%$.

¹⁸⁰ Não se considera a regressão na medida em que o seu $R^2 = 21\%$ ($R^2 < 50\%$).

- iii.1) Os coeficientes associados à variável exógena são sistematicamente precedidos de sinal positivo, conduzindo-nos à assumpção de que em todas as NUT e para todos os sectores de actividade, as variações das remunerações médias mensais e as variações na taxa de desemprego, se encontram positivamente correlacionadas. Exceptua-se o binómio: Alentejo/terciário ($R^2 = 68\%$)¹⁸¹.

O sinal positivo, associado à variável explicativa, traduz a tendência dos empregadores em não contratar mais trabalhadores e mesmo proceder ao despedimento de alguns quando se verificam aumentos salariais. A situação de excepção, atrás apontada, evidencia potencialmente a capacidade de absorção de mão-de-obra do sector terciário, na NUT Alentejo.

- iv) A nível do confronto entre as regressões de tipo A - $TXD = \alpha + \alpha' R(t)$ - (valores absolutos) e as regressões de tipo C - $VTXD = \alpha + \alpha' VR(t)$ - (valores relativos) verificamos:

- iv.1) O R^2 é, em regra, superior nas regressões de tipo A. Exceptuam-se apenas os seguintes pares NUT/sector:
- Norte/primário,
 - Centro/primário,
 - Alentejo/primário e
 - Alentejo/terciário.

As excepções detectadas evidenciam que a capacidade explicativa das regressões de tipo C (valores relativos) acresce quando o sector em estudo é o primário. Tal facto atesta, uma vez mais, o comportamento particular do sector em causa marcado pela sua saturação relativa em termos de mão-de-obra e pela sua excessiva regulamentação. Só a NUT Alentejo, com a regressão de tipo C mais explicativa no caso do sector terciário (para além do primário), constitui excepção.

- iv.2) A componente autónoma associada às regressões de tipo A está sistematicamente precedida de sinal positivo. O mesmo não acontece com a componente autónoma associada às regressões do tipo C. Nestas últimas, o sinal que antecede a estimativa da componente

¹⁸¹ As excepções sentidas na NUT Algarve - Algarve/primário e Algarve/terciário não são tomadas em consideração pelo valor do R^2 se situar abaixo do patamar de aceitação.

autónoma em questão, nos diferentes binómios NUT/sector, é negativo. Significa que quando não se registam variações nos salários relativos, os ajustamentos com vista à diminuição do desemprego se fazem essencialmente pelas quantidades; não havendo capacidade para manipular os salários, intervêm outros mecanismos correctores de carácter institucional e administrativo, como é o caso dos programas ocupacionais, por exemplo.

Esta hipótese não é, com efeito, apenas teórica e compatibiliza-se com a "rigidez dos salários à baixa", assim como com a existência de "salário mínimo", cuja função consiste em truncar a distribuição dos salários a um certo nível. A existência de "salário mínimo" faz, como referimos, com que muitas empresas não tenham interesse em empregar trabalhadores, cujo nível de produtividade seja mais baixo do que o dito salário. Consequentemente, muitos trabalhadores ficarão sem emprego, na medida em que os empresários se vêem na necessidade de reduzir custos e maximizar lucros. "Se uma legislação muito severa em matéria de protecção ao emprego vem encarecer o custo de mão-de-obra pouco qualificada, o salário mínimo pode impedir o ajustamento compensador do salário relativo desta mão-de-obra. O salário mínimo faz também com que se trave o ajustamento dos salários reais após perturbação, visto que impediu os trabalhadores no desemprego sem competências específicas a concorrer eficazmente para obter um emprego"¹⁸². Assim, o salário mínimo para além de constituir uma remuneração base e de protecção a determinadas categorias de trabalhadores vulneráveis, exerce múltiplas funções complementares de padrão de valor ou de regulação económica.

- iv.3) Os coeficientes das variáveis explicativas apresentam uma melhoria significativa quando a análise deixa de estar assente em valores absolutos e se faz com base em valores relativos. Paralelamente, também se verifica que, ao contrário do que sucedia nas regressões de tipo A, os coeficientes deixam de estar precedidos de sinal negativo para ficarem com sinal positivo, exceptuando o binómio

¹⁸² O SM generalizado, aplicado a todas as empresas, é em princípio uma garantia de tratamento comum, colocando as empresas em pé de igualdade, implicando em teoria a normalização da concorrência, visto que um dos factores do custo de produção tende a ser o mesmo para todos eles.

Alentejo/terciário¹⁸³. Assim, se numa análise assente em valores absolutos, quanto maior for o salário do ano (t) menor é o nível de desemprego do mesmo ano, o mesmo não acontece numa análise assente em valores relativos. Neste último tipo de análise, aumentos salariais correspondem, no curto prazo, a aumentos no nível de desemprego. Variações positivas nos salários conduzem os empregadores, num primeiro impacto, a não contratar mais trabalhadores e/ou a despedir alguns, pressupostos que se coadunam com as hipóteses neoclássicas de análise das variações marginais.

4.3.2. Variáveis actuais e desfasadas

Com o intuito de aprofundarmos o nosso estudo, consideraremos a seguir, as regressões de tipo D - $VTXD = \alpha + \alpha' VR(t) + \alpha'' VR(t-1)$ -, (valores relativos), assentes não só na variável independente referente ao ano (t) mas também ao ano (t-1).

Como habitualmente, apresentamos no quadro seguinte os principais resultados do ajustamento:

¹⁸³ Conforme se deduz do confronto entre os Quadros 4.1. e o Quadro 4.8. do Capítulo IV. Não se considera a NUT Algarve, enquanto NUT excepção, devido ao seu R^2 se situar abaixo do limiar de aceitação e estabelecido (Algarve/primário: $R^2 = 21\%$).

Quadro 4.9.

Valores do coeficiente de determinação (R^2), da componente autónoma (α), do coeficiente associado a VR(t) (α') e do coeficiente associado a VR(t-1) (α'') resultantes das regressões de tipo D - $VTXD = \alpha + \alpha' VR(t) + \alpha'' VR(t-1)$ -, para o período 1986/1992

Valores assumidos pelo coeficiente de determinação - R^2 -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|-------|--------|-----|----------|---------|
| PRIMÁRIO | 51% | 12% | 84% | 71% | 28% |
| SECUNDÁRIO | 23% | 36% | 13% | 62% | 59% |
| TERCIÁRIO | 84% | 70% | 4% | 94% | 66% |
| TOTAL | 53% | 53% | 26% | 86% | 81% |

Valores da componente autónoma - α -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|--------|--------|-------|----------|---------|
| PRIMÁRIO | -0.074 | -0.027 | 0.31 | -24.71 | -0.022 |
| SECUNDÁRIO | -4.08 | -3.0 | -1.69 | -3.88 | -8.85 |
| TERCIÁRIO | -0.36 | -2.68 | -0.85 | 2.62 | -21.2 |
| TOTAL | -2.13 | -1.97 | -1.29 | -14.84 | -0.27 |

Valores do coeficiente associado a VR(t) - α' -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|-------|--------|-------|----------|---------|
| PRIMÁRIO | 1.29 | 0.76 | 12.45 | 81.93 | -3.19 |
| SECUNDÁRIO | 12.4 | 6.18 | 5.27 | 21.4 | 15.89 |
| TERCIÁRIO | 8.1 | 8.35 | 0.03 | -31.1 | 83.1 |
| TOTAL | 10.71 | 4.48 | 5.09 | 73.92 | 4.20 |

Valores do coeficiente associado a VR(t-1) - α'' -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|-------|--------|--------|----------|---------|
| PRIMÁRIO | -0.97 | -0.48 | -17.75 | 75.6 | 2.98 |
| SECUNDÁRIO | 15.93 | 14.87 | 1.496 | 0.18 | 39.6 |
| TERCIÁRIO | -6.88 | 9.52 | 1.96 | 6.94 | 67.6 |
| TOTAL | 3.41 | 8.95 | -0.52 | 23.46 | -3.76 |

Fonte: Quadro 4 do Anexo II.

Quadro 4.9. A

Sinais dos coeficientes associados às variáveis independentes, respectivamente à variável do ano em causa e à variável desfasada no tempo resultantes das regressões de tipo D - $TXD = \alpha + \alpha' (t) + VR(t-1)$ -

| NUT SECTORES | NORTE | | CENTRO | | LVT | | ALENTEJO | | ALGARVE | |
|-----------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|
| | α' | α'' | α' | α'' | α' | α'' | α' | α'' | α' | α'' |
| PRIMÁRIO | + | - | + | - | + | - | + | + | - | + |
| SECUNDÁRIO | + | + | + | + | + | + | + | + | + | + |
| TERCIÁRIO | + | - | + | + | + | + | - | + | + | + |
| TOTAL | + | + | + | + | + | - | + | + | + | - |

Fonte: Quadro 4 do Anexo III.

Do quadro deduz-se o seguinte:

i) A nível da qualidade das regressões:

i.1) O coeficiente de determinação situa-se acima do nosso limiar de aceitação ($R^2 \geq 50\%$) nas regressões relativas aos seguintes binómios NUT/sector:

- Norte/primário,
- Norte/terciário,
- Centro/terciário,
- LVT/primário,
- Alentejo/primário,
- Alentejo/secundário,
- Alentejo/terciário,
- Algarve/secundário,
- Algarve/terciário.

i.2) Os coeficientes têm um valor muito considerável na NUT Alentejo, nomeadamente no sector primário. O binómio LVT/primário também apresenta coeficientes elevados, o mesmo acontecendo no Algarve/secundário e Algarve/terciário.

ii) A nível da componente autónoma:

A componente em estudo está precedida de sinal negativo exceptuando apenas os binómios LVT/primário e Alentejo/terciário. O elevado valor do R^2 , nestes pares de NUT/sector, apela para um estudo mais atento das excepções que eles constituem. Quanto ao sinal negativo afecto à maioria

destas estimativas da componente autónoma, ele aponta-nos mais uma vez para o facto de muitos dos ajustamentos no mercado se fazerem não pelos preços mas pelas quantidades¹⁸⁴; ou seja, verificam-se variações (negativas) nas taxas de desemprego quando face a uma relativa rigidez salarial nos dois períodos precedentes, outras medidas - como por exemplo, a reforma antecipada ou os programas ocupacionais - são chamados a intervir na "correção" do desemprego.

iii) A nível da relação entre a variável endógena e as variáveis exógenas (estudo do sinal dos coeficientes estimados):

iii.1) O coeficiente associado à variável independente do ano em causa - $VR(t)$ - é positivo, atestando que aumentos nas variações inter-anuais nas remunerações se traduzem em aumentos na taxa de desemprego das várias regiões. Isto é

$$VR(t) \uparrow \Rightarrow VTXD \uparrow$$

Os binómios excepção são Alentejo/terciário ($R^2 = 94\%$) (e Algarve/primário ($R^2 = 28\%$))¹⁸⁵.

Pelo que foi dito, depreendemos que quando aumentam os salários, os empregadores tendem a reduzir, no curto-prazo, a sua oferta de emprego, excepto no Alentejo/terciário.

O sinal dos coeficientes associados a $VR(t-1)$ é, na maioria dos casos, positivo. Exceptuam-se os pares:

- Norte/primário ($R^2 = 51\%$),
- Norte/terciário ($R^2 = 84\%$),
- Centro/primário ($R^2 = 12\%$)¹⁸⁶, e
- LVT/primário ($R^2 = 84\%$)

nos quais, como se verifica, é o sector primário que se afigura como a excepção mais frequente.

¹⁸⁴ Ver considerações tecidas pgs. 124 e 125, Cap. IV.

¹⁸⁵ Não é considerada a regressão relativa ao binómio Algarve/primário, uma vez que o R^2 se situa abaixo dos 50%.

¹⁸⁶ Idem.

iii.2) Ainda no que respeita ao estudo conjunto dos coeficientes em presença, pensamos que seria pertinente uma análise por sectores:

- No sector primário, na maioria das NUT, o sinal associado ao coeficiente da variável independente do ano (t) é positivo e ao coeficiente da variável independente do ano (t-1) é negativo. Esta constatação aponta para o facto de variações nas remunerações do ano em causa se repercutirem em aumentos no desemprego, no mesmo período: - aumentos nos salários provocam diminuições na procura de trabalhadores. No que respeita ao aumento de salários do ano anterior, eles repercutem-se na diminuição da taxa de desemprego, conduzindo-nos à verificação, já obtida, de que os ajustamentos são essencialmente de curto-prazo.

As excepções à regra enunciada dão-se nas NUT Alentejo e Algarve, como já vem sendo hábito.

No respeitante à NUT Alentejo, o sinal é positivo tanto para o coeficiente associado às VR do ano (t) como para o relativo às do ano (t-1). Este comportamento atesta bem a situação excedentária em mão-de-obra em que o sector se encontra nesta região: - aumentos nas remunerações, quer do ano em causa quer do ano anterior, têm repercussões sistematicamente positivas no nível de desemprego; repercussões essas que ultrapassam o ajustamento conjuntural.

No que se relaciona com a NUT Algarve, o sinal dos coeficientes associado a VR(t) é negativo e a VR(t-1) é positivo, apontando para o facto de os ajustamentos serem conjunturalmente muito variáveis.

- No sector secundário o sinal associado aos coeficientes é sempre positivo, quer sejam coeficientes estimados afectos a VR(t), quer sejam coeficientes afectos a VR(t-1). Este comportamento das variáveis leva-nos a considerar que variações nas remunerações, do mesmo ano ou do ano anterior, têm repercussões, no mesmo sentido, no desemprego do sector secundário, para todas as NUT sem excepção.

- No sector terciário, o comportamento das variáveis é semelhante ao verificado no sector secundário, com as excepções das NUT Norte e Alentejo. Nestas duas NUT, os sinais dos coeficientes estimados para $VR(t)$ e para $VR(t-1)$ são sistematicamente simétricos, o que denota a grande instabilidade conjuntural dos ajustamentos do sector nestas duas regiões.

iv) A nível do confronto entre as regressões do tipo C - $VTXD = \alpha + \alpha' VR(t)$ - e as regressões do tipo D - $VTXD = \alpha + \alpha' + VR(t) + \alpha'' VR(t-1)$ -, ou seja, entre as regressões que consideram apenas a variação da variável independente para o ano em causa (t) e aquelas que consideram também a variação da variável independente desfasada no tempo:

iv.1) As regressões de tipo D são mais explicativas do que as do tipo C. Esta verificação aponta para o facto de ser importante entrar em linha de conta com vários desfasamentos temporais da variável explicativa, ou seja, com a variação inter-anual das remunerações médias mensais de base (relembrar que o mesmo acontecia na análise em termos absolutos quando passávamos de regressões de tipo A para tipo B, embora de forma não tão evidente).

Estas considerações fazem-se com base na observação dos valores assumidos pelo R^2 nos tipos de regressões em referência. O R^2 relativo às regressões de tipo D é superior ao R^2 relativo às regressões de tipo C, com excepção dos pares:

- Norte/primário, e
- Centro/primário¹⁸⁷.

iv.2) A componente autónoma é, em regra, precedida de sinal negativo, quer esteja associada a regressões de tipo C, quer a regressões de tipo D. No entanto, existem excepções nos dois tipos de regressões que importa salientar:

Excepções no tipo C (o sinal associado à componente autónoma é positivo):

- Alentejo/terciário¹⁸⁸.

¹⁸⁷ Não se considera a excepção Centro/primário, uma vez que o R^2 se situa abaixo do limiar de aceitação.

¹⁸⁸ O binómio Algarve/primário também constitui excepção. Contudo o reduzido valor do coeficiente de determinação - $R^2 = 21\%$ - leva-nos a não aceitar a regressão em causa.

Excepções no tipo D (o sinal associado à componente autónoma é positivo):

- LVT/primário, e
- Alentejo/terciário.

Como podemos facilmente verificar, o par Alentejo terciário mantém-se como excepção nos 2 tipos de regressões em estudo.

- iv.3) Os valores dos coeficientes associados a $VR(t)$ relativos às regressões de tipo C, quando comparados com os coeficientes associados a $VR(t)$ relativos às regressões do tipo D, ora são mais elevados ora são mais reduzidos, não nos permitindo retirar qualquer conclusão significativa.
- v) A nível do confronto entre as regressões de tipo B - $TXD = \alpha + \alpha' R(t) + \alpha'' R(t-1)$ (valores absolutos) e as regressões de tipo D - $VTXD = \alpha + \alpha'' VR(t) + \alpha'' VR(t-1)$ (valores relativos) concluímos:
- v.1) O valor do coeficiente de determinação eleva-se de B para D, com as seguintes excepções:
- Norte/primário,
 - Norte/terciário,
 - LVT/primário,
 - LVT/secundário,
 - LVT/terciário.

A melhoria do valor do coeficiente de determinação que se verifica, como regra geral, quando nestas regressões substituímos os valores absolutos das variáveis pelas respectivas taxas de variação, reforça o sucedido quando o percurso foi feito entre as regressões de tipo A e do tipo C. Este resultado só vem confirmar a importância de se considerar a variação intertemporal, já que a conjugação do recurso a variáveis desfasadas com a utilização de taxas de variação, produz resultados significativamente melhores.

Aquela melhoria é especialmente importante no Alentejo, onde a percentagem referida se eleva substancialmente, nomeadamente no sector primário (R^2 passa de 39% na regressão de tipo B - $TXD = \alpha + \alpha' R(t) + \alpha'' R(t-1)$ - para 71% na regressão de tipo D - $VTXD = \alpha + \alpha''$

$VR(t) + \alpha'' VR(t-1)$. Este facto traduz que na região em questão, variações nas remunerações têm significativa importância nas variações do nível de emprego de cada sector, especialmente no primário; tal resulta do facto de se estar próximo, ou de se ter mesmo atingido, o limiar de saturação da capacidade de absorção de emprego pelo sector agrícola alentejano, o que eleva as variações marginais a variável explicativa por excelência.

- v.2) A componente autónoma das regressões de tipo B apresenta sistematicamente sinal positivo. O mesmo não acontece nas regressões de tipo D, onde o sinal é em regra negativo, com excepção dos pares LVT/primário e Alentejo/terciário.

Esta situação leva-nos a ter em conta que ao passarmos da análise em termos absolutos para a análise em termos relativos, a importância dos ajustamentos pelas quantidades começa, mais uma vez, a ganhar projecção, pelas razões já mencionadas¹⁸⁹.

v.3)

- v.3.1) Os coeficientes estimados das regressões tipo B associados a $R(t)$ são positivos, nos vários binómios NUT/sector, com as seguintes excepções:

- LVT/secundário ($R^2 = 82\%$),
- LVT/terciário ($R^2 = 92\%$),
- Alentejo/terciário ($R^2 = 89\%$)¹⁹⁰.

Os coeficientes estimados das regressões de tipo D associados a $VR(t)$ são positivos, com as excepções:

- Alentejo/terciário ($R^2 = 94\%$)¹⁹¹.

Se conjugarmos as duas afirmações feitas neste item, verificamos que o par Alentejo/terciário constitui sempre excepção quer num tipo quer noutro de regressões, apontando para a existência de

¹⁸⁹ Ver considerações tecidas a este propósito, Cap.IV, pg. 124.

¹⁹⁰ Norte/secundário ($R^2 = 16\%$), Centro/secundário ($R^2 = 6\%$), Centro/terciário ($R^2 = 42\%$), Algarve/primário ($R^2 = 17\%$) e Algarve/secundário ($R^2 = 4\%$), também constituem excepção. No entanto como o coeficiente de determinação é inferior ao limiar de aceitação ($R^2 \geq 50\%$) não serão considerados.

¹⁹¹ O binómio Algarve/primário ($R^2 = 28\%$) também constitui excepção. Contudo devido ao valor do seu R^2 a regressão não é considerada.

algum poder de absorção de mão-de-obra no terciário na região Alentejo.

v.3.2) Nas regressões de tipo B, os coeficientes estimados associados a $R(t)$ apresentam sistematicamente sinais contrários aos coeficientes associados a $R(t-1)$ ¹⁹². O mesmo não acontece com a maioria das regressões de tipo D. De facto, neste último tipo de regressões, apenas no sector primário para as NUT Norte, Centro, LVT e Algarve, e no sector terciário para as NUT Norte e Algarve, os sinais associados respectivamente a $VR(t)$ e a $VR(t-1)$ diferem. Nos restantes binómios NUT/sector, os sinais associados às variáveis independentes são sempre positivos. Destaca-se o sector secundário para o qual os sinais nunca diferem.

v.3.3) Nas regressões de tipo B os coeficientes associados a $R(t-1)$ são positivos exceptuando-se:

- Norte/primário,
- Norte/terciário,
- LVT/primário,
- Alentejo/secundário¹⁹³.

Nas regressões de tipo D os coeficientes associados a $VR(t-1)$ também são positivos à semelhança do que acontecia no outro tipo de regressões, exceptuando-se:

- Norte/primário,
- Norte/terciário,
- LVT/primário¹⁹⁴.

Como nos é dado aperceber, de uma maneira geral, as excepções encontradas coincidem, com os resultados da análise de segmentos que temos vindo a conduzir sistematicamente.

*
* *

¹⁹² Ver considerações tecidas a este propósito na pg. 112.

¹⁹³ Centro/primário e Alentejo/terciário também constituem excepção, no entanto, devido ao fraco valor do respectivo R^2 não são consideradas.

¹⁹⁴ Centro/primário também constitui excepção. Não é considerada devido ao baixo valor do seu R^2 .

Finda a análise empreendida às regressões dos tipos A e B - assentes em valores absolutos - e às regressões dos tipos C e D - assentes em valores relativos - é-nos possível afirmar que as variáveis em estudo evidenciam comportamentos heterógeneos consoante os binómios NUT/sector a que se reportam. Os comportamentos heterógeneos detectados, identificados como excepções, em vez de ficarem diluídos no conjunto do mercado de trabalho regional, são por nós tomados em consideração e valorizados, tendo subjacente os contributos das escolas da segmentação.

Vejamos então como os resultados da delimitação de segmentos decorrente do estudo de todos os tipos de regressões elaboradas até ao momento, quer em valores absolutos quer em valores relativos, aderem à nossa proposta de segmentação inicialmente apresentada, e que agora voltamos a considerar:

1º Tipo de Segmentação

- Sectorial -

- Sector Primário *versus* Outros Sectores

2º Tipo de Segmentação

- Regional -

- Alentejo *versus* Outras Regiões (e muito particularmente Alentejo/terciário)
- Norte/primário/terciário e LVT/primário

3º Tipo de Segmentação

- Gestão de mão-de-obra -

- Ajustamentos pelos preços *versus* ajustamentos pelas quantidades
- Ajustamentos de curto prazo *versus* ajustamentos de médio/longo prazos

A primeira linha de segmentação - sector primário *versus* outros sectores - encontra confirmação no facto de ser neste sector que os salários quando tomados em valor absoluto menos influência explicativa têm no desemprego, como atestam os baixos valores do coeficiente de determinação.

Paralelamente, quando passamos de uma análise assente em valores absolutos para uma análise assente em valores relativos, verificamos que as variações salariais no sector em questão ganham projecção na explicação do desemprego. O facto indicia

que, a capacidade de absorção da mão-de-obra no sector, e fundamentalmente no Alentejo, atinge dimensões tão modestas, que mesmo pequenas variações salariais podem ser compatíveis com percursos tendentes à manipulação do desemprego. Os empregadores não contratam mais, despedem mesmo, e só no longo prazo a situação poderá normalizar-se, por recurso eventualmente a modificações na regulamentação salarial, de tão grande incidência neste sector, bem como a medidas de intervenção de outra natureza.

O facto da componente se tornar negativa, numa análise em termos relativos, atesta bem a importância de considerar outras variáveis explicativas do desemprego, para além do salário. Na verdade, tal comportamento seria de esperar, se atendermos ao carácter excessivamente "regulamentado" do sector em questão¹⁹⁵.

A 2ª linha de segmentação - regional - confronta a NUT Alentejo com as outras regiões. Tal tem a ver com o carácter de excepção que a NUT vem a evidenciar ao longo dos capítulos 3 e 4.

Nas regressões de tipo B, e em regra, quando aumentam os salários, a taxa de desemprego tende a diminuir no curto prazo. Na NUT em questão tal não acontece, uma vez que no primeiro momento apesar dos aumentos na oferta de emprego os empregadores reagem não contratando mais e despedindo mesmo alguns trabalhadores. O mesmo acontece no sector secundário. No entanto, no interior da NUT Alentejo delimitam-se sub-segmentos sectoriais, uma vez que se por um lado, vemos o desemprego dos sectores primário e secundário aumentar face a subida de salários, por outro, observamos que no sector terciário, aumentos salariais correspondem a uma descida no desemprego. Daqui depreendemos que o último sector referenciado (sector terciário) está possivelmente relativamente carenciado de mão-de-obra no estado actual de evolução da região alentejana.

A terceira linha de segmentação respeita às modalidades de gestão de mão-de-obra. Os sinais simétricos que encontramos nas regressões de tipo B, associados às variáveis $R(t)$ e $R(t-1)$, apontam-nos para o facto dos ajustamentos no mercado de trabalho português se fazerem fundamentalmente no curto-prazo. Porém quando tomamos em consideração uma análise assente em valores relativos as conclusões diferem, nomeadamente se nos reportarmos ao sector secundário, onde os sinais são sempre positivos, quer estejam associados a $VR(t)$ quer a $VR(t-1)$. Esta situação atesta um processo de funcionamento que de forma persistente começa a constituir

¹⁹⁵ Ver o peso do salário mínimo neste sector, ponto 4.2., pg. 119.

uma tendência média da indústria portuguesa. Dela resulta, na iminência de períodos de crise, uma sensibilidade acentuada do desemprego à subida de salários.

No respeitante à componente autónoma quando passa a referir-se a regressões dos tipos C e D, ou seja, a regressões em termos de variações, torna-se negativa. O facto indica-nos que os ajustamentos não se dão apenas pelos preços mas também pelas quantidades. Por conseguinte, estabelece-se a necessidade de completarmos a análise dos resultados dos ajustamentos pelos salários com os relativos a outros tipos de política de intervenção no mercado de trabalho, aspecto que como se sabe, sempre esteve presente na nossa proposta metodológica.

Não acabaremos no entanto, o presente capítulo, sem apresentar o quadro-resumo das principais conclusões a que chegamos na análise que desenvolvemos:

| Quadro Resumo de Salários | A | B | C | D | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|---|---|---|---|---|---|-----|---|---|---|---|---|------|---|---|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|------|-------|---|---|---|---|---|---|-----|---|---|---|---|---|------|---|---|
| | $TXD=\alpha+\alpha' R(t)$ | $TXD=\alpha+\alpha' R(t)+\alpha'' R(t-1)$ | $VTXD=\alpha+\alpha' VR(t)$ | $VTXD=\alpha+\alpha' VR+\alpha'' VR$ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| $R^2 \geq 50\%$ | N/Terc. C/Terc. LVT/Prim./Sec./Terc. Alent./Sec./Terc. • R^2 baixo no primário ($R^2 < 50\%$) excepto no Alent. e Algarve. Qualid. Ajust. ↑ de Prim. para Terc. | N/Prim./Terc. LVT/Prim./Sec./Terc. Alent./Sec./Terc. | N/Prim. Alent./Prim.(49%)/Sec./Terc. | N/Prim./Terc. C/Terc. LVT/Prim. Alent./Prim./Sec./Terc. Alg./Sec./Terc. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| $R^2 \uparrow$ $t \rightarrow t-1$ | | N/Prim. C/Prim. LVT/Prim./Terc. • Melhora fundamentalmente no primário | | N/Sec./Terc. C/Sec./Terc. LVT/Prim./Sec./Terc. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Componente autónoma | Sinal \oplus | Sinal \oplus | Sinal \ominus excepto: Alent./Terc. \oplus [Alg./Prim.] \oplus | Sinal \ominus excepto: Alent./Terc. \oplus • Ajustamentos não pelos preços mas pelas quantidades | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Coef. (t) | Coef. associado a $R(t)$ com sinal \ominus , excepto: [Centro/Prim. ($R^2 < 50$) \oplus] • As estimativas são modestas especialmente no sector primário (Exceptuam-se o Alent. onde os coef. afectos do Prim. são os mais elevados). | Coef. associado a $R(t)$ com sinal \ominus , excepto: N/Prim./Terc. (C/Prim.) LVT/Prim. Alent./Prim./Sec. (Alg./Terc.) | Coef. associado a $VR(t)$ com sinal \oplus , excepto: Alent./Terc. \leftarrow (Alg./Prim./Terc.) • Variações salariais de grande valia explicativa na região do Alentejo. | Coef. associado a $VR(t)$ com sinal \oplus , excepto: Alent./Terc. (Alg./Prim.) • Coeficientes mais elevados, no Alentejo e LVT. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Rel.v. endog. e v. exog. | $R(t) \uparrow TXD \downarrow$ | $R(t) \uparrow TXD \downarrow$ (Existem excepções) | $VR(t) \uparrow VTXD \uparrow$ (Excepções) | $VR(t) \uparrow VTXD \uparrow$ (Excepções) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Coef. (t-1) | | Coef. associado a $R(t-1)$ com sinal \ominus , excepto: N/Sec. C/Sec./Terc. LVT/Sec./Terc. Alent./Terc. Alg./Prim./Sec. | | Coef. associado a $VR(t-1)$ com sinal \oplus , excepto: N/Prim./Terc. (C/Prim.) LVT/Prim. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Comportamento dos sinais | | $R(t-1) \uparrow TXD \downarrow$ (Existem excepções) | | $VR(t-1) \uparrow VTXD \uparrow$ (Excepções) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Segmentação | | <table><tr><th>Prim.</th><th>Sec.</th><th>Terc.</th></tr><tr><td>N</td><td>+</td><td>-</td></tr><tr><td>C</td><td>+</td><td>-</td></tr><tr><td>LVT</td><td>+</td><td>-</td></tr><tr><td>A</td><td>+</td><td>-</td></tr><tr><td>Alg.</td><td>-</td><td>+</td></tr></table> <p>1º) Sectorial – sector Prim. versus Outros sectores Alentejo versus Outras regiões 2º) Regional – Alent. versus Outras regiões Alent./secund.</p> | Prim. | Sec. | Terc. | N | + | - | C | + | - | LVT | + | - | A | + | - | Alg. | - | + | <table><tr><th>Prim.</th><th>Sec.</th><th>Terc.</th></tr><tr><td>N</td><td>+</td><td>-</td></tr><tr><td>C</td><td>+</td><td>-</td></tr><tr><td>LVT</td><td>+</td><td>-</td></tr><tr><td>A</td><td>+</td><td>-</td></tr><tr><td>Alg.</td><td>-</td><td>+</td></tr></table> <p>1º) Sectorial - Sector Prim. versus Outros sectores 2º) Regional - Alent. versus Outras regiões 3º) Gestão de mão de obra</p> | Prim. | Sec. | Terc. | N | + | - | C | + | - | LVT | + | - | A | + | - | Alg. | - | + |
| Prim. | Sec. | Terc. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| N | + | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| C | + | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| LVT | + | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A | + | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Alg. | - | + | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Prim. | Sec. | Terc. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| N | + | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| C | + | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| LVT | + | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A | + | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Alg. | - | + | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

PARTE III

POLÍTICAS DE SUPORTE E COMBATE

CAPÍTULO 5

5. POLÍTICAS DE SUPORTE E COMBATE AO DESEMPREGO

- POLÍTICAS PASSIVAS E ACTIVAS -

A multiplicidade de políticas de emprego/desemprego leva-nos a considerar a tipologia que opõe políticas passivas a políticas activas. Ou seja, políticas passivas preocupadas em reduzir ou neutralizar os efeitos decorrentes da situação de desemprego sentidos quer pelos seus actores quer pelo próprio mercado de trabalho, contrapostas às políticas activas, não direccionadas para colmatar os efeitos adversos do desemprego, mas sim interessadas em actuar/transformando e reduzindo a dimensão do fenómeno em si.

Neste contexto, no primeiro tipo de políticas, distinguem-se, entre outras:

- atribuição do subsídio de desemprego;
- atribuição de outro tipo de subsídio (subsídio social de desemprego);
- incitações ou pressões tendentes a afastar do mercado de trabalho as candidaturas a emprego, julgadas inoportunas:
 - pré-reformas (trabalhadores mais idosos),
 - disposições visando o desencorajamento do trabalho feminino, nomeadamente o de mulheres casadas;
- partição do horário de trabalho, com diferentes formas, das quais:
 - redução de horário;
 - desemprego parcial.

No segundo tipo de políticas activas, distinguem-se:

- criação directa de empregos públicos e empregos destinados a categorias de menor empregabilidade;
- elaboração de dispositivos de formação dos desempregados;
- incitação à capacidade empregadora das empresas.

Existem ainda as chamadas políticas "intermédias" que constituem um misto de políticas activas e passivas. Salienta-se o conjunto de acções das instituições e mecanismos tendentes a melhorar a circulação da informação e orientação de empresários e trabalhadores sobre o mercado de trabalho, assim como as disposições financeiras direccionadas para reduzir os custos de mobilidade dos trabalhadores (subsídios de deslocação, facilidades de alojamento, etc.)

A enumeração (elementar) de algumas políticas específicas, no seio da tipologia políticas passivas/activas, não pretende de modo algum ser exaustiva. A sua pretensão é unicamente a de evocar algumas categorias de instrumentos centrais das políticas de emprego.

Também no presente trabalho não é nossa intenção debruçarmo-nos detalhadamente sobre cada uma das políticas referidas. O nosso objectivo consistirá, tão somente, em averiguar, no contexto das políticas passivas, o impacto da protecção social e, no contexto das políticas activas, o impacto da formação profissional dos desempregados nas 5 regiões/NUT em estudo.

5.1. A protecção social como política passiva

5.1.1. A protecção social

5.1.1.1. O enquadramento teórico

Quando nos reportamos à protecção social ao desemprego, somos levados a tomar em consideração os debates fervorosos que opõem teóricos da corrente neoclássica a teóricos da corrente keynesiana. Debates tanto mais acesos, quanto estão em confronto as noções de desemprego "voluntário", neoclássica, e desemprego "involuntário", keynesiana.

Os neoclássicos, sob uma perspectiva essencialmente micro-económica, perfilham a assumpção de que a indemnização ao desemprego pode constituir, por si só, uma fonte de desemprego. Os keynesianos, sob uma perspectiva marcadamente macro, consideram que a supressão da indemnização não garantirá um nível de emprego mais elevado, ou um nível de desemprego mais fraco, na medida em que através do seu efeito redistributivo ela tem capacidade de travar a queda do consumo e, por consequência, gerar um efeito favorável na procura efectiva. A supressão da ajuda aos desempregados poderia contribuir para o aumento do desemprego involuntário.

Particularizando cada uma das correntes acima mencionadas, no que respeita à relação indemnização/desemprego, começaremos pela neoclássica. Esta corrente - partindo do pressuposto de que o desemprego é voluntário - considera a existência de um sistema de indemnização pernicioso, pois reduz a oferta de trabalho e/ou aumenta o consumo de lazer.

Rueff, J. (1925)¹⁹⁶ defende que, numa situação de desemprego mal subsidiada, os trabalhadores ver-se-ão constrangidos pela necessidade a "deslocar-se" dos ramos de actividade em declínio, para os ramos em ascensão (supondo que há mercados em expansão e mercados em contracção). Em presença de uma indemnização generosa, os trabalhadores permanecerão indefinidamente a procurar emprego no ramo de actividade anterior, sem aí encontrarem emprego e sem fazer esforço para se inserir no ramo em ascensão. Segundo o mesmo autor, a protecção ao desemprego beneficia os não desempregados, na medida em que induz a remunerações mais elevadas, mas em contrapartida gera mais desemprego¹⁹⁷ (efeito da produtividade marginal do trabalho).

A oposição à protecção no desemprego também é perfilhada pelos novos neoclássicos, nomeadamente através da teoria da procura de emprego - "job search". Esta teoria nasceu do cruzamento entre as teorias do capital humano e as da informação e defende em traços breves o seguinte:

-o subsídio de desemprego dá ao indivíduo mais tempo para procurar um emprego. Fazendo prospecção, o desempregado renuncia de imediato a um rendimento derivado de um emprego que poderia surgir, na esperança de encontrar um posto de trabalho mais adequado às suas expectativas. O desempregado toma as suas decisões em função do que lhe custa o investimento em que incorre. Se recebe um subsídio de desemprego, o custo indirecto consagrado ao tempo de procura de um melhor emprego diminui. Quanto à duração média de procura ligada ao salário de aceitação escolhido, ela aumentará sempre que o desempregado receba uma indemnização. A indemnização incita a retardar a aceitação de um emprego¹⁹⁸.

Pelo que foi dito, presume-se que tendo o indivíduo mais tempo para procurar um emprego, potencializa uma melhor adequação da oferta à procura de trabalho. Esta mais profícua adequação permite, em princípio, aumentos na

¹⁹⁶ Stankiewicz, F. (1984), referindo a posição de J. Rueff.

¹⁹⁷ Há que ter em consideração o pressuposto neoclássico da produtividade marginal do trabalho, segundo o qual um trabalhador suplementar só é contratado se a produtividade marginal do seu trabalho for superior ao salário que vai receber (Vd. Cap. 1).

¹⁹⁸ Investigações empíricas sobre este tema: Florens, Gerard, Varet e Werquin (1989) e Florens, Fougère e Werquin (1990) chegaram a estas conclusões: "(...) a duração média do desemprego é tanto mais longa quanto maiores são as indemnizações estabelecidas" in Bichot, J, (1992), pg. 283.

produtividade e reduções do desemprego no futuro, conducentes (consequentemente) ao chamado "nível de desemprego voluntário óptimo".

No quadro teórico em referência, os subsídios ao desemprego conduzirão ao aumento do chamado "desemprego voluntário", tanto mais expressivo quanto não estiverem em causa constrangimentos financeiros. No entanto, a supressão dos ditos subsídios, ao reduzir o número de desempregados "voluntários", poderá ocasionar simultaneamente a diminuição da procura agregada e em consequência gerar o acréscimo do "desemprego involuntário". De facto, se já existe um desemprego involuntário, não basta que os "desempregados voluntários" (em virtude da supressão do subsídio) baixem as suas exigências salariais para obter um emprego. Na ausência de subsídio, os desempregados "voluntários" tornam-se rapidamente "involuntários".

A corrente keynesiana, visto que privilegia a perspectiva macro, não será aqui abordada detalhadamente, na medida em que não pretendemos estudar o desemprego em termos nacionais mas sim em termos regionais. Assim sendo, referenciaremos apenas a importância do subsídio, para esta corrente, enquanto instrumento de "sustentação" do consumo.

As abordagens da segmentação do mercado de trabalho explicam que o comportamento dos desempregados face ao respectivo subsídio difere consoante os segmentos existentes no mercado. Como expõe Malinvaud (1980)¹⁹⁹, no mercado de trabalho podem existir simultaneamente sectores que sofrem de desemprego keynesiano e outros de desemprego clássico.

Para este tipo de abordagens, ao pressupor-se a existência de segmentos com diferentes comportamentos está-se a admitir que devem ser estabelecidas medidas de política especificamente orientadas para cada um dos segmentos existentes. Ou seja, pressupõe-se que na elaboração de políticas deve haver a preocupação em adequá-las a segmentos com determinadas características, bem como em averiguar se as ditas políticas respondem ou não aos problemas existentes no interior de cada segmento. É neste contexto que passaremos a estudar algumas das políticas passivas e activas dirigidas ao mercado de trabalho, com a intenção de as avaliar em função dos segmentos detectados no decurso do trabalho em presença. Preocupar-nos-emos, especialmente, em averiguar se as políticas foram ou não

¹⁹⁹ Vd. entre outras, referências a Malinvaud em Freyssinet, J. (1993) e Gambier, D. e Vernières, M. (1982).

delimitadas em função dos segmentos de base regional existentes no mercado de trabalho português, se contribuíram ou não para corrigir as assimetrias e se ajudaram a colmatar as insuficiências que atingem fundamentalmente os trabalhadores com maior risco de desemprego.

5.1.1.2. O Sistema de Segurança Social português - breve referência -

Devido à existência de limitações aos ajustamentos do mercado, resultantes de situações de "selecção adversa" e de "risco moral", o Estado - Estado Providência - vê-se na incumbência de intervir criando uma protecção social aos seus cidadãos.

No que respeita a Portugal, as medidas institucionais de protecção social são levadas a cabo, na sua grande maioria, pela Segurança Social. Florescendo a partir da Revolução de Abril, vê-se consolidada com a criação de um Sistema de Segurança Social (SSS) em 1977²⁰⁰, cuja implementação só se vem no entanto a verificar em 1984, devido à existência de dificuldades económicas no país. Este sistema, conjuntamente com a aprovação da "Lei da Segurança Social", conduz à criação de um SSS, assente em três grandes pilares de actuação:

- 1 - Regime Geral ²⁰¹;
- 2 - Regime não-contributivo²⁰²;
- 3 - Acção Social²⁰³.

Estes três pilares canalizam apoios da população com maior nível de vida para a população mais carenciada: a população activa contribui para a inactiva ou mais dependente; os grupos sócio-profissionais da indústria, comércio e serviços, suportam a maior parte das despesas sociais geradas pelo grupo sócio-profissional agrícola, e assim por diante.

²⁰⁰ DL n° 549/77 de 31 de Dezembro de 1977.

²⁰¹ "Destina-se a garantir a protecção social aos trabalhadores assalariados e independentes e respectivas famílias, sendo a sua inscrição obrigatória. As prestações atribuídas cobrem as eventualidades de doença, maternidade, acidentes de trabalho e doenças profissionais, desemprego,...", in Ferreira de Almeida e outros (1992), pp. 16 e 17.

²⁰² Consiste na "protecção àqueles que se encontram em situação de carência económica e social e que não estejam abrangidos pelo anterior." idem.

²⁰³ Procura responder a problemas de ruptura económica e social cuja resolução não é possível no âmbito dos outros regimes. Tem dois objectivos fundamentais: prevenir e reparar situações de carência, disfunção e marginalização social.

Deste modo, evidenciam-se preocupações com a equidade, à qual estão subjacentes várias formulações teóricas, entre as quais mencionamos: a função de Bem-Estar Utilitarista, a função de Bem-Estar de Rawls e a teoria das Transferências Voluntárias, as quais não necessitamos de aprofundar neste trabalho.

O SSS português cobre quase todas as prestações previstas nos regulamentos internacionais. No entanto, existem alguns aspectos que nos distanciam inequivocamente dos nossos parceiros europeus:

- 1- O sistema redistributivo é fraco e assenta em apoios de baixo valor pecuniário;
- 2- A rigidez nos critérios de acesso a determinadas prestações exclui um número significativo de potenciais beneficiários, facto que explica os baixos níveis de cobertura das medidas de protecção social entretanto criadas.

Aspectos que ficam evidenciados no reduzido valor das despesas com a protecção social: em "milhões d'Écus"²⁰⁴ Portugal é o país que entre 1970 e 1989 que menos orienta as suas verbas para a protecção social (exceptuando o Luxemburgo); em percentagem do PIB²⁰⁵ situa-se na mais baixa posição em 86, canalizando 16,3% do PIB para despesas com protecção social. Em 87 e 88, só a Grã-Bretanha se situa numa posição abaixo da do nosso país. Em 89 só a Grã-Bretanha e a Espanha canalizam em percentagem do PIB valores inferiores, enquanto Portugal canaliza 18.1%. Daqui se deduz que o "esforço social"²⁰⁶ é fraco em Portugal.

A par da modéstia da protecção social portuguesa, verificamos ser elevado o peso das quotizações "suportadas" pelo empregador português, quando comparado com os outros países europeus ²⁰⁷. Tal facto pode onerar o custo da mão-de-obra e consequentemente constituir-se como um elemento desincentivador da contratação de trabalhadores, sobretudo dos menos qualificados.

²⁰⁴ Tableau 2. "Dépenses Courantes de Protection Sociale" (prestations de protection sociale + couts administratifs + autres dépenses courantes), Eurostat 12 (1990), pg. 16.

²⁰⁵ Idem.

²⁰⁶ Esforço Social = $\frac{\text{Despesas Correntes em Segurança Social}}{\text{PIB}}$

²⁰⁷ Tableau 4. "Recettes courantes de protection sociale. Cotisations sociales d'employeur en % du total des recettes courantes", Eurostat, 1990.

No que respeita às prestações de protecção social destinadas ao emprego/desemprego, elas são também reduzidas²⁰⁸ em Portugal.

A protecção prevista no corpo social português, destinada a minorar as situações vividas pelos desempregados²⁰⁹, assenta fundamentalmente no "subsídio de desemprego" ²¹⁰ e no "subsídio social de desemprego"²¹¹. Estas políticas passivas de "combate" ao desemprego, caracterizam-se, do mesmo modo que as outras prestações previstas no SSS, por um baixo valor pecuniário e por uma rigidez nos critérios de acesso.

Quanto ao primeiro aspecto - baixo valor pecuniário -, ele resulta, em grande parte, do facto de o subsídio de desemprego ser calculado com base num parâmetro regulamentar não elevado - 65 % sobre os salários²¹². Sendo os salários em regra baixos, nomeadamente os dos trabalhadores pouco qualificados profissional e academicamente - naturalmente aqueles que mais incorrem no desemprego - 65 % de um ordenado baixo repercutir-se-á num subsídio ainda mais reduzido. No entanto, aumentar o parâmetro regulamentar, poderá gerar efeitos de desincentivo ao reingresso dos desempregados ao mercado de trabalho, como salientam os teóricos da corrente neoclássica.

Quanto ao segundo aspecto - rigidez dos critérios de acesso²¹³ - ele atinge fundamentalmente:

²⁰⁸ Tableau 3. "Prestations de Protection Sociale par groupe de fonctions; quote-parts en %", in Eurostat (1990).

²⁰⁹ "A protecção no desemprego é efectuada mediante a atribuição de prestações pecuniárias mensais, designadas por subsídio de desemprego e por subsídio social de desemprego", in Artº nº6 do DL nº 79-A/89.

²¹⁰ Regime contributivo. Objectivo: substituir rendimentos profissionais temporariamente; actualmente o parâmetro regulamentar está em 65 %.

²¹¹ Regime não contributivo. Objectivo: garantir um mínimo social. Filosofia: princípio do maximin.

Condições para beneficiar da assistência ao desemprego: no desemprego, não reunindo as condições ou tendo perdido o direito ao subsídio de desemprego e comprovando carência; mínimo de 180 dias de emprego com quotização do ano anterior. Dimensão e duração da assistência: 70 % do salário mínimo, mais suplemento em função do nº de filhos; metade do período de benefício do subsídio de desemprego, ou este período se não tiver sido concedido subsídio de desemprego.

²¹² O parâmetro regulamentar atinge os 65 % do salário ou o máximo equivalente a 3 vezes o salário mínimo, e está sujeito a impostos.

²¹³ Prazos de garantia para atribuição do subsídio de desemprego: "540 dias de trabalho por conta de outrém, num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego" in, DL nº 79-A/89 de 13/3.

Prazo de garantia para atribuição do subsídio social de desemprego: "é de 180 dias de trabalho por conta de outrém num período de 12 meses anterior à data", in Portaria 994/89.

- os desempregados de longa duração, "estimados em 1/3" do total ²¹⁴, que acabam por perder o direito ao subsídio de desemprego²¹⁵;
- os desempregados mais idosos, cujas oportunidades de reingresso no mercado de trabalho são geralmente escassas ²¹⁶;
- os desempregados jovens que, enquanto categoria com pouca experiência profissional e mais sujeita a empregos de curto prazo, tem dificuldades em preencher as condições necessárias para auferir do subsídio de desemprego²¹⁷.

As frágeis ou desadequadas qualificações bem como a falta de experiência de que dispõem uns e outros (desempregados de longa duração, desempregados mais idosos e jovens, respectivamente) tenderão a reduzir as suas possibilidades competitivas no jogo da oferta e da procura de trabalho. Tendência que será tanto mais acentuada quanto é certo que a modernização económica e tecnológica, a processar-se no país, conduz à exclusão social daqueles que não se adequam às novas características da procura de emprego.

O "baixo valor pecuniário dos subsídios", sentido por todos aqueles que "caem" no desemprego e a "rigidez dos critérios de acesso", sentida principalmente pelos jovens que se vêem muitas vezes excluídos do sistema de protecção, relacionam-se com o constrangimento financeiro, que se tornou muito forte depois da recessão dos anos 81/82, e provocou a limitação do campo de aplicação e grau de "generosidade" dos regimes de assistência.

Paralelamente à crise financeira, a crise de equidade e a crise de legitimidade, mostraram o desfasamento dos sistemas actuais face à realidade económica e social, em mutações contínuas. A crise de equidade associada ao

"No preenchimento do prazo de garantia para a atribuição das prestações de desemprego aos trabalhadores agrícolas podem ser considerados registos de remunerações por equivalência a entrada de contribuições até ao máximo de 120 dias", in DL n° 79-A/89 de 13/3.

De notar que nos estamos a referir ao DL n° 79-A/89 que revoga o DL n°20/85 de 17/1 e legislação complementar, pois a situação anterior era pior quanto aos prazos de garantia (para o subsídio social de desemprego era de 360 dias) e pior no tempo de alargamento dos períodos de protecção garantida aos desempregados.

²¹⁴ Ferreira de Almeida, J. e outros, (1992), pg. 30.

²¹⁵ O subsídio de desemprego pode ter uma duração compreendida entre 10 e 30 meses, com possibilidade de prolongamento para aqueles que têm mais de 55 anos. Como alternativa às prestações regulares de desemprego, para aqueles com idades compreendidas entre os 55 e 60 anos, existe a chamada "reforma antecipada".

²¹⁶ Idem nota 215.

²¹⁷ Vd. nota de pé de pg. 213 na pg. 146. Muitas vezes os jovens não prefazem os prazos de garantia de 540 e 180 dias de trabalho.

carácter pouco redistributivo dos regimes e à existência de "buracos" no *filet* da protecção social. A crise de legitimidade, derivada do facto de os sistemas de protecção não favorecerem suficientemente a inserção social e profissional.

Finalmente, caberia ainda referir a crise de eficácia aliada às exigências de flexibilidade e competitividade no mercado de trabalho que, ora podem constituir soluções para diminuir o desemprego, ora podem conduzir à sua precarização.

5.1.2. A protecção social por NUT II

5.1.2.1. A situação regional em Portugal

Com a preocupação em aferir se a cobertura social nas diferentes regiões/NUT é boa ou má, decidimos estudar a população desempregada em cada uma delas, e caracterizá-la do ponto de vista do acesso aos subsídios. Com este intento, estabelecemos duas modalidades de situações dos desempregados face à protecção social. São elas:

- "Sim, recebe subsídio" (CS)²¹⁸,
- "Não recebe subsídio" (NS)²¹⁹.

Da análise do quadro 1 do Anexo IV, verificamos o seguinte:

- A grande maioria dos desempregados em Portugal e em todas as regiões, não recebe subsídio. Ou seja, não recebe o subsídio de desemprego nem qualquer outro tipo de subsídio.

No entanto, cabe salientar que no período 86/91²²⁰, a modalidade "Sim, recebe subsídio" tem vindo tendencialmente a ganhar peso no total das duas modalidades, em detrimento da modalidade "Não recebe subsídio". Vejamos:

²¹⁸ A modalidade "Sim, recebe subsídio" inclui a modalidade "Sim, com subsídio de desemprego" e "Sim, com outro tipo de subsídio". Assim: CS = SSD + SOTS.

²¹⁹ A modalidade "Não recebe subsídio" inclui as modalidades "Sim, sem qualquer subsídio" e "Não (não está inscrito)". Assim: NS = SSQS + NEI.

²²⁰ Não consideramos o ano de 1992, visto que a quebra de série em 1992 não nos permite relacionar os valores do período 86/91, com os de 92, que só consideram as modalidades "está inscrito" e "não está inscrito".

Quadro 5.1.

Matriz sinóptica da variação do peso relativo da modalidade
"Sim, recebe subsídio", por NUT II, 1986/1991

| ANOS NUT | 86/87 | 87/88 | 88/89 | 89/90 | 90/91 |
|-------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| NORTE | ↓ | ↓ | ↑ | ↓ | ↑ |
| CENTRO | ↑ | ↓ | ↓ | ↑ | ↑ |
| LVT | ↓ | ↓ | ↑ | ↑ | ↑ |
| ALENTEJO | ↓ | ↓ | ↓ | ↑ | ↑ |
| ALGARVE | ↑ | ↓ | ↓ | ↑ | ↑ |

Fonte: Quadro 2 do Anexo IV.

As excepções à tendência atrás referida - aumento do peso da modalidade "Sim, recebe subsídio" - são:

- Norte: em 86/87, 87/88, 89/90;
- Centro: em 87/88, 88/89;
- LVT: em 86/87, 87/88;
- Alentejo: em 86/87, 87/88, 88/89;
- Algarve: em 87/88, 88/89.

Entre 1987 e 1988, todas as regiões/NUT vêem a importância do peso relativo da modalidade "Sim, recebe subsídio" diminuir. Esta diminuição pode ter a ver com a diminuição que se fez sentir no desemprego, naquele período. No entanto, a partir de 1989 só a NUT Norte não vê o peso da modalidade em questão aumentar, e, a partir de 1990, todas as NUT sem excepção registam um aumento daquele peso relativo.

Assim sendo, perguntaríamos:

- A subida do número de desempregados inscritos a receber subsídio de desemprego tem a ver com uma melhoria no sistema de protecção social ou com uma subida do número de pessoas desempregadas?

Antes de procedermos à tentativa de clarificação da questão formulada, elaborámos o quadro que a seguir expomos, tradutor da expressividade das variações do peso relativo da modalidade "Sim, recebe subsídio" por regiões/NUT no total dos desempregados (inscritos e não inscritos), durante o período em estudo²²¹. Vejamos:

²²¹ A sua construção foi feita com base nos quadros do INE (Inquérito ao Emprego, 1986/1991) através da soma dos itens "Sim, recebe subsídio de desemprego" e "Sim, outro tipo de



Quadro 5.2.

Variações do peso relativo da modalidade "Sim, recebe subsídio"
(nº de desempregados), por NUT II, 1986/1991

| | | | | | | % |
|-------|-----|-------|--------|-------|----------|---------|
| ANOS | NUT | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
| 86/87 | | -30 % | +5 % | -13 % | -74 % | +42 % |
| 87/88 | | -20 % | -32 % | -5 % | -11 % | -12 % |
| 88/89 | | +44 % | -17 % | +11 % | -23 % | -39 % |
| 89/90 | | -9 % | +18 % | +26 % | +133 % | +26 % |
| 90/91 | | +39 % | +55 % | +40 % | +35 % | +19 % |

Fonte: Quadro 2 do Anexo IV.

O quadro evidencia uma vez mais o carácter de excepção da NUT Alentejo:

- Os valores das variações da modalidade "Sim, recebe subsídio" são muito mais oscilantes do que os verificados nas outras NUT. De 86 a 87 e de 89 a 90, as variações chegaram a atingir, respectivamente, os "-74%" e os "+133%"!... A expressividade destas variações poderá estar relacionada com o facto de também nesta NUT terem lugar as mais elevadas taxas de desemprego²²². Poderá também ter a ver com a baixa da taxa de desemprego em sentido restrito (1º emprego e novo emprego) de 16.9% para 14.6% sentida, de 86 a 87, e a sua subida de 11.0% para 11.6%, verificada entre 89 e 90, embora esta segunda razão nos pareça menos credível²²³.

A diminuição na taxa de desemprego de 86 para 87 é compatível com a variação negativa (-74%) verificada na modalidade "Sim, recebe subsídio". O aumento da taxa de desemprego de 89 para 90²²⁴ é também compatível com a variação positiva (+133%) no número de desempregados inscritos num centro de emprego a receber subsídio. O aumento da taxa de desemprego neste último período deve-se fundamentalmente ao aumento de desempregados à procura de novo emprego, visto que o número de desempregados à procura do "1º emprego"

subsídio" que agregamos na modalidade "Sim, recebe subsídio". A partir daí, calculámos a variação do valor de ano para ano com base no rácio:

$\frac{V1-V0}{V0}$, como se expressa no Quadro 2, do Anexo IV.

²²² Vd. Cap. 3, pg. 62.

²²³ Vd. Cap. 3, Cálculos assentes no rácio:

$\frac{V1-V0}{V0}$, em que $\frac{0.146 - 0.169}{0.169} = -0.136$ e $\frac{0.116 - 0.11}{0.11} = 0.054$.

²²⁴ Vd. Cap. 3, Quadro 3.1., pg. 62.

se manteve sem oscilações significativas²²⁵. Estes desempregados (desempregados à procura de novo emprego) estavam afectos na sua grande maioria ao sector primário²²⁶ e pertenciam em grande parte ao grupo etário dos "45 e +"²²⁷.

Deste modo, não será de estranhar que um aumento no número de desempregados tenha conduzido, simultaneamente, a um aumento no número de pessoas a receber subsídio; tanto mais que se tratavam de desempregados que já tinham acedido a empregos anteriormente e, por consequência, tendiam a preencher as condições de acesso aos subsídios.

Com efeito, e sempre de acordo com os dados do INE em que nos temos vindo a apoiar²²⁸, verifica-se que na NUT em referência - Alentejo -, em 89 e 90 o grupo etário "45 e +" foi aquele que mais acedeu aos subsídios (o seu peso na modalidade "Sim, com subsídio de desemprego" ultrapassa mesmo os 50%)²²⁹. No entanto, caberá averiguar se o aumento de inscritos daquele grupo etário a receber subsídio - de 792 (em 89) para 1868 (em 90)²³⁰ - foi proporcional à subida do número de desempregados, que de 1515 (em 89) passa para 3641 (em 90)²³¹.

À primeira vista, tal não parece suceder uma vez que a NUT Alentejo ao revelar taxas de desemprego superiores à média das regiões, deveria apresentar um peso da modalidade "Sim, recebe subsídio", no total das NUT, superior ao das restantes NUT²³² o que não acontece²³³. No entanto, entre 1989 e 1990, o aumento verificado no desemprego repercute-se num aumento do seu peso na modalidade "Sim, recebe subsídio de desemprego" face ao total das NUT, de

²²⁵ Vd. Quadro 2 e 3 do Anexo II.

²²⁶ E também, embora com menor expressão, ao secundário. De 89 para 90 o desemprego com origem no sector primário revela um aumento de 16.8% para 19.7%, enquanto que o do sector secundário revela um aumento de 6.7% para 7.8%, in quadro 13 do Anexo II. Em termos do peso de cada sector no total sectorial na NUT em questão, de 89 para 90, o primário de 49% passa para 54% e o secundário de 17% passa para 20%, in quadro 14 do Anexo II.

²²⁷ Vd. Quadro 4 do Anexo II.

²²⁸ INE, Inquérito ao Emprego, 1986/1992

²²⁹ Vd. Quadro 3 e 4 Anexo IV. De 89 a 90, em termos do total dos GE, o nº de desempregados a receber subsídio de desemprego, sobe de 7% para 15%. Em termos do GE "45 e +" verificamos ser aquele que maior peso detém nesta modalidade de protecção social (= 50%).

²³⁰ Vd. Quadro 4, Anexo IV.

²³¹ Vd. Quadro 4, Anexo IV.

²³² Tendo em atenção a densidade populacional de cada NUT.

²³³ Vd. Quadro 3, Anexo IV. Excepto em 1986, a NUT Alentejo confrontada com as outras NUT detém um peso relativo pouco expressivo na modalidade "Sim, recebe subsídio de desemprego".

6,7%²³⁴, o que em si nos parece ser digno de menção. Porém a fraca expressividade da modalidade no Alentejo, no conjunto das NUT, leva a que seja pertinente formular as questões:

- A população não preenche, em geral, nesta NUT, os requisitos para aceder aos subsídios?
- O desemprego agrícola (Alentejo) é menos protegido do que o desemprego industrial (Norte) e dos serviços (Algarve/Norte/LVT)?

A NUT LVT também revela elevadas taxas de desemprego face à média nacional (embora não tão elevadas quanto as do Alentejo). No entanto, nos primeiros anos do período em estudo, a população parece igualmente aceder pouco aos subsídios como nos indicam os valores da modalidade "Sim, sem qualquer subsídio", no Quadro 3 do Anexo IV. Daí que as questões que formulamos para a NUT Alentejo devam também ser colocadas quando nos reportamos a LVT.

Nas NUT Alentejo e LVT, o peso dos desempregados à procura de novo emprego é maior do que o peso dos que procuram o primeiro emprego, como aliás já verificámos aquando da caracterização do desemprego²³⁵. Por consequência, somos levados a pressupor que a população jovem desempregada tem nestas NUT menor expressão. Logo, a existência de baixas coberturas sociais nas NUT em questão²³⁶, não poderá ser explicada pela rigidez dos critérios de acesso sentida pelos grupos etários mais jovens. A explicação residirá, com maior probabilidade na dinâmica social correspondente aos diferentes sectores de actividade.

Aprofundando a análise, passaremos agora a estudar a população desempregada não apenas discriminada por duas modalidades, mas por quatro. Assim, relativamente à "Inscrição num centro de emprego", por grupos etários e por NUT II, temos:

- Inscritos num centro de emprego e a receber subsídio de desemprego:
"Sim, com subsídio de desemprego" (SSD);

²³⁴ Vd. Quadro 3, Anexo IV. De 89 a 90, o peso da modalidade "Sim, recebe subsídio de desemprego" da NUT Alentejo no total das NUT aumenta de 7.1% para 13.8%.

²³⁵ Vd. Cap. 3.

²³⁶ Vd. Quadro 5, Anexo IV.

- Inscritos num centro de emprego a receber outro tipo de subsídio: "Sim, com outro tipo de subsídio"(SOTS);
- Inscritos num centro de emprego, sem receber qualquer tipo de subsídio: "Sim, sem qualquer subsídio"(SSQS);
- Não estão inscritos num centro de emprego: "Não" (NEI).

A modalidade com maior peso relativo nas cinco NUT em estudo é a NEI, exceptuando o Alentejo em 88, 89, 90 e 91²³⁷. A segunda modalidade com maior peso relativo é a SSQS, exceptuando de novo o Alentejo nos anos já referidos. A terceira modalidade é SSD. A modalidade SOTS é a menos expressiva em todas as regiões, nomeadamente no Algarve, onde é inexistente.

A modalidade "Sim, com subsídio de desemprego" - SSD - compreende, na sua maioria, grupos de idade a partir dos 25 anos²³⁸. O facto é compatível com a constatação de que a maioria dos desempregados "já teve emprego" e de que os mais jovens nem sempre reúnem as condições para aceder ao subsídio. Daí, que não seja de estranhar que o grupo menos expressivo, nesta modalidade, seja, geralmente o dos "0-19" anos. Por NUT II, temos:

Quadro 5.3.

Peso relativo da modalidade "Sim, com subsídio de desemprego",
por grupo etário mais expressivo e por NUT II, 1986/1991

| GE (+) NUT | GE MAIS EXPRESSIVOS | GE MENOS EXPRESSIVOS |
|---------------|---------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| NORTE | "25-34" | "0-19" (86,87,88,90,91) "45 e +" (89) |
| CENTRO | "20-24" (89,90) "25-34" (86,88) "35-44" (91) "45 e +" (87) | "0-19" (87,88,89,91) "20-24" (86) "45 e +" (90) |
| LVT | "25-34" (86,87) "45 e +" (88,89, 90,91) | "0-19" |
| ALENTEJO | "45 e +" | "0-19" (86,88,89,90,91) "35-44" (87) |
| ALGARVE | "25-34" (87,88, 90, 91) "35-44" (86) "45 e +" (89) | "0-19" (86,89,91) "20-24" (87,90) "35-44" (88) |

Fonte: Quadro 4, Anexo VI

²³⁷ Onde a modalidade SSQS é a mais expressiva.

²³⁸ Vd. Quadros 4 e 5, Anexo IV.

No que respeita à NUT Norte destacamos o facto do grupo etário "25-34", deter um peso relativo significativo (entre os 33% e os 55%).

Na NUT Alentejo, destacamos a importância do grupo etário "45 e +" (oscila entre os 40% e os 52%).

À medida que se caminha de Norte para Sul aumenta, em regra, o peso dos GE mais velhos, nomeadamente o dos "45 e +", na modalidade SSD. Tal verificação compatibiliza-se com a estrutura etária das regiões, a qual é mais envelhecida em regiões como Alentejo, Algarve e LVT, do que por exemplo no Norte²³⁹.

A confirmar o que dissemos relativamente ao fraco peso dos jovens nesta modalidade - SSD - está o quadro, que a seguir expomos, tradutor do peso de cada grupo etário na modalidade referida face ao total das modalidades.

²³⁹ Vd. pg. 74, Cap. 3.

Quadro 5.4.

Peso relativo da modalidade "Sim, com subsídio de desemprego",
no conjunto das quatro modalidades, por grupo etário, por NUT II, 1986/1991

Norte

| ANOS GE | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 |
|------------|------|------|------|------|------|------|
| "0-19" | 2 % | 3 % | 3 % | 6 % | 3 % | 7 % |
| "20-24" | 8 % | 6 % | 4 % | 8 % | 11 % | 11 % |
| "25-34" | 16 % | 16 % | 18 % | 18 % | 16 % | 18 % |
| "35-44" | 16 % | 10 % | 13 % | 26 % | 20 % | 23 % |
| "45 e +" | 16 % | 16 % | 9 % | 13 % | 24 % | 35 % |

Centro

| ANOS GE | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 |
|------------|------|------|-------|------|------|------|
| "0-19" | 4 % | 3 % | 0.7 % | 4 % | 5 % | 0 % |
| "20-24" | 4 % | 7 % | 6 % | 8 % | 13 % | 16 % |
| "25-34" | 6 % | 5 % | 10 % | 4 % | 10 % | 15 % |
| "35-44" | 12 % | 11 % | 14 % | 14 % | 22 % | 30 % |
| "45 e +" | 16 % | 21 % | 31 % | 31 % | 22 % | 47 % |

LVT

| ANOS GE | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 |
|------------|------|-------|------|------|------|------|
| "0-19" | 2 % | 0.6 % | 2 % | 1 % | 2 % | 3 % |
| "20-24" | 3 % | 3 % | 2 % | 3 % | 7 % | 9 % |
| "25-34" | 7 % | 8 % | 7 % | 9 % | 12 % | 18 % |
| "35-44" | 11 % | 10 % | 9 % | 14 % | 13 % | 32 % |
| "45 e +" | 11 % | 11 % | 17 % | 19 % | 25 % | 44 % |

Alentejo

| ANOS GE | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 |
|------------|------|------|------|------|------|------|
| "0-19" | 6 % | 4 % | 0 % | 0 % | 2 % | 1 % |
| "20-24" | 22 % | 4 % | 2 % | 3 % | 6 % | 9 % |
| "25-34" | 23 % | 7 % | 10 % | 2 % | 4 % | 14 % |
| "35-44" | 21 % | 6 % | 6 % | 9 % | 20 % | 21 % |
| "45 e +" | 45 % | 14 % | 13 % | 13 % | 24 % | 28 % |

Algarve

| ANOS GE | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 |
|------------|------|------|------|------|------|------|
| "0-19" | 0 % | 14 % | 13 % | 0 % | 6 % | 5 % |
| "20-24" | 7 % | 7 % | 9 % | 20 % | 0 % | 4 % |
| "25-34" | 6 % | 23 % | 31 % | 10 % | 19 % | 20 % |
| "35-44" | 30 % | 28 % | 12 % | 8 % | 36 % | 40 % |
| "45 e +" | 25 % | 39 % | 20 % | 1 % | 22 % | 34 % |

Fonte: com base no Quadro 4, Anexo IV.

Como facilmente verificamos, rara é a NUT (apenas Alentejo e Algarve), em que o peso dos desempregados inscritos com menos de 35 anos, a receber subsídio é superior a 20%²⁴⁰. No entanto, os GE mais velhos - "35-44" e "45 e +" - só reforçam a sua expressividade a partir de 89.

Referindo-nos ainda à modalidade SSD, caberá dizer que são as NUT LVT e Norte aquelas que maior peso relativo detêm, no conjunto das NUT, no período em estudo. Vejamos:

Quadro 5.5.

Hierarquização do peso relativo das regiões/NUT II
na modalidade "Sim, com subsídio de desemprego", 1986/1991

| ANOS POSIÇÃO | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 |
|-----------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| 1ª | LVT (32%) | LVT (40%) | LVT (44%) | LVT (45%) | LVT (47%) | LVT (47%) |
| 2ª | NORTE (29%) | NORTE (30%) | NORTE (27%) | NORTE (35%) | NORTE (27%) | NORTE (27%) |
| 3ª | ALENTEJO (26%) | CENTRO (15%) | CENTRO (12%) | CENTRO (9%) | ALENTEJO (14%) | ALENTEJO (13%) |
| 4ª | CENTRO (10%) | ALENTEJO (10%) | ALENTEJO (10%) | ALENTEJO (7%) | CENTRO (9%) | CENTRO (10%) |
| 5ª | ALGARVE (3%) | ALGARVE (6%) | ALGARVE (6%) | ALGARVE (4%) | ALGARVE (4%) | ALGARVE (3%) |

Fonte: Quadro 3, Anexo IV.

A segunda modalidade, "Sim, com outro tipo de subsídio" - SOTS -, a par de denotar um carácter altamente instável no tempo e no espaço, é pouco expressiva em todas as NUT (na NUT Algarve ela não tem absolutamente nenhuma expressão). Paralelamente, é difícil estabelecer uma relação entre os diferentes grupos etários e a modalidade SOTS. Porém, o GE "0-19", aparece nas NUT Centro (em 90), LVT (em 89) e Alentejo (em 87), detendo 100% face aos outros grupos de idade²⁴¹. O peso do escalão "0-19", no interior da modalidade em referência - SOTS -, em algumas NUT e em alguns anos, poderá dever-se a medidas tomadas especificamente para minorar o desemprego dos jovens. Adiantamos como hipóteses: os programas de aprendizagem e a formação em alternância (direccionados para este grupo etário).

No entanto, uma análise por NUT deixa-nos antever que este tipo de modalidade se direcciona com alguma regularidade e importância para as NUT LVT e Norte. Vejamos:

²⁴⁰ Consideramos um peso significativo da modalidade SSD, por GE, a partir de 20%.

²⁴¹ Vd. Quadro 4, Anexo IV.

Quadro 5.6.

Hierarquização do peso relativo das regiões/NUT II
na modalidade "Sim, outro tipo de subsídio", 1986/1991

| ANOS POSICÃO | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 |
|-----------------|-------------------|------------------|----------------|----------------|-----------------|-------------------|
| 1ª | NORTE (37%) | CENTRO (47%) | LVT (53%) | NORTE (86%) | LVT (54%) | NORTE (53%) |
| 2ª | LVT (35%) | LVT (44%) | NORTE (47%) | LVT (14%) | NORTE (32%) | ALENTEJO (27%) |
| 3ª | ALENTEJO (28%) | ALENTEJO (9%) | - | - | CENTRO (15%) | LVT (19%) |
| 4ª | - | - | - | - | - | - |
| 5ª | - | - | - | - | - | - |

Fonte: Quadro 3, Anexo IV.

Quanto à modalidade "Sim, sem qualquer subsídio" - SSQS -, os grupos etários que mais se destacam são, em regra, os dos "25-34" e dos "20-24". O dos "25-34" para todas as NUT, o dos "20-24" para as NUT Norte, Centro e LVT. Os grupos a deter menor peso relativo são:

- "0-19", Algarve (apenas nos anos 88 e 91);
- "35-44", Alentejo e Algarve (87 e 90);
- "45 e +", Norte, Centro, LVT e Algarve (86 e 89), como nos revelam os quadros 5.7. e 4 e 5 do Anexo IV.

Quadro 5.7.

Peso relativo da modalidade "Sim, sem qualquer subsídio",
por grupo etário mais expressivo, por NUT II, 1986/1991

| GE (+) NUT | GE MAIS EXPRESSIVOS | GE MENOS EXPRESSIVOS |
|---------------|------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| NORTE | "25-34" (87,88,89,90,91) "20-24" (86) | "45 e +" (87,88,89,90,91)) "0-19" (86) |
| CENTRO | "25-34" (86,87,91) "20-24" (88,89,90) | "45 e +" |
| LVT | "25-34" (86,88,90) "20-24" (87,89,91) | "45 e +" "35-44" (87) |
| ALENTEJO | "25-34" | "35-44" |
| ALGARVE | "25-34" | "45 e +" (86,89) "35-44" (87,90) "0-19" (88,91) |

Fonte: Quadro 4, Anexo IV.

Do quadro destaca-se o carácter de excepção da NUT Alentejo, quando nos reportamos aos grupos etários menos expressivos na modalidade SSQS. Na verdade, enquanto que em todas as NUT, o grupo etário "45 e +" aparece como um grupo com pouco significado nesta modalidade, na NUT em questão, tal não acontece. O grupo etário com menor preponderância é, para todo o período, o grupo dos "35-44" anos de idade. O facto significa que no Alentejo a cobertura pelo subsídio abrange sobretudo uma fase inicial e uma outra mais tardia do ciclo de vida dos trabalhadores, deixando relativamente a "descoberto" o escalão dos "35-44" anos, para o qual se põem já problemas frequentes de reconversão e reciclagem.

Uma análise por regiões deixa transparecer que é em LVT, Norte e Alentejo, que a modalidade SSQS detém maior peso.

Quadro 5.8.

Hierarquização do peso relativo das regiões/NUT II,
na modalidade "Sim, sem qualquer subsídio", 1986/1991

| ANOS POSICÃO | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 |
|-----------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 1ª | LVT (52%) | LVT (49%) | LVT (50%) | LVT (51%) | LVT (46%) | LVT (36%) |
| 2ª | NORTE (17%) | ALENTEJO (17%) | ALENTEJO (18%) | NORTE (19%) | NORTE (21%) | ALENTEJO (25%) |
| 3ª | CENTRO (15%) | CENTRO (16%) | NORTE (18%) | ALENTEJO (18%) | ALENTEJO (20%) | NORTE (24%) |
| 4ª | ALENTEJO (11%) | NORTE (15%) | CENTRO (12%) | CENTRO (11%) | CENTRO (10%) | CENTRO (12%) |
| 5ª | ALGARVE (5%) | ALGARVE (3%) | ALGARVE (2%) | ALGARVE (2%) | ALGARVE (3%) | ALGARVE (2%) |

Fonte: Quadro 3, Anexo IV.

Quanto à quarta modalidade "Não está inscrito" - NEI - , verificamos ser o grupo etário "0-19" o mais expressivo, embora os grupos dos "20-24" e dos "25-34", também estejam significativamente representados traduzindo o peso da continuação dos estudos ou da formação. Os que menos incorrem nesta modalidade são os grupos mais velhos, como nos mostra o quadro seguinte, que só vem confirmar as nossas últimas conclusões.

Quadro 5.9.
Peso relativo da modalidade "Não está inscrito".
por grupo etário mais expressivo, por NUT II, 1986/1991

| GE (+) NUT | GE MAIS EXPRESSIVOS | GE MENOS EXPRESSIVOS |
|---------------|------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| NORTE | "0-19" | "45 e +" |
| CENTRO | "0-19" | "45 e +" "35-44" (87) |
| LVT | "0-19" (86,87,88,90) "20-24" (89,91) | "45 e +" "35-44" (91) |
| ALENTEJO | "0-19" (86,87,88,89,90) "25-34" (88,91) | "20-24" (89) "25-34" (90) "35-44" (86,87,88,91) |
| ALGARVE | "0-19" (89,90) "20-24" (88) "25-34" (86,87,91) | "20-24" (89) "35-44" (88,90,91) "45 e + " (86,87) |

Fonte: Quadro 4, Anexo IV

A confirmar o que salientámos relativamente aos grupos mais e menos expressivos na "não inscrição", está o quadro seguinte:

Quadro 5.10.**Peso relativo da modalidade "Não está inscrito",****no conjunto das quatro modalidades, por grupo etário, por NUT II, 1986/1991****Norte**

| ANOS GE | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 |
|------------|------|------|------|------|------|------|
| "0-19" | 93 % | 90 % | 84 % | 76 % | 76 % | 69 % |
| "20-24" | 78 % | 78 % | 69 % | 61 % | 62 % | 60 % |
| "25-34" | 70 % | 64 % | 50 % | 50 % | 48 % | 54 % |
| "35-44" | 65 % | 63 % | 55 % | 47 % | 56 % | 44 % |
| "45 e +" | 58 % | 74 % | 64 % | 58 % | 51 % | 43 % |

Centro

| ANOS GE | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 |
|------------|------|------|------|------|------|------|
| "0-19" | 85 % | 82 % | 72 % | 71 % | 69 % | 75 % |
| "20-24" | 77 % | 64 % | 53 % | 51 % | 42 % | 46 % |
| "25-34" | 65 % | 60 % | 50 % | 53 % | 47 % | 39 % |
| "35-44" | 61 % | 55 % | 48 % | 36 % | 27 % | 34 % |
| "45 e +" | 57 % | 55 % | 37 % | 31 % | 38 % | 24 % |

LVT

| ANOS GE | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 |
|------------|------|------|------|------|------|------|
| "0-19" | 84 % | 82 % | 72 % | 73 % | 71 % | 71 % |
| "20-24" | 73 % | 67 % | 63 % | 58 % | 59 % | 60 % |
| "25-34" | 69 % | 66 % | 58 % | 52 % | 50 % | 52 % |
| "35-44" | 63 % | 66 % | 63 % | 52 % | 52 % | 39 % |
| "45 e +" | 67 % | 62 % | 53 % | 48 % | 47 % | 37 % |

Alentejo

| ANOS GE | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 |
|------------|------|------|------|------|------|------|
| "0-19" | 78 % | 59 % | 51 % | 57 % | 48 % | 37 % |
| "20-24" | 54 % | 52 % | 44 % | 43 % | 40 % | 34 % |
| "25-34" | 43 % | 37 % | 41 % | 31 % | 28 % | 25 % |
| "35-44" | 55 % | 31 % | 41 % | 49 % | 40 % | 28 % |
| "45 e +" | 35 % | 50 % | 36 % | 38 % | 30 % | 25 % |

Algarve

| ANOS GE | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 |
|------------|------|------|------|------|------|------|
| "0-19" | 59 % | 51 % | 74 % | 82 % | 65 % | 84 % |
| "0-24" | 42 % | 32 % | 66 % | 40 % | 67 % | 76 % |
| "25-34" | 51 % | 50 % | 42 % | 59 % | 47 % | 45 % |
| "35-44" | 42 % | 36 % | 61 % | 54 % | 23 % | 34 % |
| "45 e +" | 42 % | 7 % | 66 % | 39 % | 30 % | 30 % |

Fonte: com base no Quadro 4, Anexo IV.

Paralelamente, o quadro exposto evidencia com mais clareza que a modalidade em questão tem vindo a perder peso em quase todas as regiões.

Quanto às regiões que maior peso detêm nesta modalidade elas são, respectivamente, LVT e Norte. A NUT Centro ocupa geralmente a terceira posição (exceptuando o ano de 1990), a NUT Alentejo a quarta posição (excepto 1990) e por fim vem sempre o Algarve. Vejamos:

Quadro 5.11.
Hierarquização do peso relativo das regiões/NUT II
na modalidade "Não está inscrito", 1986/1991

| ANOS POSIÇÃO | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 |
|-----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| 1ª | LVT (47%) | LVT (50%) | LVT (54%) | LVT (53%) | LVT (51%) | LVT (46%) |
| 2ª | NORTE (30%) | NORTE (27%) | NORTE (25%) | NORTE (27%) | NORTE (29%) | NORTE (32%) |
| 3ª | CENTRO (15%) | CENTRO (15%) | CENTRO (10%) | CENTRO (10%) | ALENTEJO (9%) | CENTRO (10%) |
| 4ª | ALENTEJO (7%) | ALENTEJO (7%) | ALENTEJO (8%) | ALENTEJO (9%) | CENTRO (8%) | ALENTEJO (9%) |
| 5ª | ALGARVE (2%) | ALGARVE (1%) | ALGARVE (3%) | ALGARVE (2%) | ALGARVE (3%) | ALGARVE (3%) |

Fonte: Quadro 3, Anexo IV.

Desta análise - cruzamento entre grupos etários e modalidades de protecção social -, apercebemo-nos de que os grupos etários mais jovens são os menos protegidos no desemprego:

- os grupos dos "20-24" e "25-34" são os que mais se evidenciam por estar inscritos e não receberem qualquer subsídio;
- os jovens dos "0-19" são os que, quando incorrem no desemprego, menos se inscrevem nos centros de emprego.

Esta menor protecção, provirá potencialmente da rigidez dos critérios de acesso²⁴², que faz não só com que os jovens "0-19", quando desempregados, não se inscrevam nos centros de emprego, na medida em que sabem à priori não reunir as condições para receber um subsídio, mas também em que os desempregados dos outros grupos mais jovens - "20-24" e "25-34" - sejam de

²⁴² Já referida anteriormente, pp. 70-71, Cap. 3.

entre os que se inscrevem num centro, os que menos acedem a qualquer tipo de subsídio porque não reúnem as condições de acesso²⁴³.

Face à situação apercebida - fraca protecção dos jovens - seria desejável que a modalidade SOTS, tivesse maior expressividade, para de algum modo colmatar as insuficiências derivadas da não cobertura de muitos jovens pela modalidade SSD. Como assim não acontece, é suposto que caiba às políticas de educação/formação um papel de importância acrescida, enquanto geradoras de maior nível de qualificação no interior do GE jovem. Neste âmbito de ideias e considerando que em Portugal os frequentadores de cursos de formação profissional não são em regra considerados como desempregados pelas estatísticas do Serviço de Emprego (IEFP), deslocamos para o capítulo seguinte o estudo das referidas políticas.

5.1.2.2. As relações entre o desemprego e a cobertura social

No intuito de melhor averiguarmos como se correlacionam a "cobertura social e/ou ausência dela" e o "desemprego" e por consequência respondermos às questões formuladas nas pgs. 149 e 152, decidimos estimar as seguintes regressões para os três sectores de actividade e o seu total, por NUT II, para o período de 86/91 (duas modalidades)

Regressões tipo E:

$$\text{Taxa de Desemprego} = \alpha + \alpha' \begin{array}{c} \text{"Sim recebe"} \\ \text{subsídio} \\ \text{* por sectores} \\ \text{* por NUT} \end{array} + \alpha'' \begin{array}{c} \text{"Não recebe"} \\ \text{subsídio"} \\ \text{NS}^{245} \end{array}$$

$$\text{TXD} = \alpha + \alpha' \text{CS} + \alpha'' \text{NS}$$

(conforme quadro 6 do Anexo IV)

²⁴³ Vd., nota 211, pg. 146.

²⁴⁴ CS = SSD + SOTS.

²⁴⁵ NS = SSQS + NEI.

Quadro 5.12.

Valores do coeficiente de determinação (R^2), da componente autónoma (α), do coeficiente associado a "Sim, recebe subsídio" CS (α') e do coeficiente associado a "Não recebe subsídio" NS (α'') resultantes das regressões de tipo E - $TXD = \alpha + \alpha'$ CS + α'' NS -, relativas ao binómio NUT/sector de actividade para o período 1986/1991

Valores do coeficiente de determinação - R^2 -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|-------|--------|-------|----------|---------|
| PRIMÁRIO | 3% | 45% | 73% | 82% | 74% |
| SECUNDÁRIO | 98% | 94% | 98% | 95% | 61% |
| TERCIÁRIO | 98% | 94% | 99% | 74% | 96% |
| TOTAL | 99% | 96% | 99.8% | 93% | 96% |

Valores da componente autónoma - α -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|-------|--------|-------|----------|---------|
| PRIMÁRIO | +0.29 | -0.079 | -1.1 | -2.0 | -0.22 |
| SECUNDÁRIO | -1.76 | +1.24 | -3.91 | -23.2 | -1.52 |
| TERCIÁRIO | +0.25 | +0.93 | +2.21 | -6.7 | +0.97 |
| TOTAL | -0.59 | +0.69 | -0.23 | -13.65 | -1.04 |

Valores do coeficiente associado a CS - α' -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|------------|----------|----------|----------|----------|
| PRIMÁRIO | -0.0000029 | 0.000059 | 0.000019 | 0.0013 | -0.00098 |
| SECUNDÁRIO | 0.000035 | 0.000039 | 0.00027 | 0.00061 | 0.0012 |
| TERCIÁRIO | 0.000064 | 0.000111 | -0.00005 | -0.00014 | 0.00094 |
| TOTAL | 0.00006 | 0.000086 | 0.00008 | 0.00051 | 0.00073 |

Valores do coeficiente associado a NS - α'' -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|-----------|-----------|----------|----------|---------|
| PRIMÁRIO | 0.0000010 | 0.0000025 | 0.000033 | 0.00066 | 0.00043 |
| SECUNDÁRIO | 0.000089 | 0.000068 | 0.000075 | 0.001 | 0.00090 |
| TERCIÁRIO | 0.000038 | 0.000041 | 0.000029 | 0.0005 | 0.00074 |
| TOTAL | 0.000048 | 0.000036 | 0.00004 | 0.00085 | 0.00074 |

Fonte: Quadro 6 do Anexo IV.

Quadro 5.12. A

Sinais dos coeficientes associados às variáveis independentes, respectivamente "Sim, recebe subsídio (CS) - α' - e "Não recebe subsídio" (NS) - α'' - resultantes das regressões de tipo E - $TXD = \alpha + \alpha' CS + \alpha'' NS$ -

| NUT SECTORES | NORTE | | CENTRO | | LVT | | ALENTEJO | | ALGARVE | |
|-----------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|
| | α' | α'' | α' | α'' | α' | α'' | α' | α'' | α' | α'' |
| PRIMÁRIO | - | + | + | + | + | + | + | + | - | + |
| SECUNDÁRIO | + | + | + | + | + | + | + | + | + | + |
| TERCIÁRIO | + | + | + | + | - | + | - | + | + | + |
| TOTAL | + | + | + | + | + | + | + | + | + | + |

Fonte: Quadro 6, Anexo IV.

Das regressões feitas, extraímos o seguinte:

i) A nível da qualidade das regressões:

i.1) Os R^2 apresentam, na sua grande maioria, valores acima dos 50%²⁴⁶, deixando implícito que a percentagem de variação da variável endógena - taxa de desemprego - explicada pela recta de regressão, é de aceitar. Exceptuam-se os casos das regressões Norte/primário e Centro/primário, cujos valores do R^2 estão abaixo de 50%.

i.2) Os valores dos coeficientes estimados são em regra muito baixos, levando-nos a considerá-los não pela sua intensidade e expressividade, mas antes pelo sentido indicado através do sinal que os precede. As NUT Alentejo, Algarve e LVT são as que possuem os coeficientes mais expressivos (quadro 5.12).

ii) O sinal associada à estimação da componente autónoma é muito instável, não nos permitindo conclusões seguras.

iii) A nível da relação entre a variável endógena e a variável exógena (estudo do sinal dos coeficientes estimados), isto é, estudo das duas modalidades - CS e NS -, quando correlacionadas com o fenómeno desemprego verificamos que:

²⁴⁶ Convencionou-se, como anteriormente, aceitar as regressões em que $R^2 \geq 50\%$ e rejeitar no caso contrário.

| R^2 | PRIMÁRIO | SECUNDÁRIO | TERCIÁRIO | TOTAL |
|----------|----------|------------|-----------|-------|
| NORTE | 2.9% | 98% | 98% | 99% |
| CENTRO | 45% | 94% | 94% | 96% |
| LVT | 73% | 98% | 99% | 100% |
| ALENTEJO | 82% | 95% | 74% | 93% |
| ALGARVE | 74% | 61% | 96% | 96% |

Fonte: Quadro 6 do Anexo IV.

iii.1) As regressões, no período em estudo, para as cinco NUT consideradas, evidenciam que a um aumento do desemprego corresponde um aumento sistemático da percentagem dos que não recebem subsídio, em todos os sectores de actividade. Tal verificação a par das conclusões das páginas 148 e 158, leva-nos a formular algumas hipóteses:

Aumenta o desemprego e aumenta em simultâneo a percentagem dos que não recebem subsídio porque:

H1) Aumenta o número de pessoas que estando desempregadas, não são elegíveis (legislação²⁴⁷);

H2) Existe falta de capacidade de cobertura social;

H3) Aumenta o número de desempregados que não reúnem os critérios de acesso ao subsídio e paralelamente, a segurança social tem falta de capacidade de cobertura. Terá interesse averiguar qual o peso relativo de cada uma das causas, ou seja, averiguar o peso de H1 e H2, bem como o seu peso conjunto.

iii.2) Os resultados das regressões mostram-nos igualmente que ao aumentar o desemprego, aumentando embora também a percentagem dos inscritos que são cobertos pelo subsídio, se verificam excepções importantes:

- Norte/primário ($R^2 < 50\%$);
- LVT/terciário ($R^2 > 50\%$);
- Alentejo/terciário ($R^2 > 50\%$);
- Algarve/primário ($R^2 > 50\%$)²⁴⁸;

A partir destas excepções podemos construir uma segmentação sectorial dividida em dois sub-segmentos sectoriais:

1º sub-segmento: Primário: Norte e Algarve (convém ter em atenção os baixos valores do R^2 ²⁴⁹ Norte, que nos apontam para a rejeição da regressão);

2º sub-segmento: Terciário: LVT e Alentejo.

²⁴⁷ Vd. nota de pé de pág. 211 da pg. 146 do Cap. 5.

²⁴⁸ Vd. Quadro 5.12. e Quadro 6 do Anexo IV.

²⁴⁹ Idem nota anterior.

Com a intenção de averiguarmos a hipóteses esboçadas, decidimos ajustar as seguintes regressões:

Regressões de tipo F:

Regressões do tipo F1:

Taxa de Desemprego = $\alpha + \alpha'$ "Sim, recebe subsídio" ²⁵⁰

* por sectores

* por NUT

$$TXD = \alpha + \alpha' CS$$

(conforme quadro 7.1 do Anexo IV)

Regressões de tipo F2:

Taxa de Desemprego = $\beta + \beta'$ "Não recebe subsídio"

* por sectores

* por NUT

$$TXD = \beta + \beta' NS$$

(conforme quadro 7.2 do Anexo IV)

Vejamos os quadros construídos:

²⁵⁰ Vd. Quadro 5.12. e Quadro 6 do Anexo IV.

Quadro 5.13.

Valores do coeficiente de determinação (R^2), da componente autónoma (α) e do coeficiente associado a "Sim, recebe subsídio" CS (α') resultantes das regressões de tipo F1 - $TXD = \alpha + \alpha' CS$ - relativas ao binómio NUT/sector de actividade, para o período 1986/1991

Valores do coeficiente de determinação - R^2 -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|---------|--------|------|----------|---------|
| PRIMÁRIO | 0.0044% | 36% | 9.5% | 76% | 3.3% |
| SECUNDÁRIO | 11% | 28% | 31% | 4.4% | 7% |
| TERCIÁRIO | 19% | 35% | 64% | 23% | 10% |
| TOTAL | 17% | 36% | 45% | 45% | 7% |

Valores da componente autónoma - α -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|-------|--------|-------|----------|---------|
| PRIMÁRIO | 0.33 | -0.08 | 6.04 | 15.7 | 1.68 |
| SECUNDÁRIO | 1.48 | 1.14 | 12.55 | 6.82 | 2.51 |
| TERCIÁRIO | 1.64 | 0.87 | 8.5 | 6.7 | 2.3 |
| TOTAL | 1.16 | 0.63 | 9.56 | 9.2 | 2.3 |

Valores do coeficiente associado a CS - α' -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|----------|----------|-----------|----------|-----------|
| PRIMÁRIO | 0.000029 | 0.000086 | -0.000097 | 0.0013 | -0.000598 |
| SECUNDÁRIO | 0.00031 | 0.00079 | -0.00039 | 0.00051 | 0.0020 |
| TERCIÁRIO | 0.00018 | 0.00056 | -0.00031 | -0.00018 | 0.0016 |
| TOTAL | 0.00021 | 0.00048 | -0.00031 | 0.00043 | 0.0014 |

Fonte: Quadro 7.1 do Anexo IV.

Quadro 5.13. A

Sinais dos coeficientes associados à variável independente, "Sim, recebe subsídio (CS) - α' - resultantes das regressões de tipo F1 - $TXD = \alpha + \alpha' CS$ -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | α' | α' | α' | α' | α' |
| PRIMÁRIO | + | + | - | + | - |
| SECUNDÁRIO | + | + | - | + | + |
| TERCIÁRIO | + | + | - | - | + |
| TOTAL | + | + | - | + | + |

R^2 baixos ($R^2 < 50\%$ excepto LVT/terciário e Alentejo/primário).

Fonte: Quadro 7.1. do Anexo IV

Quadro 5.14.

Valores do coeficiente de determinação (R^2), da componente autónoma (β) e dos coeficientes associados a "Não recebe subsídio" (NS) (β') resultantes das regressões de tipo F2 - $TXD = \beta + \beta' NS$ -, relativas ao binómio NUT/sector de actividade, para o período 1986/1991

Valores do coeficiente de determinação (R^2)

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|-------|--------|-----|----------|---------|
| PRIMÁRIO | 3% | 33% | 57% | 0.96% | 65% |
| SECUNDÁRIO | 98% | 94% | 92% | 39% | 59% |
| TERCIÁRIO | 96% | 93% | 98% | 60% | 92% |
| TOTAL | 98% | 96% | 99% | 33% | 94% |

Valores da componente autónoma - β -

| NUT SECTORES | Norte | Centro | LVT | Alentejo | Algarve |
|-----------------|-------|--------|------|----------|---------|
| PRIMÁRIO | 0.28% | 0.05 | 2.5 | 13.42 | -1.14 |
| SECUNDÁRIO | -1.6 | 1.3 | 1.25 | -16.1 | -0.35 |
| TERCIÁRIO | 0.64 | 1.16 | 1.25 | -8.3 | -0.089 |
| TOTAL | -2.16 | 0.87 | 1.3 | -7.7 | -0.35 |

Valores do coeficiente associado a NS - β' -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|------------|-----------|----------|----------|---------|
| PRIMÁRIO | 0.00000095 | 0.0000039 | 0.000020 | 0.00026 | 0.0004 |
| SECUNDÁRIO | 0.000090 | 0.000069 | 0.000058 | 0.00093 | 0.00093 |
| TERCIÁRIO | 0.000040 | 0.000044 | 0.000032 | 0.00054 | 0.00076 |
| TOTAL | 0.00005 | 0.000038 | 0.00004 | 0.00069 | 0.00076 |

Fonte: Quadro 7.2. do Anexo IV.

Quadro 5.14. A

Sinais dos coeficientes associados à variável independente "Não recebe subsídio" (NS) - β' - resultantes das regressões de tipo F2 - $TXD = \beta + \beta' NS$ -

| β' | NUT |
|----------|-----|
| SECTORES | + |

R^2 mais elevados.

Fonte: Quadro 5.14.

Dos quadros retiramos a seguinte informação:

As regressões do tipo F ²⁵¹ dão-nos conclusões equivalentes às do tipo anterior - E ²⁵².

No entanto as regressões do tipo F1 mostram-nos que aumentando o desemprego, aumenta a cobertura, excepto:

- LVT: primário ($R^2 < 50\%$), secundário ($R^2 < 50\%$), terciário ($R^2 > 50\%$);
- Alentejo: terciário ($R^2 < 50\%$);
- Algarve: primário ($R^2 < 50\%$).

Se compararmos estas excepções com as anteriormente verificadas²⁵³, parece-nos, à primeira vista, estarmos face a dados contraditórios no caso dos seguintes binómios NUT/sector:

- Norte/primário;
- LVT/primário;
- LVT/secundário.

Contudo, a contradição poderá ser apenas aparente, já que o fraco valor dos R^2 ($< 50\%$) nos leva a rejeitar as regressões relativas aos pares apresentados. Simultaneamente, as estimativas dos coeficientes também detêm valores reduzidos, que as tornam imprecisas e muito instáveis a pequenas alterações nas regressões²⁵⁴. Estes valores reduzidos têm a ver, entre muitos outros aspectos, com o facto de apoiarmos a explicação da variável dependente - taxa de desemprego - em apenas duas variáveis explicativas: "Sim, recebe subsídio" e "Não recebe subsídio".

Ainda no que se refere às regressões dos tipos E e F, respectivamente: $TXD = \alpha + \alpha' CS + \alpha'' NS$ e $TXD = \alpha + \alpha' CS$, elas expressam claramente que à medida que o desemprego aumenta, aumenta a percentagem de indivíduos inscritos a receber subsídio. Porém, existem segmentos em que esta situação favorável não se verifica, são eles ($R^2 > 50\%$):

- LVT/terciário (regressões tipo E e F1);
- Alentejo/terciário [regressões tipo E (nas do tipo F1, $R^2 < 50\%$)];
- Algarve/primário [regressões tipo E (nas do tipo F1, $R^2 < 50\%$)].

²⁵¹ Regressões de tipo F: F1: $TXD = \alpha + \alpha' CS$;
F2: $TXD = \beta + \beta' NS$

²⁵² Regressões de tipo E: $TXD = \alpha + \alpha' CS + \alpha'' NS$.

²⁵³ Vd. pg. 141, Cap. 5, Ponto 5.1.

²⁵⁴ De regressões de tipo E - $TXD = \alpha + \alpha' CS + \alpha'' NS$ - passou-se para regressões de tipo F1 - $TXD = \alpha + \alpha' CS$. Vd. valores das estimativas dos quadros 5.12 e 5.13.

Destas excepções, verificamos que em geral são as NUT que apresentam maior taxa de desemprego²⁵⁵, aquelas que simultaneamente sofrem mais com a fraca cobertura social: o número de pessoas protegidas não aumenta proporcionalmente às necessidades decorrentes do aumento de desemprego. Face a estas ilações, fica de algum modo esclarecida a questão colocada no início deste ponto²⁵⁶: a protecção social existente no nosso país, assente em políticas passivas de atribuição de subsídios de desemprego, e subsídios sociais de desemprego, parece não ter poder para inverter a situação desfavorável das NUT Alentejo e LVT, as quais se apresentam como as menos protegidas. Nomeadamente LVT, apresenta-se indubitavelmente como a pior protegida, se considerarmos a representatividade das suas regressões e de em todos os sectores o cenário não ser positivo, nomeadamente no terciário.

Uma vez mais nos apercebemos da premência do lançamento de outro tipo de políticas que possam colmatar a insuficiência em termos de cobertura social. É por essa razão que se justifica que estudemos o impacto das políticas activas, tentando averiguar a sua expressividade nas NUT em questão, como faremos no ponto seguinte.

As regressões do tipo $F2 - TXD = \beta + \beta' NS$ - apresentam conclusões coincidentes com as regressões do tipo $E - TXD = \alpha + \alpha' CS + \alpha'' NS$ -, sendo o coeficiente afecto a $NS - \beta' -$ ou $-\alpha''$ - sempre positivo.

Com o objectivo de verificarmos se os segmentos atrás esboçados continuam a ser consistentes a um nível mais aprofundado de análise, bem como com a intenção de averiguar a influência separada sobre a taxa de desemprego não só das duas modalidades - "Sim recebe subsídio" e "Não recebe subsídio" - mas de cada uma das quatro modalidades de Segurança Social, elaborámos as seguintes regressões²⁵⁷ para o período 86/91:

²⁵⁵ Vd. Cap. Caracterização pgs. 59 e seguintes.

²⁵⁶ Vd. pgs. 149 e 151.

²⁵⁷ Chamamos a atenção para as seguintes questões metodológicas: - Em 92, não é possível discriminar o número de desempregados pelas quatro modalidades - SSD, SOTS, SSQS, NEI - como até 91, mas apenas por duas - CS e NS - devido à mudança de série ocorrida, conforme Cap. 2, Metodologia de Abordagem, pg. 54. Deste modo, não podemos estudar o período 86/92, sob a pena de distorcer os dados e incorrer em erros metodológicos. Por conseguinte optámos por fazer as regressões para o período compreendido entre 86 e 91.

Regressões tipo G:Regressões tipo G1:

Taxa de Desemprego = $\alpha + \alpha'$ "Sim, com subsídio de desemprego"

* por sectores

* por NUT II

$$TXD = \alpha + \alpha' SSD$$

Regressões tipo G2:

Taxa de Desemprego = $\beta + \beta'$ "Sim, com outro tipo de subsídio"

* por sectores

* por NUT II

$$TXD = \beta + \beta' SOTS$$

Regressões tipo G3:

Taxa de Desemprego = $\gamma + \gamma'$ "Sim, sem qualquer tipo de subsídio"

* por sectores

* por NUT II

$$TXD = \gamma + \gamma' SSQS$$

Regressões tipo G4:

Taxa de Desemprego = $\theta + \theta'$ "Não está inscrito"

* por sectores

* por NUT II

$$TXD = \theta + \theta' NEI$$

(conforme quadro 8 do Anexo IV).

Quadro 5.15.

Valores do coeficiente de determinação (R^2), da componente autónoma (α) e do coeficiente associado à variável independente "Sim, com subsídio de desemprego" (SSD) (α') resultantes das regressões de tipo G1 - $TXD = \alpha + \alpha' SSD$ -, relativos ao binómio NUT/sector de actividade, para o período 1986/1991

Valores do coeficiente de determinação - R^2 -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|-------|--------|-----|----------|---------|
| PRIMÁRIO | 0.25% | 32% | 9% | 76% | 3% |
| SECUNDÁRIO | 16% | 27% | 30% | 43% | 65% |
| TERCIÁRIO | 25% | 31% | 64% | 21% | 9% |
| TOTAL | 22% | 33% | 48% | 46% | 7% |

Valores da componente autónoma - α -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|-------|--------|------|----------|---------|
| PRIMÁRIO | 0.31 | -0.07 | 6.0 | 15.72 | 1.6 |
| SECUNDÁRIO | 1.0 | 1.11 | 12.3 | 6.75 | 2.5 |
| TERCIÁRIO | 1.4 | 0.92 | 8.45 | 6.66 | 2.3 |
| TOTAL | 0.9 | 0.63 | 9.4 | 9.18 | 2.27 |

Valores do coeficiente de determinação associados a SSD - α' -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|----------|----------|----------|----------|---------|
| PRIMÁRIO | 0.000003 | 0.000084 | -0.00003 | +0.0012 | -0.0006 |
| SECUNDÁRIO | 0.00038 | 0.0008 | -0.00038 | +0.00052 | 0.002 |
| TERCIÁRIO | 0.00021 | 0.00055 | -0.0003 | -0.00017 | 0.0015 |
| TOTAL | 0.00025 | 0.00048 | -0.00031 | -0.00044 | 0.0013 |

Fonte: Quadro 8.1 do Anexo IV.

Quadro 5.15. A

Sinais dos coeficientes associados à variável independente, "Sim com subsídio de desemprego" (SSD) - α' - resultantes das regressões de tipo G1 - $TXD = \alpha + \alpha' SSD$ -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | α' | α' | α' | α' | α' |
| PRIMÁRIO | + | + | - | + | - |
| SECUNDÁRIO | + | + | - | + | + |
| TERCIÁRIO | + | + | - | - | + |
| TOTAL | + | + | - | + | + |

Fonte: Quadro 8.1 do Anexo IV.

Quadro 5.16.

Valores do coeficiente de determinação (R^2), da componente autónoma (β) e do coeficiente associado à variável independente "Sim, recebe outro tipo de subsídio" (SOTS) (β'), resultantes das regressões de tipo G2 - $TXD = \beta + \beta' \text{ SOTS}$ -, relativos ao binómio NUT/sector de actividade, para o período 1986/1991

Valores do coeficiente de determinação - R^2 -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|-------|--------|------|----------|---------|
| PRIMÁRIO | 25% | 16% | 0.1% | 8% | — |
| SECUNDÁRIO | 46% | 38% | 9% | 1.6% | — |
| TERCIÁRIO | 43% | 17% | 0.1% | 53% | — |
| TOTAL | 46% | 6.9% | 4% | 0.8% | — |

Valores da componente autónoma - β -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|-------|--------|------|----------|---------|
| PRIMÁRIO | 0.4 | 0.14 | 4.8 | 19.74 | — |
| SECUNDÁRIO | 5.3 | 3.3 | 9.35 | 8.9 | — |
| TERCIÁRIO | 3.7 | 2.3 | 5.18 | 6.48 | — |
| TOTAL | 3.6 | 1.9 | 6.62 | 10.95 | — |

Valores do coeficiente associado a SOTS - β' -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|----------|----------|----------|----------|---------|
| PRIMÁRIO | -0.00034 | +0.00042 | +0.00036 | +0.015 | — |
| SECUNDÁRIO | -0.0075 | +0.0021 | -0.0074 | -0.0038 | — |
| TERCIÁRIO | -0.0032 | +0.0028 | -0.0005 | -0.010 | — |
| TOTAL | -0.0041 | +0.0015 | -0.0033 | -0.0022 | — |

Fonte: Quadro 8.2 do Anexo IV.

Quadro 5.16. A

Sinais dos coeficientes associados à variável independente,
"Sim com outro tipo de subsídio" (SOTS) - β' - resultantes das regressões
de tipo G2 - $TXD = \beta + \beta' \text{ SOTS}$ -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | β' | β' | β' | β' | β' |
| PRIMÁRIO | - | + | + | + | — |
| SECUNDÁRIO | - | + | - | - | — |
| TERCIÁRIO | - | + | - | - | — |
| TOTAL | - | + | - | - | — |

Fonte: Quadro 8.2, Anexo IV.

Quadro 5.17.

Valores do coeficiente de determinação (R^2), da componente autónoma (γ) e do coeficiente associado à variável independente "Sim, sem qualquer tipo de subsídio" (SSQS) (γ'), resultantes das regressões de tipo G3 - $TXD = \gamma + \gamma' SSQS$ - relativos ao binómio NUT/sector de actividade, para o período 1986/1991

Valores do coeficiente de determinação - R^2 -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|-------|--------|-------|----------|---------|
| PRIMÁRIO | 30% | 36% | 6% | 73% | 64% |
| SECUNDÁRIO | 71% | 64% | 25% | 79% | 49% |
| TERCIÁRIO | 53% | 88% | 53,6% | 0,1% | 80% |
| TOTAL | 65% | 72% | 41% | 85% | 82% |

Valores da componente autónoma - γ -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|-------|--------|------|----------|---------|
| PRIMÁRIO | 0.8 | 0.14 | 3.7 | 36.33 | -0.28 |
| SECUNDÁRIO | 15.5 | -0.8 | 2.5 | 17.9 | 1.86 |
| TERCIÁRIO | 7.6 | -0.69 | 0.69 | 5.85 | 1.6 |
| TOTAL | 9.0 | -0.4 | 1.4 | 18.5 | 1.3 |

Valores do coeficiente associado a SSQS - γ' -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|----------|-----------|-----------|-----------|----------|
| PRIMÁRIO | -0.00003 | +0.000031 | +0.000033 | -0.0011 | +0.00063 |
| SECUNDÁRIO | -0.0008 | +0.00043 | +0.0003 | -0.00066 | +0.0013 |
| TERCIÁRIO | -0.00031 | +0.00032 | +0.00012 | +0.000055 | +0.0011 |
| TOTAL | -0.00043 | +0.000247 | +0.00012 | -0.000055 | +0.0011 |

Fonte: Quadro 8.3 do Anexo IV.

Quadro 5.17. A

Sinais dos coeficientes associados à variável independente,
"Sim, sem qualquer subsídio" (SSQS) - γ' - resultantes das regressões
de tipo G3 - $TXD = \gamma + \gamma' SSQS$ -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | γ' | γ' | γ' | γ' | γ' |
| PRIMÁRIO | - | + | + | - | + |
| SECUNDÁRIO | - | + | + | - | + |
| TERCIÁRIO | - | + | + | + | + |
| TOTAL | - | + | + | - | + |

Fonte: Quadro 8.3 Anexo IV.

Quadro 5.18.

Valores do coeficiente de determinação (R^2), da componente autónoma (θ) e do coeficiente associado à variável independente "Não está inscrito" (NEI) (θ'), resultantes das regressões de tipo G4 - $TXD = \theta + \theta' NEI$ -, relativos ao binómio NUT/sector de actividade, para o período 1986/1991

Valores do coeficiente de determinação - R^2 -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|-------|--------|-----|----------|---------|
| PRIMÁRIO | 4% | 31% | 65% | 49% | 31% |
| SECUNDÁRIO | 98% | 95% | 96% | 87% | 37% |
| TERCIÁRIO | 94% | 89% | 93% | 7.6% | 55% |
| TOTAL | 98% | 95% | 98% | 88% | 55% |

Valores da componente autónoma - θ -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|-------|--------|-----|----------|---------|
| PRIMÁRIO | 0.28 | 0.07 | 2.8 | 11.1 | -0.7 |
| SECUNDÁRIO | 0.03 | 1.8 | 2.5 | 1.85 | -0.016 |
| TERCIÁRIO | 1.36 | 1.49 | 2.1 | 5.06 | 0.29 |
| TOTAL | 0.67 | 1.14 | 2.3 | 5.2 | 0.059 |

Valores do coeficiente associado a NEI - θ' -

| NUT SECTORES | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|-----------------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|
| PRIMÁRIO | +0.000011 | +0.000043 | +0.000024 | +0.00072 | +0.00054 |
| SECUNDÁRIO | +0.000084 | +0.000078 | +0.000067 | +0.00053 | +0.0014 |
| TERCIÁRIO | +0.000037 | +0.000049 | +0.000035 | +0.000073 | +0.0011 |
| TOTAL | +0.000047 | +0.000042 | +0.000044 | +0.00043 | +0.0011 |

Fonte: Quadro 8.4, Anexo IV.

Quadro 5.18. A

Sinais dos coeficientes associados à variável independente, "Não está inscrito" (NEI) - θ' - resultantes das regressões de tipo G4 - $TXD = \theta + \theta' NEI$ -

| θ' | NUT |
|-----------|-----|
| SECTORES | + |

Fonte: Quadro 8.4, Anexo IV.

Vejamos as principais conclusões por modalidades de segurança social:

- SSD: à medida que aumenta o número de desempregados, aumenta a percentagem de indivíduos a receber subsídio de desemprego.

Excepto:

- LVT/primário, secundário, terciário²⁵⁸
- Alentejo/ terciário;
- Algarve/primário.

Estas conclusões levam-nos à manutenção do mesmo segmento sectorial e respectivos sub-segmentos atrás esboçados e continuam a deixar implícito que LVT, é a NUT onde a relação desemprego/subsídio de desemprego é a mais fraca. Mostram ainda que os sectores potencialmente menos cobertos são os primário (Algarve) e terciário (LVT e Alentejo). O facto da NUT Norte/primário não aparecer como excepção, não é relevante se atendermos aos baixíssimos valores do R^2 - 0.25% - e das estimativas dos coeficientes assim como à mudança de período de referência²⁵⁹.

Porém, o baixo valor dos R^2 , é praticamente uma constante²⁶⁰, levando-nos a ter em conta, fundamentalmente a regressão feita para LVT/terciário onde o $R^2 > 50\%$ ²⁶¹.

²⁵⁸ Lembrar que no 2º tipo de regressões ($TXD = \alpha + \alpha' CS$), LVT constituiu sempre excepção para todos os ramos de actividade. No 1º tipo de regressões ($TXD = \alpha + \alpha' CS + \alpha'' NS$) a excepção provinha apenas do terciário.

²⁵⁹ De facto, na regressão $TXD = \alpha + \alpha' CS$ (1986/92), o sinal do coeficiente é negativo,

* Primário

* Norte

assim como na regressão $TXD = \alpha + \alpha' CS + \alpha'' NS$.

* Primário

* Norte

No entanto, na regressão a que nos reportamos neste momento, $TXD = \alpha + \alpha' SSD$ (1986/91)

* Primário

* Norte

o coeficiente é positivo. A mudança de sinal provém da alteração do período de referência. Na verdade, se fizermos $TXD = \alpha + \alpha' SSD$ (1986/92), colocando em 92, no valor referente à

* Primário

* Norte

SSD o valor respectivo a CS (não esquecer a quebra de série do INE em 92), o coeficiente α' volta a ter sinal positivo, embora com valores baixíssimos para o coeficiente (0.00000299) e R^2 modestíssimos (0.25%).

²⁶⁰ Vd. quadro 8, Anexo IV.

²⁶¹ A regressão Alentejo/terciário, embora constituindo excepção, detém um $R^2 < 50\%$, nomeadamente $R^2 = 21\%$.

Para além da manutenção do segmento "clássico", parece que o segundo segmento - LVT/todos os sectores -, ganha cada vez mais solidez.

Num estudo mais aprofundado, seria interessante investigar se na NUT LVT existirão outros tipos de subsídios para além do de desemprego, que sejam accionados quando o desemprego aumenta. Seria igualmente pertinente averiguar a existência de políticas e programas específicos para estes sectores em LVT²⁶².

- SOTS: esta modalidade detém um peso irrelevante no conjunto das 4 modalidades²⁶³, nomeadamente na NUT Algarve onde não tem qualquer expressividade²⁶⁴. Não será, por consequência, de estranhar que os valores dos R^2 , para as diferentes NUT e sectores, sejam todos abaixo de 50%, exceptuando Alentejo/terciário. As estimativas dos coeficientes também têm um baixo valor. As regressões efectuadas dizem-nos mais uma vez que à medida que o desemprego aumenta, o número de pessoas inscritas a receber "outro tipo de subsídio" desce, excepto:
 - Norte/primário, secundário, terciário;
 - LVT/secundário, terciário;
 - Alentejo/secundário, terciário.
- SSQS: à medida que o desemprego aumenta, aumenta a percentagem dos inscritos a não receber qualquer subsídio, excepto:
 - Norte/todos os sectores;
 - Alentejo/primário/secundário²⁶⁵.

Estas excepções levam-nos, em capítulo susequente, a investigar se existem políticas de emprego ou programas específicos, para estes sectores e regiões.

- NEI : à medida que o desemprego aumenta, aumenta a percentagem dos não inscritos, sem excepção de NUT²⁶⁶.

²⁶² Vd. Ponto 5.2. - Políticas activas -. A situação constatada para LVT responde-me em parte à questão anteriormente colocada sobre programas específicos para esta NUT.

²⁶³ Vd. pg. 156.

²⁶⁴ Idem nota 263.

²⁶⁵ Vd. Quadro 8.3, Anexo IV.

²⁶⁶ Idem nota anterior.

A análise das 4 modalidades - SSD, SOTS, SSQS, NEI -, conduz-nos à aceitação das hipóteses esboçadas anteriormente²⁶⁷:

H1) Quando aumenta o número de pessoas desempregadas, aumenta o número das que não são elegíveis (SSQS e também NEI):

- Destacam-se, especialmente, LVT/todos os sectores e Alentejo/terciário, enquanto NUT para as quais quando aumenta o número de pessoas desempregadas, aumenta a percentagem de inscritos a não receber qualquer tipo de subsídio (análise de SSQS).
- Destacam-se, uma vez mais, as NUT LVT e Alentejo, enquanto NUT para as quais quando aumenta o desemprego, aumenta a percentagem de não inscritos (análise do NEI). Nestas NUT, os grupos etários de maior peso na modalidade NEI são respectivamente os "0-19", "20-24" (LVT) e "20-24", "25-34" (Alentejo).

A situação decorre, em parte, e como por diversas vezes temos referido, da rigidez dos critérios de acesso²⁶⁸ definidos na legislação, deixando de fora, principalmente, os grupos etários mais jovens²⁶⁹. Neste contexto, convirá investigar se foram elaboradas políticas promotoras da inserção dos jovens no mercado de trabalho. Tal preocupação, reporta-nos à esfera das políticas activas, que adiante consideraremos.

O facto de se ter concretizado a nossa hipótese 1, conduz-nos à conclusão de que a cobertura social efectiva não responde às transformações operadas no mercado de trabalho, derivadas da flexibilização e precarização do emprego associadas às exigências de competitividade e intensificação da concorrência internacional;

H2) Existe falta de capacidade de cobertura da Segurança Social (relembremos o quadro 4 do AnexoIV onde a fraca protecção social do mercado de trabalho português em matéria de emprego/desemprego, ficou evidenciada) como podemos ver pelo desfasamento existente entre por um lado, as modalidades SSQS e NEI, e por outro, as modalidades SSD e SOTS. A falta de cobertura pelo subsídio faz-se sentir, como vimos, sobretudo nas NUT

²⁶⁷ Respondemos, assim afirmativamente às questões delineadas nas pgs. 149 e 164.

²⁶⁸ Vd. pg. 165.

²⁶⁹ Vd. pg. 161.

LVT/todos os sectores, Alentejo/terciário e Algarve/primário, deixando implícito que a cobertura também se processa de forma assimétrica.

Nestes moldes, a cobertura social em vez de combater a segmentação regional do mercado de trabalho contribui antes para a reforçar: não só não se esbatem alguns dos segmentos previamente detectados, como ainda se reforçam as condições de surgimento de novos segmentos.

Estas hipóteses, assim como a H3 ²⁷⁰ têm também que ser contextualizadas no quadro das outras políticas de emprego em vigor em Portugal, nomeadamente nos segmentos onde a cobertura não parece ser boa²⁷¹.

Com efeito, finda a verificação das três hipóteses adiantadas, através da análise relativa à cobertura social dos desempregados nas cinco regiões/NUT, retemos que em vez da protecção social ter contribuído para atenuar os segmentos delimitados aquando do capítulo 3²⁷² e 4²⁷³, ela própria pare ser também segmentada.

Na verdade, às regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve contrapõe-se a LVT, a qual evidencia uma menor capacidade de protecção aos seus desempregados²⁷⁴, traduzida em regressões do tipo:

$$\text{TXD} = \alpha - \alpha' \text{ SSD}$$

* LVT
* por sectores

(conforme quadro 8.1, Anexo IV)

onde o sinal associado ao coeficiente α' é sempre negativo. Esta associação inversa entre a variável endógena (TXD) e a variável exógena (SSD), deixa implícito que à medida que o número de pessoas atingidas pelo desemprego aumenta, a atribuição do subsídio não aumenta proporcionalmente.

²⁷⁰ Vd. pg. 164.

²⁷¹ Relembrar que a segmentação proposta foi a seguinte:

- Segmentação sectorial:
 - sub-segmento: primário: (Norte) e Algarve.
 - sub-segmento: terciário: LVT e Alentejo.
- Segmentação regional:
 - LVT/todos os sectores.

²⁷² Cap. 3, ver pg. 96.

²⁷³ Cap. 4, ver pg. 115 e 135.

²⁷⁴ Resposta à questão efectuada na pg.64.

Se, para além destes considerandos, recordarmos que na NUT LVT o grupo etário com maior expressão na modalidade SSD é o dos "45 e +"²⁷⁵, fará todo o sentido averiguar se outro tipo de políticas - políticas activas - foram estabelecidas, no sentido de minorar a insuficiência da protecção social ao desemprego na NUT e, em especial, para o grupo etário referido ("45 e +"). Nomeadamente políticas que tentem suprir possíveis desajustamentos entre as qualificações da mão-de-obra pertencentes ao grupo etário referido e as actuais exigências do mercado de trabalho, o que nos conduz a aferir da expressão das políticas de formação no domínio da "reconversão".

*
* *

Ao considerarmos a expressão da cobertura social do desemprego nas diferentes regiões verificamos a existência de segmentação regional e sectorial. Procedendo à sua sistematização, temos:

- Segmentação regional: - LVT versus outras NUT;
- Segmentação sectorial: - sectores primário e terciário (parecem ser aqueles onde os trabalhadores menos cobertura recebem) *versus* sector secundário.

Hipóteses explicativas possíveis deste facto, poderão ser adiantadas:

H1) Relativamente ao sector primário:

A prática de uma agricultura de sobrevivência enquanto exploração familiar, concomitante com o desempenho de outras actividades, afectas a outros sectores. Nestes moldes, a prática da agricultura funciona como actividade paralela e muitas vezes subterrânea, em que as pessoas que nela trabalham não satisfazem as exigências dos critérios de acesso aos subsídios da protecção social;

H2) Relativamente ao sector terciário:

O aumento de contratos a prazo, tradutor de empregos mal remunerados e pouco exigentes em termos de qualificações.

A segmentação é especialmente evidente nas seguintes NUT:

- Primário: Norte, Algarve;
- Terciário: LVT, Alentejo.

²⁷⁵ Vd. Quadro 5.3., pg. 153.

O GE "25-34" também é o mais importante mas apenas para os anos 86 e 87.

Face às conclusões que tecemos no decorrer deste capítulo, parece-nos então pertinente partir, em seguida, para o estudo das políticas activas, entre as quais distinguimos as políticas de formação. Nessa análise, tentaremos como habitualmente ter presente se este outro tipo de políticas teve em conta o objectivo de atenuar os segmentos ou se, pelo contrário, apenas contribui para que eles se acentuassem.

5.2. A Formação Profissional como política activa do mercado de trabalho - breve referência -

Após termos verificado que a protecção social aos desempregados não conseguiu "atenuar" a segmentação do mercado de trabalho, uma vez que ela própria é segmentada, considerámos pertinente averiguar a *performance* das políticas activas de emprego.

Devido à multiplicidade de políticas activas e à impossibilidade de considerar cada uma delas no presente trabalho²⁷⁶, decidimos centrar-nos apenas nas políticas de Formação Profissional, enquanto políticas de inserção no mercado de trabalho, potencializadoras de melhor adequação entre a oferta e a procura de trabalho. A nossa escolha deve-se ao facto das políticas referidas assumirem progressiva proeminência no contexto económico e social em que nos encontramos, enquanto país membro da Comunidade Económica.

A integração portuguesa no Mercado Único coincide com a intensificação da concorrência, a qual requiere, por sua vez, importantes esforços de ajustamento estrutural a par de apostas em inovação tecnológica, diferenciação de produtos e diferenciação de mercados. O ambiente de mutação tecnológica que dia a dia vai caracterizando as nossas empresas conduz à rápida obsolescência de instalações fabris, assim como à desadequação das formas de organização e qualificação da mão-de-obra. Esta desadequação provoca alterações nos perfis de emprego e das profissões, gerando um potencial "desemprego transitório de inadaptação".

²⁷⁶ A informação recolhida refere-se fundamentalmente a Portugal Continental, uma vez que escasseia informação regionalizada. Como referimos no Cap. 2 "Metodologia de Abordagem", da informação discriminada por regiões requisitada ao IIEFP e relativa às políticas activas em vigor no período considerado, apenas nos foram disponibilizados os indicadores referentes a "Aprovações Regionalizadas por Programa Operacional" e "Despesas FSE regionalizadas por Programa Operacional" (e mesmo estes indicadores em fase muito tardia).

Paralelamente, o facto de boa parte daquelas tecnologias serem propiciadoras de aumentos de produtividade, conduz, em regra, à substituição de trabalho por capital, a qual poderá gerar situações de desemprego.

Nesta conjuntura, a política de educação/formação, tendo por suporte as "teorias qualitativas do mercado de trabalho", encontra ambiente positivo para implementar decisões de investimento em capital humano. Estas decisões dependem da maneira como trabalhadores e empresas resolvem a arbitragem entre a restrição ao consumo no curto prazo e os ganhos esperados no futuro, provenientes do investimento efectuado em educação/formação.

Desde o momento em que o dito investimento em capital humano passa a ser visto como potencializador da adequação da "qualificação" (dos trabalhadores) - entendida como o "produto combinado da experiência do trabalhador e da formação adquirida nas estruturas especializadas para esse fim"²⁷⁷ - às necessidades competitivas das empresas, a hipótese de homogeneidade do factor trabalho, defendida pelos neoclássicos ortodoxos, é abandonada. Tal acontece porque a aposta na melhoria das qualificações se repercute em aumentos qualitativamente diferenciados de produtividade e de rendimentos, tão desejados pelas empresas.

Quanto à procura de mão-de-obra, ela passa a ser feita atendendo às necessidades em qualificações sentidas pelas estruturas produtivas. No entanto, as "teorias qualitativas de mão-de-obra", entre as quais se destacam as "teorias do ciclo de vida", manifestam a fraqueza, entre algumas outras, de considerar de forma "indirecta a influência da procura de mão-de-obra"²⁷⁸. Deste modo, "abstraem-se das alterações dinâmicas da tecnologia de produção, das políticas de organização e gestão do trabalho e, sobretudo, das suas implicações sobre a evolução dinâmica das qualificações"²⁷⁹.

Tal "abstracção" não tem em conta que muitas das qualificações adquiridas se podem tornar desadequadas face à introdução, cada vez mais acelerada, de novas tecnologias e políticas de gestão. Por consequência, a "experiência profissional torna-se progressivamente mais complementar do que substitutiva da formação"²⁸⁰, valorizando o papel das políticas de formação profissional, a nível da sociedade como um todo. Vejamos:

²⁷⁷ Gambier, D. e Vernières, M. (1982), pg. 53.

²⁷⁸ Chagas Lopes, M. (1989), pg. 264.

²⁷⁹ Idem.

²⁸⁰ Gambier, D. e Vernières, M. (1982), pg. 153.

- Os trabalhadores, ao verificarem que as ofertas de emprego são escassas para aqueles que possuem poucas qualificações, terão tendência a ver na formação um elemento essencial no preparo para as novas profissões e para o desenvolvimento de novas aptidões conducentes, em princípio, a uma melhoria no respectivo estatuto sócio-profissional e remuneratório.
- As empresas, no contexto do Mercado Único, deverão passar a encarar a formação não como um custo a mais mas como um elemento de reforço da sua posição competitiva e promotor do relançamento do seu crescimento. "Levar a que as empresas considerem a formação como um activo da sociedade, é tomar consciência de que ela se tornou uma necessidade económica, uma componente efectiva da estratégia de gestão, um investimento. Quer se chame "Aperfeiçoamento", "Reciclagem" ou "Reconversão" profissional, a valorização pela formação é a única garantia de poder fazer face às inevitáveis mutações, quer elas sejam previsíveis ou não"²⁸¹. Daí que se tenha caminhado para a normalização de múltiplas políticas no Mercado Único.
- As regiões deverão ter presente que a aposta na formação poderá propiciar a redução das assimetrias existentes entre si, assim como poderá potencializar o seu crescimento. Adequada formação poderá ajudar a reconverter indústrias em declínio e a contrariar o atraso em termos de desenvolvimento estrutural.

A não existência de qualificações, necessárias ao desenvolvimento do processo produtivo, faz com que haja uma oferta de emprego não satisfeita. Esta oferta gerará pressões inflacionárias nos salários dos trabalhadores mais qualificados²⁸², fazendo contrapor no mercado de trabalho, pelo menos dois grandes sectores - sector primário/sector secundário.

Como já temos referido, estes sectores delimitam-se no âmbito das teorias da segmentação, onde o mercado de trabalho aparece representado como uma articulação de cadeias de mobilidade nas quais a mão-de-obra se insere, e não como um mecanismo de distribuição aleatória de pessoas pelos empregos. "Consequentemente, as desigualdades salariais são aí concebidas não como uma sanção de um valor económico, mas como posições numa hierarquia que exprime simultaneamente uma progressão profissional e uma progressão nas organizações"²⁸³.

²⁸¹ Van der Cruyce, P. (1993).

²⁸² Processo que segundo algumas teorias consagradas assenta nos designados "pull mechanism" e "push mechanism".

²⁸³ Rodrigues, M. J., (1987).

É evidente que há binómios regiões/sectores bem mais carentes em trabalhadores qualificados do que outros. Porém, independentemente da região, quando nos reportamos ao desemprego, verificamos serem os trabalhadores menos qualificados aqueles que mais incorrem frequente e duradouramente no desemprego.

Deste modo, a desigualdade regional, evidenciada nos diferentes segmentos delineados ao longo deste estudo, é também uma desigualdade regional de qualificações. Consequentemente, propomo-nos estudar as referidas políticas de Formação Profissional a nível regional, com o intento de averiguar em que medida elas conseguem ou contribuem para ultrapassar as segmentações anteriormente verificadas; segmentações essas que, como vimos, as políticas passivas, alvo da nossa avaliação anterior, não conseguiram esbater.

5.2.1. A Formação Profissional - caracterização do passado recente -

Em 86 - ano em que se inicia o nosso período de estudo - a política de formação ganha inegável proeminência no contexto da Integração Económica que então se viabilizava, tentando potencializar alterações na especialização económica portuguesa (baseada na prática de baixos salários) através da valorização dos recursos humanos. Proeminência tanto mais significativa quanto tivermos em mente que os trabalhadores portugueses por conta de outrém, detêm, em regra, qualificações mais baixas do que as dos seus parceiros europeus²⁸⁴. Com o intuito de recuperar este atraso estrutural, caberá ao sistema de formação uma árdua tarefa...

O sistema de formação português debatia-se, em 1986, com algumas insuficiências que passamos a referir:

- ausência de estudos fiáveis, o que inviabilizava uma gestão previsional de emprego. Por consequência, em anos subsequentes só foi possível enveredar por uma formação excessivamente polivalente, ficando a formação profissional específica para uma face demasiadamente tardia;

²⁸⁴ Em Portugal a taxa de analfabetismo ronda os 20%, a taxa de escolaridade da população activa é baixa, a percentagem de profissionais considerados qualificados é fraca (cerca de 50% dos TPCO), o nível dos quadros médios e superiores no interior das empresas portuguesas é baixíssimo (8 vezes inferior ao dos países desenvolvidos). (Dados relativos a 1989), in Marques, R. M^a, (1990), pg. 103.

- Ver quadro 9A e 9B do Anexo IV.

- falta de articulação entre o sistema escolar e o sistema de formação;
- inexistência de uma Lei de Quadro da Formação Profissional, na qual se previsse o papel de cada uma das entidades envolvidas na formação, de modo a evitar-se o desperdício de recursos e a incongruência de actuações;
- deficiência no enquadramento legal do regime jurídico do contrato de aprendizagem, a qual se traduziu na fraca adesão desta modalidade de formação até ao momento;
- colagem excessiva às orientações de gestão do Fundo Social Europeu (FSE) que, como é óbvio, não foram elaboradas tendo em conta a especificidade da situação portuguesa;
- existência de uma estrutura industrial constituída em 95% por PME. Tal estrutura industrial dá ao problema da formação profissional uma dimensão e perspectiva que só um tratamento agrupado e simultaneamente personalizado pode resolver. A relação de proximidade com as empresas, que se consegue num Centro Protocolar, é do nosso ponto de vista, fundamental para resolver as suas carências nos aspectos formativos²⁸⁵.

Estas insuficiências tornaram-se mais graves se atendermos a que, para além da inversão nas tendências de emprego provenientes da rápida introdução de tecnologias, se verificou uma alteração nas clientelas tradicionais da formação:

- jovens com mais cultura e sentido crítico, e
- empresas mais exigentes no que respeita às formações fornecidas, passaram a deter cada vez mais peso.

No que respeita à introdução de tecnologias, cabe referir que a evolução da despesa total em Investigação e Desenvolvimento (I&DE) foi positiva no período em referência²⁸⁶. Das regiões portuguesas é, sem sombra de dúvida, LVT, aquela que maior despesa apresenta²⁸⁷ direccionada, em grande parte, para as "Indústrias Extractivas" e "Transportes, Armazenagem e Comunicações", em detrimento da "Agricultura, Sivicultura, Caça e Pesca" como podemos depreender da análise da

²⁸⁵ Furtado Fernandes, J. (1989).

²⁸⁶ A preços constantes passa-se de 16487.6 (10⁶ esc.) em 86 para 20007.2 (10⁶ esc.) em 1988 e 26945.7 (10⁶esc.) em 1990. Verifica-se também que a taxa média de acréscimo anual, a preços constantes, tem vindo a aumentar progressivamente: 9.4% em 86; 10.2% em 1988 e 16.7% em 1990, vd. Quadro I, JNICT/SEFOR, Março 1993.

²⁸⁷ Vd. Quadro XII, idem.

"Repartição da despesa em I&DE por ramo de actividade económica"²⁸⁸. As assimetrias entre as regiões tornam-se mais fortes quando nos reportamos ao sector Estado, por Ministérios e Governos Regionais: em 1990, a despesa em I&DE era de 12002.8 (10⁶ esc.) em LVT, face a uma despesa de 13240.2 (10⁶ esc.) no total das regiões²⁸⁹. Em termos de objectivos sócio-económicos, a despesa foi direccionada fundamentalmente para a "Promoção Geral dos Conhecimentos" e "Promoção da Produtividade das Tecnologias Industriais"²⁹⁰.

Ora, a necessidade de incentivar alterações na especialização económica do país através, entre outros meios, da definição e implantação de políticas em I&DE (Novas Tecnologias) e da valorização dos recursos humanos, compatibilizava-se com o desafio de "desenvolver uma formação profissional que adequasse Portugal aos problemas que se irão suscitar no horizonte 2000"²⁹¹.

O desafio salientado requeria grande capacidade de financiamento. A adesão de Portugal à Comunidade veiculou-nos o acesso aos financiamentos atribuídos pelo Fundo Social Europeu - FSE -, permitindo-nos o alargamento de intervenções no domínio da formação, pelo menos em termos quantitativos.

O Instituto de Emprego e Formação Profissional - IEFP - desempenha, como o próprio nome sugere, um papel de destaque no quadro das políticas de Emprego e Formação Profissional²⁹², direccionadas para 3 grandes vectores de formação:

- Formação Inicial,
- Formação Contínua,
- Formação de Formadores.

As principais políticas dinamizadas, sob o seu suporte institucional, foram naquele período²⁹³:

- Apoios Técnicos e Financeiros à Formação e Cooperação

²⁸⁸ Vd. Quadro VIII, *idem*.

²⁸⁹ Vd. Quadro XI, *idem*.

²⁹⁰ Vd. Quadro VI, *idem*.

²⁹¹ Bagão Félix, (1989).

²⁹² "Aparece com uma posição de destaque junto do Sistema de Estímulos do Plano de Desenvolvimento Regional (SEPDR), na medida em que se relacionou em 1987 com 87751 formandos, em comparação com os 14035 do Ministério da Educação (ensino profissional), 8056 do Ministério da Agricultura e Pescas, 4133 do Ministério da Saúde e 1168 do Ministério da Cultura e Turismo" in Revista de Estudos e Informação Técnica, Emprego e Formação, Set. 1989, nº 9, pg.11.

²⁹³ Vd. MISEP, Relatório de Informação de Base, 1987, para descrição mais pormenorizada.

- Acordos²⁹⁴,
- Protocolos²⁹⁵,
- Formação e Integração empresarial de quadros - FIEQ - (em conjugação com o Instituto de Apoio às PME)²⁹⁶,
- Programa de Emprego de Quadros Técnicos em Cooperativas-Cooemprego - (em conjugação com o Instituto do Sector Cooperativo - INSCOOP -)²⁹⁷,
- Apoio Complementar de formação aos ex-estagiários de formação profissional²⁹⁸ e
- Centros Estatais de Formação²⁹⁹.

Paralelamente, coexistia a formação de jovens em Regime de Aprendizagem e Comissões Regionais de Aprendizagem.

Do Relatório de Informação de Base do MISEP obtivemos os seguintes dados, não só relativos ao número de participantes mas também relativos ao financiamento atribuído a cada programa:

Quadro 5.19.
Número de Formandos e Montante dos Recursos Financeiros
por tipo de Políticas de Emprego e Formação Profissional, (1986 e 1987)

| | | | 1986 | 1987 |
|----------------------------------------------------------------------|------------|-----|---------------|---------------|
| Apoios Técnicos e Financeiros à Formação e Cooperação | Acordos | (1) | 142 000 | 5 076 000 000 |
| | | (2) | 5 862 312 000 | |
| | Protocolos | (1) | 8 000 | |
| | | (2) | 2 518 006 000 | |
| Formação e Integração Empresarial de Quadros (FIEQ) | | (1) | 180 | |
| | | (2) | 27 000 000 | |
| Programa de Emprego de Quadros Técnicos em Cooperativas (Cooemprego) | | (1) | 80 | |
| | | (2) | 85 662 000 | |
| Centros Estatais de Formação Profissional (CEFP) | | (1) | 1 500 | |
| | | (2) | 888 267 000 | |
| Formação de Jovens em Regime de Aprendizagem (FJRA) | | (1) | 1710 | 1 420 390 000 |
| | | (2) | 554 709 000 | |

Legenda: (1) = Nº Formandos.

(2) = Recursos Financeiros.

Fonte: Orçamento do IEFP, in Relatório de Informação de Base, MISEP, 1987.

²⁹⁴ Base legal DL nº165/85 de 16/5, DN nº72/85 de 10/10., DN nº73/85 de 10/10, DN nº74/85 de 10/10, DN nº16/86 de 19/2.

²⁹⁵ Base legal DL nº 165/85 de 16/5 (em revisão).

²⁹⁶ Base legal DN nº 314/80 de 25/9.

²⁹⁷ Base legal DN nº 160/82 de 4/8.

²⁹⁸ Base legal DN nº169/86 de 12/12.

²⁹⁹ Base legal DN nº102/84 de 29/3 (em revisão).

Em 1989 deu-se a Reforma dos Fundos Estruturais comunitários que visou melhorar a adequação dos fundos às necessidades reais de cada país membro. Este novo quadro permitiu a formulação do 1º Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) português no qual as questões do emprego e formação profissional mereceram um tratamento destacado:

- "- Satisfazer necessidades de formação de largas camadas da população activa,
- Facultar a entrada de jovens no mundo do trabalho,
- Reforçar a qualificação de quadros intermédios"³⁰⁰.

Paralelamente, a Reforma dos Fundos Estruturais apontou para uma maior autonomia e responsabilização dos Estados Membros, compatível com a emergência de sistemas de gestão nacionais mais fiáveis.

Ainda no âmbito desta Reforma, foi entregue ao IEF, a gestão de 14 Programas Operacionais³⁰¹, concretizados no período de 1989-93. A sua execução visava a supressão dos estrangulamentos à prossecução do processo de desenvolvimento e de ajustamento estrutural, como aliás se previa na estratégia do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) e nas acções de desenvolvimento apoiadas pelo FSE.

Os Programas Operacionais (P.O.) em questão repousavam em 9 princípios orientadores, de entre os quais salientamos os que se apresentam directamente mais importantes para o nosso trabalho:

- estabelecimento de uma maior conjugação entre a formação inicial e a formação posterior, de modo a acentuar a ligação entre o sistema educativo e de formação e o sistema produtivo;
- reforço da oferta e da natureza profissionalizante do sistema formal de ensino;
- consideração dos Sistemas de Formação em Alternância como os mais capazes, flexíveis e reprodutivos na preparação de jovens para a vida activa;
- reforço da qualificação dos trabalhadores adultos preparando-os para os processos de modernização e/ou reconversão industrial³⁰².

³⁰⁰ Caldeira Dias, M. (1989), pg. 10.

³⁰¹ Ver Portaria nº247/85 de 2/5 (nos termos do Art. 5º nº2 do DL nº79 -A/89 de 13/03, I série)

³⁰² No ponto seguinte, 5.2.2, relativo à "Avaliação das políticas de Formação Profissional", será nossa intenção aferir da orientação dos PO por regiões, com o intuito de averiguar se os

Foram também implementados, durante a década de 80, Programas Ocupacionais³⁰³, assim como Programas de Emprego/Formação e Criação de Emprego³⁰⁴, com repercussões na nossa análise.

As políticas e instrumentos de apoio à Formação Profissional, delimitadas no primeiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA) - 90/93 -, demarcaram-se face às existentes anteriormente enfatizando:

- "a prioridade dos programas de activos, em que é valorizada a importância dos escalões etários mais velhos;
- o reforço da formação profissionalizante de jovens (privilegiando o GE "0-19") inserida no sistema formal de ensino, através da criação de novos subsistemas (Escolas Profissionais, Escolas Tecnológicas, Ensino Politécnico, Aprendizagem), iniciando a via para que toda a formação inicial seja de base profissional;
- a valorização da formação no domínio das novas tecnologias, enquanto factor competitivo no quadro do Mercado Único;
- a necessidade de apoios à Investigação e Desenvolvimento;
- a importância em melhorar as estruturas de formação (Infraestruturas, Formadores, Materiais Didácticos);
- o reforço e enriquecimento dos programas direccionados para desempregados, emigrantes, deficientes e mulheres"³⁰⁵.

Segundo algumas opiniões, a execução deste QCA pareceu indiciar que o Sistema de Educação e Formação existente esteve mais apto a responder aos objectivos da "Formação Inicial dos Jovens" do que a responder à prioridade de

programas em questão terão de algum modo contribuído para colmatar os problemas de desemprego que lhe são específicos.

³⁰³ Portaria nº247/85 de 2/5 (nos termos do Art. 5º nº 2 do DL nº79 - nº79-A/89 de 13/03, I série, Despacho normativo 86/85, D.R. de 2/9, I série)

³⁰⁴ Vd. Portarias nº1099/80 de 29/12, nº802/82 de 24/8 e nº 156/86 de 21/4.

Vd. Despacho normativo nº109/86 de 12/12 e Portaria nº5/87 de 23/1

³⁰⁵ Associação Industrial Portuguesa, Forum - Euroformação, Eurotraining - Conclusões/Recomendações, 23 de Abril de 1993, Políticas e Instrumentos de Apoio à Formação Profissional, Centro de Congressos da Associação Industrial Portuguesa/COPRAI, Centro de Competência Técnica, Lisboa, 1993.

"Formação de Activos", como foi salientado no Forum "Euroformação"³⁰⁶ (mas veremos mais detalhadamente a avaliação de formação no ponto seguinte).

O segundo QCA reporta-se ao período 94-99 e prevê uma avaliação sistemática e multicritério dos Programas de Formação e Emprego, entre outros aspectos. Devido ao período que cobre, sai fora do âmbito do nosso trabalho, pelo que apenas o referenciamos de passagem.

5.2.2. A avaliação das políticas de Formação Profissional

No presente ponto do trabalho - Avaliação das Políticas de Formação -, não é nossa intenção assumir a posição pretenciosa de querer "avaliar" a formação nas suas múltiplas componentes³⁰⁷. O nosso intento é tão somente averiguar se a formação profissional foi dirigida, nos termos mais adequados, para as regiões e dentro destas, para os escalões etários, sectores e ramos de actividade mais carenciados.

A nível do todo Continental entre 87 e 90, verifica-se um aumento do número de formandos que levam a cabo cursos de Formação Profissional:

Quadro 5.20.
Evolução do Número de Formandos - Formação Profissional - de 87 a 90

| | CGD (FP) | Evol (%) | CGP (FP) | Evol (%) | TOTAL | Evol (%) |
|------|----------|----------|----------|----------|-------|----------|
| 1987 | 2796 | | 13004 | | 15800 | |
| 1988 | 4334 | 55.0 | 17392 | 33.7 | 21726 | 37.5 |
| 1989 | 6755 | 55.9 | 21342 | 22.7 | 28097 | 29.3 |
| 1990 | 9568 | 41.6 | 28706 | 34.5 | 38274 | 36.2 |

Legenda: CGD: Centro de Gestão Directa.

CGP: Centro de Gestão Participada.

FP: Formação Profissional.

Evol (%): Evolução Percentual.

Fonte: Relatório de 1990 - Formação Profissional/Nacional FP/NAC., IEFP.

³⁰⁶ Idem.

³⁰⁷ "No processo de avaliação existem 4 vertentes essenciais que é preciso considerar:

- as *performances* dos formandos e das empresas no que respeita respectivamente às suas necessidades e expectativas;
- a utilidade e aplicabilidade da formação a segmentos populacionais específicos;
- o impacto da formação sentido nas organizações;
- a qualidade da formação ministrada.

in Brito, M. e Fonseca, M.

Verifica-se paralelamente uma evolução positiva no indicador - Número de "Formandos Aprovados"³⁰⁸ - através do qual tentaremos avaliar, de algum modo, a política de formação, no período 89/91.

De 89/90 e de 90/91, os aumentos no número de "Formandos Aprovados" são respectivamente de 26.8% e 46.4% exprimindo um importante esforço em matéria de formação³⁰⁹.

O número de "Formandos Aprovados" nos Centros de Gestão Participada (CGP) é significativamente superior ao número de formandos aprovados nos Centros de Gestão Directa (CGD). No entanto, a nível do crescimento do número de "Formandos Aprovados", o verificado nos CGD é superior, tanto entre 89/90 quanto entre 90/91. O quadro seguinte demonstra o que foi dito:

Quadro 5.21.

Variação do número de Formandos Aprovados por tipo de Centros- CGD E CGP - 1989/1990/1991

| CRESC ¹⁰ CENTROS DE GESTÃO | 89/90 (%) | 90/91 (%) |
|---------------------------------------------|-----------|-----------|
| CGD | 42.9% | 62.6% |
| CGP | 22.6% | 41.4% |

Legenda: CGD: Centros de Gestão Directa.

CGP: Centros de Gestão Participada.

Fonte: Quadro 10, Anexo IV.

No que respeita aos segmentos populacionais, verificamos que os homens detêm mais do dobro do peso no número de "Formandos Aprovados" do que as mulheres:

- 1989: - 65.4% Homens (H) / 34.6% Mulheres (M),
- 1990: - 65.7% H / 34.2% M,
- 1991: - 65.8% H / 34.2% M³¹⁰.

Tal assimetria não se atenua de 89 para 91, uma vez que as taxas de crescimento do número de formandos são sensivelmente idênticas; não beneficiando as mulheres, de um crescimento mais relevante das acções de formação a elas destinadas³¹¹.

³⁰⁸ Vd. Quadro 10 e gráfico 1 do Anexo IV.

³⁰⁹ Idem.

³¹⁰ Com base no Quadro 2, do Anexo IV, calculámos o peso relativo dos homens/mulheres, enquanto formandos aprovados.

³¹¹ Idem.

Se atendermos a que as mulheres têm maior propensão ao desemprego do que os homens e se retivermos a importante expressão da taxa de actividade feminina em Portugal³¹², este enviesamento da formação, favorável aos homens, parece desajustado.

Reportando-nos agora ao estudo da formação por grupos etários - "< 25 anos" e "25 anos e mais" -, verificamos ser o segundo aquele que maior crescimento absoluto apresenta ao longo dos três anos, chegando a evidenciar de 90 para 91, um crescimento de 58.3%. É igualmente o segundo GE - "25 e mais anos", aquele que maior peso detém no total de pessoas a receber cursos de formação³¹³.

O facto de as políticas de formação, se direccionarem maioritariamente para os grupos etários com "25 e mais anos", parece compatibilizar-se com o peso significativo destes mesmos grupos no desemprego das regiões LVT e Alentejo; regiões, onde a taxa de desemprego é claramente superior à das restantes NUT, como vimos³¹⁴.

Outro indicador disponível na publicação "Estatísticas, Formação Profissional" do IIEFP³¹⁵ é o "número de horas de formação". Dele extraímos que as acções de formação são maioritariamente de duração inferior a 500 horas. No entanto, não pormenorizaremos este aspecto, uma vez que ele não é central para o nosso objectivo.

*
* *

Tendo em atenção o que foi referido no capítulo 2 - "Metodologia de Abordagem" - e atendendo à inexistência de informação regionalizada, publicada ou cedida pelo IIEFP, relativamente aos anos de 86, 87 e 88, cingimo-nos à análise da Formação Profissional dirigida às 5 regiões a partir de 1989. Esta análise pormenoriza os casos das regiões Norte, LVT e Alentejo, na medida em que no capítulo relativo às políticas passivas verificámos serem aquelas onde a cobertura prestada aos respectivos desempregados se situa nos níveis mais baixos.

³¹² De 86 a 91 a taxa de actividade feminina passa de 36.3 para 42.8 enquanto a masculina passa de 55.3 para 57.5. Ver Quadro 2.7 "Taxas de actividade, por sexo e grupo etário - Continente" - in Enquadramento Estatístico dos Activos, Anuário de Estatísticas Sociais, 1986-1991, DEMESS, 1/93.

³¹³ Gráficos 2 e 3, Anexo IV.

³¹⁴ Vd. Capítulo 3.

³¹⁵ Vd. Quadro 10, Anexo IV.

5.2.2.1. Avaliação por regiões - análise sistemática -

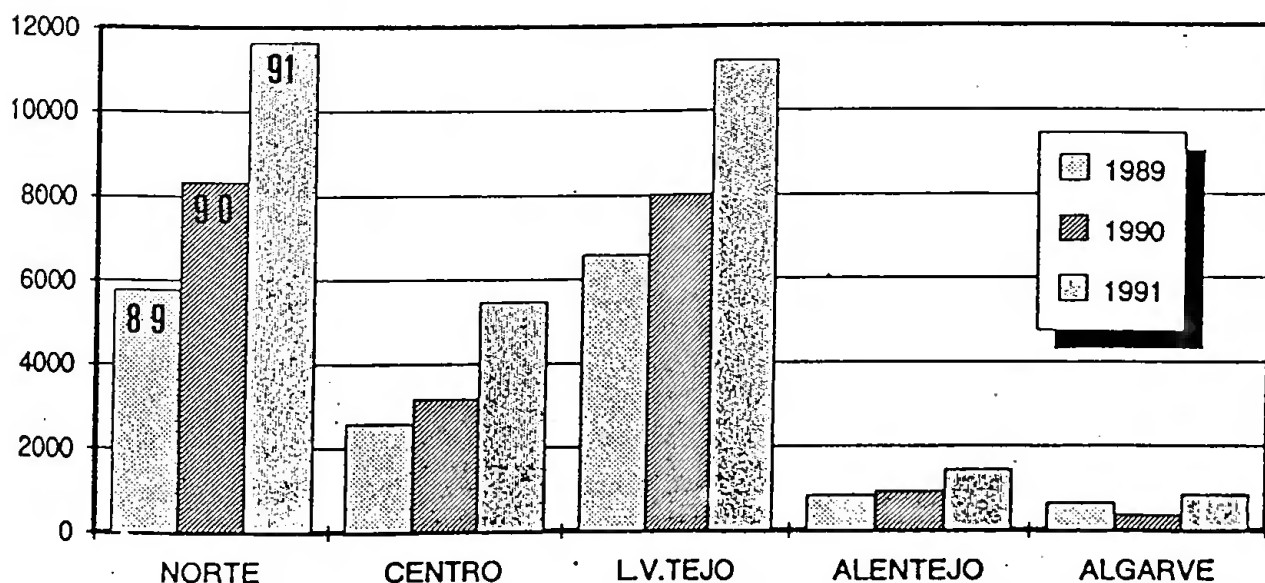
Procedendo em seguida a uma análise regionalizada, cujo interesse nos é fulcral, verificamos que a situação quanto ao número de "Formandos Aprovados por Região" não é homogênea. Vejamos tanto o quadro quanto o gráfico seguintes:

Quadro 5.22.
"Formandos Aprovados (F.A.) por Região"³¹⁶, em 1989, 1990 e 1991

| REGIÕES | 1989 | % | 1990 | % | 1991 | % |
|----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| NORTE | 5768 | 35.2 | 8333 | 40.0 | 11634 | 38.1 |
| CENTRO | 2566 | 15.7 | 3167 | 15.2 | 5467 | 17.9 |
| LVT | 6591 | 40.2 | 8027 | 38.5 | 11175 | 36.6 |
| ALENTEJO | 826 | 5.0 | 938 | 4.5 | 1433 | 4.7 |
| ALGARVE | 645 | 3.9 | 371 | 1.8 | 848 | 2.8 |
| TOTAL | 16396 | 100.0 | 20836 | 100.0 | 30557 | 100.0 |

Fonte: Estatísticas Formação Profissional, 4º trimestre 1991, IIEFP.

Gráfico 5.1.
Formandos aprovados por região - Continente
1989/1990/1991



Fonte: Estatísticas Formação Profissional, 4º trimestre 1991, IIEFP³¹⁷.

³¹⁶ Só podemos proceder à análise deste indicador a partir de 89, visto que, como mencionámos no capítulo "Metodologia de Abordagem" não nos disponibilizaram informação regionalizada respeitante aos anos de 86, 87 e 88, e a mesma não se encontra publicada.

³¹⁷ Há que ter bem presente que o quadro exposto exprime a estrutura dos "Formandos Aprovados por Região", sem entrar em linha de conta com a diferente estrutura da "população residente" e "população activa" existente em cada uma das NUT. Nesta ordem de ideias, é óbvio que os dados sobre os quais alicerçamos o nosso estudo, não nos dão de forma rigorosa o peso relativo do

Do quadro e gráfico observamos que LVT e Norte aparecem como as "regiões-alvo" da formação, de acordo com este indicador (FA):

- LVT com 40.2% (89), 38.5%(90) e 36.6%(91);
- Norte com 35.2% (89), 40.0%(90) e 38.1%(91).

O Centro aparece em 3ª posição, com um peso relativo de 15.7% em 89 e 17.9% em 91.

Alentejo e Algarve revelam-se as regiões menos contempladas pela formação profissional, registando um peso muito reduzido no quadro regional:

- Alentejo: 5.0% (89), 4.5%(90), 4.7%(91);
- Algarve: 3.9%(89), 1.8%(90), 2.8%(91).

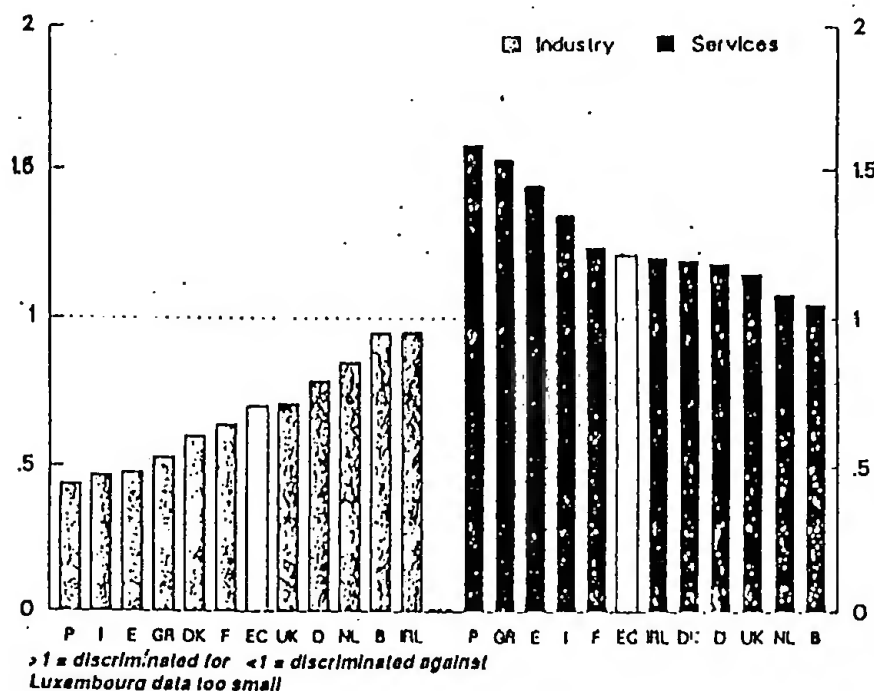
Desta análise observamos então que o Norte e LVT se afastam claramente das restantes NUT, deixando implícito que a formação se direcciona fundamentalmente para os grandes centros populacionais³¹⁸. Se retivermos que a formação tem sido dirigida fundamentalmente para os Serviços em detrimento da Indústria, somos levados a supor que a formação no nosso país nem sempre tem sido equilibrada do ponto de vista da sua incidência por sectores. De facto, e pela análise do gráfico seguinte, verificamos que Portugal revela uma representação dos trabalhadores em formação na indústria inferior aos restantes países comunitários (abaixo de 0.5%) e uma representação dos trabalhadores dos serviços superior aos outros países (acima dos 1.5%).

número de formandos nas diferentes regiões, na medida em que não se ponderou a população activa existente em cada uma delas.

³¹⁸ Ver nota anterior; o Quadro "Número de Formandos Aprovados por região" não faz a ponderação em função da população residente em cada NUT.

Gráfico 5.2.

Representation of workers in industry and services in adult training compared to share of total employment in the Member States



Fonte: Employment in Europe 1991, Comissão das Comunidades Europeias (org.), COM (91) 248 final.

Estas constatações não abonam a favor da orientação tomada pelas políticas de formação profissional, se relembramos que no período estudado - período de quase retorno à situação de pleno emprego - o sector secundário foi o principal "responsável" pelo recrudescimento do desemprego. Recrudescimento que se fez sentir na NUT Norte de 90 a 92 e na NUT LVT de 91 a 92³¹⁹. Assim, depreendemos que as políticas de formação profissional deveriam ter intervindo mais incisivamente neste sector de modo a potencializar a sua *performance* através de um investimento nos recursos humanos a ele afectos.

Prosseguindo uma análise regionalizada observamos, por outro lado, que o Algarve e o Alentejo são as regiões menos contempladas pela formação profissional, registando um peso reduzido no quadro nacional. No que respeita concretamente à NUT Algarve, ela chega a constituir excepção, ao ser a única que vê o número de "Formandos Aprovados" declinar num dos anos do período em consideração (1990).

³¹⁹ Vd. Cap. 3, pg. 86 e 87.

Passemos agora à análise regional sistemática. Dos dados analisados, relativos ao comportamento da formação face às regiões, retirámos as seguintes ilações:

- Se LVT constitui uma região especialmente deficitária em matéria de "protecção social ao desemprego", como vimos no capítulo anterior, consagrado à avaliação das políticas passivas³²⁰, o mesmo parece não acontecer no respeitante às políticas activas de formação. Na verdade, LVT beneficia, em 89, da posição cimeira em termos de "Formandos Aprovados". A partir de 90, continua a ocupar uma posição de destaque detendo o segundo lugar. Tal facto aponta para o inegável esforço de investimento em formação direccionado para a NUT em questão.
- A NUT Alentejo, NUT excepção por excelência no decurso do nosso trabalho, devia de algum modo ver-se beneficiada por políticas activas, visto que o não foi especialmente pelas passivas. À primeira vista, observando apenas a fraca expressão dos formandos aprovados na NUT, parece-nos que em termos de políticas, pouco foi feito. Tal acepção faz-nos questionar acerca da capacidade da formação profissional ir de encontro às necessidades de reconversão da NUT ³²¹.

A maior ou menor capacidade das políticas de formação profissional, ministradas nos CGD ou CGP, para colmatar o flagelo desemprego nas diferentes regiões/NUT, não poderá apenas ser antevista através dos considerandos tecidos nos dois parágrafos anteriores. Parece-nos de todo pertinente proceder ao tratamento estatístico dos dados do quadro 5.22., começando por estimar as seguintes regressões:

Regressões tipo H:

Taxa de Desemprego = $\alpha + \alpha' \text{ N}^\circ \text{ de Formandos Aprovados}$
* por NUT

$$\text{TXD} = \alpha + \alpha' \text{ FA}$$

(conforme quadro 11, Anexo IV)

³²⁰ Vd. pg. 162, Cap. 5, Ponto 5.1.2.2.

³²¹ Ter em atenção que se houvesse dados ponderados pela população residente em cada NUT poderíamos chegar a conclusões diferentes.

Quadro 5.23.

Valores do coeficiente de determinação (R^2), da componente autónoma (α) e do coeficiente associado a N° FA (α') resultantes das regressões de tipo H - TXD = $\alpha + \alpha'$ FA -, por NUT II, 1989/1991

Valores do coeficiente de determinação - R^2 -

| NUT | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE | CONTIN. |
|-------|-------|--------|-----|----------|---------|---------|
| R^2 | 81% | 38% | 96% | 4% | 0.4% | 96% |

Valores da componente autónoma - α -

| NUT | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE | CONTIN. |
|----------|-------|--------|------|----------|---------|---------|
| α | 1.96 | 1.33 | 7.86 | 9.8 | 2.9 | 4.1 |

Valores do coeficiente associado ao N° FA - α' -

| NUT | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE | CONTIN. |
|-----------|----------|----------|----------|----------|---------|-----------|
| α' | 0.000035 | 0.000061 | -0.00033 | -0.00019 | 0.00018 | -0.000027 |

Legenda: FA = Formandos Aprovados

Fonte: Quadro 11, Anexo IV.

i) A nível da qualidade das regressões concluímos:

i.1) O valor assumido pelo R^2 é significativo ($>50\%$)³²² para as NUT LVT e Norte e situa-se abaixo do limiar de aceitação para as restantes NUT o que pode exprimir, entre muitos outros aspectos:

- a existência de um esforço fraco em formação face à taxa de desemprego nas regiões Centro, Alentejo e Algarve;
- a existência de políticas de formação pouco estruturadas e eficientes nas três regiões com menor número de formandos.

i.2) Os coeficientes associados à variável exógena são reduzidos, levando-nos a considerá-los, mais uma vez, não pela sua intensidade, mas pelo sentido de associação (apenas os coeficientes de LVT e Alentejo apresentam valores mais expressivos).

ii) A nível da componente autónoma:

A componente autónoma é sempre positiva e detém valores mais elevados respectivamente nas NUT Alentejo e LVT. O facto atesta que, como seria de esperar, muitos outros factores intervêm no volume do desemprego.

³²² Consideramos como habitualmente o valor de 50% para o R^2 como o limiar crítico de aceitação ou rejeição do ajustamento.

iii) A nível da relação entre a variável endógena e a variável exógena:

Através do sentido de associação verificamos que as políticas activas de formação têm um impacto positivo no desemprego do Continente³²³. Porém, o mesmo não acontece em todas as regiões³²⁴. De facto, apenas nas NUT LVT e Alentejo³²⁵ podemos detectar diminuições no desemprego a par do aumento da formação, indiciando um impacto benéfico embora muito modesto, da formação no emprego³²⁶.

*
* *
*

Sintetizando e cruzando a análise do R^2 com a análise do sentido de associação entre as variáveis dependente e independente somos conduzidos às seguintes considerações:

Norte:

- $R^2 > 50\%$,
- Políticas de formação com impacto não relevante no desemprego (aumenta o número de formandos aprovados e o desemprego continua a aumentar);

LVT:

- $R^2 > 50\%$,
- Políticas de formação com impacto positivo, embora modesto, na diminuição do desemprego;

Alentejo:

- $R^2 < 50\%$,
- Políticas de formação com impacto aparentemente positivo na diminuição do desemprego³²⁷

³²³ No que respeita ao Continente, aumentos no nº de "Formandos Aprovados" (89/91), repercutem-se em diminuições na taxa de desemprego. Vd. Quadro 5.23.

³²⁴ As regressões associadas às regiões Norte, Centro e Algarve apontam para o facto das políticas na área da formação ali desenvolvidas, não terem qualquer impacto positivo em matéria de redução do desemprego. Verificar que o sinal associado à variável independente é positivo, pressupondo que aumentos no desemprego se podem justapor a aumentos de formação.

³²⁵ O valor de $R^2 < 50\%$, no entanto o impacto das políticas de formação é positivo.

³²⁶ Sinal negativo associado à variável independente - FA - pressupondo que $\uparrow \text{FA} \leftrightarrow \downarrow \text{TXD}$

³²⁷ $R^2 < 50\%$. Atenção!

5.2.2.2. Avaliação por qualificações profissionais e por regiões

Para averiguar com detalhe a importância das políticas de formação no âmbito das actividades produtivas³²⁸, recorremos à "Informação Previsional" publicada pelo IEF³²⁹ relativa à:

- "designação da acção por Concelho;
- discriminação do Centro de Treinamento/Formação Profissional (CT/FP) e Nº de Formandos".

Esta informação, conjugada com a classificação das várias "acções de formação" por acções desenvolvidas no seio de determinadas profissões conduziu-nos às seguintes considerações por NUT³³⁰:

NORTE: No que respeita ao "número de acções de formação" e ao "número de formandos", verificamos que abrangem predominantemente os Grandes Grupos Profissionais, "3", "7", "8" e "9"³³¹. Simultaneamente, se nos recordarmos que no capítulo 3 - verificámos serem os "Trabalhadores da Produção" afectos aos Grupos Profissionais "7", "8" e "9", aqueles que mais recaem no desemprego, somos levados a pressupor que, *ex-post*, o resultado da formação contribuiu de algum modo para a diminuição da taxa de desemprego dos três Grupos Profissionais referidos, dada a percentagem relativa de aprovações registadas. No entanto, é de salientar que em 93 se verifica uma diminuição do número de acções de formação afectas aos grupos "7" e "8", o mesmo não acontecendo nas relativas ao grupo "9". Tal pode ajudar a explicar o porquê das regressões ensaiadas no capítulo presente - $TXD = \alpha + \alpha' \text{ "Nº FA"}$ - não evidenciarem um impacto relevante das políticas de formação a nível do desemprego³³².

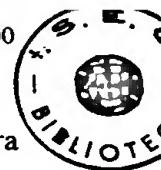
³²⁸ Para verificarmos, por região, quais as actividades produtivas alvo de mais formação, tivemos que recorrer aos Grandes Grupos Profissionais, na medida em que não temos possibilidade de afectar os cursos de formação profissional às actividades produtivas, mas apenas às profissões. Por conseguinte, tivemos que proceder à classificação das acções de formação por Grandes Grupos de Profissões (Ver Metodologia de Abordagem, Cap. 2).

³²⁹ IEF, "Informação Previsional" de 4/92 a 2/94.

³³⁰ Quadros 12 A, 12 B, 12 C do Anexo IV.

³³¹ Vd. Quadro 12 A, Anexo IV.

³³² Vd. legenda anexa aos quadros 12 A, 12 B, 12 C do Anexo IV. As ilações que podemos retirar desta afirmação agravam-se se pensarmos que o ano de 92 só está coberto a partir de Abril, enquanto a informação para 93 diz respeito a todos os meses.



LVT: As acções de formação são direccionadas fundamentalmente para os Grandes Grupos Profissionais "3", "7" e "8". Em 93 verificaram-se algumas alterações, nomeadamente o ganho de importância dos Grupos "0", "1", "4", "5" e "9" respectivamente, ou seja, um aumento de importância considerável das profissões dos Serviços. Se tivermos presente que o desemprego nesta região provém, na sua maioria, dos Grandes Grupos "7", "8", "9" e também, embora com menor relevância do "5", apercebemo-nos que os grupos mais atingidos pelo desemprego, também são os grupos onde existe mais formação (grupos "7" e "8" exceptuando-se o grupo "3" que se liga com o peso de F.P. para os serviços). Em comparação com a situação caracterizada anteriormente (NUT Norte) parece-nos que a *performance* da NUT LVT em termos de formação é positiva. Esta constatação compatibiliza-se com as conclusões das regressões³³³, as quais apontavam para políticas de formação com impacto positivo na diminuição do desemprego.

ALENTEJO: A análise do quadro 12 C, Anexo IV evidencia que as acções de formação têm estado a ser desenvolvidas com maior incidência no âmbito do grupo "6". Tal verificação não abona necessariamente a favor da política de formação profissional, uma vez que esta não deveria "reforçar" a formação e as qualificações nas profissões mais excedentárias. De facto, o grupo profissional mais atingido pelo desemprego é o "6", seguido com menor relevância pelo "7/8/9". Porém, as conclusões extraídas das regressões $TXD = \alpha + \alpha' \text{ "Nº Formandos"}$, aponta-nos para a existência de um impacto positivo da formação a nível do desemprego. Ou seja, as acções de formação contribuíram, de algum modo, para minorar o desemprego nesta NUT. Contudo, o facto do R^2 estar situado abaixo do limiar de aceitação, mostra a fragilidade da explicação proporcionada pelo ajustamento.

A insistência da formação profissional em profissões excedentárias como se verifica no caso do Alentejo, leva-nos à necessidade de detalhar a análise por modalidades de formação. Assim, se procedermos em seguida, à análise do número de "Formandos Aprovados por Modalidade de Formação" - 89/91 - por região³³⁴

³³³ Vd. Quadro 5.23, pg. 197.

³³⁴ Vd. Quadros nºs 13, 13 A, 13 B e 13 C, Anexo IV.

verificamos que as modalidades mais expressivas são respectivamente "Aperfeiçoamento" e "Qualificação", detendo as restantes modalidades uma expressividade muito reduzida. No que respeita à modalidade "Reconversão", não é sem estranheza que observamos a fraca importância que detém em todas as NUT, e especialmente na NUT Alentejo³³⁵.

Analisando com maior detalhe as NUT Norte, LVT e Alentejo em 1990 e 1991³³⁶, apercebemo-nos do seguinte:

- No que respeita à NUT NORTE a modalidade "Qualificação" é a que detém maior peso. Segue-se-lhe a modalidade "Aperfeiçoamento". As modalidades "Reabilitação Profissional", "Reconversão", "Promoção" veicularam poucas acções de formação.
- Quanto a LVT, a modalidade "Qualificação" é igualmente mais expressiva, seguindo-se-lhe também a modalidade "Aperfeiçoamento". Contudo, a diferença entre o número de formandos numa e noutra modalidade é mais reduzida, do que na NUT Norte. As modalidades "Promoção", "Reconversão" e "Reabilitação Profissional", à semelhança do que acontece na NUT Norte, abrangem poucos formandos (a modalidade "Reconversão" não abrange nenhum).
- No que respeita à NUT ALENTEJO, a modalidade "Qualificação", detém maior importância do que a modalidade "Aperfeiçoamento". Nesta NUT as modalidades "Especialização", "Promoção", "Reconversão", "Reabilitação Profissional" não apresentam qualquer expressividade em 90 e 91. Esta situação parece-nos desajustada, se nos recordarmos das conclusões a que chegámos em várias partes do trabalho, as quais nos apontavam para a necessidade de reciclar qualificações e/ou reconvertê-las, assim como estimular a introdução de novas formações, de modo a redimensionar e reestruturar economicamente a região. No entanto, a informação regionalizada só nos dá dados para formandos jovens (com menos de 25 anos) e não para todos os formandos, nomeadamente os de "45 e +" anos, aqueles que mais incorrem no desemprego nesta NUT. Porém, diríamos que sendo os agricultores afectos ao

³³⁵ Só temos dados para "Número de Formandos Jovens (-25 anos) aprovados por tipo de Formação, segundo delegação regional - CGD+CGP".

³³⁶ Não encontramos dados disponíveis relativamente a este indicador para os outros anos: "Número de Formandos Jovens (-25 anos) aprovados por tipo de formação segundo delegação regional - CGD+CGP".

sector primário os mais atingidos pelo desemprego e estando o sector em questão cada vez mais com um fraco poder empregador, seria desejável que a modalidade "Reconversão" tivesse alguma expressão, o que não acontece.

*
* *

5.2.2.3. Outros critérios de avaliação global das políticas de formação - os Programas Operacionais -

Com o intento de colmatar algumas insuficiências da análise desenvolvida anteriormente, respeitante à avaliação das políticas de formação profissional relativamente ao desemprego, recorremos no presente ponto a um outro critério de avaliação das ditas políticas. O critério assentará na tentativa de medição do impacto da Formação Profissional nas empresas entre 1986 e 1990³³⁷. Este impacto foi medido em dois inquéritos mencionados a seguir:

- Inquérito ao Impacto das Acções de Formação Profissional nas Empresas dos sectores Pesca, Electricidade, Gás e Água, Construção e Obras Públicas, Comércio, Restaurantes e Hotéis, Transportes e Comunicações, Bancos, Seguros, Operações s/ Imóveis e Serviços Prestados às Empresas³³⁸;
- Inquérito ao Impacto das Acções de Formação Profissional nas Empresas das Indústrias Transformadoras³³⁹.

O estudo dos inquéritos referidos, leva-nos a tecer as seguintes considerações, no respeitante às repercussões da formação sobre o desemprego:

- dos indivíduos desempregados que recebem cursos de formação no interior das empresas/indústrias entre 1986/90, cerca de 50% ficam a elas agregados³⁴⁰.

No entanto, cabe salientar que a formação se dirige fundamentalmente para os trabalhadores afectos às empresas/indústrias e em menor proporção para os

³³⁷ O Inquérito ao Impacto das Acções de Formação Profissional nas Empresas entre 1986 e 1990, foi dividido em duas partes: a primeira, destinada às indústrias transformadoras em Abril/Maio; a segunda realizada em Nov./Dez. de 1991.

³³⁸ Estudo elaborado no âmbito dos Programas Operacionais, cofinanciados pelo Fundo Social Europeu. Entidade Gestora: IEFP. Entidade Executora: DEMSS (publicação não datada).

³³⁹ DEMESSS (publicado, não datado), (periódico).

³⁴⁰ Porém, não nos foi possível determinar se a "agregação" do desempregado à empresa é ou não duradoura. Tal tem a ver com a inexistência até à data de um mecanismo de acompanhamento sistemático das trajectórias de actividade dos ex-formandos.

trabalhadores desempregados, ou seja, privilegia os empregados em detrimento dos desempregados. Vejamos:

- O Inquérito ao Impacto das Acções de Formação Profissional nas Empresas (IIAFPE) diz-nos:

- De 86 a 90, 71% das pessoas que participam em acções de formação profissional são "Trabalhadores da Empresa", 18% dos trabalhadores pertencem a "Outras Entidades" e 11% encontram-se desempregados (dos quais 5% desempregados à procura de "novo emprego") e 6% à procura de "primeiro emprego"³⁴¹;

- O Inquérito ao Impacto das Acções de Formação Profissional nas Indústrias Transformadoras (IIAFPIT) diz-nos:

- De 86 a 90, 81% das pessoas que participam em acções de Formação Profissional são trabalhadores da empresa, 13% são desempregados (dos quais 12% à procura de "1º emprego" e 1% à procura de "novo emprego") e 6% são trabalhadores de "Outras Entidades"³⁴².

No que respeita aos desempregados que participam em acções de formação ministradas no interior das empresas/indústrias, eles fazem-no na sua grande maioria em:

- empresas cuja actividade se reporta a "Bancos, Seguros e Operações sobre Imóveis (24050), "Transportes e Comunicações" (4022), "Restaurantes e Hotéis" (4195) e "Construção e Obras Públicas" (3775)³⁴³;

- indústrias cuja actividade se reporta à "Fabricação de Produtos Metálicos, Máquinas e Equipamento e Material de Transporte" (11454), "Fabricação de Artigos de Vestuário, c/ excepção do calçado" (6440), "Indústria Têxtil" (3269), "Indústria da Alimentação" (3412), "Fabricantes de Calçado" (3321), entre outras³⁴⁴.

³⁴¹ IIEFP, IIAFPE, (publicação não datada), (periódico), pg. 7.

³⁴² IIEFP, IIAFPE, (publicação não datada), (periódico), pg. 11.

³⁴³ Quadro nº 3 - "Nº de pessoas que participaram nas acções de Formação Profissional ministradas nas Empresas de 1986 a 1990, por actividades económicas, segundo a situação face à actividade", in IIAFPE, IIEFP (publicação não datada), (periódico).

³⁴⁴ Quadro 7, "Número de pessoas que participaram nas acções de Formação Profissional ministradas nas Empresas no período em análise, por actividades económicas, segundo a situação face à actividade", pg. 53, IIAFPIT, IIEFP (publicação não datada), (periódico).

Após o término das acções de formação, ficam na empresa/indústria, segundo a respectiva dimensão, a seguinte percentagem de desempregados:

- Nas empresas de "50 a 99 trabalhadores": 26.6%,
 "100 a 499 trabalhadores": 66%,
 "500 e + trabalhadores": 59.0%, perfazendo no total 56.97% (em média). Isto é, do total de desempregados que recebem formação no interior das empresas, 56.97% ficam nelas colocados. Neste contexto, as empresas de "Transportes e Comunicações" (nomeadamente as de "Transportes") evidenciam-se pelo facto de serem aquelas que maior percentagem - 93.71% - de indivíduos desempregados absorvem nos seus quadros, findas as acções de formação³⁴⁵. No entanto, as empresas de "Electricidade, Gás e Água"(65.77), as empresas de "Construção Civil e Obras Públicas" (58.36) e "Bancos, Seguros e Operações s/ Imóveis" (54.36) também apresentam um peso relativo superior a 50%. Só o "Comércio, Restaurantes e Hotéis" detém um valor inferior a 50% (36.47)³⁴⁶.

Nas empresas das Indústrias Transformadoras de

- "10 a 49 trabalhadores": 54.48%,
 "50 a 99 trabalhadores": 42.32%,
 "100 a 499 trabalhadores": 56.06%,
 "500 e + trabalhadores": 32.96%, perfazendo no total uma percentagem de 47.74%³⁴⁷. Este valor é nitidamente inferior ao verificado quando nos reportávamos ao IIAFPE³⁴⁸. Contudo as indústrias que mais se destacam, enquanto empregadoras de desempregados seus ex-formandos foram

³⁴⁵ Quadro 4 "Percentagem de Desempregados que ficaram nas Empresas Após as Acções de Formação Profissional, relativamente ao Total de Desempregados Formados, por Actividades Económicas, segundo os Escalões de Dimensão", Continente, pg. 3, IIAFPE, IEF (publicação não datada), (periódico).

³⁴⁶ Idem nota anterior.

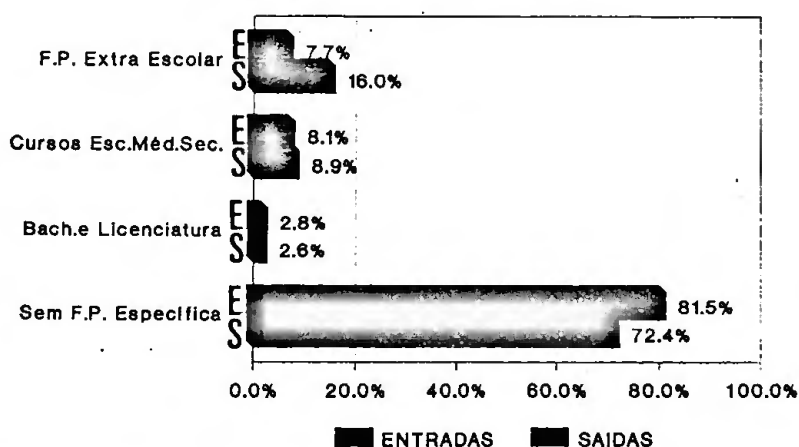
³⁴⁷ Quadro 8 "Percentagem de Desempregados que ficaram nas Empresas Após as Acções de Formação Profissional, relativamente ao Total de Desempregados, por Actividades Económicas, segundo os Escalões de Dimensão", pg. 56, IIAFPIT, IEF (publicação não datada), (periódico).

³⁴⁸ Quadro 4 "Percentagem de Desempregados que ficaram nas Empresas Após as Acções de Formação Profissional, relativamente ao Total de Desempregados Formados, por actividades económicas, segundo os Escalões de Dimensão", Continente, pg. 3, IIAFPE, IEF (publicação não datada), (periódico).

respectivamente, e por ordem decrescente: "Fabricação de Artigos e Matérias Plásticas" (84.15%), "Fabricação de Calçado" (79.94%), "Indústrias de Madeira e Cortiça, c/ excepção de Mobiliário" (62.56%), "Fabricação de Artigos de Vestuário c/ excepção de calçado" (61.30%), "Outras Indústrias Transformadoras" (60.99%) e "Indústrias Têxteis" (53.14%), todas elas afectas a actividades de mão-de-obra intensiva. Quanto às outras indústrias, a respectiva percentagem de desempregados que ficam nas empresas após as acções de formação é inferior a 50% e, por conseguinte, não as salientamos³⁴⁹.

Prosseguindo no estudo dos Inquéritos ao Impacto das Acções de Formação Profissional nas Empresas e Indústrias³⁵⁰ apercebemo-nos de que os indivíduos com maior formação tendem a permanecer mais duradouramente no seio das empresas do que aqueles sem formação específica. De facto, estes últimos cada vez se encontram menos seguros nos seus postos de trabalho. Aliás, se tivermos presentes as conclusões a que chegámos no capítulo 3 - Caracterização - sabemos que o indivíduos com maior formação são aqueles com menores probabilidades de incorrer no desemprego, o que só viria comprovar as teorias do investimento em educação e promoção. Observemos:

Gráfico 5.3.
Percentagem de entradas e saídas de pessoal segundo a situação face à formação profissional



Fonte: Inquérito ao Impacto das Acções de Formação Profissional nas Empresas das Indústrias Transformadoras, IIEFP (publicação não datada).

³⁴⁹ Quadro 8 "Percentagem de Desempregados que ficaram nas Empresas Após as Acções de Formação Profissional, relativamente ao Total de Desempregados, por Actividades Económicas, segundo os Escalões de Dimensão", Continente, pg. 56, IIAFPIT, IIEFP (publicação não datada), (periódico).

³⁵⁰ IIAFPE e IIAFPIT, IIEFP (publicação não datada).

Esta situação está indissociavelmente ligada às políticas específicas de gestão de mão-de-obra, as quais visam prioritariamente reter os profissionais que se adequam melhor às novas exigências tecnológicas e, por conseguinte, potencializam ganhos de produtividade.

Em termos conclusivos, diríamos que o impacto da formação quer nas Empresas de "Pesca, Electricidade, Gás..." quer nas Indústrias Transformadoras, em geral, foi significativo do ponto de vista deste último indicador. Na verdade, e como já averiguámos, cerca de 50% dos "contratos de formação" deram lugar à celebração de contratos de trabalho, em que trabalhadores previamente desempregados constituem um dos outorgantes.

No entanto é sabido que os resultados obtidos pela formação desenvolvida nas empresas nem sempre têm correspondido inteiramente às verbas despendidas, quer ponderadas em termos de eficiência, quer em termos de eficácia. Sendo assim, está-se longe de considerar que as empresas portuguesas assumam a formação como um investimento. Sobretudo se pensarmos que não remuneram atractivamente muito do seu pessoal com formação e não lhe dão perspectivas de carreira, entre muitos outros aspectos.

Completando a informação anterior, justifica-se uma breve análise do peso relativo dos diferentes Programas Operacionais nas diferentes NUT³⁵¹. Tanto mais que elas visavam colmatar lacunas de formação objectivamente apontadas às políticas mais globais, já analisadas.

Em 1990, no conjunto das NUT, verificamos que o "Número de Formandos" é mais expressivo no PO1 - "Formação Profissional de Activos", seguido respectivamente em segundo, terceiro, quarto e quinto lugares pelo PO11 - "Programa de Emprego para Jovens à procura de Emprego" -, PO10 - "Formação Profissional para Inserção de Jovens na Vida Activa" -, PO6 - "Programas de Emprego para Adultos Desempregados de Longa Duração" e PO2 - "Desenvolvimento e Apoio às Estruturas de Emprego e Formação"³⁵².

Em 1991, o PO1 volta a ser o programa que mais formandos abrange, seguido respectivamente pelo PO10, PO11, PO4 e PO2³⁵³.

³⁵¹ Vd. Quadro 14, Anexo IV.

³⁵² Idem, nota anterior.

³⁵³ Idem.

Em 1992, mais uma vez o PO1 detém o lugar cimeiro seguido pelo PO4, PO10, PO11, PO2³⁵⁴.

Desta análise somos levados a concluir que, no período considerado - 90/92 -, o PO1/"Formação Profissional de Activos" é aquele que abrange maior número de formandos. Paralelamente, apercebemo-nos da ascensão da importância relativa do PO4 e do PO10, atestando a progressiva projecção da "Formação Profissional em Novas Tecnologias de Informação" e "Formação Profissional para Inserção de Jovens na Vida Activa".

Se nos detivermos nos PO "5" e "6", aqueles que no quadro dos Programas em questão se vocacionam especificamente para os desempregados, verificamos o seguinte³⁵⁵:

- no caso do PO5 - "Formação Profissional de Adultos Desempregados de Longa Duração" - o "Número de Formandos" abrangidos pelo programa em causa assim como o "valor executado" tem vindo a aumentar, nomeadamente de 91 para 92;
- no caso do PO6 - "Programas de Emprego para Adultos Desempregados de Longa Duração" - o "Número de Formandos" abrangidos tem vindo a declinar, embora o "valor executado" não tenha sentido baixas, pelo contrário.

Por fim, cabe referir que as "candidaturas entradas" para os vários PO se direccionam fundamentalmente para o sector terciário (70.8%), seguidas a grande distância pelas "candidaturas entradas" no âmbito do sector secundário (25.5%) e primário (3.7%)³⁵⁶.

³⁵⁴ Idem.

³⁵⁵ in Quadro 14, Anexo IV, Execução dos Programas Operacionais no Âmbito do FSE, informação cedida pelo IEFP após pedido nosso endereçado àquele Instituto.

³⁵⁶

Quadro 5.24.

Candidaturas entradas, por PO, por sectores, em 1991

| SECTORES | FORMANDOS | % |
|------------|-----------|------|
| PRIMÁRIO | 7440 | 3.7 |
| SECUNDÁRIO | 51405 | 25.5 |
| TERCIÁRIO | 142599 | 70.8 |
| TOTAL | 201444 | 100 |

Fonte: IEFP, relatório Anual, 1991.

Verificar que estas conclusões se compatibilizam de algum modo com as expressas no gráfico 5.2.

Visto que o nosso interesse ao longo do trabalho presente assenta numa análise regionalizada, procederemos em seguida ao estudo do "Número de candidaturas aprovadas", por PO e por regiões em 1991³⁵⁷. Vejamos:

Quadro 5.25. A
Candidaturas externas aprovadas em 1991 - Número de Formandos -

| PO DEL. REG. | 1 | 4 | 5 | 10 | OUTRAS | TOTAL |
|-----------------|-------|-------|-----|-------|--------|--------|
| NORTE | 21277 | 4044 | 106 | 3523 | 2469 | 31419 |
| CENTRO | 7600 | 1103 | 67 | 1518 | 195 | 10483 |
| LVT | 62178 | 21222 | 514 | 10098 | 10717 | 104729 |
| ALENTEJO | 1611 | 321 | 21 | 864 | 1420 | 4237 |
| ALGARVE | 1332 | 469 | 8 | 335 | - | 2144 |

Fonte: Relatório Anual, 1991, IEFP.

Quadro 5.25. B
Candidaturas aprovadas em 1991 - verbas -

| PO DEL. REG. | Contos/verbas | | | | | |
|-----------------|---------------|---------|--------|---------|---------|----------|
| | 1 | 4 | 5 | 10 | Outras | Total |
| NORTE | 3645257 | 785237 | 113017 | 2246533 | 593680 | 7384324 |
| CENTRO | 2877338 | 307326 | 53415 | 970634 | 47627 | 4256340 |
| LVT | 10794871 | 5784863 | 301912 | 7202806 | 4790940 | 28875502 |
| ALENTEJO | 512495 | 68245 | 22738 | 591090 | 644125 | 1838693 |
| ALGARVE | 553526 | 99877 | 3020 | 123623 | - | 780 046 |

Fonte: Relatório Anual 1991, IEFP.

Os quadros deixam transparecer a importância do "Número de Formandos" e do "montante de verbas" nos PO afectos a LVT e também, embora já muito afastadamente, ao Norte.

No âmbito de um análise regionalizada, procederemos também à hierarquização do peso de cada NUT no Continente, por PO, assim como à hierarquização dos diferentes PO, por NUT, apoiadas no critério de "despesa pública total"³⁵⁸.

No que respeita à hierarquização do peso de cada NUT no Continente por PO começaremos por referir que é a NUT LVT aquela que centraliza o maior número de "candidaturas externas aprovadas" e canaliza maior montante de "verbas disponibilizadas para as candidaturas externas aprovadas", quando contrapostos com

³⁵⁷ Escolhemos analisar o ano de 1991, na medida em que recai no interior do período em estudo.

³⁵⁸ O IEFP só nos cedeu informação regionalizada no âmbito da formação, por PO, em função das despesas públicas totais e relativas ao FSE.

as outras regiões. Seguem-se-lhe as regiões Norte e Centro e, muito afastadamente, o Alentejo e Algarve³⁵⁹.

Quanto à hierarquização dos diferentes PO por NUT, ela fica visualizada no quadro que expomos a seguir:

Quadro 5.26.
Hierarquização do peso relativo de cada PO, por NUT,
segundo o critério despesas públicas, 1990/1993

| | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJO | ALGARVE |
|----|---------------------------------------|---------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------|---------------------------------------|
| 90 | 1º PO1 2º PO10 3º PO4 4º PO2 | 1º PO1 2º PO10 3º PO4 4º PO2 | 1º PO1 2º PO10 3º PO4 4º PO2 | 1º OID NA 2º PO1 3º PO10 4º PO4 | 1º PO1 2º PO4 3º PO5 4º PO10 |
| 91 | 1º PO1 2º PO10 3º PO4 4º PO2 | 1º PO1 2º PO10 3º PO4 4º PO5 | 1º PO1 2º PO10 3º PO4 4º PO2 | 1º OID NA 2º PO10 3º PO1 4º PO4 | 1º PO1 2º PO10 3º PO4 4º PO5 |
| 92 | 1º PO3 2º PO1 3º PO10 4º PO4 | 1º PO3 2º PO1 3º PO10 4º PO4 | 1º PO1 2º PO10 3º PO4 4º OID NA | 1º OID PS 2º PO3 3º PO10 4º PO1 | 1º PO1 2º PO3 3º PO10 4º PO4 |
| 93 | 1º PO3 2º PO1 3º PO10 4º PO4 | 1º PO3 2º PO10 3º PO1 4º PO8 | 1º PO1 2º OID NA 3º PO10 4º PO4 | 1º PO3 2º PO1 3º PO10 4º PO2 | 1º PO3 2º PO1 3º PO10 4º PO5 |

Legenda: (Vd. verso desta página).

Fonte: Quadro 15, 15 A, 15 B, 15 C, 15 D, 15 E, 15 F, Anexo IV.

Nos anos 1990 e 1991, o PO1 destaca-se, segundo o critério de despesas públicas, pela sua importância cimeira em todas as regiões. Exceptua-se a NUT Alentejo, em ambos os anos, ao evidenciar em primeiro lugar, a "Organização Integrada de Desenvolvimento Nordeste Alentejano - OID NA". Tal situação parece indiciar uma preocupação dos organismos dinamizadores de políticas activas, em colmatar problemas específicos da região Alentejo. No entanto, para fazer considerações mais rigorosas sobre esta temática, conviria conhecer com detalhe a natureza da "OID NA" e respectivo impacto na região.

Em 92, o PO1 continua a deter uma posição privilegiada nas NUT LVT e Algarve, muito embora tenha perdido algum peso relativo. Contudo, nas NUT Norte e Centro, assistimos à ascensão da relevância do PO3 - Aprendizagem -, o qual passa a deter o primeiro lugar nas NUT referidas. No que respeita à NUT Alentejo, o seu carácter de excepção permanece com a "OID PS" em primeiro lugar.

³⁵⁹ Vd. QCA - Despesas FSE regionalizadas por PO, vd. Quadro 15, 15 A, 15 B, 15 C, 15 D, 15 E e 15 F do Anexo IV.

Legenda:

| | |
|---------|-----------------------------------------------------------------|
| PO 1 | Formação Profissional de Activos |
| PO 1.1 | Formação Activos Não Qualificados |
| PO 1.2 | Formação Activos Qualificados |
| PO 1.3 | Formação Quadros Intermédios, Superiores e Empresários |
| PO 2 | Desenvolvimento e Apoio às Estruturas de Emprego e Formação |
| PO 2.1 | Desenvolvimento do Emprego |
| PO 2.2. | Formação de Quadros e Técnicos de Apoio ao Emprego |
| PO 2.3 | Formação de Formadores |
| PO3 | Aprendizagem |
| PO 4 | Formação Profissional em Novas Tecnologias de Informação |
| PO 5 | Formação Profissional de Adultos Desempregados de Longa Duração |
| PO 6 | Programas Emprego para Adultos Desempregados de Longa Duração |
| PO 7 | Formação/Emprego para Adultos Deficientes Desempregados |
| PO 8 | Mulheres Adultas |
| PO 9 | Emigrantes Adultos |
| PO 10 | Formação Profissional para Inserção de Jovens na Vida Activa |
| PO 11 | Programa de Emprego para Jovens à Procura de Emprego |
| PO 12 | Formação/Emprego para Jovens Deficientes |
| PO 13 | Mulheres Jovens |
| PO 14 | Emigrantes Jovens |

Em 93, a tendência para o aumento do peso relativo do PO3 - Aprendizagem - mantém-se. Só em LVT, a tendência referida não se verifica, uma vez que o programa PO1 continua a veicular o maior número de "formandos" e o maior montante de "despesas públicas".

Sistematizando as conclusões para as NUT Norte, LVT e Alentejo, aquelas que no capítulo presente se destacaram aquando do ensaio das regressões que relacionavam a taxa de desemprego com o número de formandos³⁶⁰, chegámos às conclusões que expomos a seguir:

- NUT NORTE: De 90 a 91, inclusivé, o peso relativo dos PO na região é, por ordem decrescente, o seguinte:

- 1º) PO1,
- 2º) PO10,
- 3º) PO4,
- 4º) PO2;

A partir de 92 o PO3 ascende ao primeiro lugar, mantendo-se a estrutura, entre os restantes PO semelhante:

- 1º) PO3,
- 2º) PO1,
- 3º) PO10,
- 4º) PO4;

- NUT LVT: De 90 a 92 a hierarquização do peso relativo dos PO é a mesma:

- 1º) PO1,
- 2º) PO10,
- 3º) PO4;

quanto ao quarto lugar, em 90 e 91, é detido pelo PO2 e em 92 pela "OID NA".

Em 93, a ordem é a seguinte:

- 1º) PO1,
- 2º) OID NA,
- 3º) PO10,
- 4º) PO4;

Ou seja, a estrutura é semelhante, só alterada pelo facto da OID NA passar de quarto lugar para segundo.

³⁶⁰ Vd. pg. 198, do presente trabalho.

NUT ALENTEJO: A estrutura relativa do peso de cada PO é mais oscilante do que nas outras duas NUT referidas. Destaca-se o facto de em 90 e 91, o peso prioritário ir para a OID NA e em 92 ir para a OID PS. Em 92, à semelhança do que acontecia na NUT Norte, o peso do PO3 tende a aumentar, para em 93 deter a posição cimeira.

No que respeita aos PO "5" e "6", aqueles que especificamente se orientam para o problema do desemprego, nomeadamente desemprego de longa duração, observamos o seguinte:

- As NUT Norte e LVT manifestam um comportamento semelhante, ao apresentarem uma expressão reduzida das "despesas públicas" no PO5 e uma expressão inexistente do PO6;
- A NUT Alentejo apresenta conclusões semelhantes, só diferindo a maior expressão relativa atribuída aos PO5.

Estas conclusões, a par daquelas que retirámos aquando do estudo dos "Formandos Aprovados por Modalidade de Formação - 89/91" - relativas à fraca dimensão das modalidades "Reciclagem" e "Reconversão", indicam que o reforço que os PO vêm dar à restante Formação Profissional se dirige essencialmente aos Activos e à Inserção de Jovens e que quando incide sobre desempregados não prevê devidamente as necessidades de reciclagem e de reconversão.

CONCLUSÃO

Ao longo das páginas anteriores, preocupámo-nos em caracterizar o desemprego nas cinco regiões/NUT II de Portugal Continental - Norte, Centro, LVT, Alentejo e Algarve -, durante o período compreendido entre 1986 e 1992. Preocupámo-nos também em determinar as principais variáveis explicativas do fenómeno, assim como em aferir se as políticas de suporte e combate a este flagelo, gerador de danos nas esferas individual e social, contribuíram de algum modo para contrariar os respectivos efeitos nefastos.

A desagregação por nomenclatura das unidades territoriais/NUT II foi-nos essencial, atendendo a que, por um lado, o desemprego, como realidade económico-social de difícil mensuração, tem o seu maior impacto num espaço reduzido, preenchido por aqueles que nele vivem; por outro lado, o critério espacial mostrou-nos que as médias nacionais escondem situações diferenciadas e evoluções por vezes contraditórias.

O intento de compreensão e explicação do desemprego regional, no âmbito dos desequilíbrios verificados no mercado de trabalho, levou-nos à necessidade de estabelecer um quadro teórico unificado e coeso que, por si só, pudesse explicar os desequilíbrios verificados, e conduziu-nos ao estudo dos contributos de múltiplas abordagens teóricas. A maioria dos contributos referidos integra-se no âmbito dos dois grandes paradigmas da Ciência Económica - paradigma neoclássico e paradigma keynesiano.

No que respeita ao paradigma neoclássico, cabe salientar a especial atenção de que foi alvo neste trabalho, devido ao papel que atribui ao salário no processo de ajustamento do mercado de trabalho. Não se verificando "entraves" de ordem institucional, social ou jurídica - tais como a negociação salarial, a protecção social do desemprego, a legislação laboral, entre outros... -, o modelo neoclássico deveria supostamente garantir, de forma eficiente, a perequação entre a procura e a oferta de trabalho, também a nível regional, através dos mecanismos de flexibilização salarial.

Quanto ao paradigma keynesiano, apesar da sua incapacidade em providenciar uma explicação micro-económica da existência de desemprego - explicação essa de importância fulcral para o nosso trabalho -, não descurámos o seu estudo. A sua proposta macro de abordagem, a par de contribuir para o desmoronamento de alguns

postulados do modelo básico do mercado de trabalho, enfatiza a importância de se conceber o problema do desemprego como um problema social. Esta preocupação fica evidenciada na noção de desemprego "involuntário" que propõe, em oposição à noção de desemprego "voluntário", neoclássica. Para os keynesianos existem trabalhadores que, mesmo dispostos a trabalhar a um salário mais baixo do que o prevalecente no mercado e concorrendo a postos de trabalho para os quais estão tão qualificados quanto os outros empregados, não conseguem obter empregos. Paralelamente, a ênfase que é dada ao papel motor da procura efectiva vem justificar a preocupação social com a implementação de mecanismos que visam a garantia de um rendimento mínimo, mesmo em períodos de desemprego.

Em confrontação às críticas tecidas pelos keynesianos à ortodoxia microeconómica - fundamentadas na incapacidade da última encontrar soluções, em determinados momentos, para as situações de desequilíbrio, cada vez mais frequentes, no mercado de trabalho - assistiu-se nos anos 60, à reabilitação da teoria neoclássica. Reabilitação que decorreu não só de um "contra-ataque" neoclássico, mas principalmente do facto das políticas preconizadas pelos keynesianos se terem revelado, por sua vez, incapazes de solucionar o desemprego neste período.

As novas versões da teoria neoclássica constituem-se, então, como correções parcelares do paradigma, muito embora o acento tónico continue a ser colocado nos mecanismos e no papel regulador do salário enquanto preço do trabalho. Paralelamente, as versões em causa evidenciam o desajustamento das hipóteses básicas do modelo tradicional face à realidade, mas a crítica faz-se ainda no interior do próprio quadro de pensamento neoclássico.

Uma das primeiras hipóteses a ser "desmontada" é a da homogeneidade da mão de obra, que cai por terra através da percepção da existência de diferentes filosofias laborais no mercado, dando lugar às teorias qualitativas da mão de obra. Porém, apesar da existência de diferenciação na natureza e especificidade das qualificações, o mercado continua a ser considerado eficiente na afectação dos factores, através dos seus mecanismos reguladores. Os desvios devem-se ao facto da educação ter sido adquirida previamente à entrada no mercado de trabalho.

Quanto à hipótese - total transparência e perfeita informação - também ela é contestada pela sua irreabilidade, nomeadamente pelas teorias do "job search". A informação é limitada e não está instantaneamente disponível em todo o espaço

geográfico. Constitui-se, por conseguinte, como um bem económico, sendo necessário incorrer em custos para a possuir.

Também a hipótese de perfeita mobilidade de factores se revela desajustada, como apontam as teorias do "capital humano" e do "job search". A distância conduz a custos. A separação entre o local de trabalho e o de residência implica custos de deslocação, cuja configuração vai modelar e espacializar o mercado de trabalho, determinando segmentos regionais, com lógicas de regulação por vezes bem distintas.

Quanto à hipótese da eficiência económica e atomicidade de produtores e consumidores, também ela é evidenciada como inverosímil. Ao pressupor no limite a existência de uma única taxa salarial opõe-se ao que se verifica no mercado, ou seja, à existência de vários níveis salariais relacionados, entre outros factores, com a heterogeneidade da mão de obra. As teorias do equilíbrio a preços fixos, do "salário de eficiência", dos "insiders-outsiders" detêm um papel importante na crítica encetada relativamente a esta hipótese.

No entanto, o estudo dos dois grandes paradigmas da ciência económica e de alguns dos seus desenvolvimentos subsequentes, não se afigura suficiente face à caracterização cabal do objecto de estudo. Assim, recorreremos ainda a contribuições que de algum modo se assumem em ruptura epistemológica com aquele paradigma. Nestas últimas destacámos as escolas da segmentação pela ajustabilidade que encontrámos nos seus pressupostos face ao nosso objecto de estudo.

Os defensores da segmentação abandonam a abordagem exógena neoclássica, delimitada em torno da oferta e da procura de trabalho, e adoptam uma abordagem endógena. O mercado deixa de ser entendido como uma "soma de partes" que perfazem um todo homogéneo mas antes como um espaço em que os múltiplos elementos seus constituintes estão desigualmente distribuídos. Existem descontinuidades que "moldam" o mercado de trabalho e, segundo este ponto de vista, pouco importa que haja um, dois ou n segmentos. Tal aceção evidencia a inequívoca importância desta teoria num estudo regionalizado, como o que realizámos.

A coexistência de diferentes comportamentos do mercado de trabalho a nível regional, que ora evidenciam alguma aderência aos pressupostos neoclássicos ora denotam, por outro lado, a influência de intervenientes institucionais, levou-nos a considerar o problema mais global da reprodução de conjunto. A abordagem regulacionista e, dentro dela, a concepção de Sistema de Emprego, constituíram

referência natural, perspectivando-se como complemento inevitável das contribuições da segmentação. Embora não submetida aqui a validação empírica, ela constitui o inevitável ponto de retorno da reflexão sobre as limitações das metodologias "tradicionais" na conciliação da heterogeneidade regional com a dinâmica da regulação global do mercado de trabalho.

Também nas teorias do desequilíbrio encontramos argumentos de justificação teórica. De facto, se através da *assumpção* da segmentação se delimita uma certa tipologia do mercado de trabalho - salientando descontinuidades do processo de afectação de trabalho -, através das teorias do desequilíbrio torna-se possível construir uma outra tipologia alternativa. Se esta tipologia não prevê *à priori* descontinuidades no seio do mercado de trabalho, "delimita" no entanto configurações que estabelecem complementaridades entre situações deste mercado e do mercado de bens. As teorias do desequilíbrio potencializam, ou mesmo reforçam, as explicações adiantadas pelas abordagens da segmentação: é possível o aparecimento de situações de segmentação, tanto no interior das unidades produtivas, e nos sectores, como nas regiões, ou no país. É possível a coexistência de um desemprego de "tipo keynesiano" num sector com um desemprego de "tipo clássico" noutro sector. É possível também, e do mesmo modo, a coexistência de um desemprego de "tipo keynesiano" numa região com um desemprego de "tipo clássico" noutra. Ou seja, é possível justificar, graças a estas contribuições, que o comportamento do salário não esgota a explicação do desemprego, assim como também os mecanismos de intervenção social e de negociação institucional não conseguem neutralizar a acção do mercado, por muito estruturantes que se afigurem.

Feito o enquadramento teórico, apercebemo-nos mais claramente da importância deste estudo regionalizado: com efeito, ele ganha ainda maior significado se tivermos presente que a nossa integração na Comunidade Europeia é também uma integração de regiões díspares em matéria de desempenho social e económico. Existem assimetrias inter-regionais a nível do país que não devem ser diluídas em "médias" nacionais. Existem assimetrias a nível das regiões comunitárias que, do mesmo modo, não podem ser esquecidas numa "tendência média" comunitária. Por conseguinte, cabe aos governos prosseguir políticas que visem estimular o desenvolvimento económico de regiões em dificuldades. Neste contexto, é pertinente detectar a existência de segmentos no interior do mercado, no caso, mercado de trabalho, onde o comportamento homogéneo das variáveis se contrapõe a comportamentos díspares dessas mesmas variáveis noutros segmentos. Só a consciência da segmentação possibilita a delimitação de políticas diferenciadas cujas repercussões possam,

efectivamente, contribuir para a supressão do flagelo, apontando os segmentos-regiões/sectores - onde o desemprego evidencia características que apelem à premência de medidas particulares e de apoios mais substanciais.

No presente trabalho, o desemprego foi estudado tendo em consideração a sua selectividade. Selectividade por "regiões", por "condição perante o trabalho", por "idades", por "idades e duração de procura de emprego", por "sectores de actividade" e por "profissão anterior ao desemprego". Selectividade, esta, indutora do afastamento de determinadas categorias marcadas por *handicaps* profissionais e pessoais não compatíveis com as exigências dos empregadores em matéria de recrutamento e estabelecidas numa sociedade cada vez mais concorrencial onde a modernização económica e tecnológica é uma constante.

Ao longo dos sete anos em análise - 1986/1992 -, verificámos a tendência à baixa global da taxa de desemprego (exceptuando o ano de 1992 em que aquela estagnou). Constatámos, mesmo, a reduzida expressão do fenómeno, uma vez que as taxas de desemprego em sentido restrito, (1º emprego e novo emprego) se situaram em níveis compatíveis com o retorno ao "quase pleno-emprego" (de 8.5% em 1986, passou-se para 4.1% em 1991 e 1992).

Porém, se em termos nacionais os valores assumidos pelas taxas de desemprego apontavam para a existência de um desemprego pouco expressivo, uma análise desagregada em termos regionais deixou transparecer disparidades importantes, com determinadas regiões a suportarem um desemprego elevado (mesmo relativamente aos níveis comunitários) enquanto que noutras ele era "quase" inexistente:

- LVT e Alentejo com taxas de desemprego em sentido restrito (s.r.), superiores às da média nacional (as taxas de desemprego da NUT Alentejo situadas entre 16.9% (1986) e 7.7% (1992) foram aproximadamente o dobro das taxas médias do Continente; as taxas de LVT situadas entre 11.2% (1986) e 5.0% (1992) foram superiores à média, embora não tão elevadas quanto as do Alentejo),
- Norte, Centro e Algarve com taxas de desemprego assentes em valores abaixo da média nacional.

No que se refere ao peso relativo da taxa de desemprego nas cinco NUT, verificámos, então, que o Alentejo ocupa a posição mais destacada, seguida a alguma distância por LVT. A posição relativa das outras NUT - Norte, Centro, Algarve - difere consoante o ano a que nos estamos a reportar.

Esta situação expressou a selectividade regional do desemprego, segundo a qual, e dependendo da região de residência/trabalho, os trabalhadores têm maior ou menor propensão para incorrer no desemprego. No caso português, verificámos serem os trabalhadores do Alentejo e de LVT os mais propensos a serem atingidos pelo fenómeno em questão.

A taxa de desemprego, s.r. (1º emprego e novo emprego) pode ser "desdobrada" em taxa de desemprego, s.r. (novo emprego) e taxa de desemprego, s.r. (1º emprego). Esta distinção na condição do desempregado perante o emprego permitiu-nos a percepção de que a taxa de desemprego daqueles que procuravam um novo emprego foi superior, em todas as NUT II, à daqueles que procuravam o seu primeiro emprego. O facto coincide com o que acontece ao nível do país e expressa a selectividade do desemprego por condição perante o emprego.

Uma análise regionalizada levou-nos a verificar que os valores da taxa de desemprego, s.r. (novo emprego) do Alentejo e LVT, quando contrapostos com os valores das restantes NUT, evidenciavam discrepâncias importantes, com as referidas NUT significativamente acima da média. Quanto aos valores das taxas de desemprego, s.r. (1º emprego), embora mais acentuados nas NUT Alentejo e LVT, divergiam menos dos valores de outras regiões. Tal facto levou-nos a pressupor que o desemprego nas NUT LVT e Alentejo era constituído, na sua grande maioria, por aqueles que já tinham tido emprego. Levou-nos também a aperceber a que ponto a condição perante o emprego condiciona a maior ou menor propensão ao desemprego. Facto que poderá estar relacionado com a preferência por trabalhadores mais qualificados - qualificação entendida como o produto combinado da experiência do trabalhador e da formação adquirida - e com o facto de serem predominantemente os escalões etários mais jovens os que mais procuram o 1º emprego, como se afigura óbvio.

No decurso do nosso estudo, verificámos também a selectividade do desemprego, por idades. No conjunto das regiões, os grupos etários com maior peso relativo no desemprego foram os mais jovens, ou seja, o dos "0-19", "20-24" e "25-34". Somente a NUT Alentejo constituiu excepção, com o grupo etário "45 e +" a ser

aquele que maior peso relativo deteve em 1986, 1990 e 1992; nos restantes anos, era o segundo grupo com maior peso.

Nas NUT Norte e Centro, o escalão etário "0-19" era aquele que possuía maior expressividade no fenómeno em questão. Tal poderia estar relacionado com o facto de nestas regiões a competitividade estar na maior parte das empresas baseada em baixos custos de mão-de-obra e na precaridade do emprego. Tal assumpção compatibilizava-se bem com a presença de empregos temporários, sujeitos a grande vulnerabilidade, onde os custos de adaptação e diferenciação entre os candidatos eram fracos. Compatibilizava-se também com o preocupante *déficit* de escolarização existente em Portugal. No entanto, convém referenciar que, se nos primeiros anos era o escalão "0-19" o mais expressivo no desemprego destas NUT, pouco a pouco ele foi perdendo peso a favor dos seguintes, nomeadamente o dos "20-24" e o dos "25-34". Já nas NUT LVT e Algarve, foi o grupo etário "25-34" o mais representativo, praticamente em todos os anos.

A diferente representatividade dos grupos etários esteve, naturalmente, relacionada com a estrutura demográfica por regiões e com os fluxos demográficos inter-regionais. Na verdade, verificámos ser na NUT Alentejo - onde, como referimos, o desemprego era constituído em grande parte por indivíduos com "45 e + anos" - que a população com "45 e +" era mais expressiva. Verificámos, em simultaneidade, ser esta NUT a mais "repulsiva". Porém, o êxodo populacional que se fez sentir pareceu não ter compensado de forma incisiva a existência de elevadas taxas de desemprego nem, em consequência, ter aliviado as tensões do mercado de trabalho. O facto indicia que a migração na região referida respeitou fundamentalmente aos jovens e não ao grupo com maior peso no desemprego. Esta verificação levou-nos a considerar que as políticas accionadas pelo IIEFP, no âmbito da promoção à mobilidade conheceram um fracasso relativo, devido à "resistência" à migração interna demonstrada pelo escalão populacional "45 e +".

No que se refere à NUT Norte, aquela que se destacou pela forte expressão no desemprego dos grupos etários mais jovens, nomeadamente o dos "0-19", a sua estrutura demográfica assenta num maior peso relativo da população jovem, do que o verificado noutras NUT.

Quanto à LVT, apesar de possuir taxas de desemprego com valores superiores à média do Continente, é a região considerada mais atractiva. Por consequência, muito

do desemprego que evidencia pode explicitar a incapacidade em absorver a mão-de-obra que para ela migra.

Relativamente à duração de procura de emprego no período em análise é o curto-prazo que impera, muito embora o longo-prazo tivesse alguma expressão nas NUT Norte, Centro e LVT, principalmente nos anos iniciais do nosso período de referência. Nas NUT Alentejo e Algarve é indubitavelmente o desemprego de curto prazo o grande protagonista, o que poderá estar relacionado com a sazonalidade das actividades primordiais desenvolvidas nestas regiões (agricultura e turismo).

A selectividade regional do desemprego por sectores também ficou patente no nosso estudo. O sector mais "gerador" de desemprego foi o secundário, seguido respectivamente pelo terciário e primário. Contudo, a NUT Alentejo constituiu uma vez mais a excepção, ao apresentar uma hierarquização dos sectores mais e menos "geradores" de desemprego, diferente da verificada nas restantes NUT. Aqui, foi o sector primário aquele que mais contribuiu para o desemprego, seguido pelo secundário e terciário. Em 1990 também se detectaram algumas excepções nas NUT Norte e Algarve, com o terciário a ocupar a posição cimeira, seguido do secundário e por fim do primário. LVT também apresentou uma situação excepcional naquele ano, uma vez que o sector primário passou a ser mais gerador de desemprego do que o próprio sector terciário, passando o ordenamento a processar-se do modo: 1º) secundário, 2º) primário e 3º) terciário.

Uma análise detalhada da taxa de desemprego, por sectores de actividade, evidenciou a irregularidade da situação da taxa de desemprego, s.r., (novo emprego) "primário". No entanto, apercebemo-nos do crescimento do desemprego agrícola entre 1989 e 1990 nas NUT Norte, LVT e Alentejo e, entre 90 e 91 nas NUT Norte, Centro, Alentejo e Algarve.

A taxa de desemprego, s.r. (novo emprego), afecta ao secundário, tendeu à baixa entre 1986 e 1990 em todas as NUT, exceptuando o Alentejo em 90. A partir de 1990 a situação inverteu-se, com a taxa em questão a apresentar tendência à subida. As excepções à ascensão da taxa verificaram-se nas NUT LVT e Alentejo entre 1990 e 1991, e Alentejo e Algarve entre 1991 e 1992.

Quanto à taxa de desemprego, afecta ao sector terciário, ela tendeu à baixa, exceptuando alguns casos pontuais. Só entre 1991 e 1992 a tendência foi para a estagnação em LVT e Centro.

Assim, deduzimos que a contra-tendência à baixa do desemprego verificada em 1992 - ano em que estagnou - se deveu, na sua essência, quer a subidas na taxa de desemprego afectas ao sector secundário nas NUT Norte, Centro e LVT, quer ao crescimento do desemprego agrícola de 89/90 e 90/91 (em 92 esse desemprego poderia eventualmente ainda não estar absorvido na sua totalidade), quer ainda à estagnação da taxa de desemprego "terciário" nas NUT LVT e Centro. No entanto, o grande "causador" da estagnação em 1992 terá sido o sector secundário.

Em sintonia com o que foi dito, verificámos serem as profissões classificadas como "Trabalhadores da Produção" e "Pessoal dos Serviços de Protecção, Segurança, Serviços Pessoais e Domésticos" aqueles que mais engrossaram o desemprego. Exceptua-se, mais uma vez, a NUT Alentejo, com o forte peso no desemprego dos "Agricultores" ou dos "Trabalhadores não qualificados da Agricultura". Tal constatação coadunava-se com as anteriores conclusões de que nesta região o peso dos desempregados provenientes do sector primário, à procura de novo emprego, com "45 e + anos" foi o traço dominante no desemprego global.

Uma vez feita a caracterização dos mercados de trabalho regionais, foi-nos possível aperceber algumas situações de segmentação decorrentes da sobre-representação das NUT LVT e Alentejo no desemprego e da situação de contínua excepção que o Alentejo foi evidenciando ao longo dos anos. Foi-nos igualmente possível averiguar que o desemprego nas diferentes regiões esteve associado à especialização sectorial e às características populacionais (nomeadamente a idade) de cada uma delas. Importava-nos, de seguida, proceder ao ensaio interpretativo.

Pressupondo a importância do salário enquanto variável explicativa do fenómeno e considerando a oferta e procura de trabalho funções exclusivas da taxa de salário, como defendem os neoclássicos na versão pura, adiantámos como hipótese de explicação a concentração do desemprego em determinadas regiões:

- a existência de políticas autónomas de mão-de-obra, variando por sectores de actividade e determinadas regionalmente pelos comportamentos empresariais dominantes nesses sectores, e
- a ausência de flexibilidade regional dos salários, a par de uma fraca mobilidade geográfica da mão-de-obra.

A confirmação das hipóteses referidas foi feita através do recurso a ajustamentos econométricos entre as variáveis taxa de desemprego - cujo comportamento pretendemos explicar - e as remunerações médias mensais - que assumimos como as variáveis explicativas. Assim, considerámos primeiramente os ajustamentos em termos absolutos e, em seguida, em termos relativos, tendo em conta não só o valor da variável independente do ano em causa, como também os das variáveis independentes desfasadas no tempo.

Como seria de esperar, dado o facto de apenas termos feito intervir uma variável explicativa para um fenómeno de tal complexidade, os valores absolutos das estimativas foram quase sempre muito modestos. Tivéssemos nós tido dúvidas de carácter teórico ao adiantar a insuficiência explicativa do modelo neoclássico, tomado isoladamente, que estes resultados se encarregariam de provar a justeza da nossa proposta de recurso a um "mix" teórico! Mas de há muito que se sabe serem as curvas de Phillips e os seus desenvolvimentos pouco aderentes à complexidade dos mercados de trabalho dos nossos dias, mesmo quando tomados a nível meso-económico. Assim, a nossa intenção ao proceder a estas estimativas consistia, muito particularmente, em investigar o sentido de associação entre as variáveis, para o que nos interessava reter fundamentalmente o sinal dos parâmetros estimados.

Em todas as NUT, e para todos os sectores de actividade, as remunerações médias mensais e a taxa de desemprego correlacionaram-se inversamente: à medida que as remunerações aumentaram, diminuiu a taxa de desemprego, o que nos conduziu à validação parcial da contribuição do modelo neoclássico para a explicação do comportamento da oferta de trabalho em situação de escassez relativa de mão-de-obra.

Nas regressões com as variáveis actuais assentes em valores absolutos, apenas considerámos válidos os binómios Norte/terciário, LVT/primário, LVT/secundário, LVT/terciário, Alentejo/secundário e Alentejo/terciário. Quando introduzimos as variáveis desfasadas temporalmente passámos também a aceitar como válidas todas as regressões regionais associadas ao sector primário, exceptuando o Alentejo.

No entanto, quando introduzimos na análise desfasamentos temporais, verificámos que se em algumas NUT quanto maior era o salário do ano (t) menor era o nível de desemprego - o que se revelava coincidente com os resultados anteriores - o mesmo não acontecia noutras NUT. Para integrarmos estas diferenças no comportamento da variável, apoiámo-nos nos contributos da segmentação sob as formas sectorial, regional e de modalidades de gestão de mão-de-obra.

A segmentação de base sectorial - sector primário versus outros sectores de actividade - fundamenta-se no fraco poder da variável salário em explicar o desemprego verificado naquele sector. O facto tem a ver com a crescente incapacidade do sector em questão em absorver mão-de-obra (excesso de oferta de trabalho) mesmo em período de quase equilíbrio do mercado de trabalho. Por consequência, os empregadores a ele afectos reagiram a subidas salariais - na maioria das vezes definidas institucionalmente - não empregando mais trabalhadores e despedindo mesmo alguns, na medida em que a procura de lucro implicava um esforço constante para baixar o custo unitário de produção. Este procedimento compatibilizava-se com a fraca produtividade associada ao sector agrícola, assim como com a reduzida capacidade empregadora que vem a demonstrar há mais de duas décadas. Do referido, fica claro, que o comportamento dos empregadores do sector primário não foi o mesmo dos empregadores dos outros sectores, o que valida a hipótese, por nós adiantada, de estarmos na presença de políticas distintas de mão-de-obra, consoante os sectores de actividade. Fica igualmente clarificado que, neste sector a rigidez salarial foi particularmente incisiva. Tanto mais se pensarmos, entre outros aspectos, que metade do salário médio no sector em causa foi constituído por "salário mínimo", enquanto nos outros sectores de actividade este não representava nem 10%.

Se relembrarmos que no Alentejo o sector com o maior peso relativo no desemprego foi o primário e que, nesta região a oferta de trabalhadores agrícola foi especialmente excedentária, a NUT em questão afigura-se-nos então como uma região carenciada de medidas de política específicas.

A segmentação de carácter regional - Alentejo/secundário e Alentejo/terciário - para ser melhor percebida requeria um estudo específico e detalhado dos sectores na NUT em causa. No entanto, a reduzida desagregação dos sectores de actividade - dificuldade inultrapassável ao longo de todo o trabalho - colocou-nos na impossibilidade de aprofundar os motivos desta segmentação. Existem, com efeito, sérias dificuldades na obtenção de informação regional nomeadamente a um nível superior de desagregação de actividades, que por serem fortemente limitativas das investigações pertinentes não poderíamos neste momento do trabalho deixar de mencionar.

A segmentação que decorreu das modalidades de gestão de mão-de-obra deveu-se essencialmente ao facto dos empregadores portugueses fazerem ajustamentos, em termos de afectação de trabalhadores aos empregos, no mesmo período. Ou seja, a

gestão é essencialmente feita "em cima do acontecimento", tal como supõem os neoclássicos. Tal configura uma sensibilidade significativa ao que acontece no momento, escasseando as práticas continuadas de gestão. Daí o sinal sistematicamente simétrico dos parâmetros associados à variável explicativa consoante nos reportávamos ao período (t) ou ao período (t-1).

Mas a constatação de um sinal sistematicamente simétrico das estimativas associadas a $R(t)$ e $R(t-1)$, para além de nos fazer aperceber da importância dos ajustamentos de curto-prazo, fez também com que assumíssemos a hipótese de que os mercados regionais de trabalho seriam mais sensíveis às variações inter-anuais do que aos valores absolutos em si, assumidos pelas variáveis. Por conseguinte, procedemos à estimação das regressões assentes em valores relativos referentes à variação anual homóloga das taxas de desemprego e à correspondente variação das remunerações médias mensais. E procedemos também à consideração das variações salariais com desfasamentos.

As regressões assentes em valores relativos melhoraram significativamente no sector primário (nomeadamente nas NUT Norte, LVT e Algarve) quando passámos a considerar as variáveis salariais com desfasamentos temporais. Foram também relevantes quando a NUT em estudo era o Alentejo, atestando mais uma vez que a região se encontrava próximo do limiar de saturação da capacidade de absorção do emprego agrícola.

As regressões também se tornaram mais expressivas no sector terciário, para as NUT Centro e Alentejo. No respeitante ao sector secundário, as variações salariais não pareceram ter significado na explicação das variações na taxa de desemprego.

Assim, e relativamente às regressões assentes em valores relativos, podemos dizer que elas vieram reforçar a constatação da existência dos tipos de segmentação traçados anteriormente. De facto, no que respeita aos segmentos sectoriais ficou patenteada a modestíssima capacidade de absorção de mão-de-obra do sector primário, no qual mesmo pequenas variações salariais se repercutem incisivamente no aumento do desemprego.

A segmentação de âmbito regional também se viu reforçada com a evidênciação clara da situação de excepção do Alentejo, e ampliou-se mesmo com a situação particular vivenciada no binómio Norte/terciário.

Quanto à segmentação assente nas modalidades de gestão de mão-de-obra, as conclusões transcendem a importância que verificamos revestirem os ajustamentos de curto prazo. O sinal negativo associado à componente autónoma, que obtivemos frequentemente nas regressões estimadas, permitiu-nos inferir da existência de outros mecanismos de ajustamento para além do salário. Estes mecanismos, que sabemos serem em boa parte representativos do que a teoria consagrou designar por ajustamentos pelas quantidades, demarcam o espaço de intervenção da política social e das medidas activas do mercado de trabalho, justificando portanto que a nossa atenção se debruçasse sobre estes aspectos.

A multiplicidade de políticas no domínio do emprego/desemprego levou-nos a ter em consideração a tipologia que opõe políticas passivas a políticas activas. Políticas passivas, preocupadas em reduzir ou neutralizar os efeitos decorrentes da situação de desemprego sentidos quer pelas suas vítimas quer pelo próprio mercado de trabalho. Políticas activas visando, por sua vez, actuar/transformando e reduzindo a dimensão do fenómeno em si.

Neste âmbito de ideias e devido à necessidade de restringir o nosso campo de análise no que se refere à avaliação de políticas, elegemos a protecção social no interior das políticas passivas e a formação profissional no domínio das políticas activas.

Quanto à protecção social ao desemprego, assente em boa parte no subsídio de desemprego e no subsídio social de desemprego, cabe referir que ela veiculou montantes baixos quando comparados com os afectados a este domínio noutros países comunitários. O facto traduziu-se não só no reduzido valor pecuniário, como na rigidez dos critérios de acesso associados aos subsídios.

Aprofundando o "cenário" negativo que assim se perspectivava, deparamos com taxas de cobertura muito baixas, isto é, verificámos que a grande maioria da população desempregada no nosso país, e em todas as regiões, não recebe subsídio, ou seja, não recebe subsídio de desemprego nem qualquer outro tipo de subsídio. Cabe no entanto salientar que, a partir de 1989, a situação começa a melhorar com a modalidade "Sim, recebe subsídio" a ganhar importância crescente no conjunto das NUT.

O aprofundamento do grau de análise de duas modalidades de protecção social - "Sim, recebe subsídio" (CS) e "Não recebe subsídio (NS) - para quatro modalidades - "Sim, com subsídio de desemprego" (SSD), "Sim, outro tipo de subsídio"(SOTS),

"Sim, sem qualquer subsídio" (SSQS) e "Não está inscrito" (NEI) -, continuou a patentear a fraca expressividade da cobertura social nas cinco regiões. De facto, as modalidades de maior relevância foram, respectivamente, a NEI e SSQS, exactamente aquelas que não "protegem" o desempregado. Quanto às modalidades que prevêm alguma protecção à população desempregada, vemos a SSD a constituir-se como a terceira de maior peso relativo, e a modalidade SOTS, cuja expressão é praticamente irrelevante, nomeadamente na NUT Algarve onde é mesmo inexistente.

O "cruzamento" entre as modalidades de protecção social referidas e os grupos etários evidenciou que foram os jovens os menos protegidos pelos subsídios de desemprego. Na modalidade NEI destacou-se o grupo etário "0-19" e, com menor relevância, os grupos "20-24" e "25-34". Na modalidade SSQS destacaram-se os grupos "20-24" e "25-34". Esta menor protecção proveio, a nosso ver, da rigidez dos critérios de acesso aos subsídios que fez com que os jovens, nomeadamente os dos "0-19", quando desempregados, não se inscrevessem nos centros de emprego na medida em que sabiam de antemão não reunir as condições para receber um subsídio.

Ora, tendo presente que o desemprego era constituído, no período em referência, fundamentalmente por grupos etários mais jovens (exceptuava-se a NUT Alentejo), a situação descrita - jovens como os menos protegidos - apontou para a existência de um sério *déficit* de protecção do desemprego nas regiões portuguesas. Paralelamente, a fraca protecção deste grupo de idades deveria, de algum modo, ser compensada por uma maior importância da modalidade SOTS, no sentido de colmatar as insuficiências decorrentes da não cobertura dos jovens pelo subsídio de desemprego, o que também verificámos não ter acontecido.

Para tornar mais consistente a avaliação da *performance* da protecção social, procedemos a ajustamentos estatísticos entre a taxa de desemprego - variável dependente - e as modalidades de protecção - variáveis independentes - . Para o efeito, considerámos primeiro uma desagregação em duas modalidades e, em seguida, uma desagregação em quatro modalidades.

A partir desses ajustamentos constatámos, mais uma vez, que um aumento do desemprego corresponde a um aumento sistemático, embora não proporcional, da percentagem dos que não recebem subsídio, em todos os sectores de actividade. A explicação encontra-se na fraca cobertura existente e na rigidez do critério de elegibilidade.

Verificámos também, que quando se dão aumentos no desemprego, aumenta simultaneamente a percentagem de inscritos cobertos pelo subsídio, embora de forma igualmente não proporcional. Porém, verificaram-se binómios NUT/sector que constituíram excepção e que importa salientar. São eles: LVT/terciário, Alentejo/terciário e Algarve/primário. Outro tipo de ajustamentos apontou-nos também como excepções os binómios LVT/primário e LVT/secundário.

Neste contexto, apercebemo-nos da existência de segmentação nas políticas passivas de "suporte" ao desemprego. Segmentação do tipo sectorial, com dois subsegmentos: - sector primário/Norte/Algarve, e - sector terciário/LVT/Alentejo. Segmentação de tipo regional, em que LVT nos aparece, para todos os sectores, contraposta a todas as outras NUT. Existem portanto regiões e sectores de actividade mais privilegiados do que outros, quanto à cobertura social do desemprego.

No que respeita ao primeiro tipo de segmentação, cabe salientar que a situação desfavorável vivenciada no sector primário das NUT Norte e Algarve se deve, em parte, a estarmos muitas vezes perante a prática corrente de uma agricultura de sobrevivência muitas vezes levada a cabo enquanto actividade paralela, não preenchendo os indivíduos a elas afectos as condições para aceder a subsídios. No referente à situação de reduzida protecção do sector terciário em LVT e Alentejo, diríamos que ela se poderá prender com a crescente importância dos contratos a prazo, para além do reduzido peso que o próprio sector assume, particularmente no Alentejo. Por contraponto, apercebemo-nos que é o sector secundário aquele que possibilita maior protecção aos "seus" trabalhadores.

Quanto ao segundo tipo de segmentação adiantada, a de base regional, LVT aparece-nos como a região por excelência onde o número de pessoas protegidas não aumenta proporcionalmente às necessidades decorrentes do aumento de desemprego. Foi, com efeito, nesta NUT que a relação desemprego/subsídio se revelou mais fraca.

Deste modo, detectada a existência de segmentação na protecção social dos diferentes binómios NUT/sector, verificámos que a própria cobertura se processou de forma assimétrica. Por consequência, em vez de contrariar a segmentação regional do mercado de trabalho, a política de apoio contribuiu antes para reforçar, possibilitando muitas vezes, o surgimento de novos segmentos.

Perante a evidência de que a protecção social aos desempregados não conseguia esbater a segmentação do mercado de trabalho, antes sendo ela própria segmentada,

direccionámos a nossa atenção para a *performance* das políticas activas de emprego, de entre as quais destacámos a formação profissional. O nosso intuito foi aferir em que medida este tipo de políticas conseguia colmatar os malefícios decorrentes da situação de desemprego, uma vez que a protecção social não o fizera.

A formação profissional, cuja importância se fez predominantemente sentir a partir da integração comunitária, visava potencializar a adequação da qualificação do trabalhador às necessidades competitivas das empresas. Assim, durante o período de referência assistimos a um aumento no "número de formandos" e no "número de formandos aprovados", comprovativo da aposta de investimento em capital humano via formação profissional.

A formação profissional foi essencialmente dirigida para o grupo de idades com "25 anos e mais", o que se nos afigurou positivo se relembrarmos que as NUT mais atingidas pelo desemprego - LVT e Alentejo - eram aquelas onde os grupos dos "25-34" e "45 e +" tinham maior expressividade no fenómeno.

A acrescentar a este cenário benéfico, verificámos que o número de "formandos aprovados por região" foi especialmente significativo em LVT - em 1989 esta foi a NUT que deteve maior expressividade no total das regiões (40.2%), situando-se em 1990 e 1991 no segundo lugar (38.5% e 36.6% respectivamente). Ora, sabendo que a NUT em questão detinha elevadas taxas de desemprego face à média nacional e que a protecção social de que foi alvo era claramente deficitária, o papel relevante da formação profissional só podia surgir-nos como francamente positivo.

Porém, se LVT e também o Norte detiveram uma importância relativa considerável em termos de "número de formandos aprovados" (entre os 35% e os 40% em 1989 e 1991) o mesmo não aconteceu no Centro (15.7% em 1989, 17.9 em 1991), Alentejo (5.0% em 1989, 4.7% em 1991) e Algarve (3.9% em 1989 e 2.8% em 1991).

Com efeito, os ajustamentos estatísticos a que procedemos entre as taxas de desemprego - variável que pretendemos explicar - e o número de formandos aprovados - variável explicativa - reforçou as considerações tecidas no parágrafo anterior. Na verdade, esta medida activa revelou-se pouco importante no combate ao desemprego em todas as NUT, com excepção de LVT e Alentejo (nesta última, o impacto das políticas de formação foi aparentemente positivo na diminuição do desemprego; no entanto, não podemos afirmá-lo mais veementemente visto que o coeficiente de determinação das regressões da NUT se situava abaixo do limiar de aceitação por nós

definido). Quanto à NUT Norte, apesar do número significativo de acções de formação para ela direccionadas, não se afigura que as mesmas tenham contribuído de forma incisiva para minorar o desemprego.

Os resultados descritos, poderão estar relacionados com o facto da formação profissional se ter orientado fundamentalmente para os serviços, em detrimento da indústria, e de forma muito reduzida para a agricultura. Aliás, quando estabelecemos comparações intra-comunitárias, verificámos que em Portugal o peso relativo dos trabalhadores dos serviços nas acções de formação profissional foi muito superior ao dos outros países. Estas constatações não abonam a favor da orientação tomada pelas políticas de formação profissional, se relembrarmos que no período em estudo - período de quase retorno à situação de pleno-emprego - o sector secundário foi o principal "responsável" pelo recrudescimento do desemprego.

Detalhando a análise da formação por qualificações profissionais, verificámos que no referente à NUT Norte predominaram as acções de formação dirigidas fundamentalmente para os grandes grupos profissionais "Pessoal Administrativo e Trabalhadores Similares" e "Trabalhadores da Produção das Indústrias Extractiva e Transformadora e Condutores de Máquinas Fixas e de Transporte".

No respeitante a LVT e à semelhança do Norte, as acções foram também canalizadas essencialmente para o "Pessoal Administrativo e Trabalhadores Similares" e os "Trabalhadores da Produção das Indústrias Extractiva e Transformadora e Condutores de Máquinas Fixas e de Transporte". No entanto, em 1993 verificaram-se algumas alterações, nomeadamente o ganho de importância dos grupos "Pessoal de Profissões Científicas, Técnicas, Artísticas e de Profissões Similares", "Pessoal do Comércio e Vendedores" e "Pessoal dos Serviços de Protecção e Segurança, dos Serviços Pessoais e Domésticos e Trabalhadores Similares".

Quanto ao Alentejo, as acções desenvolvidas, fizeram-se sentir sobretudo no âmbito do grupo "Agricultores, Criadores de Animais, Trabalhadores Agrícolas e Florestais, Pescadores e Caçadores". Como o desemprego incidiu também especialmente sobre os indivíduos desta área profissional, pareceu-nos importante indagar até que ponto a formação estaria a levar devidamente em conta a necessidade de "reconversão" dos trabalhadores, sendo conhecido o nível de saturação relativo do sector agrícola.

Passámos então a discriminar a análise por modalidades de formação. Nas NUT salientadas - LVT e Alentejo -, o número de "Formandos aprovados por modalidades de formação, por região, 86/91 foi mais significativo nas modalidades "Qualificação", "Aprefeiçoamento" e "Aprendizagem"; entretanto, as modalidades "Reciclagem" e "Reconversão" foram praticamente inexpressivas, o que só veio confirmar a nossa ideia inicial de que a formação insistiria excessivamente em (algumas) qualificações excedentárias, nomeadamente na NUT Alentejo.

Para aferirmos com maior rigor da *performance* das políticas de formação profissional, apoiámo-nos ainda noutros critérios de avaliação global de políticas. Um deles foi o da análise do impacto da formação profissional nas empresas/indústrias. Esta análise chamou-nos a atenção para o facto da formação profissional ser dirigida em 1989/1990 maioritariamente para "Trabalhadores afectos a Empresas" e em menor percentagem para "desempregados" (respectivamente 11% e 13%, consoante a acção fosse em empresas em geral ou nas indústrias transformadoras). Dos desempregados que participaram em cursos de formação, ficaram nas empresas cerca de 56.97%, dos quais uma percentagem significativa afecta aos "Transportes e Comunicações". Nas indústrias transformadoras a percentagem de desempregados que se integrou nos respectivos quadros foi menor - 47.74% -. As indústrias que captaram uma percentagem superior a 50% do seu número de ex-formandos desempregados foram respectivamente e por ordem decrescente, "Fabrico de Artigos e Matérias Plásticas", "Fabricação de Calçado", "Indústrias de Madeira e Cortiça com excepção de Mobiliário", "Fabricação de Artigos de Vestuário com excepção de Calçado", "Outras Indústrias Transformadoras" e "Indústrias Têxteis".

Outro indicador a que recorremos para avaliar a formação profissional desenvolvida no nosso país foi o número de formandos por programa operacional. Entre 1990 e 1992 foi o PO1 - "Formação Profissional de Activos" o mais expressivo em todas as NUT. Exceptua-se a NUT Alentejo, onde as "Operações Integradas de Desenvolvimento - Nordeste Alentejano" - (1990 e 1991) e "Península de Setúbal" ocupam os lugares cimeiros. Tal situação pareceu indiciar a preocupação das medidas de política em colmatar problemas específicos da região Alentejo. Ao longo dos anos referidos, verificou-se também uma ascensão do peso relativo do PO3 - "Aprendizagem".

Do estudo das políticas de formação profissional fomos levados a concluir que as mesmas, aquando da sua delimitação e orientação, tiveram em consideração algumas das situações de clivagem dos mercados de trabalho regionais. De facto, enquanto no

caso das políticas passivas - centradas na protecção social através dos subsídios de desemprego e social de desemprego - tínhamos verificado que elas próprias reforçavam em parte a segmentação (nomeadamente no caso de LVT, NUT que aparecia especialmente desfavorecida), já com as políticas de formação profissional o mesmo não acontecia. Este tipo de políticas apareceu-nos então como corrector de algumas insuficiências detectadas nas políticas de atribuição dos subsídios. Na verdade, delimitaram-se no âmbito dos programas operacionais "Operações Integradas de Desenvolvimento - Nordeste Alentejano" e "Operações Integradas de Desenvolvimento - Península de Setúbal" que visavam, antes de mais, corrigir a situação específica alentejana. Paralelamente também se verificou que foi a NUT LVT aquela onde a actuação e expressão das políticas de formação se revelou mais eficiente no combate ao desemprego. A acrescer ao referido assistiu-se a uma preponderância dos grupos com "25 anos e mais" enquanto grupos-alvo da formação. O facto afigura-se-nos positivo se lembrarmos que nestas regiões - regiões onde a taxa de desemprego se situava acima da média - era aquele escalão de idades o predominante no desemprego.

No entanto, as políticas de formação têm um peso menor do que seria desejável na maioria das NUT, ao mesmo tempo que a sua excessiva orientação para os serviços e a insuficiência das modalidades de reconversão e reciclagem contribuirão ainda para diminuir a sua eficácia global.

Uma avaliação mais criteriosa das políticas de formação profissional exigiria, no entanto, a disponibilidade em informação estatística sectorial e regionalmente mais desagregada, questão que como referimos não está resolvida. Mas suporia, também, que levassemos em conta a contribuição específica da formação profissional por confronto com a de outras políticas activas, *démarche* que estava obviamente muito para além dos nossos propósitos. Assim, quando a informação estatística o venha a permitir abrem-se aqui pistas importantes para futuros desenvolvimentos da investigação neste domínio.

Pela nossa parte, damos por concluído o trabalho, realizado que foi o nosso objectivo de partida. Esperamos não só ter contribuído para aprofundar o conhecimento dos principais factores associados ao desemprego regional, como igualmente estamos certos de ter "desbravado" materiais indispensáveis ao debate de fundo que a questão encerra: o da adequação e validação das, necessariamente, múltiplas políticas que deverão ser consideradas na correcção de um fenómeno de etiologia tão complexa e diversificada.

BIBLIOGRAFIA

- ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA, Forum - Euroformação, Eurotraining - Conclusões/Recomendações, 23 de Abril de 1993, Políticas e Instrumentos de Apoio à Formação Profissional, Centro de Congressos da Associação Industrial Portuguesa/COPRAI, Centro de Competência Técnica, Lisboa 1993;
- A. C., "A (des)confiança dos sectores" in Jornal Expresso, 31/12/93;
- ALMEIDA, M^a. A., Tratamento Estatístico e Enquadramento Teórico das Pessoas Abrangidas nas Medidas de Promoção do Emprego e de Combate ao Desemprego, in RIESLOP: Reunião Internacional sobre estatísticas Sociais dos Países de Língua Oficial Portuguesa, 2^a, Aveiro, 19-23/10/1987, Comissão Executiva da 2^a RIESLOP, MESS, 1988;
- BAGÃO FÉLIX, O Envolvimento dos Parceiros Sociais, in Revista Pessoal, n^o 37 (2^a série), Jan./Fev., 1989, Associação Portuguesa dos Gestores e Técnicos dos Recursos Humanos;
- BANFIELD, E. C., A Crise Urbana: Natureza e Futuro, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1974;
- BENKA, G. e LIEPIETZ, A. (sob a direcção de) Les Régions qui gagnent. Districts et Réseaux: les nouveaux paradigmes de la Géographie Économique, PUF, 1992;
- BARRÈRE, C., Le Capitalisme Contemporain: Crise de la Structure et Crise de la Régulation, in Kessler, D. (org.), Economie Social, Edições do C.N.R.S., Paris, 1988;
- BICHOT, J., Economie de la Protection Sociale, Armand Colin Editeur, Paris, 1992;
- BREMOND, J., Keynes et les Keynésiens aujourd'hui - des solutions pour sortir de la crise?, 4^a edição, edições Hatier, Paris, 1987;
- BRITO, M. e FONSECA, M., Projecto de Investigação do Centro de Formação Técnica do LNETI, (s.d.);
- CALDEIRA DIAS, M., Avaliação das Políticas de Emprego e Formação Profissional, Seminário do Departamento de Economia, ISEG, 5/11/91;
- CALDEIRA DIAS, M., "A Política de Emprego e a Reforma dos Fundos Estruturais", Revista Emprego e Formação, n^o 9, pp. 5-12, 1989;
- CARDOSO, A. R., Regional Wage Inequalities - The Portuguese Case, 1983-1989, Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão, *paper* apresentado na Conferência Anual de Economistas do Trabalho, Warwick, Reino Unido, 3-6 de Setembro, 1992;

- CATARINO, A., "Contributo para uma noção de Política de Emprego", in revista Emprego e Formação, 10 de Jan. 1990, pp. 5-11;
- CHAGAS LOPES, M., Da Mobilidade Sócio-Ocupacional das Carreiras Profissionais - o caso Português -, tese de doutoramento, ISEG, Lisboa, 1989;
- CHAGAS LOPES, M., As Novas Qualificações e a Formação Profissional - uma leitura da experiência portuguesa - (referenciando dados da Eurostat), ISEG, Cadernos de Economia, 1991;
- DELFAUD, P., Keynes e o Keynesianismo, Paris, ed. PUF, (versão portuguesa), publicação Europa-América, 1977;
- EALE, Fourth Annual Conference, Temas: Unemployment, Unemployment Insurance, Institute for Employment Research, University of Warwick (EALE), 1992;
- EUROSTAT, Economie Européenne, "L'impact regional de l'Union Economique et Monetaire", Problèmes Economiques, N° 2214, 27 de Fevereiro de 1991, pp. 5-13;
- EUROSTAT, Emprego na Europa, 1992, Comissão das Comunidades Europeias, Direcção-Geral do Emprego, Relações Industriais e Assuntos Sociais, 1992;
- FERREIRA DE ALMEIDA, J. e outros, Exclusão Social - factores e tipos de pobreza em Portugal, Celta Editora, Lisboa, 1992;
- FIGUEIRA, C., "A Formação Profissional e os Problemas do Emprego", in revista Poder Local, Lisboa, Março 1990, pp. 14-21;
- FREYSSINET, J., Le Chômage, Repères, Editions La Découverte, Paris, 1993;
- FURTADO FERNANDES, "Um "Boom" sem um Sistema Nacional de Formação" in Revista Pessoal - Associação Portuguesa de Gestores e Técnicos dos Recursos Humanos, nº37, 2ª série, Jan/Fev, 1989;
- GAMBIER, D. e VERNIÈRES, M., Le Marché du Travail, édition Economica, Paris, 1982;
- GALEGO, M. A., Modelos de Procura de Emprego: Abordagem Teórica e Econométrica, tese de dissertação de Mestrado, UTL, ISEG, 1991;
- GANCHO, V., Medidas de Promoção de Emprego e Combate ao Desemprego, IIEFP, 1989;
- GAZIER, B., Economie du travail et de l'emploi, 2ª edição, Edições Dalloz, Paris, 1992;
- JOLL, C. e outros, Developments in Labour Market Analysis, Allen & Unwin Publishers, Londres, 1983;
- KUHN, Th., La Structure des Révolutions Scientifiques, Flammarion, Paris, 1962 (versão portuguesa, 2ª edição alargada, 1985);
- LEDROUT, R., Sociologie du Chômage, PUF, Paris, 1966;

- MAIA, F., Segurança Social em Portugal - Evolução e Tendências, Caderno 11, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985;
- MARQUES, R. M^a., " Que Formação Profissional - Intervenções dos Trabalhadores" - in Revista Emprego e Formação, nº10, Janeiro de 1990, IEFP;
- MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇSOCIAL (MESS), Intervenções do Ministro do Emprego e da Segurança Social: Emprego e Formação Profissional, Trabalho, Segurança Social, 1988/1989 in Cadernos de Divulgação 32;
- MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (MF), Plano de Desenvolvimento Regional - "Preparar Portugal para o século XXI:
- MOITA DA CRUZ, A., Emprego e os Jovens - Guia Prático - edição IEFP/MESS, Lisboa, Julho, 1992;
- MORAIS, J., "Breve apreciação dos fluxos demográficos internos, do envelhecimento e da situação dos idosos deduzidos do recenseamento da população portuguesa em 1981" in Revista do Centro de Estudos Demográficos, Nº 29, Lisboa, INE, 1987/88;
- POPPER, K., Um Mundo de Propensões, Editorial Fragmentos Lda, Lisboa, 1991;
- QUIVY, R. e Campenhaus, L.V., Manual de Investigação em Ciências Sociais, Trajectos, edições Gradiva, Lisboa, 1992;
- RAY, J.C., Analyse Economique des Politiques Sociales, PUF, 1988;
- RODRIGUES, E. F. e Fernandes, L. G., As PME e o desafio da Modernização, Instituto de Apoio às PME industriais, Lisboa, 1987;
- RODRIGUES, E. F. e outros, A especialização de Portugal em questão - Um Estudo do IACEP/GEPEI, Banco de Fomento Nacional, Lisboa, 1983;
- RODRIGUES, M^a. J. e outros, Estruturas Produtivas, Modos de Gestão de Mão-de-obra e Qualificação do Emprego: Um Estudo Comparativo sobre a Indústria Portuguesa, IEFP (org.), Lisboa, 1987;
- RODRIGUES, M^a. J. (a), "Os caminhos da flexibilização, uma perspectiva sobre a evolução do Sistema de Emprego", in revista Novos Desafios, Nº 2, Maio/Agosto, 1988;
- RODRIGUES, M^a. J. (b), O Sistema de Emprego em Portugal: crise e mutações, Dom Quixote, Lisboa, 1988;
- RODRIGUES, M^a. J. (c), "O Sistema de Emprego e Opções Estratégicas em Portugal", in Revista "Emprego e Formação", 4 de Janeiro 1988, Lisboa, 1988;
- ROSANVALLON, P., A Crise do Estado Providência, Lisboa, Editorial Inquérito, 1984;

- RUIVO, M., Logiques Familiales, Flexibilité productive et main-d'oeuvre secondaire. Le cas du district industriel du liège a Feira (Portugal), Université de Paris I - Pantheon - Sorbonne - tese de doutoramento em Ciências Económicas, 1988, Paris, 1992;
- STANKIEWICZ, F., Economie du Chômage e de l'Emploi, Éditions Cujas, Paris 1984;
- TURATTO, R. e TRONTI, L., "A Strutral Approach to the European Labour Market", in Labour-Review of Labour Economics and Industrial Relations, volume 4, N° 2, Outono, 1990;
- VAN DER CRUYCE, P., Effects and Measuring of Effects of Labour Market Policy Iniciatives, Danish Presidency Conference, Kolding, Denmark 24th-26th of May, 1993, Plenary Paper by Joap de Koning;
- VENTURINI, P., Um Espaço Social Europeu no horizonte de 1992, uma Europa sem fronteiras, Comissão das Comunidades Europeias, Documento, Luxemburgo, 1988;

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE)

INE, Anuário Estatístico de Portugal, 1986, 1988, 1989, 1990, 1991;

INE, Estatísticas Demográficas, 1980/81, 1991;

INE, Inquérito ao Emprego, 1986/1992;

INE, Inquérito ao Emprego - Metodologia -, série de estudos, 1992;

INE, Portugal in Figures - 1991 -, Lisboa, 1992;

INE, XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação - Resultados Definitivos -, 1981;

INE, XII Recenseamento Geral da População, Dados Disponíveis, Grupos Etários do Censo de 1991;

INE, Revista do Centro de Estudos Demográficos, Nº 27.

Apuramentos solicitados:

- Dados pertinentes do Inquérito ao Emprego 1986/1992, ventilados por NUT II.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA DO MINISTÉRIO DO EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL (DEMESS)

- DEMESS, Inquérito ao Impacto das Acções de Formação Profissional nas Empresas das Indústrias Transformadoras; entidade gestora: IEFP; entidade executora; Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e Segurança Social;
- DEMESS, Inquérito ao Impacto das Acções de Formação Profissional nas Empresas; entidade gestora: IEFP, entidade executora: DEMESS;
- DEMESS, Inquérito Estatístico dos Activos, Anuário de Estatísticas Sociais: Emprego, Formação Profissional, Trabalho, Segurança Social, Portugal Continental 1986-1991; DEMESS, 1992;
- DEMESS, Inquérito ao Emprego Estruturado (trimestral) - Informação Estatística (síntese), 1º trimestre de 1991, 1º trimestre de 1992;
- DEMESS, Relatórios e Análises Estatísticas - Quadros de Pessoal/89/90/91, N°22, N° 27, N° 29 respectivamente, DEMESS, Lisboa, 1992.

Apuramentos solicitados:

- DEMESS, Enquadramento Estatístico dos Activos, Anuário de Estatísticas Sociais (Emprego, Formação Profissional, Trabalho, Segurança Social), Portugal Continente, 1986-1991, DEMESS, 1/1993;
- Remuneração Média Mensal (base) dos TPCO, por CAE e Núcleos de Unidades Territoriais (Relat. Cálculo das Remunerações Médias Mensais) Quadros de Pessoal, 1986, 1987, 1988, 1989, 1991, 1992;
 - Número de TCO por CAE e NUT Quadros de Pessoal, 1986, 1987, 1988, 1989, 1991, 1992.

INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (IEFP)

- IEFP, Aprendizagem - Formação Profissional de Jovens em Alternância - Edição CE-IND/Actividade Editorial Elo-Mafra/1992;
- IEFP, Estatísticas da Formação Profissional, 4º trimestre, 1991;
- IEFP, Estatísticas - Formação Profissional - Centros de Gestão Directa, Centros de Gestão Participada, Serviço de Planeamento e Controlo de Gestão, Divisão de Análise do Mercado de Emprego, 1º, 2º, 3º, 4º, trimestres de 1989; 1º, 2º, 3º, 4º trimestres de 1990, 1º, 2º, 3º, 4º trimestres de 1991, 2º trimestre de 1992, Lisboa, 1993;
- IEFP, Estatísticas Mensais, Divisão de Análise de Mercado de Emprego, Dez/87, Dez/88, Dez/89, Nov/90, Dez/91, Jun/92, Fev/93;
- IEFP, Informação Previsional - Saídas da Formação Profissional, Serviço de Planeamento e Controlo de Gestão, Divisão de Análise do Mercado de Emprego de 4/1992 a 2/1993;
- IEFP, Relatório de Actividade de 1989, 1990, 1991, 1992;
- IEFP, Relatório de Informação de Base - Relatório elaborado no âmbito da informação Políticas de Emprego, MISEP, Lisboa, 1987;
- IEFP, Relatório de 1990 - Formação Profissional/Nacional FP/NAC;
- IEFP, Relatório de Actividades, Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, 1991, Ministério de Emprego e da Segurança Social;
- IEFP, Situação do Mercado de Emprego "Relatório Trimestral de Mercado de Emprego - IEFP- " "T3/T4 1989 e T3/T4 1990, Lisboa, 1990 e 1991;

Apuramentos solicitados:

- "Aprovações Regionalizadas por Programa Operacional";
- "Despesas FSE Regionalizadas por Programa Operacional".

JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (JNICT)

JNICT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, I&DE, 1990, Serviço de Estatísticas e Fomento de Recursos (SEFOR), Lisboa, 1993;

DIRECÇÃO CENTRAL DE PLANEAMENTO (DCP)

DCP, Informação Económica, Nova Série, Abril/Maio 1993; Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Secretaria de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional, Departamento Central de Planeamento;

DCP, Relatório da Situação Económica-Social, Evolução Macroeconómica, 1 volume, Secretaria de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional, Departamento Central de Planeamento, Lisboa 1989; Lisboa 1991;

DCP, Séries Longas, 1977 a 1991.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICOS (OCDE)

OCDE, L'Ampleur Persistente do Chômage: Le Problème et ses Causes. Groupe de Travail N° 1 du Comité de Politique Économique, 1993.

BANCO DE PORTUGAL (BP)

BP, Relatórios de Administração, Gerências de 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, Lisboa, 1987/1993.



**GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DO MINISTÉRIO DA
INDÚSTRIA E ENERGIA (GEP/MIE)**

GEP/MIE, Indústria Portuguesa - Cenários 1988-2010, Serviço de Economia
Industrial, MIE, Lisboa, 1989;

GEP/MIE, Mutações Estruturais da Indústria Portuguesa, Caracterização e
Perspectivas, vol. II, Serviço de Economia, MIE, Lisboa, 1988;

EUROSTAT 12, 1990.



ANEXOS

ÍNDICE DOS ANEXOS

ANEXO I

Quadro 1 Correspondência entre NUT II, III e Concelhos.

ANEXO II

- Quadro 1** Taxa de Desemprego em sentido restrito, (1º emprego e novo emprego), por NUT II, 1986/1992.
- Quadro 2** Taxa de Desemprego em sentido restrito, (novo emprego), por NUT II, 1986/1992.
- Quadro 3** Taxa de Desemprego em sentido restrito, (1º emprego), por NUT II, 1986/1992.
- Quadro 4** Tempo de procura de emprego, (1º emprego e novo emprego), por NUT II, - 1986/1992.
- Quadro 5** Peso relativo do desemprego, (1º emprego e novo emprego), por grupo etário, por NUT II, 1986/1992.
- Quadro 6** Variações do número de desempregados, sentido restrito, (novo emprego + 1º emprego), por grupo etário e por NUT II, 86/92, calculados com base no rácio $\frac{V1-V0}{V0}$ em que $V1=N^{\circ}$ de desempregados ano t e $V0=N^{\circ}$ de desempregados, ano (t-1).
- Quadro 7** População residente em 31/12/... por NUT II, 1986/1992.
- Quadro 8** População residente - Estrutura por NUT II - 1981 e 1991.
- Quadro 9** Peso relativo da população residente no Continente, por grupos etários em 1981 e 1991.
- Quadro 10** Peso relativo da população residente, por grupos etários, por NUT II em 1991.
- Quadro 11** Hierarquização do peso relativo dos grupos etários, por NUT II, - 1991.
- Quadro 12** Escalonamento das NUT II segundo a intensidade de fixação, atracção e repulsão, em 1981.

- Quadro 13** Distribuição da população regional de residentes e de naturais - taxa de captação populacional - por NUT II, em 1991.
- Quadro 14** Taxa de desemprego, sentido restrito, (novo emprego), por sectores de actividade, por NUT II - 1986/1992.
- Quadro 15** Peso relativo do desemprego, sentido restrito, (novo emprego), dos diferentes sectores de actividade, no total sectorial, por NUT II - 1986/1992.
- Quadro 16** Peso do desemprego, sentido restrito, (novo emprego), no sector x, por NUT II, no total do Continente.
- Quadro 16A** Peso do desemprego, sentido restrito, (novo emprego), no sector primário, por NUT II, no total do Continente.
- Quadro 16B** Peso do desemprego, sentido restrito, (novo emprego), no sector secundário, por NUT II, no total do Continente.
- Quadro 16C** Peso do desemprego, sentido restrito, (novo emprego), no sector terciário, por NUT II, no total do Continente.
- Quadro 17** Estrutura relativa do desemprego, sentido restrito, (novo emprego), por profissão anterior ao desemprego, por NUT II - 1986/1992.

ANEXO III

- Quadro 1** Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo A - $TXD = \alpha + \alpha' R(t)$ -, por NUT II, - valores absolutos - 1986/1992.
- Quadro 2** Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo B - $TXD = \alpha + \alpha' R(t) + \alpha'' R(t-1)$ -, por NUT II, - valores absolutos - 1987/1992.
- Quadro 3** Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo C - $VTXD = \alpha + \alpha' VR(t)$ -, por NUT II, - valores relativos - 1986/1992.
- Quadro 4** Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo D - $VTXD = \alpha + \alpha' VR(t) + \alpha'' VR(t-1)$ -, por NUT II, - valores relativos - 1987/1992.

ANEXO IV

- Quadro 1** Peso relativo da modalidade "Sim recebe subsídio", por NUT II, 1986/1991.
- Quadro 2** Cálculo dos valores da variação anual da modalidade "Sim, recebe subsídio", através do rácio de variação relativa $\frac{V1-V0}{V0}$, por NUT II, 1986/1991.
- Quadro 3** Peso relativo de cada modalidade - "Sim, com subsídio de desemprego", "Sim, com outro tipo de subsídio", "Sim, sem qualquer subsídio" e "Não está inscrito" - nas diferentes NUT II, 1986/1992.
- Quadro 4** Peso relativo do número de desempregados (desemprego, sentido restrito, 1º emprego e novo emprego), por inscrição num centro de emprego por grupos etários em cada modalidade de Protecção Social - "Sim, com subsídio de desemprego", "Sim, com outro tipo de subsídio", "Sim, sem qualquer subsídio" e "Não está inscrito" - por NUT II, 1986/1991 e em 1992, por duas modalidades de Protecção Social - "Sim, está inscrito" e "Não está inscrito".
- Quadro 5** Hierarquização das modalidades de Protecção Social por inscrição num centro de emprego - "Sim, com subsídio de desemprego", "Sim, com outro tipo de subsídio", "Sim, sem qualquer subsídio" e "Não está inscrito" - por grupos etários, por NUT II, 1986/1991.
- Quadro 6** Testes estatísticos e coeficientes das regressões entre a taxa de desemprego e as modalidades "Recebe subsídio" e "Não recebe subsídio, de tipo E - $TXD = \alpha + \alpha' CS + \alpha' NS$ ", por sectores, por NUT II, 1986/1991.
- Quadro 7.1** Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo F - $TXD = \alpha + \alpha' CS - (CS = \text{"Recebe subsídio"})$, por sectores de actividade, por NUT II, 1986/1991.
- Quadro 7.2** Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo F1 - $TXD = \beta + \beta' NS - (NS = \text{"Não recebe subsídio"})$, por sectores de actividade, por NUT II, 1986/1991.
- Quadro 8** Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo G entre a taxa de desemprego e cada uma das quatro modalidades - "Sim, com subsídio de desemprego" (SSD), "Sim com outro tipo de subsídio" (SOTS), "Sim, sem qualquer tipo de subsídio" (SSQS) e "Não está inscrito" (NEI) - por inscrição num centro de emprego, por sectores de actividade, por NUT II, 1986/1991.
- Quadro 8.1** Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo G1 - $TXD = \alpha + \alpha' SSD -$

- Quadro 8.2.** Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo G2 - TXD
 $= \beta + \beta' \text{ SOTS} -$
- Quadro 8.3** Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo G3 - TXD
 $= \gamma + \gamma' \text{ SSQS} -$
- Quadro 8.4** Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo G4 - TXD
 $= \theta + \theta' \text{ NEI} -$
- Quadro 9 A** Distribuições dos trabalhadores por conta de outrem segundo as habilitações - Continente -
- Quadro 9 B** Distribuição dos trabalhadores por conta de outrem segundo níveis de qualificação.
- Quadro 10** Formandos aprovados. Evolução anual.
- Gráfico 1** Formandos aprovados - Total do País - 1989/1990/1991.
- Gráfico 2** Formandos aprovados por grupo etário - Continente - 1989/1990/1991.
- Gráfico 3** Formandos aprovados por grupo etário - Continente - 1989/1990/1991.
- Quadro 11** Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo H - TXD = $\alpha + \alpha' \text{ NF}$ e TXD = $\alpha + \alpha' \text{ NFA}$, por NUT II.
- Quadro 12 A** N° de acções e n° de formandos por Grandes Grupos Profissionais de 4/92 a 2/94 na NUT Norte.
- Quadro 12 B** N° de acções e n° de formandos por Grandes Grupos Profissionais de 4/92 a 2/94 na NUT LVT.
- Quadro 12 C** N° de acções e n° de formandos por Grandes Grupos Profissionais de 4/92 a 2/94 na NUT Alentejo.
- Quadro 13 A** Formandos Aprovados por modalidade de formação - Total do País.
- Quadro 13 B** Número de formandos jovens (-25 anos) aprovados por tipo de formação, segundo, delegação regional, Centros de Gestão Directa + Centros de Gestão Participada - 1990 -
- Quadro 13 C** Número de formandos jovens (-25 anos) aprovados por tipo de formação, segundo, delegação regional, Centros de Gestão Directa + Centros de Gestão Participada - 1991 -
- Quadro 14** Execução dos Programas Operacionais no âmbito do F.S.E.

Quadro 14 Execução dos Programas Operacionais no âmbito do F.S.E.

Quadro 15 A QCA Aprovações regionalizadas por Programa Operacional - Norte.

Quadro 15 B QCA Aprovações regionalizadas por Programa Operacional - Centro.

Quadro 15 C QCA Aprovações regionalizadas por Programa Operacional - LVT.

Quadro 15 D QCA Aprovações regionalizadas por Programa Operacional - Alentejo.

Quadro 15 E QCA Aprovações regionalizadas por Programa Operacional - Algarve.

Quadro 15 F QCA Aprovações regionalizadas por Programa Operacional - Multiregiões.

ANEXO I

| NUT II | NUT III | CONCELHOS POR O. ALFAB. |
|---------------------------------------|---------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| N O R T E | Minho - Lima | Arcos de Valdevez Caminha Melgaço Monção Paredes de Coura Ponte de Barca Ponte de Lima Valença Viana do Castelo Vila Nova de Cerveira |
| | Cávado | Amares Barcelos Braga Esposende Terras de Bouro Vila Verde |
| | Ave | Fafe Guimarães Póvoa do Lanhoso Santo Tirso Vieira do Minho Vila Nova de Famalicão |
| | Grande Porto | Espinho Gondomar Maia Matosinhos Porto Póvoa do Varzim Valongo Vila do Conde Vila Nova de Faia |
| | Tâmega | Amarante Baíão Cabeceiras de Basto Castelo de Paiva Celorico de Basto Cinfães Felgueiras Lousada Marco de Canaveses Mondim de Basto Paços de Ferreira Paredes Penafiel Resende Ribeira da Pena |
| | Entre Douro e Vouga | Arouca Feira Oliveira de Azemeis S. João da Madeira Vale de Cambra |

| NUT II | NUT III | CONCELHOS POR O. ALFAB. |
|-------------------------------------------|---------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| N O R T E | Douro | Alijó Armamar Carrazeda de Ansiães Freixo de Espada à Cinta Lamego Mesão Frio Moimenta da Beira Penedono Peso da Régua Sabrosa Santa Marta de Penaguião São João da Pesqueira Sernancelhe Tabuaço Tarouca Torre de Moncorvo Vila Flor Vila Nova de Foz Côa Vila Real |
| | Alto Trás-os-Montes | Alfândega da Fé Boticas Bragança Chaves Macedo de Cavaleiros Mirando do Douro Mirandela Mogadouro Montalegre Murça Valpaços Vila Pouca de Aguiar Vimioso Vinhais |

| NUT II | NUT III | CONCELHOS POR O. ALFAB. |
|--------|-----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| C | Baixo Vouga | Águeda Albergaria-a-Velha Anadia Aveiro Estarreja Ilhavo Mealhada Murtosa Oliveira do Bairro Ovar Sever do Vouga Vagos |
| E | Baixo Mondego | Cantanhede Coimbra Condeixa-a-Nova Figueira da Foz Mira Montemor-o-Velho Penacova Soure |
| N | Pinhal Litoral | Batalha Leiria Marinha Grande Pombal Porto de Mós |
| T | Pinhal Interior Norte | Alvaiázere Ansão Arganil Castanheira de Pêra Figueiró dos Vinhos Góis Lousã Miranda do Corvo Oliveira do Hospital Pampilhosa da Serra Pedrógão Grande Pencela Tábua Vila Nova de Poiares |
| R | | |
| O | Dão-Lafões | Aguiar da Beira Carregal do Sal Castro Daire Mangualde Mortágua Nelas Oliveira de Frades Penalva do Castelo Santa Comba Dão São Pedro do Sul Sátão Tondela Vila Nova de Paiva Viseu Vouzela |

| NUT II | NUT III | CONCELHOS POR O. ALFAB. |
|------------------------------------------------------------|----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| C E N T R O | Pinhal Interior Sul | Mação Oleiros Proença-a-Nova Sertã Vila Rei |
| | Serra da Estrela | Fornos de Algodres Gouveia Seia |
| | Beira Interior Norte | Almeida Celorico da Beira Figueira Castelo Rodrigo Guarda Manteigas Meda Pinhel Sabugal Trancoso |
| | Beira Interior Sul | Castelo Branco Idanha-a-Nova Penamacor Vila Velha de Ródão |
| | Cova da Beira | Belmonte Covilhã Fundão |

| NUT II | NUT III | CONCELHOS POR O. ALFAB. |
|---------------------------------------|----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| L I S B | Oeste | Alcobaça Alenquer Arruda dos Vinhos Bombarral Cadaval Caldas da Rainha Lourinhã Mafra Nazaré Óbidos Peniche Sobral de Monte Agraço Torres Vedras |
| | | |
| | | |
| | | |
| O A | Grande Lisboa | Amadora Cascais Lisboa Loures Oeiras Sintra Vila Franca de Xira |
| E V A L E | Península de Setúbal | Alcochete Almada Barreiro Moita Montijo Palmela Seixal Sesimbra Setúbal |
| D O T | Médio Tejo | Abrantes Alcanena Constância Entroncamento Ferreira do Zêzere Gavião Sardoal Tomar Torres Novas Vila Nova da Barquinha Vila Nova de Ourém |
| E J O | Lezíria do Tejo | Almeirim Alpiarça Azambuja Benavente Cartaxo Chamusca Coruche Golegã Rio Maior Salvaterra de Magos Santarém |

| NUT II | NUT III | CONCELHOS POR O. ALFAB. |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| A L E N T E J O | Alentejo Litoral | Alcácer do Sal Grândola Odemira Santiago do Cacém Sines |
| | Alto Alentejo | Alter do Chão Arronches Avis Campo Maior Castelo de Vide Crato Elvas Fronteira Marvão Monforte Mora Nisa Ponte de Sôr Portalegre |
| | Alentejo Central | Alandroal Arraiolos Borba Estremoz Évora Montemor-o-Novo Mourão Portel Redondo Reguengos de Monsaraz Sousel Vendas Novas Viana do Alentejo Vila Viçosa |
| | Baixo Alentejo | Aljustrel Almodôver Alvito Barrancos Beja Castro Verde Cuba Ferreira do Alentejo Mértola Moura Ourique Serpa Vidigueira |

| NUT II | NUT III | CONCELHOS POR O. ALFAB. |
|--------|---------|---------------------------|
| A | Algarve | Albufeira |
| L | | Alcoutim |
| G | | Aljezur |
| A | | Castro Marim |
| R | | Faro |
| V | | Lagoa |
| E | | Lagos |
| | | Loulé |
| | | Monchique |
| | | Olhão |
| | | Portimão |
| | | São Brás de Alportel |
| | | Silves |
| | | Tavira |
| | | Vila do Bispo |
| | | Vila Real de Sto. António |

Fonte: DL N° 46/89 de 15/2 N° 38 I série.

QUADRO 1Taxa de Desemprego em sentido restrito, (1º emprego e novo emprego), por NUT II - 1986/1992

| Ano NUT II | 1986 % | 1987 % | 1988 % | 1989 % | 1990 % | 1991 % | 1992 % |
|---------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| NORTE | 7.1 | 5.2 | 3.5 | 3.3 | 3.2 | 3.1 | 3.6 |
| CENTRO | 5.1 | 4.4 | 3.6 | 2.8 | 2.3 | 2.4 | 2.7 |
| LVT | 11.2 | 9.9 | 8.4 | 7.2 | 6.4 | 5.0 | 5.0 |
| ALENTEJO | 16.9 | 14.6 | 12.6 | 11.0 | 11.6 | 11.4 | 7.7 |
| ALGARVE | 7.2 | 5.3 | 5.1 | 3.2 | 4.0 | 3.8 | 3.0 |
| CONTINEN. | 8.5 | 7.1 | 5.8 | 5.0 | 4.7 | 4.1 | 4.1 |

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego - 1986/1992 - (quadro elaborado com base em informação não publicada).

QUADRO 2Taxa de Desemprego em sentido restrito, (novo emprego), por NUT II, 1986/1992

| Ano NUT II | 1986 % | 1987 % | 1988 % | 1989 % | 1990 % | 1991 % | 1992 % |
|---------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| NORTE | 4.5 | 3.3 | 2.4 | 2.2 | 2.2 | 2.2 | 2.4 |
| CENTRO | 2.9 | 2.5 | 2.0 | 1.6 | 1.4 | 0.7 | 2.3 |
| LVT | 8.1 | 7.2 | 6.2 | 5.5 | 5.0 | 4.2 | 4.1 |
| ALENTEJO | 13.8 | 11.9 | 10.5 | 9.4 | 10.0 | 9.5 | 6.5 |
| ALGARVE | 5.8 | 3.9 | 3.6 | 2.3 | 3.3 | 3.5 | 2.6 |
| CONTINEN. | 5.9 | 4.9 | 4.2 | 3.7 | 3.5 | 3.3 | 3.3 |

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego - 1986/1992 - (quadro elaborado com base em informação não publicada).

QUADRO 3Taxa de Desemprego em sentido restrito, (1º emprego), por NUT II, 1986/1992

| Ano NUT II | 1986 % | 1987 % | 1988 % | 1989 % | 1990 % | 1991 % | 1992 % |
|---------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| NORTE | 2.6 | 1.9 | 1.1 | 1.1 | 1.0 | 0.9 | 1.2 |
| CENTRO | 2.2 | 1.9 | 1.6 | 1.2 | 0.9 | 1.7 | 0.4 |
| LVT | 3.1 | 2.7 | 2.2 | 1.7 | 1.4 | 0.8 | 0.9 |
| ALENTEJO | 3.1 | 2.7 | 2.1 | 1.6 | 1.6 | 1.9 | 1.2 |
| ALGARVE | 1.4 | 1.4 | 1.5 | 0.9 | 0.7 | 0.3 | 0.4 |
| CONTINEN. | 2.6 | 2.2 | 1.6 | 1.3 | 1.2 | 0.8 | 0.8 |

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego - 1986/1992 - (quadro elaborado com base em informação não publicada).

QUADRO 4

Tempo de procura de emprego. (1º emprego e novo emprego), por NUT II - 1986/1992

Tempo de procura de emprego. (1º emprego e novo emprego) - 1986

NORTE

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | +1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|-----------|------|------------|------|--------|------|
| 0-19 | 7572 | 33.3 | 4774 | 34.8 | 9913 | 38.5 | 7071 | 30.7 | 4620 | 23.7 | 33950 | 33.4 |
| 20-24 | 4786 | 24.2 | 4081 | 29.7 | 6910 | 26.9 | 6029 | 26.2 | 4968 | 25.5 | 26774 | 26.3 |
| 25-34 | 3778 | 19.1 | 3091 | 22.5 | 5381 | 20.9 | 5411 | 23.5 | 5311 | 27.2 | 22972 | 22.6 |
| 35-44 | 2175 | 11.0 | 816 | 5.9 | 2295 | 8.9 | 2383 | 10.3 | 2471 | 12.7 | 10140 | 10.0 |
| 45 e + | 1467 | 7.4 | 961 | 7.0 | 1220 | 4.7 | 2135 | 9.3 | 2122 | 10.9 | 7905 | 7.8 |
| Total | 19778 | | 13723 | | 25719 | | 23029 | | 19492 | | 101741 | |

Tempo de procura de emprego. (1º emprego e novo emprego) - 1987

NORTE

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | +1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|-----------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 5337 | 37.4 | 3549 | 37.2 | 5444 | 29.5 | 6041 | 29.1 | 1943 | 15.4 | 22314 | 29.5 |
| 20-24 | 3549 | 24.9 | 2859 | 29.9 | 6143 | 33.3 | 4727 | 22.8 | 3325 | 26.3 | 20603 | 27.2 |
| 25-34 | 3586 | 25.1 | 1882 | 19.7 | 4424 | 24.0 | 5934 | 28.6 | 4280 | 33.9 | 20106 | 26.6 |
| 35-44 | 1532 | 10.7 | 926 | 9.7 | 1450 | 7.9 | 1919 | 9.2 | 1614 | 12.8 | 7441 | 9.8 |
| 45 e + | 266 | 1.9 | 335 | 3.5 | 1009 | 5.5 | 2156 | 10.4 | 1477 | 11.7 | 5243 | 6.9 |
| Total | 14270 | | 9551 | | 18470 | | 20777 | | 12639 | | 75707 | |

Tempo de procura de emprego. (1º emprego e novo emprego) - 1988

NORTE

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | + 1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|------------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 3765 | 29.5 | 2581 | 32.3 | 4940 | 32.6 | 2991 | 23.5 | 1260 | 14.0 | 15537 | 27.0 |
| 20-24 | 3832 | 30.1 | 2501 | 31.3 | 4105 | 27.1 | 3457 | 27.2 | 1460 | 16.2 | 15360 | 26.7 |
| 25-34 | 3196 | 25.1 | 1947 | 24.3 | 2980 | 19.7 | 3594 | 28.3 | 3552 | 39.5 | 15269 | 26.5 |
| 35-44 | 1391 | 10.9 | 756 | 9.5 | 2016 | 13.3 | 1189 | 9.4 | 1192 | 13.8 | 6544 | 11.4 |
| 45 e + | 560 | 4.4 | 209 | 2.6 | 1102 | 7.3 | 1470 | 11.6 | 1529 | 17.0 | 4870 | 8.5 |
| Total | 12744 | | 7999 | | 15143 | | 12701 | | 8993 | | 57580 | |

Tempo de procura de emprego. (1º emprego e novo emprego) - 1989

NORTE

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | + 1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|------------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 3496 | 29.9 | 3516 | 40.6 | 4531 | 27.1 | 2558 | 20.2 | 809 | 10.0 | 13733 | 25.6 |
| 20-24 | 3430 | 29.3 | 1750 | 21.2 | 3797 | 29.2 | 2844 | 22.4 | 1690 | 20.9 | 13511 | 25.2 |
| 25-34 | 3309 | 28.3 | 2348 | 28.4 | 3451 | 26.6 | 3958 | 31.2 | 3204 | 39.5 | 16270 | 30.3 |
| 35-44 | 1172 | 10.0 | 659 | 8.0 | 1925 | 14.8 | 1624 | 12.8 | 1101 | 13.6 | 6481 | 12.1 |
| 45 e + | 295 | 2.5 | 146 | 1.8 | 293 | 2.3 | 1688 | 13.3 | 1298 | 16.0 | 3720 | 6.9 |
| Total | 11702 | | 8419 | | 13997 | | 12672 | | 8102 | | 53715 | |

Tempo de procura de emprego, (1º emprego e novo emprego) - 1990

NORTE

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | +1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|-----------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 5122 | 34.0 | 2494 | 29.8 | 3348 | 28.5 | 2362 | 18.9 | 518 | 7.4 | 13844 | 25.3 |
| 20-24 | 2864 | 19.0 | 2504 | 30.0 | 3358 | 28.6 | 2570 | 20.6 | 2123 | 30.3 | 13419 | 24.6 |
| 25-34 | 4602 | 30.5 | 2415 | 28.9 | 3065 | 26.1 | 4368 | 35.0 | 2000 | 28.6 | 16450 | 30.1 |
| 35-44 | 1680 | 11.1 | 654 | 7.8 | 1391 | 11.8 | 1979 | 15.9 | 1472 | 21.0 | 7176 | 13.1 |
| 45 e + | 800 | 5.3 | 291 | 3.5 | 591 | 5.0 | 1198 | 9.6 | 887 | 12.7 | 3767 | 6.9 |
| Total | 15068 | | 8358 | | 11753 | | 12477 | | 7000 | | 54656 | |

Tempo de procura de emprego, (1º emprego e novo emprego) - 1991

NORTE

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | +1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|-----------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 4202 | 26.7 | 2587 | 23.5 | 2023 | 18.6 | 946 | 9.7 | 501 | 7.4 | 10259 | 18.9 |
| 20-24 | 4254 | 27.0 | 2318 | 25.6 | 2118 | 19.4 | 1812 | 18.5 | 946 | 14.0 | 11948 | 22.0 |
| 25-34 | 4222 | 26.8 | 2798 | 25.5 | 3956 | 36.6 | 3636 | 37.2 | 1832 | 27.0 | 16444 | 30.3 |
| 35-44 | 2137 | 13.6 | 1847 | 16.8 | 1853 | 17.0 | 1935 | 19.8 | 2044 | 30.2 | 9816 | 18.1 |
| 45 e + | 944 | 6.0 | 939 | 8.5 | 947 | 8.7 | 1443 | 14.8 | 1452 | 21.4 | 5725 | 10.6 |
| Total | 15759 | | 10989 | | 10897 | | 9772 | | 6775 | | 54192 | |

Tempo de procura de emprego, (1º emprego e novo emprego) - 1992

NORTE

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | +1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|-----------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 4535 | 23.3 | 2686 | 24.9 | 3636 | 29.9 | 1053 | 12.5 | 763 | 8.4 | 12673 | 21.2 |
| 20-24 | 4468 | 23.0 | 2557 | 23.8 | 2736 | 22.5 | 2086 | 24.7 | 1459 | 16.1 | 13306 | 22.2 |
| 25-34 | 5474 | 28.1 | 2909 | 27.0 | 2985 | 24.6 | 2775 | 32.9 | 3358 | 37.0 | 17501 | 29.2 |
| 35-44 | 3311 | 17.0 | 2098 | 19.5 | 1591 | 13.1 | 1780 | 21.1 | 2252 | 24.8 | 11032 | 18.4 |
| 45 e + | 1659 | 8.5 | 516 | 4.8 | 1194 | 9.8 | 753 | 8.9 | 1253 | 13.8 | 5375 | 9.0 |
| Total | 19447 | | 10766 | | 12142 | | 8447 | | 9085 | | 59887 | |



Tempo de procura de emprego, (1º emprego e novo emprego) - 1986

CENTRO

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | + 1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|------------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 2120 | 26.5 | 2029 | 37.6 | 5188 | 42.1 | 5391 | 37.5 | 2919 | 20.3 | 17647 | 32.4 |
| 20-24 | 2299 | 28.8 | 1211 | 22.4 | 2687 | 21.8 | 3767 | 26.2 | 3643 | 25.3 | 13607 | 25.0 |
| 25-34 | 1834 | 23.0 | 1132 | 21.0 | 2966 | 24.0 | 2885 | 20.0 | 4565 | 31.7 | 13382 | 24.5 |
| 35-44 | 698 | 8.7 | 769 | 14.3 | 720 | 5.8 | 1146 | 8.0 | 2168 | 15.0 | 5501 | 10.1 |
| 45 e + | 1036 | 13.0 | 254 | 4.7 | 772 | 6.3 | 1201 | 8.3 | 1118 | 7.8 | 4381 | 8.0 |
| Total | 7987 | | 5395 | | 12333 | | 14390 | | 14413 | | 54518 | |

Tempo de procura de emprego, (1º emprego e novo emprego) - 1987

CENTRO

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | + 1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|------------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 2284 | 27.1 | 1122 | 20.2 | 4001 | 39.8 | 5109 | 43.1 | 3386 | 26.7 | 15902 | 32.7 |
| 20-24 | 1895 | 22.5 | 1739 | 31.2 | 3202 | 31.8 | 2470 | 20.9 | 2720 | 21.5 | 12026 | 24.8 |
| 25-34 | 2158 | 25.6 | 1619 | 29.1 | 1723 | 17.1 | 2505 | 21.2 | 4047 | 31.9 | 12052 | 24.8 |
| 35-44 | 1132 | 13.4 | 535 | 9.6 | 411 | 4.1 | 882 | 7.4 | 1341 | 10.6 | 4301 | 8.9 |
| 45 e + | 967 | 11.5 | 553 | 9.9 | 723 | 7.2 | 877 | 7.4 | 1174 | 9.3 | 4294 | 8.8 |
| Total | 8436 | | 5568 | | 10060 | | 11843 | | 12668 | | 48575 | |

Tempo de procura de emprego, (1º emprego e novo emprego) - 1988

CENTRO

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | +1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|-----------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 1615 | 26.3 | 1113 | 34.0 | 2227 | 34.6 | 1980 | 30.8 | 1298 | 18.6 | 8233 | 28.1 |
| 20-24 | 1669 | 27.2 | 985 | 30.1 | 2292 | 35.6 | 2357 | 36.6 | 1666 | 23.8 | 8969 | 30.6 |
| 25-34 | 1300 | 21.2 | 800 | 24.4 | 1112 | 17.3 | 1232 | 19.1 | 2600 | 37.2 | 7044 | 24.1 |
| 35-44 | 1177 | 19.2 | 185 | 24.7 | 431 | 6.7 | 372 | 5.8 | 928 | 13.3 | 3093 | 10.6 |
| 45 e + | 370 | 6.0 | 189 | 5.8 | 372 | 5.8 | 496 | 7.7 | 498 | 7.1 | 1925 | 6.6 |
| Total | 6131 | | 3272 | | 6434 | | 6437 | | 6990 | | 29264 | |

Tempo de procura de emprego, (1º emprego e novo emprego) - 1989

CENTRO

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | +1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|-----------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 1165 | 28.1 | 448 | 14.8 | 1886 | 30.8 | 1698 | 33.4 | 391 | 9.0 | 5588 | 24.6 |
| 20-24 | 1036 | 25.0 | 1171 | 38.6 | 1822 | 29.8 | 1512 | 29.7 | 1499 | 34.4 | 7040 | 30.9 |
| 25-34 | 1304 | 31.4 | 643 | 21.2 | 1369 | 22.4 | 1102 | 21.7 | 1364 | 31.3 | 5782 | 25.4 |
| 35-44 | 325 | 7.8 | 576 | 19.0 | 517 | 8.5 | 386 | 7.6 | 843 | 19.4 | 2647 | 11.6 |
| 45 e + | 322 | 7.8 | 199 | 6.6 | 520 | 8.5 | 392 | 7.7 | 257 | 5.9 | 1690 | 7.4 |
| Total | 4152 | | 3037 | | 6114 | | 5090 | | 4354 | | 22747 | |

Tempo de procura de emprego, (1º emprego e novo emprego) - 1990

CENTRO

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | + 1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|------------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 1403 | 29.0 | 543 | 24.0 | 1550 | 34.2 | 1175 | 27.4 | 743 | 21.5 | 5414 | 27.9 |
| 20-24 | 1196 | 24.7 | 993 | 43.8 | 1067 | 23.6 | 1502 | 35.0 | 756 | 21.9 | 5514 | 28.5 |
| 25-34 | 988 | 20.4 | 337 | 14.9 | 1129 | 24.9 | 883 | 20.6 | 1282 | 37.1 | 4619 | 23.8 |
| 35-44 | 855 | 17.6 | 257 | 11.3 | 520 | 11.5 | 453 | 10.6 | 530 | 15.4 | 2615 | 13.5 |
| 45 e + | 404 | 8.3 | 136 | 6.0 | 263 | 5.8 | 274 | 6.4 | 141 | 4.1 | 1218 | 6.3 |
| Total | 4846 | | 2266 | | 4529 | | 4287 | | 3452 | | 19380 | |

Tempo de procura de emprego, (1º emprego e novo emprego) - 1991

CENTRO

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | + 1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|------------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 1380 | 19.2 | 750 | 29.8 | 1161 | 28.0 | 1113 | 27.7 | 343 | 10.8 | 4747 | 22.5 |
| 20-24 | 1835 | 25.5 | 613 | 24.4 | 1212 | 29.2 | 679 | 16.9 | 411 | 12.9 | 4750 | 22.6 |
| 25-34 | 2385 | 33.2 | 884 | 35.1 | 751 | 18.1 | 752 | 18.7 | 1346 | 42.3 | 6118 | 29.1 |
| 35-44 | 1094 | 15.2 | 130 | 5.2 | 822 | 19.8 | 1076 | 26.7 | 882 | 27.7 | 4004 | 19.0 |
| 45 e + | 490 | 6.8 | 140 | 5.6 | 202 | 4.9 | 403 | 10.0 | 200 | 6.3 | 1435 | 6.8 |
| Total | 7184 | | 2517 | | 4148 | | 4023 | | 3182 | | 21054 | |

Tempo de procura de emprego, (1º emprego e novo emprego) - 1992

CENTRO

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | + 1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|------------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 1797 | 21.6 | 663 | 15.3 | 681 | 15.4 | 68 | 2.6 | 609 | 19.5 | 3818 | 16.7 |
| 20-24 | 2809 | 33.7 | 1214 | 27.9 | 900 | 20.3 | 583 | 21.9 | 65 | 2.1 | 5571 | 24.3 |
| 25-34 | 2085 | 25.0 | 1251 | 28.8 | 1389 | 31.4 | 1055 | 39.6 | 1452 | 46.5 | 7232 | 31.6 |
| 35-44 | 825 | 9.9 | 700 | 16.1 | 665 | 15.0 | 212 | 8.0 | 537 | 17.2 | 2939 | 12.8 |
| 45 e + | 822 | 9.9 | 517 | 11.9 | 792 | 17.9 | 748 | 28.1 | 461 | 14.8 | 3340 | 14.6 |
| Total | 8338 | | 4345 | | 4427 | | 2666 | | 3124 | | 22900 | |

Tempo de procura de emprego, (1º emprego e novo emprego) - 1986

LVT

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | +1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|-----------|------|------------|------|--------|------|
| 0-19 | 9535 | 29.1 | 6731 | 28.5 | 9672 | 31.2 | 10636 | 23.8 | 5353 | 12.2 | 41927 | 23.8 |
| 20-24 | 8027 | 24.5 | 6131 | 26.0 | 6853 | 22.1 | 12246 | 27.4 | 10331 | 23.5 | 43588 | 24.8 |
| 25-34 | 7463 | 22.8 | 5389 | 22.8 | 6402 | 20.7 | 11150 | 24.9 | 14773 | 33.7 | 45177 | 25.7 |
| 35-44 | 4135 | 12.6 | 2921 | 12.4 | 4380 | 14.1 | 5168 | 11.6 | 7176 | 16.4 | 23780 | 13.5 |
| 45 e + | 3559 | 10.9 | 2427 | 10.3 | 3680 | 11.9 | 5513 | 12.3 | 6243 | 14.2 | 21422 | 12.2 |
| Total | 32719 | | 23599 | | 30987 | | 44713 | | 43876 | | 175894 | |

Tempo de procura de emprego, (1º emprego e novo emprego) - 1987

LVT

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | +1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|-----------|------|------------|------|--------|------|
| 0-19 | 10043 | 30.8 | 4913 | 26.7 | 9559 | 32.9 | 7612 | 19.3 | 3342 | 9.5 | 35469 | 22.9 |
| 20-24 | 7555 | 23.1 | 3585 | 19.5 | 8382 | 28.9 | 9211 | 23.4 | 8299 | 23.6 | 37032 | 23.9 |
| 25-34 | 5917 | 18.1 | 5279 | 28.7 | 6745 | 23.2 | 9802 | 24.9 | 10856 | 30.8 | 38599 | 24.9 |
| 35-44 | 4985 | 15.3 | 2129 | 11.6 | 2368 | 8.2 | 5610 | 14.2 | 6479 | 18.4 | 21571 | 13.9 |
| 45 e + | 4158 | 12.7 | 2503 | 13.6 | 1971 | 6.8 | 7195 | 18.2 | 6251 | 17.7 | 22078 | 14.3 |
| Total | 32658 | | 18409 | | 29025 | | 39430 | | 35227 | | 154749 | |

Tempo de procura de emprego, (1º emprego e novo emprego) - 1988

LVT

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | +1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|-----------|------|------------|------|--------|------|
| 0-19 | 10830 | 29.3 | 4959 | 26.3 | 6701 | 28.9 | 6558 | 22.3 | 1996 | 7.3 | 31044 | 22.9 |
| 20-24 | 9545 | 25.8 | 5966 | 31.6 | 5420 | 23.4 | 6192 | 21.1 | 7017 | 25.6 | 34140 | 25.1 |
| 25-34 | 8134 | 22.0 | 3666 | 19.4 | 5017 | 21.7 | 8074 | 27.5 | 8359 | 30.5 | 33250 | 24.5 |
| 35-44 | 4857 | 13.1 | 2190 | 11.6 | 3362 | 14.5 | 4365 | 14.9 | 4953 | 18.1 | 19727 | 14.5 |
| 45 e + | 3620 | 9.8 | 2069 | 11.0 | 2663 | 11.5 | 4196 | 14.3 | 5083 | 18.5 | 17631 | 13.0 |
| Total | 36986 | | 18850 | | 23163 | | 29385 | | 27408 | | 135792 | |

Tempo de procura de emprego, (1º emprego e novo emprego) - 1989

LVT

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | +1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|-----------|------|------------|------|--------|------|
| 0-19 | 8088 | 24.3 | 4967 | 25.6 | 5849 | 26.5 | 2627 | 11.5 | 1507 | 7.7 | 23038 | 19.7 |
| 20-24 | 9505 | 28.6 | 5661 | 29.1 | 6277 | 28.4 | 6198 | 27.1 | 3610 | 18.4 | 31251 | 26.7 |
| 25-34 | 7817 | 23.5 | 4296 | 22.1 | 4656 | 21.1 | 7066 | 30.8 | 7011 | 35.8 | 30846 | 26.3 |
| 35-44 | 4319 | 13.0 | 2304 | 11.9 | 3517 | 15.9 | 3938 | 17.2 | 3224 | 16.5 | 17302 | 14.8 |
| 45 e + | 3494 | 10.5 | 2193 | 11.3 | 1784 | 8.1 | 3078 | 13.4 | 4238 | 21.6 | 14787 | 12.6 |
| Total | 33223 | | 19421 | | 22083 | | 22907 | | 19590 | | 117224 | |

Tempo de procura de emprego, (1º emprego e novo emprego) - 1990

LVT

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | +1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|-----------|------|------------|------|--------|------|
| 0-19 | 8229 | 23.6 | 3432 | 23.9 | 5377 | 24.0 | 2510 | 14.2 | 556 | 3.8 | 20104 | 19.3 |
| 20-24 | 9255 | 26.6 | 3792 | 26.5 | 5645 | 25.2 | 3220 | 18.2 | 1635 | 11.1 | 23547 | 22.6 |
| 25-34 | 7356 | 21.1 | 3351 | 23.4 | 4383 | 19.6 | 4641 | 26.2 | 4035 | 27.3 | 23766 | 22.8 |
| 35-44 | 4727 | 13.6 | 2062 | 14.4 | 3205 | 14.3 | 3844 | 21.7 | 3871 | 26.2 | 17709 | 17.0 |
| 45 e + | 5241 | 15.1 | 1693 | 11.8 | 3784 | 16.9 | 3485 | 19.7 | 4693 | 31.7 | 18896 | 18.2 |
| Total | 34808 | | 14330 | | 22394 | | 17700 | | 14790 | | 104022 | |

Tempo de procura de emprego, (1º emprego e novo emprego) - 1991

LVT

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | +1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|-----------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 6482 | 21.8 | 2248 | 15.7 | 2746 | 16.7 | 2323 | 16.1 | 492 | 6.0 | 14291 | 17.2 |
| 20-24 | 7992 | 26.9 | 4215 | 29.5 | 4422 | 26.8 | 2905 | 20.1 | 1266 | 15.4 | 20800 | 25.0 |
| 25-34 | 6136 | 20.6 | 3494 | 24.4 | 4257 | 25.8 | 3665 | 25.4 | 2539 | 30.9 | 20091 | 24.1 |
| 35-44 | 4153 | 14.0 | 1828 | 12.8 | 2542 | 15.4 | 2466 | 17.1 | 2262 | 27.5 | 13251 | 15.9 |
| 45 e + | 4953 | 16.7 | 2525 | 17.7 | 2525 | 15.3 | 3096 | 21.4 | 1670 | 20.3 | 14770 | 17.8 |
| Total | 29716 | | 14311 | | 16492 | | 14455 | | 8229 | | 83203 | |

Tempo de procura de emprego. (1º emprego e novo emprego) - 1992

LVT

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | +1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|-----------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 5968 | 19.7 | 3224 | 20.9 | 2894 | 17.6 | 1401 | 13.0 | 390 | 4.5 | 13877 | 17.0 |
| 20-24 | 9978 | 33.0 | 4736 | 30.8 | 2910 | 17.7 | 2252 | 20.8 | 910 | 10.6 | 20786 | 25.5 |
| 25-34 | 7562 | 25.0 | 4072 | 26.5 | 5848 | 35.5 | 2738 | 25.3 | 1640 | 19.1 | 21860 | 26.8 |
| 35-44 | 2676 | 8.8 | 2021 | 13.1 | 2005 | 12.2 | 2497 | 23.1 | 3188 | 37.1 | 12387 | 15.2 |
| 45 e + | 4071 | 13.5 | 1337 | 8.7 | 2802 | 17.0 | 1918 | 17.7 | 2457 | 28.6 | 12585 | 15.4 |
| Total | 30255 | | 15390 | | 16459 | | 10806 | | 8585 | | 81495 | |

Tempo de procura de emprego, (1º emprego e novo emprego) - 1986

ALENTEJO

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | + 1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|------------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 1976 | 18.1 | 1246 | 19.4 | 2513 | 37.4 | 1657 | 30.7 | 948 | 15.7 | 8340 | 23.5 |
| 20-24 | 1607 | 14.7 | 1196 | 18.6 | 763 | 11.3 | 624 | 11.6 | 1831 | 30.3 | 6021 | 16.9 |
| 25-34 | 2236 | 20.7 | 1387 | 21.5 | 1351 | 20.1 | 937 | 17.4 | 1559 | 25.8 | 7490 | 21.1 |
| 35-44 | 1850 | 16.9 | 763 | 11.9 | 556 | 8.3 | 895 | 16.6 | 1027 | 17.0 | 5091 | 14.3 |
| 45 e + | 3234 | 29.6 | 1846 | 28.7 | 1543 | 22.9 | 1281 | 23.7 | 687 | 11.4 | 8591 | 24.2 |
| Total | 10923 | | 6438 | | 6726 | | 5394 | | 6052 | | 35533 | |

Tempo de procura de emprego, (1º emprego e novo emprego) - 1987

ALENTEJO

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | + 1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|------------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 2485 | 22.5 | 1195 | 21.9 | 1254 | 26.8 | 1773 | 40.4 | 658 | 15.1 | 7365 | 24.6 |
| 20-24 | 1933 | 17.5 | 972 | 17.8 | 626 | 13.4 | 1169 | 26.6 | 1385 | 31.8 | 6085 | 20.3 |
| 25-34 | 2212 | 20.0 | 832 | 15.2 | 1187 | 25.4 | 503 | 11.4 | 996 | 22.8 | 5730 | 19.1 |
| 35-44 | 1613 | 14.6 | 670 | 12.3 | 438 | 9.4 | 389 | 8.9 | 642 | 14.7 | 3752 | 12.5 |
| 45 e + | 2806 | 25.4 | 1797 | 32.9 | 1171 | 25.0 | 560 | 12.7 | 679 | 15.6 | 7013 | 23.4 |
| Total | 11049 | | 5466 | | 4676 | | 4394 | | 4360 | | 29945 | |

Tempo de procura de emprego. (1º emprego e novo emprego) - 1988

ALENTEJO

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | + 1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|------------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 2234 | 20.1 | 894 | 20.3 | 1271 | 22.9 | 959 | 23.9 | 321 | 7.2 | 5679 | 19.2 |
| 20-24 | 1842 | 16.6 | 765 | 17.4 | 1353 | 24.4 | 827 | 20.6 | 1220 | 27.2 | 6007 | 20.3 |
| 25-34 | 2561 | 23.1 | 888 | 20.1 | 1365 | 24.6 | 889 | 22.1 | 1531 | 34.1 | 7234 | 24.5 |
| 35-44 | 1282 | 11.5 | 765 | 17.4 | 454 | 8.2 | 577 | 14.4 | 840 | 18.7 | 3918 | 13.3 |
| 45 e + | 3186 | 28.7 | 1095 | 24.8 | 1102 | 19.9 | 764 | 19.0 | 576 | 12.8 | 6723 | 22.7 |
| Total | 11105 | | 4407 | | 5545 | | 4016 | | 4488 | | 29561 | |

Tempo de procura de emprego. (1º emprego e novo emprego) - 1989

ALENTEJO

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | + 1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|------------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 2560 | 22.9 | 462 | 14.1 | 1516 | 27.0 | 328 | 8.7 | 131 | 3.9 | 4997 | 18.4 |
| 20-24 | 2089 | 18.7 | 395 | 12.0 | 791 | 14.1 | 664 | 17.7 | 657 | 19.6 | 4596 | 16.9 |
| 25-34 | 1830 | 16.3 | 852 | 25.9 | 1118 | 19.9 | 1314 | 35.0 | 1579 | 47.0 | 6693 | 24.6 |
| 35-44 | 2370 | 21.2 | 528 | 16.1 | 661 | 11.8 | 660 | 17.6 | 659 | 19.6 | 4878 | 17.9 |
| 45 e + | 2344 | 20.9 | 1051 | 32.0 | 1525 | 27.2 | 790 | 21.0 | 331 | 9.9 | 6041 | 22.2 |
| Total | 11193 | | 3288 | | 5611 | | 3756 | | 3357 | | 27205 | |

Tempo de procura de emprego. (1º emprego e novo emprego) - 1990

ALENTEJO

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | + 1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|------------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 1780 | 14.1 | 612 | 14.5 | 982 | 20.8 | 988 | 26.4 | 554 | 15.1 | 4916 | 17.0 |
| 20-24 | 1651 | 13.1 | 667 | 15.9 | 738 | 15.7 | 1229 | 32.8 | 550 | 15.0 | 4835 | 16.7 |
| 25-34 | 2577 | 20.4 | 856 | 20.3 | 734 | 15.6 | 922 | 24.6 | 1286 | 35.1 | 6375 | 22.0 |
| 35-44 | 1910 | 15.1 | 1159 | 27.5 | 731 | 15.5 | 367 | 9.8 | 1035 | 28.2 | 5202 | 18.0 |
| 45 e + | 4713 | 37.3 | 914 | 21.7 | 1526 | 32.4 | 243 | 6.5 | 244 | 6.7 | 7640 | 26.4 |
| Total | 12631 | | 4208 | | 4711 | | 3349 | | 3669 | | 28968 | |

Tempo de procura de emprego. (1º emprego e novo emprego) - 1991

ALENTEJO

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | + 1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|------------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 1756 | 13.7 | 568 | 16.6 | 1186 | 20.6 | 559 | 21.3 | 503 | 12.9 | 4572 | 16.0 |
| 20-24 | 1389 | 10.8 | 381 | 11.1 | 1247 | 21.7 | 746 | 28.5 | 369 | 9.4 | 4132 | 14.5 |
| 25-34 | 3126 | 24.3 | 1146 | 33.5 | 1501 | 26.1 | 681 | 26.0 | 1916 | 49.0 | 8370 | 29.3 |
| 35-44 | 2434 | 19.0 | 440 | 12.9 | 563 | 9.8 | 337 | 14.4 | 682 | 17.4 | 4496 | 15.8 |
| 45 e + | 4133 | 32.2 | 886 | 25.9 | 1255 | 21.8 | 256 | 9.8 | 441 | 11.3 | 6971 | 24.4 |
| Total | 12838 | | 3421 | | 5752 | | 2619 | | 3911 | | 28541 | |

Tempo de procura de emprego. (1º emprego e novo emprego) - 1992

ALENTEJO

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | +1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|-----------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 1338 | 21.8 | 442 | 14.2 | 284 | 7.9 | 382 | 17.1 | 95 | 3.2 | 2541 | 14.1 |
| 20-24 | 1205 | 19.6 | 561 | 18.0 | 1197 | 33.3 | 537 | 24.0 | 651 | 21.9 | 4151 | 23.0 |
| 25-34 | 1303 | 21.2 | 699 | 22.4 | 496 | 13.8 | 418 | 18.7 | 1222 | 41.1 | 4138 | 22.9 |
| 35-44 | 809 | 13.2 | 477 | 15.3 | 619 | 17.2 | 94 | 4.2 | 459 | 15.5 | 2458 | 13.6 |
| 45 e + | 1489 | 24.2 | 938 | 30.1 | 1004 | 27.9 | 807 | 36.1 | 543 | 18.3 | 4781 | 86.5 |
| Total | 6144 | | 3117 | | 3600 | | 2238 | | 2970 | | 18069 | |

Tempo de Procura de Emprego, (1º emprego e novo emprego) - 1986

ALGARVE

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | +1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|-----------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 332 | 10.5 | 318 | 21.3 | 574 | 26.0 | 118 | 8.1 | 59 | 7.4 | 1401 | 15.4 |
| 20-24 | 612 | 19.3 | 425 | 28.5 | 394 | 17.9 | 453 | 31.2 | 187 | 23.5 | 2071 | 22.7 |
| 25-34 | 1249 | 39.4 | 560 | 37.6 | 653 | 29.6 | 512 | 35.3 | 370 | 46.5 | 3344 | 36.7 |
| 35-44 | 456 | 14.4 | 128 | 8.6 | 394 | 17.9 | 187 | 12.9 | 180 | 22.6 | 1345 | 14.8 |
| 45 e + | 522 | 16.5 | 59 | 4.0 | 191 | 8.7 | 180 | 12.4 | - | 0.0 | 952 | 10.4 |
| Total | 3171 | | 1490 | | 2206 | | 1450 | | 796 | | 9113 | |

Tempo de procura de emprego, (1º emprego e novo emprego) - 1987

ALGARVE

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | +1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|-----------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 282 | 11.7 | 421 | 33.1 | 286 | 32.1 | 538 | 39.0 | - | 0.0 | 1527 | 23.8 |
| 20-24 | 383 | 15.9 | 242 | 19.0 | 299 | 33.6 | - | 0.0 | 122 | 26.0 | 1046 | 16.3 |
| 25-34 | 917 | 38.0 | 404 | 31.8 | 183 | 20.6 | 500 | 36.2 | 286 | 61.0 | 2290 | 35.6 |
| 35-44 | 387 | 16.0 | 143 | 11.3 | 61 | 6.9 | 78 | 5.6 | 61 | 13.0 | 730 | 11.4 |
| 45 e + | 447 | 18.5 | 61 | 4.8 | 61 | 6.9 | 265 | 19.2 | - | 0.0 | 84 | 13.0 |
| Total | 2416 | | 1271 | | 890 | | 1381 | | 469 | | 6427 | |

Tempo de procura de emprego. (1º emprego e novo emprego) - 1988

ALGARVE

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | +1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|-----------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 633 | 22.9 | 217 | 21.6 | 242 | 16.3 | 139 | 25.4 | 88 | 12.9 | 1319 | 20.3 |
| 20-24 | 799 | 28.9 | 234 | 23.3 | 240 | 16.1 | 227 | 41.4 | 93 | 13.6 | 1593 | 24.5 |
| 25-34 | 678 | 24.5 | 284 | 28.3 | 326 | 21.9 | 51 | 9.3 | 319 | 46.8 | 1658 | 25.5 |
| 35-44 | 183 | 6.6 | 93 | 9.3 | 233 | 15.6 | 43 | 7.8 | 131 | 19.2 | 683 | 10.5 |
| 45 e + | 476 | 17.2 | 176 | 17.5 | 448 | 30.1 | 88 | 16.1 | 51 | 7.5 | 1239 | 19.1 |
| Total | 2769 | | 1004 | | 1489 | | 548 | | 682 | | 6492 | |

Tempo de procura de emprego. (1º emprego e novo emprego) - 1989

ALGARVE

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | +1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|-----------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 231 | 12.5 | 370 | 34.4 | 234 | 38.6 | 139 | 21.3 | - | 0.0 | 974 | 22.5 |
| 20-24 | 374 | 20.3 | 95 | 8.8 | - | 0.0 | 187 | 28.6 | 48 | 34.3 | 704 | 16.3 |
| 25-34 | 784 | 42.5 | 283 | 26.3 | 95 | 15.7 | 92 | 14.1 | - | 0.0 | 1254 | 29.0 |
| 35-44 | 185 | 10.0 | 235 | 21.8 | 92 | 15.2 | 48 | 7.4 | - | 0.0 | 560 | 13.0 |
| 45 e + | 271 | 14.7 | 94 | 8.7 | 186 | 30.6 | 187 | 28.6 | 92 | 65.7 | 830 | 19.2 |
| Total | 1845 | | 1077 | | 607 | | 653 | | 140 | | 4322 | |

Tempo de procura de emprego. (1º emprego e novo emprego) - 1990

ALGARVE

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | +1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|-----------|------|------------|------|-------|------|
| 0-19 | 561 | 26.8 | 182 | 11.8 | 405 | 32.9 | 91 | 17.7 | 176 | 42.7 | 1415 | 24.4 |
| 20-24 | 601 | 28.7 | 144 | 9.4 | 138 | 11.2 | 141 | 27.4 | 47 | 11.4 | 1071 | 18.5 |
| 25-34 | 326 | 15.6 | 708 | 46.0 | 226 | 18.4 | 237 | 46.0 | - | 0.0 | 1497 | 25.9 |
| 35-44 | 281 | 13.4 | 284 | 18.4 | 185 | 15.0 | - | 0.0 | 47 | 11.4 | 797 | 13.8 |
| 45 e + | 324 | 15.5 | 222 | 14.4 | 276 | 22.4 | 46 | 8.9 | 142 | 34.5 | 1010 | 17.4 |
| Total | 2093 | | 1540 | | 1230 | | 515 | | 412 | | 5790 | |

Tempo de procura de emprego. (1º emprego e novo emprego) - 1991

ALGARVE

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | +1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|-----------|------|------------|-------|-------|-------|
| 0-19 | 537 | 22.6 | 196 | 19.5 | 150 | 10.5 | 48 | 6.6 | - | 0.0 | 931 | 16.7 |
| 20-24 | 340 | 14.3 | 331 | 33.0 | 141 | 9.9 | 244 | 33.4 | - | 0.0 | 1056 | 18.90 |
| 25-34 | 1013 | 42.7 | 332 | 33.1 | 438 | 30.8 | 100 | 13.7 | - | 0.0 | 1883 | 33.7 |
| 35-44 | 147 | 6.2 | 97 | 9.7 | 299 | 21.0 | 144 | 19.7 | 48 | 100.0 | 735 | 13.2 |
| 45 e + | 338 | 14.2 | 48 | 4.8 | 395 | 27.8 | 194 | 26.6 | - | 0.0 | 975 | 17.5 |
| Total | 2375 | | 1004 | | 1423 | | 730 | | 48 | | 5580 | |

Tempo de procura de emprego, (1º emprego e novo emprego) - 1992

ALGARVE

| GE/TP | 0-3 MESES | % | 4-6 MESES | % | 7-12 MESES | % | + 1 ANO | % | +2 ANOS | % | TOTAL | % |
|--------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|------------|------|------------|-------|-------|------|
| 0-19 | 382 | 15.2 | 141 | 14.6 | 88 | 16.6 | 83 | 23.9 | - | 0.0 | 694 | 15.3 |
| 20-24 | 565 | 22.5 | 224 | 23.2 | 30 | 5.6 | 32 | 9.2 | - | 0.0 | 851 | 18.7 |
| 25-34 | 822 | 32.8 | 165 | 17.1 | 60 | 11.3 | 118 | 34.0 | - | 0.0 | 1165 | 25.6 |
| 35-44 | 304 | 12.1 | 237 | 24.6 | 267 | 50.3 | - | 0.0 | - | 0.0 | 808 | 17.8 |
| 45 e + | 433 | 17.3 | 198 | 20.5 | 86 | 16.2 | 114 | 32.9 | 193 | 100.0 | 1024 | 22.5 |
| Total | 2506 | | 965 | | 531 | | 347 | | 193 | | 4542 | |

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego 1986/1992.
(quadro elaborado com base em informação não publicada).

QUADRO 5

Peso relativo do desemprego. (1º emprego e novo emprego), por grupo etário por NUT II, 1986/1992

NORTE

| NORT. | 1986 | % | 1987 | % | 1988 | % | 1989 | % | 1990 | % | 1991 | % | 1992 | % |
|--------|--------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|
| 0-19 | 33950 | 33.4 | 22314 | 29.5 | 15537 | 27.0 | 13733 | 25.6 | 13844 | 25.3 | 10259 | 18.9 | 12673 | 21.2 |
| 20-24 | 26774 | 26.3 | 20603 | 27.2 | 15360 | 26.7 | 13511 | 26.2 | 13419 | 24.6 | 11948 | 22.0 | 13306 | 22.2 |
| 25-34 | 29972 | 22.6 | 20106 | 26.6 | 15269 | 26.5 | 16270 | 30.3 | 16450 | 30.1 | 16444 | 30.3 | 17501 | 29.2 |
| 35-44 | 10140 | 10.0 | 7441 | 9.8 | 6544 | 11.4 | 6481 | 12.1 | 7176 | 13.1 | 9816 | 18.1 | 11032 | 18.4 |
| 45 e + | 7905 | 7.8 | 5243 | 6.9 | 4870 | 8.5 | 3720 | 6.9 | 3767 | 6.9 | 5725 | 10.6 | 5375 | 9.0 |
| Total | 101741 | | 75707 | | 57580 | | 53715 | | 54656 | | 54192 | | 59887 | |

CENTRO

| CENT. | 1986 | % | 1987 | % | 1988 | % | 1989 | % | 1990 | % | 1991 | % | 1992 | % |
|--------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|
| 0-19 | 17647 | 32.4 | 15902 | 32.7 | 8233 | 28.1 | 5588 | 24.6 | 5414 | 27.9 | 4747 | 22.5 | 3818 | 16.7 |
| 20-24 | 13607 | 25.0 | 12026 | 24.8 | 8969 | 30.6 | 7040 | 30.9 | 5514 | 28.5 | 4750 | 22.5 | 5571 | 24.3 |
| 25-34 | 13382 | 24.6 | 12052 | 24.8 | 7044 | 24.1 | 5782 | 25.4 | 4619 | 23.8 | 6118 | 29.1 | 7232 | 31.6 |
| 35-44 | 5501 | 10.1 | 4301 | 8.9 | 3093 | 10.6 | 2647 | 11.6 | 2615 | 13.5 | 4004 | 19.0 | 2939 | 12.8 |
| 45 e + | 4381 | 8.0 | 4294 | 8.8 | 1925 | 6.6 | 1690 | 7.4 | 1218 | 6.3 | 1435 | 6.8 | 3340 | 14.6 |
| Total | 54518 | | 48575 | | 29264 | | 22747 | | 19390 | | 21054 | | 22900 | |

LVT

| LVT | 1986 | % | 1987 | % | 1988 | % | 1989 | % | 1990 | % | 1991 | % | 1992 | % |
|--------|--------|------|--------|------|--------|------|--------|------|--------|------|-------|------|-------|------|
| 0-19 | 41927 | 23.8 | 35469 | 22.9 | 31044 | 22.9 | 23038 | 19.7 | 20104 | 19.3 | 14291 | 17.2 | 13877 | 17.0 |
| 20-24 | 43588 | 24.8 | 37032 | 23.9 | 34140 | 24.7 | 31251 | 26.7 | 23547 | 22.6 | 20800 | 25.0 | 20786 | 25.5 |
| 25-34 | 45177 | 25.7 | 38599 | 24.9 | 33250 | 24.5 | 30846 | 26.3 | 23766 | 22.8 | 20091 | 24.1 | 21860 | 26.8 |
| 35-44 | 23780 | 13.5 | 21571 | 13.9 | 19727 | 14.5 | 17302 | 14.8 | 17709 | 17.0 | 13251 | 15.9 | 12387 | 15.2 |
| 45 e + | 21422 | 12.2 | 22078 | 14.3 | 17631 | 13.0 | 14787 | 12.6 | 18896 | 18.2 | 14770 | 17.8 | 12585 | 15.4 |
| Total | 175894 | | 154749 | | 134892 | | 117224 | | 104022 | | 83203 | | 81495 | |

ALENTEJO

| ALENT. | 1986 | % | 1987 | % | 1988 | % | 1989 | % | 1990 | % | 1991 | % | 1992 | % |
|--------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|
| 0-19 | 8340 | 25.5 | 7365 | 24.6 | 5679 | 19.2 | 4997 | 18.4 | 4916 | 17.0 | 4572 | 16.0 | 2541 | 14.1 |
| 20-24 | 6021 | 16.9 | 6085 | 20.3 | 6007 | 20.3 | 4596 | 16.9 | 4835 | 16.7 | 4132 | 14.5 | 4151 | 23.0 |
| 25-34 | 7490 | 21.1 | 5730 | 19.1 | 7234 | 24.5 | 6673 | 24.6 | 6375 | 22.0 | 8370 | 29.3 | 4138 | 22.9 |
| 35-44 | 5091 | 14.3 | 3752 | 12.5 | 3918 | 13.3 | 4878 | 17.9 | 5202 | 18.0 | 4496 | 15.8 | 2458 | 13.6 |
| 45 e + | 8591 | 24.2 | 7013 | 23.4 | 6723 | 22.7 | 6041 | 22.2 | 7640 | 26.4 | 6971 | 24.4 | 4781 | 26.5 |
| Total | 35533 | | 29945 | | 29561 | | 27185 | | 28968 | | 28541 | | 18069 | |

ALGARVE

| ALG. | 1986 | % | 1987 | % | 1988 | % | 1989 | % | 1990 | % | 1991 | % | 1992 | % |
|--------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 0-19 | 1401 | 15.4 | 1527 | 23.8 | 1319 | 20.3 | 974 | 22.5 | 1415 | 24.4 | 931 | 16.7 | 694 | 15.3 |
| 20-24 | 2071 | 22.7 | 1046 | 16.3 | 1593 | 24.5 | 704 | 16.3 | 1071 | 18.5 | 1056 | 18.9 | 851 | 18.7 |
| 25-34 | 3344 | 36.7 | 2290 | 35.6 | 1658 | 25.5 | 1254 | 29.0 | 1497 | 25.9 | 1883 | 33.7 | 1165 | 25.6 |
| 35-44 | 1345 | 14.8 | 730 | 11.4 | 683 | 10.5 | 560 | 13.0 | 797 | 13.8 | 735 | 13.2 | 808 | 17.8 |
| 45 e + | 952 | 10.4 | 834 | 13.0 | 1239 | 19.1 | 830 | 19.2 | 1010 | 17.4 | 975 | 17.5 | 1024 | 22.5 |
| T | 9113 | | 6427 | | 6492 | | 4322 | | 5790 | | 5580 | | 4542 | |

Fonte: Quadro 4, Anexo II

QUADRO 6

Variações do número de desempregados, sentido restrito, (novo emprego + 1º emprego), por grupo etário e por NUT

II, 86/92, calculadas com base no rácio $\frac{V1 - V0}{V0}$ em que V1 = Nº de desempregados ano (t) e
V0 = Nº de desempregados ano (t-1)

NORTE

| Anos | 86 | Δ 86/87 | 87 | Δ 87/88 | 88 | Δ 88/89 | 89 | Δ 89/90 | 90 | Δ 90/91 | 91 | Δ 91/92 | 92 |
|--------|-------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|
| GE | | | | | | | | | | | | | |
| 0-19 | 33950 | -0.34 | 22314 | -0.30 | 15537 | -0.11 | 13733 | 0.00 | 13844 | -0.25 | 10259 | 0.23 | 12673 |
| 20-24 | 26774 | -0.23 | 20603 | -0.25 | 15360 | -0.12 | 13511 | -0.00 | 13419 | -0.10 | 11948 | 0.11 | 13306 |
| 25-34 | 22972 | -0.12 | 20106 | -0.24 | 15269 | 0.07 | 16270 | 0.01 | 16450 | -0.00 | 16444 | 0.06 | 17501 |
| 35-44 | 10140 | -0.27 | 7441 | -0.12 | 6544 | -0.00 | 6481 | 0.10 | 7176 | 0.37 | 9816 | 0.12 | 11032 |
| 45 e + | 7905 | -0.37 | 5243 | -0.07 | 4870 | -0.23 | 3720 | 0.01 | 3767 | 0.52 | 5725 | -0.06 | 5375 |

CENTRO

| Anos | 86 | Δ 86/87 | 87 | Δ 87/88 | 88 | Δ 88/89 | 89 | Δ 89/90 | 90 | Δ 90/91 | 91 | Δ 91/92 | 92 |
|--------|-------|------------|-------|------------|------|------------|------|------------|------|------------|------|------------|------|
| GE | | | | | | | | | | | | | |
| 0-19 | 17647 | -0.09 | 15902 | -0.48 | 8233 | -0.32 | 5588 | -0.03 | 5414 | -0.12 | 4747 | -0.19 | 3818 |
| 20-24 | 13407 | -0.10 | 12026 | -0.25 | 8969 | -0.21 | 7040 | -0.22 | 5514 | -0.13 | 4750 | 0.17 | 5571 |
| 25-34 | 13382 | -0.09 | 12054 | -0.41 | 7044 | -0.17 | 5782 | -0.15 | 4619 | 0.32 | 6118 | 0.18 | 7232 |
| 35-44 | 5501 | -0.21 | 4301 | -0.28 | 3093 | -0.14 | 2647 | -0.01 | 2615 | 0.53 | 4004 | -0.27 | 2939 |
| 45 e + | 4381 | -0.01 | 4294 | -0.55 | 1925 | -0.12 | 1690 | -0.28 | 1218 | 0.18 | 1435 | 1.32 | 3340 |

LVT

| Anos | 86 | Δ 86/87 | 87 | Δ 87/88 | 88 | Δ 88/89 | 89 | Δ 89/90 | 90 | Δ 90/91 | 91 | Δ 91/92 | 92 |
|--------|-------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|
| GE | | | | | | | | | | | | | |
| 0-19 | 41927 | -0.15 | 35469 | -0.12 | 31044 | -0.25 | 23038 | -0.13 | 20104 | -0.28 | 14291 | -0.02 | 13877 |
| 20-24 | 43588 | -0.15 | 37032 | -0.10 | 34140 | -0.05 | 31251 | -0.25 | 23547 | -0.11 | 20800 | -0.00 | 20786 |
| 25-34 | 45177 | -0.14 | 38599 | -0.13 | 33250 | -0.07 | 30846 | -0.23 | 23766 | -0.15 | 20091 | 0.08 | 21860 |
| 35-44 | 23780 | -0.09 | 21571 | -0.08 | 19727 | -0.12 | 17302 | 0.02 | 17709 | -0.25 | 13251 | -0.07 | 12387 |
| 45 e + | 21422 | 0.03 | 22078 | -0.20 | 17631 | -0.16 | 14787 | 0.27 | 18896 | -0.21 | 14770 | -0.15 | 12585 |

ALENTEJO

| Anos | 86 | Δ 86/87 | 87 | Δ 87/88 | 88 | Δ 88/89 | 89 | Δ 89/90 | 90 | Δ 90/91 | 91 | Δ 91/92 | 92 |
|--------|------|------------|------|------------|------|------------|------|------------|------|------------|------|------------|------|
| GE | | | | | | | | | | | | | |
| 0-19 | 8340 | -0.11 | 7365 | -0.22 | 5679 | -0.12 | 4997 | -0.02 | 4916 | -0.06 | 4572 | -0.44 | 2541 |
| 20-24 | 6021 | 0.01 | 6085 | -0.01 | 6007 | -0.23 | 4596 | 0.05 | 4835 | -0.14 | 4132 | 0.00 | 4151 |
| 25-34 | 7490 | -0.23 | 5730 | 0.26 | 7234 | -0.07 | 6673 | -0.04 | 6375 | 0.31 | 8370 | -0.51 | 4138 |
| 35-44 | 5091 | -0.26 | 3752 | 0.04 | 3918 | 0.25 | 4878 | 0.06 | 5202 | -0.13 | 4496 | -0.45 | 2458 |
| 45 e + | 8591 | -0.18 | 7013 | -0.04 | 6723 | -0.10 | 6041 | 0.26 | 7640 | -0.08 | 6971 | -0.31 | 4781 |

ALGARVE

| Anos | 86 | Δ 86/87 | 87 | Δ 87/88 | 88 | Δ 88/89 | 89 | Δ 89/90 | 90 | Δ 90/91 | 91 | Δ 91/92 | 92 |
|--------|------|------------|------|------------|------|------------|------|------------|------|------------|------|------------|------|
| GE | | | | | | | | | | | | | |
| 0-19 | 1401 | 0.09 | 1527 | -0.13 | 1319 | -0.26 | 974 | 0.45 | 1415 | -0.34 | 931 | -0.25 | 694 |
| 20-24 | 2071 | -0.49 | 1046 | 0.52 | 1593 | -0.55 | 704 | 0.52 | 1071 | -0.01 | 1056 | -0.19 | 851 |
| 25-34 | 3344 | -0.31 | 2290 | -0.27 | 1658 | -0.24 | 1254 | 0.19 | 1497 | 0.26 | 1883 | -0.38 | 1165 |
| 35-44 | 1345 | -0.45 | 730 | -0.06 | 683 | -0.18 | 560 | 0.42 | 797 | -0.07 | 735 | 0.09 | 808 |
| 45 e + | 952 | -0.12 | 834 | 0.49 | 1239 | -0.33 | 830 | 0.21 | 1010 | -0.03 | 975 | 0.05 | 1024 |

Fonte: Quadro 5 do Anexo II.

QUADRO 7
População Residente em 31/12/.... por NUT II - 1986/1991

Unidade: Milhares

| | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 |
|----------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|
| NORTE | 3136.8 | 3156 | 3173.5 | 3189.4 | 3453.4 | 3454. |
| CENTRO | 2391 | 2732.3 | 2389.6 | 2387.5 | 1723.2 | 1715. |
| LVT | 3345.9 | 3366.6 | 3387.5 | 3407.5 | 3308.8 | 3307. |
| ALENTEJO | 494.1 | 489.5 | 484.4 | 479.6 | 543.0 | 538. |
| ALGARVE | 339.2 | 341.2 | 342.9 | 344.9 | 339.8 | 340. |
| Total | 9707.0 | 9744.4 | 9777.9 | 9808.9 | 9368.3 | 9356. |

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, (periódico), anos 1981 a 1992

QUADRO 8
População Residente - Estrutura por NUT II - 1981 e 1991

| REGIÕES | ANOS | 1981 % | 1991 % |
|------------|------|-----------|-----------|
| NORTE | | 36.5 | 37.8 |
| CENTRO | | 18.9 | 18.4 |
| LVT | | 34.9 | 35.3 |
| ALENTEJO | | 6.2 | 5.8 |
| ALGARVE | | 3.5 | 3.6 |
| CONTINENTE | | 100 | 100 |

Fonte: Censos de 1981 e 1991, Portugal Social, INE, 1992 citado em IEFP, relatório de 1992, pg. 23

QUADRO 9
Peso relativo da população residente no Continente, por grupos etários em 1981 e 1991

Unidade: Milhares

| Grupos Etários | 1981 | % | 1991 | % |
|----------------|--------|------|--------|------|
| 0-19 | 3363.7 | 34.3 | 2645.6 | 28.3 |
| 20-24 | 767.2 | 7.8 | 724.4 | 7.7 |
| 25-34 | 1308.0 | 13.3 | 1347.5 | 14.4 |
| 35-44 | 1137.9 | 11.6 | 1238.6 | 13.2 |
| 45 e + | 3242.2 | 33 | 3415.2 | 36.4 |
| Total | 9819.0 | 100 | 9371.3 | 100 |

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, (periódico), anos 1981 e 1991

QUADRO 10
Peso relativo da população residente, por grupos etários, por NUT II em 1991

%

| NUT II GE | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJ. | ALGARVE | CONTIN.(*) |
|--------------|-------|--------|------|----------|---------|------------|
| 0-19 | 31.5 | 27.1 | 26.3 | 24.5 | 25.4 | 27.0 |
| 20-24 | 8.7 | 7.3 | 7.3 | 6.4 | 6.6 | 7.3 |
| 25-34 | 15.5 | 13.3 | 14.1 | 12.6 | 13.5 | 13.8 |
| 35-44 | 12.9 | 12.2 | 14.3 | 11.6 | 13.3 | 12.9 |
| 45 e + | 31.4 | 40.0 | 38.0 | 45.0 | 41.2 | 39.1 |

Legenda: (*) Este valor é a média dos valores apresentados neste quadro.

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População (Dados pré-definitivos 1991)

QUADRO 11
Hierarquização do peso relativo dos grupos etários por NUT II - 1991

| NUT II Posição | NORTE | CENTRO | LVT | ALENTEJ. | ALGARVE | CONTIN.º |
|-------------------|--------|--------|--------|----------|---------|----------|
| 1º | 0-19 | 45 e + | 45 e + | 45 e + | 45 e + | 45 e + |
| 2º | 45 e + | 0-19 | 0-19 | 0-19 | 0-19 | 0-19 |
| 3º | 25-34 | 25-34 | 35-44 | 25-34 | 25-34 | 25-34 |
| 4º | 35-44 | 35-44 | 25-34 | 35-44 | 35-44 | 35-44 |
| 5º | 20-24 | 20-24 | 20-24 | 20-24 | 20-24 | 20-24 |

Fonte: idem, quadro 10.

QUADRO 12
Escalonamento das NUT II segundo a intensidade de fixação, atracção e repulsão, em 1981

| Posição | Fixação | | Atracção | | Repulsão | |
|---------|----------|-------|----------|--------|----------|---------|
| | NUT | % | NUT | % | NUT | % |
| 1º | NORTE | 88.72 | LVT | 33.5 | ALENTEJO | 58.8(6) |
| 2º | ALENTEJO | 88.7 | ALGARVE | 12.3 | CENTRO | 31.5(6) |
| 3º | CENTRO | 86.95 | ALENTEJO | 9.7(6) | NORTE | 22.3 |
| 4º | ALGARVE | 82.5 | CENTRO | 9.4(3) | ALGARVE | 22.3 |
| 5º | LVT | 60.9 | NORTE | 7.4 | LVT | 14.5(3) |

Fonte: Baseado no quadro nº 4 - "Escalonamento do distrito segundo a intensidade de fixação, atracção e repulsão" - Morais, J. (1987/1988), pg. 158.

(*) Para a elaboração do presente quadro procedemos à agregação dos distritos por NUT's.

QUADRO 13
Distribuição da população regional de residentes e de naturais - taxa de captação populacional - por NUT II em 1991

| NUT II | $\frac{\text{Nº de habitantes Naturais}}{\text{Nº de habitantes Residentes}} \times 100$ |
|--------------|------------------------------------------------------------------------------------------|
| NORTE | 101.8 |
| CENTRO | 113.6 |
| LVT | 67.3 |
| ALENTEJO | 147.7 |
| ALGARVE | 104.8 |
| TOTAL | 95.7 |

Fonte: Baseado no quadro nº 6 "Distribuição percentual da população distrital de residentes e de naturais" in Morais, J. (1987/1988), pg. 160. Cabe referir que para a elaboração do quadro presente procedemos à agregação dos distritos por NUT II.

QUADRO 14

Taxa de desemprego, sentido restrito, (novo emprego), por sectores de actividade, por NUT II - 1986/1992

NORTE

| SECT./ANO | 1986 % | 1987 % | 1988 % | 1989 % | 1990 % | 1991 % | 1992 % |
|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| PRIMÁRIO | 0.3 | 0.5 | 0.3 | 0.2 | 0.3 | 0.4 | 0.2 |
| SECUNDÁRIO | 6.8 | 4.9 | 3.4 | 2.9 | 2.5 | 3.0 | 3.7 |
| TERCIÁRIO | 4.5 | 3.3 | 2.6 | 2.7 | 2.8 | 2.6 | 2.2 |
| TOTAL | 4.5 | 3.3 | 2.4 | 2.2 | 2.2 | 2.4 | 2.6 |

CENTRO

| SECT./ANO | 1986 % | 1987 % | 1988 % | 1989 % | 1990 % | 1991 % | 1992 % |
|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| PRIMÁRIO | 0.2 | 0.3 | 0.1 | 0.2 | 0.0 | 0.2 | 0.3 |
| SECUNDÁRIO | 5.2 | 4.1 | 3.4 | 2.6 | 2.5 | 2.7 | 4.1 |
| TERCIÁRIO | 3.3 | 3.3 | 2.6 | 2.0 | 1.7 | 2.1 | 2.1 |
| TOTAL | 2.9 | 2.5 | 2.0 | 1.6 | 1.4 | 1.7 | 2.3 |

LVT

| SECT./ANO | 1986 % | 1987 % | 1988 % | 1989 % | 1990 % | 1991 % | 1992 % |
|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| PRIMÁRIO | 6.4 | 5.6 | 4.4 | 4.0 | 5.3 | 4.0 | 2.3 |
| SECUNDÁRIO | 11.8 | 9.4 | 8.0 | 7.4 | 6.5 | 5.8 | 6.0 |
| TERCIÁRIO | 6.4 | 6.2 | 5.6 | 4.8 | 4.2 | 3.4 | 3.4 |
| TOTAL | 8.1 | 7.2 | 6.2 | 5.5 | 5.0 | 4.2 | 4.1 |

ALENTEJO

| SECT./ANO | 1986 % | 1987 % | 1988 % | 1989 % | 1990 % | 1991 % | 1992 % |
|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| PRIMÁRIO | 27.0 | 22.0 | 16.8 | 16.8 | 19.7 | 20.5 | 15.1 |
| SECUNDÁRIO | 12.3 | 10.0 | 8.8 | 6.7 | 7.8 | 7.0 | 6.6 |
| TERCIÁRIO | 5.8 | 6.0 | 7.6 | 6.5 | 5.5 | 4.7 | 4.1 |
| TOTAL | 13.8 | 11.9 | 10.5 | 9.4 | 10.0 | 9.5 | 6.5 |

ALGARVE

| SECT./ANO | 1986 % | 1987 % | 1988 % | 1989 % | 1990 % | 1991 % | 1992 % |
|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| PRIMÁRIO | 2.5 | 0.8 | 0.5 | 0.8 | 0.6 | 1.1 | 0.7 |
| SECUNDÁRIO | 7.6 | 4.9 | 4.2 | 3.2 | 2.6 | 5.5 | 3.6 |
| TERCIÁRIO | 5.9 | 4.2 | 4.1 | 2.3 | 4.2 | 3.5 | 2.6 |
| TOTAL | 5.8 | 3.9 | 3.6 | 2.3 | 3.3 | 3.5 | 2.6 |

CONTINENTE

| SECT./ANO | 1986 % | 1987 % | 1988 % | 1989 % | 1990 % | 1991 % | 1992 % |
|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| PRIMÁRIO | 3.2 | 2.7 | 2.1 | 2.1 | 2.7 | 2.5 | 1.6 |
| SECUNDÁRIO | 8.2 | 6.3 | 5.1 | 4.4 | 3.9 | 4.0 | 4.6 |
| TERCIÁRIO | 5.3 | 4.8 | 4.3 | 3.8 | 3.5 | 3.1 | 2.8 |
| TOTAL | 5.9 | 4.9 | 4.2 | 3.7 | 3.5 | 3.3 | 3.3 |

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, desemprego em sentido restrito (novo emprego), por sectores de actividade (Primário, Secundário, Terciário, Total), por NUT II - 1986/1992.

QUADRO 15

Peso relativo do desemprego, sentido restrito, (novo emprego), dos diferentes sectores de actividade, no total sectorial, por NUT II, 1986/1992

NORTE

| SECT./ANO | 1986 | % | 1987 | % | 1988 | % | 1989 | % | 1990 | % | 1991 | % | 1992 | % |
|------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| PRIMARIO | 875 | 1.37 | 1503 | 3.10 | 1034 | 2.52 | 583 | 1.52 | 1089 | 2.82 | 1297 | 3.02 | 314 | 0.74 |
| SECUNDARIO | 39878 | 62.34 | 29939 | 61.72 | 25008 | 60.96 | 21901 | 57.05 | 19535 | 50.62 | 23141 | 53.80 | 25801 | 60.45 |
| TERCIARIO | 23212 | 36.29 | 17065 | 35.18 | 14983 | 36.52 | 15906 | 41.43 | 17971 | 46.56 | 18576 | 43.19 | 16567 | 38.81 |
| TOTAL | 63965 | | 48507 | | 41025 | | 38390 | | 38595 | | 43014 | | 42682 | |

CENTRO

| SECT./ANO | 1986 | % | 1987 | % | 1988 | % | 1989 | % | 1990 | % | 1991 | % | 1992 | % |
|------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| PRIMARIO | 812 | 2.61 | 1242 | 4.47 | 310 | 1.90 | 571 | 4.30 | 70 | 0.57 | 612 | 4.00 | 603 | 3.09 |
| SECUNDARIO | 19189 | 61.65 | 15504 | 55.86 | 8842 | 54.14 | 6996 | 52.69 | 6695 | 56.15 | 7850 | 51.33 | 11447 | 58.61 |
| TERCIARIO | 11126 | 35.74 | 11009 | 39.66 | 7181 | 43.97 | 5710 | 43.01 | 5314 | 43.28 | 6832 | 44.67 | 7481 | 38.30 |
| TOTAL | 31127 | | 27755 | | 16333 | | 13277 | | 12279 | | 15294 | | 19531 | |

LVT

| SECT./ANO | 1986 | % | 1987 | % | 1988 | % | 1989 | % | 1990 | % | 1991 | % | 1992 | % |
|------------|--------|-------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Primário | 10572 | 8.54 | 9229 | 8.41 | 6759 | 6.80 | 5062 | 5.68 | 7099 | 8.59 | 5077 | 7.22 | 1342 | 2.05 |
| Secundário | 56787 | 45.86 | 45763 | 41.68 | 40233 | 40.45 | 36416 | 40.83 | 31063 | 37.58 | 27610 | 39.26 | 26828 | 40.93 |
| Terciário | 56481 | 45.61 | 54804 | 49.91 | 52465 | 52.75 | 47718 | 53.50 | 44491 | 53.83 | 37644 | 53.52 | 37384 | 57.03 |
| Total | 123840 | | 109796 | | 99457 | | 39196 | | 82653 | | 70331 | | 65554 | |

ALENTEJO

| SECT./ANO | 1986 | % | 1987 | % | 1988 | % | 1989 | % | 1990 | % | 1991 | % | 1992 | % |
|------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| PRIMARIO | 16940 | 60.07 | 13540 | 57.10 | 11306 | 45.94 | 11605 | 49.30 | 13410 | 54.25 | 13334 | 56.28 | 5702 | 37.85 |
| SECUNDARIO | 5739 | 20.35 | 4668 | 19.68 | 5087 | 20.67 | 4094 | 17.39 | 4824 | 19.51 | 4802 | 20.27 | 3803 | 25.25 |
| TERCIARIO | 5520 | 19.58 | 5506 | 23.22 | 8218 | 33.39 | 7839 | 33.30 | 6486 | 26.24 | 5557 | 23.45 | 5559 | 36.90 |
| TOTAL | 28199 | | 23714 | | 24611 | | 23538 | | 24720 | | 23693 | | 15064 | |

ALGARVE

| SECT./ANO | 1986 | % | 1987 | % | 1988 | % | 1989 | % | 1990 | % | 1991 | % | 1992 | % |
|------------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|
| PRIMARIO | 473 | 6.49 | 122 | 2.53 | 88 | 1.84 | 139 | 4.34 | 141 | 2.83 | 251 | 4.84 | 110 | 2.79 |
| SECUNDARIO | 2443 | 33.50 | 1420 | 29.48 | 1145 | 23.89 | 885 | 27.65 | 794 | 15.95 | 1602 | 30.91 | 1080 | 27.42 |
| TERCIARIO | 4377 | 60.02 | 3275 | 67.99 | 3560 | 74.27 | 2177 | 68.01 | 4044 | 81.22 | 3329 | 64.24 | 2749 | 69.79 |
| TOTAL | 7293 | | 4817 | | 4793 | | 3201 | | 4979 | | 5182 | | 3939 | |

Fonte: INE, Inquérito do Emprego, 1986/1992.

Peso do desemprego, sentido restrito, (novo emprego), no sector x por NUT II, no total do Continente

Peso do desemprego, sentido restrito, (novo emprego), no sector primário, por NUT II, no total do Continente

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, 1986/1992



QUADRO 16B

Peso do desemprego, sentido restrito, (novo emprego), no sector secundário, por NUT II, no total do Continente

SECUNDÁRIO

| NUT./ANO | 1986 | % | 1987 | % | 1988 | % | 1989 | % | 1990 | % | 1991 | % | 1992 | % |
|----------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| NORTE | 39878 | 32.15 | 29939 | 30.77 | 25008 | 31.14 | 21901 | 31.16 | 19535 | 30.95 | 23141 | 35.60 | 25801 | 37.41 |
| CENTRO | 19189 | 15.47 | 15504 | 15.94 | 8842 | 11.01 | 6996 | 9.95 | 6895 | 10.93 | 7850 | 12.08 | 11447 | 16.60 |
| LVT | 56787 | 45.78 | 45763 | 47.04 | 40233 | 50.09 | 36416 | 51.81 | 31063 | 49.22 | 27610 | 42.47 | 26828 | 38.90 |
| ALENTEJO | 5739 | 4.63 | 4668 | 4.80 | 5087 | 6.33 | 4094 | 5.82 | 4824 | 7.64 | 4802 | 7.39 | 3803 | 5.51 |
| ALGARVE | 2443 | 1.97 | 1420 | 1.46 | 1145 | 1.43 | 885 | 1.26 | 792 | 1.25 | 1602 | 2.46 | 1080 | 1.57 |
| TOTAL | 124036 | | 97294 | | 80315 | | 70292 | | 63109 | | 65005 | | 68959 | |

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, 1986/1992

QUADRO 16C

Peso do desemprego, sentido restrito, (novo emprego), no sector terciário, por NUT II, no total do Continente

TERCIÁRIO

| NUT./ANO | 1986 | % | 1987 | % | 1988 | % | 1989 | % | 1990 | % | 1991 | % | 1992 | % |
|----------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| NORTE | 23218 | 23.05 | 17065 | 18.62 | 14983 | 17.34 | 15906 | 20.05 | 17971 | 22.95 | 18578 | 25.82 | 16567 | 23.76 |
| CENTRO | 11126 | 11.05 | 11009 | 12.01 | 7181 | 8.31 | 5710 | 7.20 | 5314 | 6.79 | 6832 | 9.50 | 7481 | 10.73 |
| LVT | 56481 | 56.08 | 54804 | 59.79 | 52465 | 60.72 | 47718 | 60.14 | 44491 | 56.82 | 37644 | 52.33 | 37384 | 53.60 |
| ALENTEJO | 5520 | 5.48 | 5506 | 6.01 | 8218 | 9.51 | 7839 | 9.88 | 6486 | 8.28 | 5557 | 7.72 | 5559 | 7.97 |
| ALGARVE | 4377 | 4.35 | 3275 | 3.57 | 3560 | 4.12 | 2177 | 2.74 | 4044 | 5.16 | 3329 | 4.63 | 2749 | 3.94 |
| TOTAL | 100722 | | 91659 | | 86407 | | 79350 | | 78306 | | 71940 | | 69740 | |

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, 1986/1992

QUADRO 17

Estrutura relativa do desemprego, sentido restrito, (novo emprego), por profissão anterior ao desemprego, por NUT II - 1986/1992

NORTE

| PROFISSÕES | ANOS | 1986 | % | 1987 | % | 1988 | % | 1989 | % | 1990 | % | 1991 | % | PROFISSÕES | ANO | 1992 | % |
|-----------------------------------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|----------------------------------------------------------------|-----|-------|-------|
| Profissões Científicas e Liberais | | 1908 | 3.13 | 1147 | 2.40 | 840 | 2.14 | 961 | 2.66 | 945 | 2.60 | 1810 | 4.41 | Membros Legislativos, Quadros dirigentes | | 663 | 1.55 |
| Directores | | 213 | 0.35 | - | 0.00 | 135 | 0.34 | 365 | 1.01 | 74 | 0.20 | 282 | 0.69 | Profiss. Intelectuais e científicas | | 871 | 2.04 |
| P. Administ. | | 7684 | 12.6 | 4506 | 9.75 | 3390 | 8.62 | 4939 | 13.65 | 5698 | 15.70 | 4826 | 11.76 | Profissões Técnicas Intermediárias | | 2421 | 5.67 |
| P. Comércio | | 4803 | 7.87 | 2699 | 5.84 | 3543 | 9.01 | 2857 | 7.89 | 3897 | 10.73 | 3501 | 8.53 | Empregados Administrativos | | 5223 | 12.24 |
| P. Serviços | | 8395 | 13.76 | 7445 | 16.11 | 6084 | 15.46 | 6502 | 17.97 | 7578 | 20.87 | 7601 | 18.52 | P. dos Serviços Protecção, Segurança, Serviços Pess. e Domést. | | 8358 | 19.58 |
| Agricultores | | 870 | 1.43 | 1421 | 3.08 | 1035 | 2.63 | 514 | 1.42 | 947 | 2.61 | 1724 | 4.20 | Trabalhadores | | 209 | 0.49 |
| T. Produção | | 37127 | 60.86 | 28985 | 62.73 | 24315 | 61.80 | 20051 | 55.41 | 17164 | 47.28 | 21309 | 51.91 | Agricultura e Pesca | | 16789 | 39.33 |
| TOTAL | | 61000 | | 46203 | | 39342 | | 36189 | | 36303 | | 41053 | | T. Produção Ind. e Artesãos | | 3931 | 9.31 |
| | | | | | | | | | | | | | | Operadores de Instalações Indust. e Máquinas Fixas | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | Trab. n/ qualificados | | 4220 | 9.89 |
| | | | | | | | | | | | | | | Agricult., Indústria, Comércio e Serv. | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | TOTAL | | 42685 | |

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego - 1986/1992.

| CENTRO PROFISSÕES | ANOS | | 1986 | | 1987 | | 1988 | | 1989 | | 1990 | | 1991 | | 1992 | | ANO | PROFISSÕES | % |
|-----------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------|-------|------|---|----------------------------------------------------------------|------------|-------|
| | 1986 | % | 1987 | % | 1988 | % | 1989 | % | 1990 | % | 1991 | % | 1992 | % | 1992 | % | | | |
| Profissões Científicas e Liberais | 1170 | 4.00 | 621 | 2.44 | 866 | 2.44 | 318 | 2.56 | 140 | 1.24 | 277 | 1.93 | 428 | 2.19 | | | Membros Corpos Legislativos, Quadros dirigentes | | |
| Directores | - | 0.00 | 195 | 0.76 | - | 0.00 | - | 0.00 | - | 0.00 | - | 0.00 | - | 0.00 | | | Profiss. Intelectuais e científicas | | 1.55 |
| P. Administ. | 4249 | 14.54 | 2880 | 11.30 | 1486 | 9.84 | 1433 | 11.53 | 1468 | 13.01 | 1448 | 10.10 | 593 | 3.04 | | | Profissões Técnicas Intermediárias | | 3.04 |
| P. Comércio | 2852 | 9.76 | 2394 | 9.39 | 1304 | 8.63 | 1169 | 9.41 | 1283 | 11.37 | 1363 | 9.51 | 2156 | 11.04 | | | Empregados Administrativos | | 11.04 |
| P. Serviços | 3734 | 12.78 | 5515 | 21.63 | 2906 | 19.24 | 3109 | 25.02 | 2613 | 23.16 | 3734 | 26.05 | 2517 | 12.89 | | | P. dos Serviços Protecção, Segurança, Serviços Pess. e Domést. | | 12.89 |
| Agricultores | 803 | 2.75 | 1192 | 4.68 | 434 | 2.87 | 443 | 3.56 | 133 | 1.18 | 412 | 2.97 | 665 | 3.40 | | | Trabalhadores | | 3.40 |
| T. Produção | 16413 | 56.17 | 12699 | 49.81 | 8108 | 53.68 | 5955 | 47.92 | 5644 | 50.03 | 7102 | 49.54 | 5735 | 29.36 | | | Agricultura e Pesca T. Produção Ind. e Artesãos | | 29.36 |
| TOTAL | 29221 | | 25496 | | 15104 | | 12427 | | 11281 | | 14336 | | 3182 | 15.29 | | | Operadores de Instalações Indust. e Máquinas Fixas | | 15.29 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | Trab. n/ qualificados Agricult., Indústria, Comércio e Serv. | | 20.26 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | TOTAL | | 19538 |

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego - 1986/1992.

| LVT | | ANO | | | | | | | | | | | PROFISSÕES | | ANO | | | |
|-----------------------------------|------|--------|-------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------------|-----------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|-------|-------|--|
| PROFISSÕES | ANOS | 1986 | % | 1987 | % | 1988 | % | 1989 | % | 1990 | % | 1991 | % | | | 1992 | % | |
| Profissões Científicas e Liberais | | 5044 | 4.27 | 4836 | 4.61 | 3833 | 3.97 | 4229 | 5.01 | 3641 | 4.58 | 3015 | 4.36 | Membros Legislativos, Quadros dirigentes | Corpos | 1542 | 2.36 | |
| Directores | | 226 | 0.19 | - | 0.00 | 411 | 0.43 | 559 | 0.66 | 309 | 0.39 | 69 | 0.09 | Profiss. Intelectuais e científicas | Intelectuais | 1323 | 2.02 | |
| P. Administ. | | 14539 | 12.29 | 13800 | 13.17 | 12637 | 13.09 | 14447 | 17.10 | 13234 | 16.64 | 11460 | 16.57 | Profissões Técnicas Intermediárias | Técnicas | 3593 | 5.49 | |
| P. Comércio | | 13246 | 11.20 | 12616 | 12.04 | 10972 | 11.36 | 9845 | 11.66 | 9501 | 11.95 | 8857 | 12.81 | Empregados Administrativos | Empregados | 9802 | 14.99 | |
| P. Serviços | | 23399 | 19.79 | 23363 | 22.29 | 24561 | 25.43 | 20551 | 24.33 | 17769 | 22.34 | 13612 | 19.69 | P. dos Serviços Protecção, Segurança, Serviços. Pess. e Domést. | P. dos Serviços | 16666 | 25.48 | |
| Agricultores | | 10463 | 8.85 | 9067 | 8.65 | 6875 | 7.12 | 5363 | 6.35 | 7465 | 9.39 | 5505 | 7.96 | Trabalhadores Agricultura e Pesca | Trabalhadores | 784 | 1.20 | |
| T. Produção | | 51336 | 43.41 | 41122 | 39.24 | 37279 | 38.60 | 29473 | 34.89 | 27612 | 34.72 | 26631 | 38.52 | T. Produção Ind. e Artesãos | T. Produção Ind. e Artesãos | 16148 | 24.69 | |
| TOTAL | | 118253 | | 104804 | | 96568 | | 84467 | | 79531 | | 69143 | 100 | Operadores de Instalações Indust. e Máquinas Fixas | Operadores de Instalações Indust. e Máquinas Fixas | 3853 | 5.89 | |
| | | | | | | | | | | | | | | Trab. n/ qualificado Agricult., Indústria, Comércio e Serv. | Trab. n/ qualificado Agricult., Indústria, Comércio e Serv. | 11693 | 17.28 | |
| | | | | | | | | | | | | | | TOTAL | TOTAL | 65404 | | |

Fonte: DNE, Inquérito ao Emprego - 1986/1992.

ALENTEJO

| PROFISSÕES | ANOS | 1986 | % | 1987 | % | 1988 | % | 1989 | % | 1990 | % | 1991 | % | PROFISSÕES/ ANO | 1992 | % |
|-----------------------------------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|----------------------------------------------------------------|-------|-------|
| Profissões Científicas e Liberais | | 356 | 1.37 | 162 | 0.75 | 326 | 1.45 | 397 | 1.82 | 181 | 0.79 | 188 | 0.84 | Membros Legislativos, Quadros dirigentes | 319 | 2.12 |
| Directores | | - | 0.00 | - | 0.00 | - | 0.00 | - | 0.00 | - | 0.00 | 61 | 0.27 | Profiss. Intelectuais e científicas | 30 | 0.20 |
| P. Administ. | | 912 | 3.52 | 810 | 3.77 | 1915 | 8.54 | 1907 | 8.74 | 1958 | 8.53 | 996 | 4.45 | Profissões Técnicas Intermediárias | 449 | 2.98 |
| P. Comércio | | 664 | 2.56 | 515 | 2.39 | 710 | 3.17 | 787 | 3.61 | 993 | 4.33 | 754 | 3.37 | Empregados Administrativos | 538 | 3.57 |
| P. Serviços | | 2446 | 9.43 | 2680 | 12.46 | 4052 | 18.07 | 3954 | 18.12 | 3467 | 15.11 | 3684 | 16.15 | P. dos Serviços Protecção, Segurança, Serviços Pess. e Domést. | 2341 | 15.54 |
| Agricultores | | 16930 | 65.27 | 13585 | 63.16 | 11235 | 50.11 | 11478 | 52.61 | 13163 | 57.37 | 13017 | 58.16 | Trabalhadores Agricultura e Pesca | 438 | 2.91 |
| T. Produção | | 4631 | 17.85 | 3758 | 17.47 | 4123 | 18.66 | 3296 | 15.11 | 3184 | 13.88 | 3750 | 16.76 | T. Produção Ind. e Artesãos | 2457 | 16.38 |
| TOTAL | | 25939 | | 21510 | | 22421 | | 21819 | | 22946 | | 22380 | | Operadores de Instalações Indust. e Máquinas Fixas | 1047 | 6.95 |
| | | | | | | | | | | | | | | Trab. n/ qualificados Agricult., Indústria, Comércio e Serv. | 7443 | 49.41 |
| | | | | | | | | | | | | | | TOTAL | 15064 | |

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego - 1986/1992.

ALGARVE

| PROFISSÕES | ANOS | 1986 | % | 1987 | % | 1988 | % | 1989 | % | 1990 | % | 1991 | % | PROFISSÕES | ANO | 1992 | % |
|-----------------------------------|------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|--------------------------------------------------------------|--------|------|-------|
| Profissões Científicas e Liberais | | 128 | 2.04 | 78 | 1.69 | 45 | 1.05 | 140 | 4.96 | 48 | 0.99 | 98 | 2.15 | Membros Legislativos, Quadros dirigentes | Corpos | 57 | 1.45 |
| Directores | | - | 0.00 | - | 0.00 | - | 0.00 | - | 0.00 | - | 0.00 | - | 0.00 | Profiss. Intelectuais e científicas | | 115 | 2.92 |
| P. Administ. | | 535 | 8.51 | 654 | 14.17 | 623 | 14.51 | 327 | 11.59 | 517 | 10.70 | 532 | 11.67 | Profissões Técnicas Intermediárias | | 113 | 2.87 |
| P. Comércio | | 1663 | 26.46 | 540 | 11.70 | 753 | 17.54 | 318 | 11.27 | 651 | 13.48 | 861 | 18.89 | Empregados Administrativos | | 412 | 10.46 |
| P. Serviços | | 1732 | 27.56 | 1725 | 37.36 | 1811 | 42.18 | 1159 | 41.07 | 2273 | 47.06 | 1987 | 43.60 | P. dos Serviços Protecção, Segurança, Serv. Pess. e Domést. | | 1567 | 39.77 |
| Agricultores | | 404 | 6.43 | 122 | 2.64 | 139 | 3.24 | 183 | 6.48 | 138 | 2.86 | 251 | 5.51 | Trabalhadores Agricultura e Pesca | | 110 | 2.79 |
| T. Produção | | 1822 | 28.99 | 1498 | 32.45 | 923 | 21.50 | 695 | 24.63 | 1203 | 24.91 | 828 | 18.17 | T. Produção Ind. e Artesãos | | 715 | 18.15 |
| TOTAL | | 6284 | | 4617 | | 4294 | | 2822 | | 4830 | | 4557 | | Operadores de Instalações Indust. e Máquinas Fixas | | 116 | 2.94 |
| | | | | | | | | | | | | | | Trab. n/ qualificados Agricult., Indústria, Comércio e Serv. | | 735 | 18.65 |
| | | | | | | | | | | | | | | TOTAL | | 3940 | |

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, desemprego em sentido restrito (novo emprego), por NUT, 1986/1992.

ANEXO III

Legenda:

TXD = Taxa de desemprego

P = sector primário

S = sector secundário

T = sector terciário

TO = total

N = Norte

C = Centro

LVT = Lisboa e Vale do Tejo

A = Alentejo

ALG = Algarve

CO = Continente

R = Remuneração

VR = Variação interanual da remuneração

(-1) = do ano (t-1)

QUADRO 1

Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo A - $TXD = \alpha + \alpha' R(t)$, por NUT II
- valores absolutos - 1986/1992

| NUT II | NORTE | | | | CENTRO | | | |
|----------------|-------|------|-------|------|--------|------|-------|------|
| Sector | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | |
| R ² | 9% | 37% | 58% | 35% | 1% | 19% | 56% | 20% |

| NUT II | LVT | | | | ALENTEJO | | | |
|----------------|-------|------|-------|------|----------|------|-------|------|
| Sector | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | |
| R ² | 68% | 75% | 94% | 89% | 38% | 62% | 57% | 80% |

| NUT II | ALGARVE | | | | CONTINENTE | | | |
|----------------|---------|------|-------|------|------------|------|-------|------|
| Sector | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | |
| R ² | 26% | 21% | 47% | 44% | 41% | 53% | 94% | 73% |

| NORTE SECTOR PRIMÁRIO | | | |
|--------------------------|---|--------|-----------------|
| TXDPN | = | 0.42 | - 0.0000027 RPN |
| s.e. | | (0.16) | (0.000004) |
| t-s | | (2.62) | (-0.69) |

| NORTE SECTOR SECUNDÁRIO | | | |
|----------------------------|---|--------|---------------|
| TXDSN | = | 7.04 | - 0.00007 RSN |
| s.e. | | (1.89) | (0.000041) |
| t-s | | (3.73) | (-1.73) |

| NORTE SECTOR TERCIÁRIO | | | |
|---------------------------|---|--------|----------------|
| TXDTN | = | 5.01 | - 0.000036 RTN |
| s.e. | | (0.81) | (0.000014) |
| t-s | | (6.21) | (-2.63) |

| NORTE TOTAL | | | |
|----------------|---|--------|-----------------|
| TXDTON | = | 4.52 | - 0.000036 RTON |
| s.e. | | (1.08) | (0.000021) |
| t-s | | (4.2) | (-1.66) |



| CENTRO SECTOR PRIMÁRIO | | | | |
|---------------------------|---|--------|---|--------------|
| TXDPC | = | 0.14 | - | 0.000011 RPC |
| s.e. | | (0.17) | | (0.0000042) |
| t-s | | (0.84) | | (0.26) |

| CENTRO SECTOR SECUNDÁRIO | | | | |
|-----------------------------|---|--------|---|--------------|
| TXDSC | = | 4.97 | - | 0.000030 RSC |
| s.e. | | (1.41) | | (0.28) |
| t-s | | (3.52) | | (-1.07) |

| CENTRO SECTOR TERCIÁRIO | | | | |
|----------------------------|---|--------|---|--------------|
| TXDTC | = | 4.17 | - | 0.000033 RTC |
| s.e. | | (0.7) | | 0.000013 |
| t-s | | (5.94) | | (-2.54) |

| CENTRO TOTAL | | | | |
|-----------------|---|--------|---|---------------|
| TXDTC | = | 2.88 | - | 0.000017 RTOC |
| s.e. | | (0.76) | | (0.000015) |
| t-s | | (3.77) | | (-1.12) |

| LVT SECTOR PRIMÁRIO | | | | |
|------------------------|---|--------|---|----------------|
| TXDPLVT | = | 8.09 | - | 0.000087 RPLVT |
| s.e. | | (1.12) | | (0.000027) |
| t-s | | (7.24) | | (-3.28) |

| LVT SECTOR SECUNDÁRIO | | | | |
|--------------------------|---|--------|---|---------------|
| TXDSLVT | = | 13.90 | - | 0.00010 RSLVT |
| s.e. | | (1.61) | | (0.000026) |
| t-s | | (8.62) | | (-3.91) |

| LVT SECTOR TERCIÁRIO | | | | |
|-------------------------|---|---------|---|----------------|
| TXDTLVT | = | 8.99 | - | 0.000061 RTLVT |
| s.e. | | (0.48) | | (0.0000069) |
| t-s | | (18.62) | | (-8.87) |

| LVT TOTAL | | | | |
|--------------|---|---------|---|-----------------|
| TXDTOLVT | = | 10.44 | - | 0.000073 RTOLVT |
| s.e. | | (0.77) | | (0.000012) |
| t-s | | (13.63) | | (-6.35) |

| ALENTEJO | | | | |
|-----------------|---|--------|---|-------------|
| SECTOR PRIMÁRIO | | | | |
| TXDPA | = | 28.11 | - | 0.00023 RPA |
| s.e. | | (5.01) | | (0.00013) |
| t-s | | (5.61) | | (-1.74) |

| ALENTEJO | | | | |
|-------------------|---|--------|---|--------------|
| SECTOR SECUNDÁRIO | | | | |
| TXDSA | = | 13.90 | - | 0.000099 RSA |
| s.e. | | (1.98) | | (0.000035) |
| t-s | | (7.03) | | (-2.86) |

| ALENTEJO | | | | |
|------------------|---|--------|---|--------------|
| SECTOR TERCIÁRIO | | | | |
| TXDTA | = | 9.03 | - | 0.000064 RTA |
| s.e. | | (1.32) | | (0.000025) |
| t-s | | (6.86) | | (-2.57) |

| ALENTEJO | | | | |
|----------|---|---------|---|--------------|
| TOTAL | | | | |
| TXDTOA | = | 17.39 | - | 0.00014 RTOA |
| s.e. | | (1.66) | | (0.000032) |
| t-s | | (10.48) | | (-4.46) |

| ALGARVE | | | | |
|-----------------|---|--------|---|----------------|
| SECTOR PRIMÁRIO | | | | |
| TXDPALG | = | 2.45 | - | 0.000037 RPALG |
| s.e. | | (1.12) | | (0.000028) |
| t-s | | (2.19) | | (-1.33) |

| ALGARVE | | | | |
|-------------------|---|--------|---|----------------|
| SECTOR SECUNDÁRIO | | | | |
| TXDSALG | = | 6.99 | - | 0.000050 RSALG |
| s.e. | | (2.23) | | (0.000043) |
| t-s | | (3.13) | | (-1.15) |

| ALGARVE | | | | |
|------------------|---|--------|---|----------------|
| SECTOR TERCIÁRIO | | | | |
| TXDTALG | = | 6.77 | - | 0.000053 RTALG |
| s.e. | | (1.45) | | (0.000025) |
| t-s | | (4.68) | | (-2.10) |

| ALGARVE | | | | |
|---------|---|--------|---|-----------------|
| TOTAL | | | | |
| TXDTOA | = | 6.19 | - | 0.000049 RTOALG |
| s.e. | | (1.36) | | (0.000025) |
| t-s | | (4.54) | | (-1.98) |

| CONTINENTE SECTOR PRIMÁRIO | | | |
|-------------------------------|---|--------|-----------------|
| TXDPCO | = | 3.55 | - 0.000030 RPCO |
| s.e. | | (0.64) | (0.000016) |
| t-s | | (5.59) | (-1.86) |

| CONTINENTE SECTOR SECUNDÁRIO | | | |
|---------------------------------|---|--------|-----------------|
| TXDSCO | = | 9.02 | - 0.000076 RSCO |
| s.e. | | (1.67) | (0.000032) |
| t-s | | (5.41) | (-2.37) |

| CONTINENTE SECTOR TERCIÁRIO | | | |
|--------------------------------|---|---------|-----------------|
| TXDTCO | = | 7.01 | - 0.000049 RTCO |
| s.e. | | (0.37) | (0.0000058) |
| t-s | | (18.94) | (-8.58) |

| CONTINENTE SECTOR TERCIÁRIO | | | |
|--------------------------------|---|--------|------------------|
| TXDTCO | = | 6.94 | - 0.000052 RTOCO |
| s.e. | | (0.80) | (0.000014) |
| t-s | | (8.68) | (-3.66) |

Fonte: Quadro 1 do Anexo II, e DEMESS, Remuneração Média Mensal (Base) dos TPCO, por CAE e NUT - Quadros de Pessoal (1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992).

QUADRO 2

Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo B - $TXD = \alpha + \alpha' R(t) + \alpha'' R(t-1)$ -, por NUT II,
- valores absolutos - 1987/1992

| NUT | NORTE | | | | CENTRO | | | |
|----------------|-------|------|-------|------|--------|------|-------|------|
| Sector | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | |
| R ² | 77% | 16% | 89% | 11% | 5% | 6% | 42% | 18% |

| NUT | LVT | | | | ALENTEJO | | | |
|----------------|-------|------|-------|------|----------|------|-------|------|
| Sector | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | |
| R ² | 98% | 82% | 92% | 89% | 39% | 60% | 89% | 85% |

| NUT | ALGARVE | | | | CONTINENTE | | | |
|----------------|---------|------|-------|------|------------|------|-------|------|
| Sector | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | |
| R ² | 17% | 4% | 25% | 25% | 96% | 46% | 94% | 76% |

NORTE

| | | | | | | |
|--------|---|---------|---|----------------|---|--------------------|
| TXDPN | = | 0.40 | + | 0.000042 RPN | - | 0.000051 RPN (-1) |
| s.e. | | (0.14) | | (0.000017) | | (0.000018) |
| t-s | | (2.81) | | (2.46) | | (-2.79) |
| TXDSN | = | 4.46 | - | 0.00017 RSN | + | 0.00017 RSN (-1) |
| s.e. | | (1.85) | | (0.00046) | | (0.00053) |
| t-s | | (2.41) | | (-0.36) | | (0.32) |
| TXDTN | = | 4.03 | + | 0.00013 RTN | - | 0.00017 RTN (-1) |
| s.e. | | (0.29) | | (0.000051) | | (0.000059) |
| t-s | | (13.99) | | (2.54) | | (-2.91) |
| TXDTON | = | 3.06 | + | 0.0000048 RTON | - | 0.000018 RTON (-1) |
| s.e. | | (0.94) | | (0.00021) | | (0.00024) |
| t-s | | (3.25) | | (0.02) | | (-0.07) |

CENTRO

| | | | | | | |
|-------|---|--------|---|--------------|---|-------------------|
| TXDPC | = | 0.11 | + | 0.000011 RPC | - | 0.000010 RPC (-1) |
| s.e. | | (0.27) | | 0.000034) | | (0.000040) |
| t-s | | (0.39) | | (0.32) | | (-0.26) |
| TXDSC | = | 3.40 | - | 0.00007 RSC | + | 0.000076 RSC (-1) |
| s.e. | | (1.6) | | 0.00016) | | (0.00018) |
| t-s | | (2.09) | | (-0.44) | | (0.42) |
| TXDTC | = | 3.77 | - | 0.000075 RTC | + | 0.000056 RTC (-1) |
| s.e. | | (1.6) | | (0.00019) | | (0.00022) |
| t-s | | (3.56) | | (-0.40) | | (0.26) |
| TXDTC | = | 1.97 | - | 0.00014 RTOC | + | 0.00016 RTOC (-1) |
| s.e. | | (0.92) | | (0.00018) | | (0.00021) |
| t-s | | (2.15) | | (-0.79) | | (0.77) |

LVT

| | | | | | | |
|----------|---|---------|---|-----------------|---|-----------------------|
| TXDPLVT | = | 7.84 | + | 0.00044 RPLVT | - | 0.00060 RPLVT (-1) |
| s.e. | | (0.35) | | (0.000062) | | (0.000072) |
| t-s | | (22.67) | | (7.06) | | (-8.33) |
| TXDSLVT | = | 11.50 | - | 0.00015 RSLVT | + | 0.000091 RSLVT (-1) |
| s.e. | | (1.41) | | (0.00023) | | (0.00027) |
| t-s | | (8.13) | | (-0.65) | | (0.33) |
| TXDTLVT | = | 8.77 | - | 0.00011 RTLVT | + | 0.000054 RTLVT (-1) |
| s.e. | | (0.78) | | (0.00012) | | (0.00014) |
| t-s | | (11.26) | | (-0.90) | | (0.39) |
| TXDTOLVT | = | 9.59 | - | 0.000063 RTOLVT | + | 0.00000042RTOLVT (-1) |
| s.e. | | (0.94) | | (0.00015) | | (0.00017) |
| t-s | | (10.21) | | (-0.43) | | (0.0024) |

ALENTEJO

| | | | | | | |
|--------|---|--------|---|--------------|---|-------------------|
| TXDPA | = | 19.22 | + | 0.0011 RPA | - | 0.0013 RPA (-1) |
| s.e. | | (5.42) | | (0.0011) | | (0.0011) |
| t-s | | (3.55) | | (1.07) | | (-1.16) |
| TXDSA | = | 12.31 | + | 0.0011 RSA | - | 0.00021 RSA (-1) |
| s.e. | | (2.36) | | (0.00033) | | (0.00040) |
| t-s | | (5.22) | | (0.32) | | (-0.52) |
| TXDTA | = | 9.95 | - | 0.00043 RTA | + | 0.00040 RTAL (-1) |
| s.e. | | (1.10) | | (0.00019) | | (0.00022) |
| t-s | | (9.03) | | (-2.26) | | (1.81) |
| TXDTOA | = | 17.07 | + | 0.00030 RTOA | - | 0.0005 RTOA (-1) |
| s.e. | | (1.86) | | (0.00031) | | (0.00037) |
| t-s | | (9.17) | | (0.97) | | (-1.40) |

ALGARVE

| | | | | | | |
|----------|---|--------|---|----------------|---|---------------------|
| TXDPALG | = | 0.60 | - | 0.000049 RPALG | + | 0.000059 RPALG (-1) |
| s.e. | | (0.58) | | (0.000095) | | (0.0001) |
| t-s | | (1.03) | | (-0.52) | | (0.59) |
| TXDSALG | = | 4.27 | - | 0.00015 RSALG | + | 0.00017 RSALG (-1) |
| s.e. | | (2.29) | | (0.00042) | | (0.00049) |
| t-s | | (1.87) | | (-0.36) | | (0.34) |
| TXDTALG | = | 4.89 | + | 0.00016 RTALG | - | 0.00020 RTALG |
| s.e. | | (2.14) | | (0.00070) | | (0.00078) |
| t-s | | (2.29) | | (0.22) | | (-0.26) |
| TXDTOALG | = | 4.14 | + | 0.00016 RTOALG | - | 0.00020 RTOALG (-1) |
| s.e. | | (1.34) | | (0.00040) | | (0.00045) |
| t-s | | (3.08) | | (0.39) | | (0.44) |

| CONTINENTE | | | | | |
|------------|---|---------|---|----------------|-----------------------|
| TXDPCO | = | 2.76 | + | 0.00030 RPCO | - 0.00036 RPCO (-1) |
| s.e. | | (0.21) | | (0.000045) | (0.000050) |
| t-s | | (12.91) | | (6.79) | (-7.25) |
| TXDSCO | = | 6.54 | - | 0.00022 RSCO | + 0.00021 RSCO (-1) |
| s.e. | | (1.61) | | (0.00032) | (0.00038) |
| t-s | | (4.07) | | (-0.68) | (0.55) |
| TXDTCO | = | 6.61 | - | 0.000034 RTCO | - 0.000012 RTCO (-1) |
| s.e. | | (0.44) | | (0.000072) | (0.000084) |
| t-s | | (15.01) | | (-0.47) | (-0.14) |
| TXDTOCO | = | 5.86 | - | 0.000053 RTOCO | + 0.000020 RTOCO (-1) |
| s.e. | | (0.78) | | (0.00014) | (0.00017) |
| t-s | | (7.5) | | (-0.38) | (0.12) |

Fonte: idem quadro 1 do Anexo III.

QUADRO 3

Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo C - $VTXD = \alpha + \alpha' VR(t)$, por NUT II.
- valores relativos - 1986/1992

| NUT | NORTE | | | | CENTRO | | | |
|----------------|-------|------|-------|------|--------|------|-------|------|
| Sector | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | |
| R ² | 54% | 2% | 6% | 15% | 15% | 7% | 29% | 12% |

| NUT | LVT | | | | ALENTEJO | | | |
|----------------|-------|------|-------|------|----------|------|-------|------|
| Sector | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | |
| R ² | 18% | 6% | 0.73% | 14% | 49% | 51% | 68% | 43% |

| NUT | ALGARVE | | | |
|----------------|---------|------|-------|------|
| Sector | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | |
| R ² | 21% | 16% | 0.2% | 5% |

NORTE

| | | | | | |
|--------|---|---|---------|---|------------|
| VTXDPN | = | - | 0.30 | + | 1.79 VRPN |
| s.e. | | | (0.14) | | (0.82) |
| t.s. | | | (-2.12) | | (2.17) |
| VTXDSN | = | - | 1.39 | + | 7.28 VRSN |
| s.e. | | | (3.68) | | (25.49) |
| t.s. | | | (-0.38) | | (0.29) |
| VTXDTN | = | - | 1.01 | + | 4.59 VRTN |
| s.e. | | | (1.25) | | (8.99) |
| t.s. | | | (-0.81) | | (0.51) |
| VTXTON | = | - | 1.57 | + | 8.89 VRTON |
| s.e. | | | (1.49) | | (10.41) |
| t.s. | | | (-1.05) | | (0.85) |

CENTRO

| | | | | | |
|---------|---|---|---------|---|------------|
| VTXDPC | = | - | 0.13 | + | 1.03 VRPC |
| s.e. | | | (0.20) | | (1.25) |
| t.s. | | | (-0.68) | | (0.83) |
| VTXDSC | = | - | 1.37 | + | 8.25 VRSC |
| s.e. | | | (2.26) | | (15.45) |
| t.s. | | | (-0.6) | | (0.53) |
| VTXDTC | = | - | 1.25 | + | 7.68 VRTC |
| s.e. | | | (0.84) | | (6.06) |
| t.s. | | | (-1.48) | | (1.27) |
| VTXDTOC | = | - | 0.85 | + | 5.21 VRTOC |
| s.e. | | | (1.04) | | (7.17) |
| t.s. | | | (-0.81) | | (0.73) |

| LVT | | | | | |
|-----------|---|---|-----------|---|---------------|
| VTXDPLVT | = | - | 2.42 | + | 10.6 VRPLVT |
| s.e. | | | (1.82) | | (11.18) |
| t.s. | | | (-1.33) | | (0.95) |
| VTXDSLVT | = | - | 1.98 | + | 6.75 VRSLVT |
| s.e. | | | (2.00) | | (13.14) |
| t.s. | | | (-0.99) | | (0.51) |
| VTXDTLVT | = | - | 0.64 | + | 0.96 VRTLVT |
| s.e. | | | (0.82) | | (5.60) |
| t.s. | | | (-0.77) | | (0.17) |
| VTXDTOlVT | = | - | 1.37 | + | 4.51 VRTOLVT |
| s.e. | | | (0.82) | | (5.43) |
| t.s. | | | (-1.67) | | (-0.83) |
| ALENTEJO | | | | | |
| VTXDPA | = | - | 13.69 | + | 81.85 VRPA |
| s.e. | | | (6.09) | | (41.8) |
| t.s. | | | (-2.25) | | (1.96) |
| VTXDSA | = | - | 4.31 | + | 22.89 VRSA |
| s.e. | | | (1.68) | | (11.14) |
| t.s. | | | (-2.56) | | (2.06) |
| VTXDTA | = | + | 3.28 | - | 27.77 VRTA |
| s.e. | | | (1.25) | | (9.48) |
| t.s. | | | (2.63) | | (-2.93) |
| VTXDTOA | = | - | 8.12 | + | 48.4 VRTOA |
| s.e. | | | (3.99) | | (27.88) |
| t.s. | | | (-2.03) | | (1.14) |
| ALGARVE | | | | | |
| VTXDPALG | = | + | 0.84 | - | 9.26 VRPALG |
| s.e. | | | (1.15) | | (8.97) |
| t.s. | | | (0.73) | | (-1.03) |
| VTXDSALG | = | - | 4.48 | + | 25.3 VRSALG |
| s.e. | | | (4.46) | | (29.14) |
| t.s. | | | (-1.00) | | (0.87) |
| VTXD TALG | = | - | 0.0087 | - | 3.89 VRTALG |
| s.e. | | | (6.01) | | (42.99) |
| t.s. | | | (-0.0014) | | (-0.09) |
| VTXDTOAlg | = | - | 2.54 | + | 14.04 VRTOALG |
| s.e. | | | (4.43) | | (30.9) |
| t.s. | | | (-0.57) | | (0.45) |

Fonte: idem Quadro I do Anexo III

QUADRO 4

Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo D - $VTXD = \alpha + \alpha' VR(t) + \alpha'' VR(t-1)$, por NUT II.
- valores relativos - 1987/1992

| NUT II | | NORTE | | | | CENTRO | | | |
|----------------|--|-------|------|-------|------|--------|------|-------|------|
| Sector | | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | | |
| R ² | | 51% | 23% | 84% | 53% | 12% | 36% | 70% | 53% |

| NUT II | | LVT | | | | ALENTEJO | | | |
|----------------|--|-------|------|-------|------|----------|------|-------|------|
| Sector | | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | | |
| R ² | | 84% | 13% | 4% | 26% | 71% | 62% | 94% | 86% |

| NUT's II | | ALGARVE | | | | CONTINENTE | | | |
|----------------|--|---------|------|-------|------|------------|------|-------|------|
| Sector | | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | | |
| R ² | | 28% | 59% | 66% | 81% | 82% | 45% | 74% | |

| NORTE | | | | | | | | | |
|---------|---|---------|---|-------------|---|-----------------|--|--|--|
| VTXDPN | = | - 0.074 | + | 1.29 VRPN | - | 0.97 VRPN (-1) | | | |
| s.e. | | (0.29) | | (1.49) | | (0.997) | | | |
| t-s | | (-0.26) | | (0.87) | | (-0.977) | | | |
| VTXDSN | = | - 4.08 | + | 12.4 VRSN | + | 15.93 VRSN (-1) | | | |
| s.e. | | (5.38) | | (26.5) | | (26.3) | | | |
| t-s | | (-0.76) | | (0.47) | | (0.60) | | | |
| VTXDTN | = | - 0.36 | + | 8.1 VRTN | - | 6.88 VRTN(-1) | | | |
| s.e. | | (0.65) | | (3.35) | | (3.3) | | | |
| t-s | | (-0.56) | | (2.4) | | (-2.09) | | | |
| VTXDTON | = | - 2.13 | + | 10.71 VRTON | + | 3.41 VRTON (-1) | | | |
| s.e. | | (1.49) | | (7.64) | | (7.62) | | | |
| t-s | | (-1.42) | | (1.4) | | (0.45) | | | |

CENTRO

| | | | | | | |
|---------|---|----------|---|------------|---|-----------------|
| VTXDPC | = | - 0.027 | + | 0.76 VRPC | - | 0.48 VRPC (-1) |
| s.e. | | (0.55) | | (2.56) | | (1.98) |
| t-s | | (-0.049) | | (0.3) | | (-0.24) |
| VTXDSC | = | - 3.0 | + | 6.18 VRSC | + | 14.87 VRSC (-1) |
| s.e. | | (3.099) | | (15.88) | | (15.95) |
| t-s | | (-0.98) | | (0.39) | | (0.93) |
| VTXDTC | = | - 2.68 | + | 8.35 VRTC | + | 9.52 VRTC (-1) |
| s.e. | | (1.15) | | (5.73) | | (5.58) |
| t-s | | (-2.33) | | (1.46) | | (1.71) |
| VTXDTOC | = | - 1.97 | + | 4.48 VRTOC | + | 8.95 VRTOC (-1) |
| s.e. | | (1.35) | | (7.01) | | (6.99) |
| t-s | | (-1.45) | | (0.64) | | (1.28) |

LVT

| | | | | | | |
|----------|---|---------|---|--------------|---|-------------------|
| VTXDPLVT | = | 0.31 | + | 12.45 VRPLVT | - | 17.75 VRPLVT (-1) |
| s.e. | | (1.73) | | (7.53) | | (6.93) |
| t-s | | (0.18) | | (+1.65) | | (-2.56) |
| VTXDPLVT | = | - 1.69 | + | 5.27 VRSLVT | + | 1.496 VRSLVT(-1) |
| s.e. | | (2.1) | | (10.87) | | (10.88) |
| t-s | | (-0.81) | | (+0.48) | | (+0.138) |
| VTXDTLVT | = | - 0.85 | + | 0.03 VRTLVT | + | 1.96 VRTLVT (-1) |
| s.e. | | (1.46) | | (7.1) | | (6.96) |
| t-s | | (-0.58) | | (+0.0046) | | (+0.28) |
| VTXDOLVT | = | - 1.29 | + | 5.09 VRTOLVT | - | 0.52 VRTOLVT (-1) |
| s.e. | | (1.23) | | (6.07) | | 6.06 |
| t-s | | (-1.05) | | (+0.84) | | (-0.086) |

ALENTEJO

| | | | | | | |
|---------|---|---------|---|-------------|---|------------------|
| VTXDPA | = | - 24.71 | + | 81.93 VRPA | + | 75.6 VRPA (-1) |
| s.e. | | (17.0) | | (41.1) | | (108.56) |
| t-s | | (-1.45) | | (+1.99) | | (0.70) |
| VTXDSA | = | - 3.88 | + | 21.4 VRSA | + | 0.18 VRSA (-1) |
| s.e. | | (2.22) | | (12.3) | | (12.5) |
| t-s | | (-1.75) | | (+1.75) | | (0.014) |
| VTXDTA | = | 2.62 | - | 31.1 VRTA | + | 6.94 VRTA (-1) |
| s.e. | | (1.78) | | (6.0) | | (5.81) |
| t-s | | (2.23) | | (-5.1) | | (1.19) |
| VTXDTOA | = | - 14.89 | + | 73.92 VRTOA | + | 23.46 VRTOA (-1) |
| s.e. | | (4.79) | | (20.77) | | (22.1) |
| t-s | | (-3.1) | | (3.6) | | (1.1) |

| ALGARVE | | | | | | |
|-----------|---|----------|---|--------------|---|-------------------|
| VTXDPALG | = | - 0.022 | - | 3.19 VRPALG | + | 2.98 VRPALG |
| s.e. | | (1.29) | | (6.29) | | (6.26) |
| t-s | | (-0.017) | | (-0.51) | | (0.48) |
| VTXDSALG | = | - 8.85 | + | 15.89 VRSALG | + | 39.6 VRSALG (-1) |
| s.e. | | (5.36) | | (25.26) | | (27.28) |
| t-s | | (-1.65) | | (+0.63) | | (1.45) |
| VTXDTALG | = | - 21.2 | + | 83.1 VRTALG | + | 67.6 VRTALG (-1) |
| s.e. | | (10.59) | | (50.55) | | (39.2) |
| t-s | | (-2.0) | | (+1.6) | | (1.7) |
| VTXDTOALG | = | - 0.27 | + | 4.20 VRTOALG | - | 3.76 VRTOALG (-1) |
| s.e. | | (0.399) | | (2.29) | | (2.23) |
| t-s | | (-0.68) | | (+1.84) | | (-1.69) |

| CONTINENTE | | | | | | |
|------------|---|--------|---|-------------|---|-----------------|
| VTXDPCO | = | - 0.84 | + | 11.87 VRPCO | - | 6.69 VRPCO (-1) |
| s.e. | | (1.19) | | (5.42) | | (4.796) |
| t-s | | (-0.7) | | (2.2) | | (-1.39) |
| VTXDSCO | = | - 3.1 | + | 8.1 VRSCO | + | 11.0 VRSCO(-1) |
| s.e. | | (2.2) | | (11.4) | | (11.4) |
| t-s | | (-1.4) | | (0.71) | | (0.97) |
| VTXDTCO | = | 1.37 | - | 0.35 VRTCO | - | 10.75 VRTCO(-1) |
| s.e. | | (0.92) | | (4.63) | | (4.53) |
| t-s | | (1.48) | | (-0.08) | | (-2.37) |

Fonte: idem Quadro 1 do Anexo III.



ANEXO IV

QUADRO 1

Peso relativo da modalidade "Sim, recebe subsídio", por NUT II, 1986/1991

| NUT II Anos | Norte | Centro | LVT | Alentejo | Algarve |
|----------------|-------|--------|-----|----------|---------|
| 1986 | 9% | 6% | 6% | 24% | 11% |
| 1987 | 9% | 7% | 6% | 7% | 21% |
| 1988 | 9% | 8% | 6% | 7% | 18% |
| 1989 | 14% | 9% | 8% | 5% | 16% |
| 1990 | 13% | 12% | 11% | 12% | 15% |
| 1991 | 17% | 17% | 20% | 16% | 19% |

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, 1986/1991.

QUADRO 2

Cálculo dos valores da variação anual da modalidade "Sim, recebe subsídio", através do rácio de variação relativa

$\frac{V1 - V0}{V0}$, por NUT II, 1986/1991

| NUT II Anos | Norte | Centro | LVT | Alentejo | Algarve |
|----------------|-------|--------|-------|----------|---------|
| 1986/1987 | -0.30 | +0.05 | -0.13 | -0.74 | +0.42 |
| 1987/1988 | -0.20 | -0.32 | -0.05 | -0.11 | -0.12 |
| 1988/1989 | +0.44 | -0.17 | +0.11 | -0.23 | -0.39 |
| 1989/1990 | -0.09 | +0.18 | +0.26 | +1.34 | +0.26 |
| 1990/1991 | +0.39 | +0.55 | +0.40 | +0.35 | +0.19 |

Legenda: V0 = Nº de indivíduos a receber subsídio no ano t-1.

V1 = Nº de indivíduos a receber subsídio no ano t.

Fonte: Quadro 1 do Anexo IV.

QUADRO 3

Peso relativo de cada modalidade - "Sim, com subsídio de desemprego", "Sim, com outro tipo de subsídio", "Sim, sem qualquer subsídio" e "Não está inscrito" - nas diferentes NUT II, 1986/1992.

(Desemprego, sentido restrito, 1º emprego e novo emprego)

PESO RELATIVO DE CADA MODALIDADE NAS DIFERENTES NUT - 1986

| MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|----------|---------------------------------|------|-----------------------------|------|----------------------------|------|--------|------|--------|------|
| NUT | | | | | | | | | | |
| NORTE | 9705 | 29.3 | 64 | 37.2 | 12649 | 17.0 | 80937 | 29.5 | 103355 | 27.1 |
| CENTRO | 3400 | 10.3 | --- | 0.0 | 11221 | 15.1 | 40625 | 14.8 | 55247 | 14.5 |
| LVT | 10533 | 31.8 | 60 | 34.9 | 38517 | 51.7 | 129009 | 47.1 | 178119 | 46.7 |
| ALENTEJO | 8525 | 25.7 | 48 | 27.9 | 8333 | 11.2 | 19050 | 7.0 | 35956 | 9.4 |
| ALGARVE | 972 | 2.9 | --- | 0.0 | 3763 | 5.1 | 4372 | 1.6 | 9107 | 2.4 |
| TOTAL | 33135 | | 172 | | 74483 | | 273993 | | 381784 | |

PESO RELATIVO DE CADA MODALIDADE NAS DIFERENTES NUT - 1987

| MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|----------|---------------------------------|------|-----------------------------|------|----------------------------|------|--------|------|--------|------|
| NUT | | | | | | | | | | |
| NORTE | 6819 | 30.0 | --- | 0.0 | 11671 | 14.7 | 58023 | 26.7 | 76513 | 23.9 |
| CENTRO | 3321 | 14.6 | 246 | 47.4 | 12707 | 16.0 | 33269 | 15.3 | 49543 | 15.5 |
| LVT | 9037 | 39.8 | 227 | 43.7 | 38761 | 48.9 | 108931 | 50.1 | 156956 | 49.1 |
| ALENTEJO | 2159 | 9.5 | 46 | 8.9 | 13576 | 17.1 | 14411 | 6.6 | 30192 | 9.4 |
| ALGARVE | 1380 | 6.1 | --- | 0.0 | 2526 | 3.2 | 2666 | 1.2 | 6572 | 2.1 |
| TOTAL | 22716 | | 519 | | 79241 | | 217300 | | 319776 | |

PESO RELATIVO DE CADA MODALIDADE NAS DIFERENTES NUT - 1988

| MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|----------|---------------------------------|------|-----------------------------|------|----------------------------|------|--------|------|--------|------|
| NUT | | | | | | | | | | |
| NORTE | 5264 | 27.1 | 208 | 46.8 | 14977 | 17.5 | 39558 | 24.9 | 60006 | 22.7 |
| CENTRO | 2415 | 12.4 | --- | 0.0 | 10643 | 12.4 | 16574 | 10.4 | 29632 | 11.2 |
| LVT | 8543 | 44.0 | 236 | 53.2 | 43029 | 50.3 | 85790 | 54.0 | 137598 | 52.1 |
| ALENTEJO | 1970 | 10.2 | --- | 0.0 | 15414 | 18.0 | 12694 | 8.0 | 30078 | 11.4 |
| ALGARVE | 1216 | 6.3 | --- | 0.0 | 1441 | 1.7 | 4114 | 2.6 | 6771 | 2.6 |
| TOTAL | 19408 | | 444 | | 85504 | | 158730 | | 264085 | |

PESO RELATIVO DE CADA MODALIDADE NAS DIFERENTES NUT - 1989

| MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|----------|---------------------------------|------|-----------------------------|------|----------------------------|------|--------|------|--------|------|
| NUT | | | | | | | | | | |
| NORTE | 7497 | 35.0 | 362 | 85.8 | 15168 | 18.7 | 34663 | 26.7 | 57690 | 24.8 |
| CENTRO | 2003 | 9.4 | --- | 0.0 | 8853 | 10.9 | 12418 | 9.6 | 23273 | 10.0 |
| LVT | 9664 | 45.1 | 60 | 14.2 | 41267 | 50.9 | 68323 | 52.6 | 119313 | 51.3 |
| ALENTEJO | 1515 | 7.1 | --- | 0.0 | 14632 | 18.0 | 11853 | 9.1 | 28000 | 12.0 |
| ALGARVE | 740 | 3.5 | --- | 0.0 | 1215 | 1.5 | 2558 | 2.0 | 4512 | 1.9 |
| TOTAL | 21419 | | 422 | | 81135 | | 129815 | | 232788 | |

PESO RELATIVO DE CADA MODALIDADE NAS DIFERENTES NUT - 1990

| MOD NUT | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|------------|---------------------------------------|------|-----------------------------------|------|----------------------------------|------|--------|------|--------|------|
| NORTE | 7018 | 27.3 | 151 | 31.6 | 15644 | 20.6 | 33961 | 28.8 | 56774 | 25.8 |
| CENTRO | 2288 | 8.9 | 71 | 14.9 | 7793 | 10.2 | 9699 | 8.2 | 19850 | 9.0 |
| LVT | 11972 | 46.5 | 256 | 53.6 | 35262 | 46.3 | 60419 | 51.3 | 107909 | 49.0 |
| ALENTEJO | 3542 | 13.8 | --- | 0.0 | 15191 | 20.0 | 10667 | 9.1 | 29400 | 13.4 |
| ALGARVE | 933 | 3.6 | --- | 0.0 | 2188 | 2.9 | 2990 | 2.5 | 6112 | 2.8 |
| TOTAL | 25753 | | 478 | | 76078 | | 117736 | | 220045 | |

PESO RELATIVO DE CADA MODALIDADE NAS DIFERENTES NUT - 1991

| MOD NUT | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|------------|---------------------------------------|------|-----------------------------------|------|----------------------------------|------|-------|------|--------|------|
| NORTE | 9608 | 26.7 | 358 | 53.4 | 15609 | 24.3 | 31674 | 32.4 | 57248 | 28.8 |
| CENTRO | 3657 | 10.2 | --- | 0.0 | 7901 | 12.3 | 10169 | 10.4 | 21727 | 10.9 |
| LVT | 16968 | 47.2 | 129 | 19.3 | 23035 | 35.9 | 44577 | 45.6 | 84710 | 42.6 |
| ALENTEJO | 4610 | 12.8 | 183 | 27.3 | 16052 | 25.0 | 8370 | 8.6 | 29215 | 14.7 |
| ALGARVE | 1111 | 3.1 | --- | 0.0 | 1546 | 2.4 | 3066 | 3.1 | 5722 | 2.9 |
| TOTAL | 35954 | | 670 | | 64143 | | 97856 | | 198622 | |

PESO RELATIVO DE CADA MODALIDADE NAS DIFERENTES NUT - 1992

| MOD NUT | Sim, está inscrito | % | Não está inscrito | % | Total | % |
|------------|-----------------------|------|----------------------|------|--------|------|
| NORTE | 26200 | 27.6 | 33632 | 36.6 | 59832 | 32.0 |
| CENTRO | 13424 | 14.1 | 9479 | 10.3 | 22903 | 12.3 |
| LVT | 40120 | 42.2 | 41304 | 45.0 | 81424 | 43.6 |
| ALENTEJO | 12839 | 13.5 | 5234 | 5.7 | 18073 | 9.7 |
| ALGARVE | 2380 | 2.5 | 2160 | 2.4 | 4540 | 2.4 |
| TOTAL | 94963 | | 91809 | | 186772 | |

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, 1986/1992.

QUADRO 4

Peso relativo do número de desempregados (desemprego, sentido restrito, 1º emprego e novo emprego) por inscrição num centro de emprego, por grupos etários em cada modalidade de Protecção Social - "Sim, com subsídio de desemprego", "Sim, com outro tipo de subsídio", "Sim, sem qualquer subsídio", "Não, está inscrito" -, por NUT II, 1986/1991 e em 1992 por duas modalidades de Protecção Social - "Sim, está inscrito" e "Não está inscrito"

NORTE - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1986

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|-------|----------------------------|------|-------|------|--------|------|
| 0-19 | 810 | 8.3 | — | 0.0 | 1535 | 12.5 | 31957 | 39.5 | 34302 | 33.2 |
| 20-24 | 2148 | 22.1 | 64 | 100.0 | 3716 | 29.4 | 21163 | 26.1 | 27027 | 26.1 |
| 25-34 | 3861 | 39.7 | — | 0.0 | 3271 | 25.9 | 16289 | 20.1 | 23421 | 22.7 |
| 35-44 | 1651 | 17.0 | — | 0.0 | 2001 | 15.8 | 6874 | 8.5 | 10526 | 10.0 |
| 45 e + | 1235 | 12.9 | — | 0.0 | 2077 | 16.4 | 4655 | 5.8 | 7967 | 7.8 |
| TOTAL | 9705 | | 64 | | 12650 | | 80938 | | 103357 | |

NORTE - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1987

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|-----|----------------------------|------|-------|------|-------|------|
| 0-19 | 657 | 9.6 | — | 0.0 | 1686 | 14.4 | 20105 | 34.7 | 22448 | 29.3 |
| 20-24 | 1251 | 18.3 | — | 0.0 | 3319 | 28.4 | 16170 | 27.9 | 20740 | 27.0 |
| 25-34 | 3293 | 48.3 | — | 0.0 | 4072 | 34.9 | 13006 | 22.4 | 20371 | 26.7 |
| 35-44 | 750 | 11.0 | — | 0.0 | 2070 | 17.7 | 4823 | 8.3 | 7643 | 10.0 |
| 45 e + | 868 | 12.7 | — | 0.0 | 523 | 4.5 | 3919 | 6.8 | 5310 | 7.0 |
| TOTAL | 6819 | | 0 | | 11670 | | 58023 | | 76512 | |

NORTE - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1988

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|------|----------------------------|------|-------|------|-------|------|
| 0-19 | 415 | 7.9 | — | 0.0 | 2145 | 14.3 | 13603 | 34.4 | 16163 | 27.0 |
| 20-24 | 620 | 11.8 | 68 | 32.7 | 4370 | 29.2 | 11001 | 27.8 | 15991 | 26.7 |
| 25-34 | 2909 | 55.3 | 71 | 34.1 | 4984 | 33.3 | 8061 | 20.4 | 15954 | 26.6 |
| 35-44 | 904 | 17.2 | 69 | 33.2 | 2149 | 14.3 | 3769 | 9.5 | 6822 | 11.4 |
| 45 e + | 417 | 7.9 | — | 0.0 | 1328 | 8.9 | 3124 | 7.9 | 4869 | 8.1 |
| TOTAL | 5265 | | 208 | | 14976 | | 39558 | | 60007 | |

NORTE - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1989

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|------|----------------------------|------|-------|------|-------|------|
| 0-19 | 1012 | 13.5 | 71 | 19.6 | 2862 | 18.9 | 12363 | 35.7 | 16308 | 28.3 |
| 20-24 | 1159 | 15.5 | 71 | 19.6 | 4236 | 27.9 | 8630 | 24.9 | 14096 | 24.4 |
| 25-34 | 3082 | 41.1 | 146 | 40.2 | 5200 | 34.3 | 8279 | 23.9 | 16707 | 29.0 |
| 35-44 | 1721 | 23.0 | 75 | 20.7 | 1761 | 11.6 | 3151 | 9.1 | 6708 | 11.7 |
| 45 e + | 522 | 7.0 | — | 0.0 | 1108 | 7.3 | 2240 | 6.5 | 3870 | 6.7 |
| TOTAL | 7496 | | 363 | | 15167 | | 34663 | | 57689 | |

NORTE - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1990

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|------|----------------------------|------|-------|------|-------|------|
| 0-19 | 441 | 6.3 | — | 0.0 | 3069 | 19.6 | 10840 | 31.9 | 14350 | 25.3 |
| 20-24 | 1469 | 21.0 | — | 0.0 | 3818 | 24.4 | 8641 | 25.4 | 13928 | 24.5 |
| 25-34 | 2660 | 38.0 | 76 | 50.7 | 6096 | 39.0 | 8277 | 24.4 | 17109 | 30.1 |
| 35-44 | 1557 | 22.2 | 74 | 49.3 | 1691 | 10.8 | 4294 | 12.6 | 7616 | 13.4 |
| 45 e + | 889 | 13.0 | — | 0.0 | 970 | 6.2 | 1907 | 5.6 | 3766 | 6.6 |
| TOTAL | 7018 | | 150 | | 15644 | | 33959 | | 56771 | |

NORTE - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1991

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|------|----------------------------|------|-------|------|-------|------|
| 0-19 | 728 | 7.6 | — | 0.0 | 2642 | 16.9 | 7553 | 23.8 | 10923 | 19.1 |
| 20-24 | 1361 | 14.2 | — | 0.0 | 3780 | 24.2 | 7737 | 24.4 | 12878 | 22.5 |
| 25-34 | 3175 | 33.0 | 139 | 38.8 | 4804 | 30.8 | 9430 | 28.8 | 17548 | 30.7 |
| 35-44 | 2329 | 24.2 | 145 | 40.5 | 3233 | 20.7 | 4468 | 14.1 | 10175 | 17.8 |
| 45 e + | 2015 | 21.0 | 74 | 20.7 | 1150 | 7.4 | 2486 | 7.8 | 5725 | 10 |
| TOTAL | 9608 | | 358 | | 15609 | | 31674 | | 57249 | |

NORTE - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1992

| GE/MOD | Sim, está inscrito | % | Não está inscrito | % |
|--------|--------------------|------|-------------------|------|
| 0-19 | 3762 | 14.4 | 8911 | 26.5 |
| 20-24 | 5627 | 21.5 | 7679 | 22.8 |
| 25-34 | 7577 | 28.9 | 9871 | 29.3 |
| 35-44 | 5752 | 22.0 | 5279 | 15.7 |
| 45 e + | 3483 | 13.3 | 1893 | 5.6 |
| TOTAL | 26201 | | 33633 | |

CENTRO - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1986

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|-----|----------------------------|------|-------|------|-------|------|
| 0-19 | 667 | 19.6 | — | 0.0 | 1962 | 17.5 | 15250 | 37.5 | 17889 | 32.4 |
| 20-24 | 590 | 17.3 | — | 0.0 | 2502 | 22.3 | 10487 | 25.8 | 13579 | 24.5 |
| 25-34 | 760 | 22.3 | — | 0.0 | 4070 | 36.3 | 8862 | 21.8 | 13692 | 24.8 |
| 35-44 | 688 | 20.2 | — | 0.0 | 1522 | 13.6 | 3520 | 8.7 | 5730 | 10.4 |
| 45 e + | 698 | 20.5 | — | 0.0 | 1165 | 10.4 | 2507 | 6.2 | 4370 | 7.9 |
| TOTAL | 3403 | | 0 | | 11221 | | 40625 | | 55260 | |

CENTRO - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1987

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|------|----------------------------|------|-------|------|-------|------|
| 0-19 | 407 | 12.3 | 65 | 26.5 | 2492 | 19.6 | 12938 | 38.9 | 15902 | 32.1 |
| 20-24 | 903 | 27.2 | 50 | 20.4 | 3482 | 27.4 | 7972 | 24.0 | 12357 | 25.0 |
| 25-34 | 583 | 17.6 | 65 | 26.5 | 4245 | 33.4 | 7467 | 22.4 | 12295 | 24.8 |
| 35-44 | 494 | 14.9 | — | 0.0 | 1505 | 11.8 | 2432 | 7.3 | 4431 | 8.9 |
| 45 e + | 934 | 28.1 | 65 | 26.5 | 983 | 7.7 | 2461 | 7.4 | 4378 | 8.9 |
| TOTAL | 3321 | | 245 | | 12707 | | 33270 | | 49543 | |

CENTRO - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1988

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|-----|----------------------------|------|-------|------|-------|------|
| 0-19 | 63 | 2.6 | — | 0.0 | 2286 | 21.5 | 6009 | 36.3 | 8349 | 28.5 |
| 20-24 | 557 | 23.0 | — | 0.0 | 3713 | 34.9 | 4762 | 29.0 | 9032 | 30.5 |
| 25-34 | 741 | 30.7 | — | 0.0 | 2842 | 26.7 | 3583 | 22.0 | 7166 | 24.2 |
| 35-44 | 434 | 18.0 | — | 0.0 | 1180 | 11.1 | 1480 | 9.0 | 3094 | 10.4 |
| 45 e + | 622 | 25.7 | — | 0.0 | 622 | 5.8 | 740 | 4.5 | 1984 | 6.7 |
| TOTAL | 2417 | | 0 | | 10643 | | 16574 | | 29625 | |

CENTRO - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1989

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|-----|----------------------------|------|-------|------|-------|------|
| 0-19 | 257 | 12.8 | — | 0.0 | 1437 | 16.2 | 4160 | 33.5 | 15854 | 68.1 |
| 20-24 | 580 | 29.0 | — | 0.0 | 2939 | 33.2 | 3648 | 29.4 | 7167 | 30.8 |
| 25-34 | 263 | 13.1 | — | 0.0 | 2472 | 28.0 | 3112 | 25.0 | 5847 | 25.1 |
| 35-44 | 384 | 19.2 | — | 0.0 | 1354 | 15.3 | 975 | 7.9 | 2713 | 11.7 |
| 45 e + | 518 | 25.9 | — | 0.0 | 650 | 7.3 | 522 | 4.2 | 1690 | 7.3 |
| TOTAL | 2002 | | 0 | | 8853 | | 12418 | | 23273 | |

CENTRO - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1990

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|-------|----------------------------|------|------|------|-------|------|
| 0-19 | 270 | 11.8 | 71 | 100.0 | 1377 | 17.7 | 3892 | 40.1 | 5610 | 28.3 |
| 20-24 | 717 | 31.4 | — | 0.0 | 2539 | 32.6 | 2398 | 24.7 | 5654 | 28.5 |
| 25-34 | 460 | 20.1 | — | 0.0 | 2062 | 26.5 | 2233 | 23.0 | 4755 | 24 |
| 35-44 | 578 | 25.3 | — | 0.0 | 1330 | 17.1 | 708 | 7.3 | 2416 | 12.2 |
| 45 e + | 262 | 11.5 | — | 0.0 | 487 | 6.2 | 468 | 4.8 | 1217 | 6.1 |
| TOTAL | 2287 | | 71 | | 7795 | | 9699 | | 19852 | |

CENTRO - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1991

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|-----|----------------------------|------|-------|------|-------|------|
| 0-19 | — | 0.0 | — | 0.0 | 1245 | 15.8 | 3705 | 36.4 | 4950 | 22.8 |
| 20-24 | 805 | 22.0 | — | 0.0 | 1830 | 23.2 | 2251 | 22.1 | 4886 | 22.5 |
| 25-34 | 947 | 25.9 | — | 0.0 | 2937 | 37.2 | 2500 | 24.6 | 6384 | 29.4 |
| 35-44 | 1225 | 33.5 | — | 0.0 | 1475 | 18.7 | 1370 | 13.5 | 4070 | 18.7 |
| 45 e + | 681 | 18.6 | — | 0.0 | 413 | 5.2 | 342 | 3.4 | 1436 | 6.6 |
| TOTAL | 3658 | | 0 | | 7900 | | 10168 | | 21726 | |

CENTRO - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1992

| GE/MOD | Sim, está inscrito | % | Não está inscrito | % |
|--------|--------------------|------|-------------------|------|
| 0-19 | 1142 | 8.5 | 2676 | 28.2 |
| 20-24 | 2628 | 19.6 | 2943 | 31.1 |
| 25-34 | 4859 | 36.2 | 2374 | 25.0 |
| 35-44 | 2439 | 18.2 | 501 | 5.3 |
| 45 e + | 2356 | 17.6 | 984 | 10.4 |
| TOTAL | 13424 | | 9478 | |

LVT - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1986

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------------|---------------------------------|------|-----------------------------|-------|----------------------------|------|---------------|------|---------------|------|
| 0-19 | 811 | 7.7 | — | 0.0 | 5840 | 15.2 | 35611 | 27.6 | 42262 | 23.7 |
| 20-24 | 1317 | 12.5 | — | 0.0 | 10709 | 27.8 | 31959 | 24.8 | 43985 | 24.7 |
| 25-34 | 3275 | 31.1 | 60 | 100.0 | 10863 | 28.2 | 31434 | 24.4 | 45572 | 25.6 |
| 35-44 | 2770 | 26.3 | — | 0.0 | 6313 | 16.4 | 15738 | 12.2 | 24821 | 13.9 |
| 45 e + | 2361 | 22.4 | — | 0.0 | 4794 | 12.4 | 14266 | 11.1 | 21421 | 12.0 |
| TOTAL | 10534 | | 60 | | 38519 | | 129008 | | 178121 | |

LVT - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1987

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------------|---------------------------------|------|-----------------------------|------|----------------------------|------|---------------|------|---------------|------|
| 0-19 | 238 | 2.6 | — | 0.0 | 6264 | 16.2 | 29491 | 27.1 | 35993 | 22.9 |
| 20-24 | 1158 | 12.8 | — | 0.0 | 11455 | 29.6 | 25467 | 23.4 | 38080 | 24.3 |
| 25-34 | 2955 | 32.7 | — | 0.0 | 10236 | 26.4 | 25760 | 23.6 | 38951 | 24.8 |
| 35-44 | 2194 | 24.3 | 57 | 25.1 | 5088 | 13.1 | 14406 | 13.2 | 22045 | 14.0 |
| 45 e + | 2492 | 27.6 | 170 | 74.9 | 5716 | 14.7 | 13808 | 12.7 | 22016 | 14.0 |
| TOTAL | 9037 | | 227 | | 38759 | | 108932 | | 156955 | |

LVT - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1988

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------------|---------------------------------|------|-----------------------------|------|----------------------------|------|--------------|------|---------------|------|
| 0-19 | 652 | 7.6 | — | 0.0 | 8099 | 18.8 | 22879 | 26.7 | 31630 | 23.0 |
| 20-24 | 827 | 9.7 | — | 0.0 | 11843 | 27.5 | 21163 | 24.7 | 33833 | 24.6 |
| 25-34 | 2255 | 26.4 | 119 | 50.4 | 12120 | 28.2 | 19698 | 23.0 | 34192 | 24.9 |
| 35-44 | 1777 | 20.8 | 58 | 24.6 | 5724 | 13.3 | 12636 | 14.7 | 20195 | 14.7 |
| 45 e + | 3032 | 35.5 | 59 | 25.0 | 5243 | 12.2 | 9414 | 11.0 | 17748 | 12.9 |
| TOTAL | 8543 | | 236 | | 43029 | | 85790 | | 137598 | |

LVT - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1989

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------------|---------------------------------|------|-----------------------------|-------|----------------------------|------|--------------|------|---------------|------|
| 0-19 | 312 | 3.2 | 60 | 100.0 | 5977 | 14.5 | 16880 | 24.7 | 23229 | 19.5 |
| 20-24 | 1044 | 10.8 | — | 0.0 | 12258 | 29.7 | 18501 | 27.1 | 31803 | 26.7 |
| 25-34 | 2839 | 29.4 | — | 0.0 | 12117 | 29.4 | 16501 | 24.2 | 31457 | 26.4 |
| 35-44 | 2578 | 26.7 | — | 0.0 | 5959 | 14.4 | 9309 | 13.6 | 17846 | 14.9 |
| 45 e + | 2889 | 29.9 | — | 0.0 | 4955 | 12.0 | 7129 | 10.4 | 14973 | 12.5 |
| TOTAL | 9662 | | 60 | | 41266 | | 68320 | | 119308 | |

LVT - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1990

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------------|---------------------------------|------|-----------------------------|------|----------------------------|------|--------------|------|---------------|------|
| 0-19 | 313 | 2.6 | — | 0.0 | 5556 | 15.8 | 14672 | 24.3 | 20541 | 19.0 |
| 20-24 | 1403 | 11.7 | 65 | 25.4 | 8526 | 24.2 | 14625 | 24.2 | 24619 | 22.8 |
| 25-34 | 2934 | 24.5 | — | 0.0 | 9384 | 26.6 | 12400 | 20.5 | 24718 | 22.9 |
| 35-44 | 2424 | 20.2 | 126 | 49.2 | 6470 | 18.3 | 9746 | 16.1 | 18640 | 17.3 |
| 45 e + | 4900 | 40.9 | 65 | 25.4 | 5326 | 15.1 | 8976 | 14.9 | 19267 | 17.9 |
| TOTAL | 11974 | | 256 | | 35262 | | 60419 | | 107911 | |

LVT - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1991

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|------|----------------------------|------|-------|------|-------|------|
| 0-19 | 440 | 2.6 | --- | 0.0 | 3865 | 16.8 | 10679 | 24.0 | 14984 | 17.7 |
| 20-24 | 1954 | 11.5 | --- | 0.0 | 6534 | 28.4 | 12627 | 28.3 | 21115 | 25.0 |
| 25-34 | 3669 | 21.6 | --- | 0.0 | 6116 | 26.6 | 10495 | 23.5 | 20280 | 23.9 |
| 35-44 | 4348 | 25.6 | 65 | 50.0 | 3835 | 16.6 | 5195 | 11.7 | 13443 | 15.9 |
| 45 e + | 6557 | 38.6 | 65 | 50.0 | 2685 | 11.7 | 5581 | 12.5 | 14888 | 17.6 |
| TOTAL | 16968 | | 130 | | 23035 | | 44577 | | 84710 | |

LVT - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1992

| GE/MOD | Sim, está inscrito | % | Não está inscrito | % |
|--------|--------------------|------|-------------------|------|
| 0-19 | 4758 | 11.9 | 9119 | 22.1 |
| 20-24 | 10159 | 25.3 | 10626 | 25.7 |
| 25-34 | 10835 | 27.0 | 11024 | 26.7 |
| 35-44 | 6644 | 16.6 | 5672 | 13.7 |
| 45 e + | 7723 | 19.3 | 4862 | 11.8 |
| TOTAL | 40119 | | 41303 | |

ALENTEJO - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1986

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|-------|----------------------------|------|-------|------|-------|------|
| 0-19 | 469 | 5.5 | — | 0.0 | 1396 | 16.8 | 6601 | 34.6 | 8466 | 23.5 |
| 20-24 | 1375 | 16.1 | — | 0.0 | 1443 | 17.3 | 3314 | 17.4 | 6132 | 17.0 |
| 25-34 | 1694 | 19.9 | 48 | 100.0 | 2535 | 30.4 | 3214 | 16.9 | 7491 | 20.8 |
| 35-44 | 1081 | 12.7 | — | 0.0 | 1236 | 14.8 | 2829 | 14.8 | 5146 | 14.3 |
| 45 e + | 3906 | 45.8 | — | 0.0 | 1724 | 20.7 | 3094 | 16.2 | 8724 | 24.3 |
| TOTAL | 8525 | | 48 | | 8334 | | 19052 | | 35955 | |

ALENTEJO - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1987

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|-------|----------------------------|------|-------|------|-------|------|
| 0-19 | 271 | 12.5 | 46 | 100.0 | 2698 | 19.9 | 4394 | 30.5 | 7409 | 24.5 |
| 20-24 | 249 | 11.5 | — | 0.0 | 2663 | 19.6 | 3175 | 22.0 | 7087 | 23.5 |
| 25-34 | 424 | 19.6 | — | 0.0 | 3257 | 24.0 | 2121 | 14.7 | 5802 | 19.2 |
| 35-44 | 244 | 11.3 | — | 0.0 | 2381 | 17.5 | 1190 | 8.3 | 3815 | 12.6 |
| 45 e + | 972 | 45.0 | — | 0.0 | 2577 | 19.0 | 3531 | 24.5 | 7080 | 23.4 |
| TOTAL | 2160 | | 46 | | 13576 | | 14411 | | 30193 | |

ALENTEJO - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1988

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|-----|----------------------------|------|-------|------|-------|------|
| 0-19 | — | 0.0 | — | 0.0 | 2868 | 18.6 | 2939 | 23.2 | 5807 | 19.6 |
| 20-24 | 126 | 6.4 | — | 0.0 | 3329 | 21.6 | 2680 | 21.1 | 6135 | 20.4 |
| 25-34 | 694 | 35.2 | — | 0.0 | 3597 | 23.3 | 2943 | 23.2 | 7234 | 24.0 |
| 35-44 | 254 | 12.9 | — | 0.0 | 2073 | 13.4 | 1592 | 12.5 | 3919 | 13.0 |
| 45 e + | 895 | 45.5 | — | 0.0 | 3548 | 23.0 | 2540 | 20.0 | 6983 | 23.2 |
| TOTAL | 1969 | | 0 | | 15415 | | 12694 | | 30078 | |

ALENTEJO - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1989

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|-----|----------------------------|------|-------|------|-------|------|
| 0-19 | — | 0.0 | — | 0.0 | 2172 | 14.8 | 2893 | 24.4 | 5065 | 18.0 |
| 20-24 | 132 | 8.7 | — | 0.0 | 2497 | 17.1 | 1967 | 16.6 | 4596 | 16.4 |
| 25-34 | 133 | 8.8 | — | 0.0 | 4809 | 32.9 | 2214 | 18.7 | 7156 | 25.6 |
| 35-44 | 458 | 30.2 | — | 0.0 | 2051 | 14.0 | 2434 | 20.5 | 4943 | 17.6 |
| 45 e + | 792 | 52.3 | — | 0.0 | 3102 | 21.2 | 2345 | 19.8 | 6239 | 22.3 |
| TOTAL | 1515 | | 0 | | 14631 | | 11853 | | 27999 | |

ALENTEJO - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1990

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|-----|----------------------------|------|-------|------|-------|------|
| 0-19 | 124 | 3.4 | — | 0.0 | 2514 | 16.5 | 2462 | 23.1 | 5100 | 17.3 |
| 20-24 | 309 | 8.5 | — | 0.0 | 2569 | 16.9 | 1956 | 18.3 | 4834 | 16.4 |
| 25-34 | 243 | 6.7 | — | 0.0 | 4421 | 29.1 | 1773 | 16.6 | 6437 | 25.8 |
| 35-44 | 1097 | 30.1 | — | 0.0 | 2131 | 14.0 | 2159 | 20.2 | 5387 | 18.3 |
| 45 e + | 1868 | 51.3 | — | 0.0 | 3556 | 23.4 | 2316 | 21.7 | 7740 | 26.3 |
| TOTAL | 3641 | | 0 | | 15191 | | 10666 | | 29498 | |

ALENTEJO - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1991

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------------|---------------------------------|------|-----------------------------|------|----------------------------|------|-------------|------|--------------|------|
| 0-19 | 61 | 1.3 | — | 0.0 | 2883 | 18.0 | 1748 | 20.9 | 4692 | 16.0 |
| 20-24 | 379 | 8.2 | — | 0.0 | 2424 | 15.1 | 1450 | 17.3 | 4253 | 14.6 |
| 25-34 | 1263 | 27.4 | 122 | 66.7 | 5242 | 32.7 | 2179 | 26.0 | 8806 | 30.1 |
| 35-44 | 946 | 20.5 | 61 | 33.3 | 2246 | 14.0 | 1241 | 14.8 | 4494 | 15.4 |
| 45 e + | 1961 | 42.5 | — | 0.0 | 3256 | 20.3 | 1754 | 21.0 | 6971 | 23.9 |
| TOTAL | 4610 | | 183 | | 16051 | | 8372 | | 29216 | |

ALENTEJO - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1992

| GE/MOD | Sim, está inscrito | % | Não está inscrito | % |
|--------------|--------------------|------|-------------------|------|
| 0-19 | 1166 | 9.1 | 1375 | 26.3 |
| 20-24 | 3015 | 23.5 | 1137 | 21.7 |
| 25-34 | 2698 | 21.0 | 1439 | 27.5 |
| 35-44 | 2088 | 16.3 | 372 | 7.1 |
| 45 e + | 3871 | 30.2 | 910 | 17.4 |
| TOTAL | 12838 | | 5233 | |

ALGARVE - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1986



| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|-----|----------------------------|------|------|------|-------|------|
| 0-19 | — | 0.0 | — | 0.0 | 571 | 15.2 | 830 | 19.0 | 1401 | 15.4 |
| 20-24 | 142 | 14.6 | — | 0.0 | 1053 | 28.0 | 875 | 20.0 | 2070 | 22.7 |
| 25-34 | 187 | 19.2 | — | 0.0 | 1452 | 38.6 | 1704 | 39.0 | 3343 | 36.7 |
| 35-44 | 405 | 41.6 | — | 0.0 | 373 | 9.9 | 566 | 12.9 | 1344 | 14.8 |
| 45 e + | 239 | 24.6 | — | 0.0 | 314 | 8.3 | 398 | 9.1 | 951 | 10.4 |
| TOTAL | 973 | | 0 | | 3763 | | 4373 | | 9109 | |

ALGARVE - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1987

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|-----|----------------------------|------|------|------|-------|------|
| 0-19 | 221 | 16.0 | — | 0.0 | 557 | 22.1 | 810 | 30.4 | 1588 | 24.2 |
| 20-24 | 78 | 5.7 | — | 0.0 | 629 | 24.9 | 339 | 12.7 | 1046 | 16.9 |
| 25-34 | 551 | 39.9 | — | 0.0 | 631 | 25.0 | 1190 | 44.7 | 2372 | 36 |
| 35-44 | 204 | 14.8 | — | 0.0 | 261 | 10.3 | 265 | 9.9 | 730 | 11.1 |
| 45 e + | 326 | 23.6 | — | 0.0 | 448 | 17.7 | 61 | 2.3 | 835 | 12.7 |
| TOTAL | 1380 | | 0 | | 2526 | | 2665 | | 6571 | |

ALGARVE - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1988

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|-----|----------------------------|------|------|------|-------|------|
| 0-19 | 172 | 14.1 | — | 0.0 | 176 | 12.2 | 1013 | 24.6 | 1361 | 20 |
| 20-24 | 146 | 12.0 | — | 0.0 | 402 | 27.9 | 1044 | 25.4 | 1592 | 23.5 |
| 25-34 | 549 | 45.1 | — | 0.0 | 466 | 32.3 | 736 | 17.9 | 1751 | 25.9 |
| 35-44 | 102 | 8.4 | — | 0.0 | 217 | 15.1 | 509 | 12.4 | 828 | 12.2 |
| 45 e + | 247 | 20.3 | — | 0.0 | 180 | 12.5 | 813 | 19.8 | 1240 | 18.3 |
| TOTAL | 1216 | | 0 | | 1441 | | 4115 | | 6772 | |

ALGARVE - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1989

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|-----|----------------------------|------|------|------|-------|------|
| 0-19 | — | 0.0 | — | 0.0 | 188 | 15.5 | 835 | 32.7 | 1023 | 24.9 |
| 20-24 | 139 | 18.8 | — | 0.0 | 282 | 23.2 | 283 | 11.1 | 704 | 17.2 |
| 25-34 | 140 | 18.9 | — | 0.0 | 420 | 34.6 | 790 | 30.9 | 1350 | 33.0 |
| 35-44 | 47 | 6.3 | — | 0.0 | 232 | 19.1 | 326 | 12.7 | 605 | 14.8 |
| 45 e + | 415 | 56.0 | — | 0.0 | 92 | 7.8 | 323 | 12.6 | 438 | 10.7 |
| TOTAL | 741 | | 0 | | 1214 | | 2557 | | 4097 | |

ALGARVE - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1990

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|-----|----------------------------|------|------|------|-------|------|
| 0-19 | 92 | 9.9 | — | 0.0 | 418 | 19.1 | 952 | 31.8 | 1462 | 23.9 |
| 20-24 | — | 0.0 | — | 0.0 | 373 | 17.0 | 742 | 24.8 | 1115 | 18.2 |
| 25-34 | 322 | 34.5 | — | 0.0 | 562 | 25.7 | 791 | 26.4 | 1675 | 27.4 |
| 35-44 | 283 | 30.3 | — | 0.0 | 328 | 15.0 | 186 | 6.2 | 797 | 13.0 |
| 45 e + | 237 | 25.4 | — | 0.0 | 507 | 23.2 | 320 | 10.7 | 1064 | 17.4 |
| TOTAL | 934 | | 0 | | 2188 | | 2991 | | 6113 | |

ALGARVE - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1991

| GE/MOD | Sim, com subsídio de desemprego | % | Sim, outro tipo de subsídio | % | Sim, sem qualquer subsídio | % | Não | % | Total | % |
|--------|---------------------------------|------|-----------------------------|-----|----------------------------|------|------|------|-------|------|
| 0-19 | 47 | 4.2 | — | 0.0 | 100 | 6.5 | 784 | 25.6 | 931 | 10.2 |
| 20-24 | 47 | 4.2 | — | 0.0 | 234 | 15.1 | 868 | 28.3 | 1149 | 12.6 |
| 25-34 | 388 | 34.9 | — | 0.0 | 673 | 43.5 | 871 | 28.4 | 1932 | 21.2 |
| 35-44 | 296 | 26.6 | — | 0.0 | 192 | 12.4 | 247 | 8.1 | 735 | 8.0 |
| 45 e + | 334 | 30.0 | — | 0.0 | 347 | 22.4 | 295 | 9.6 | 976 | 10.7 |
| TOTAL | 1112 | | 0 | | 1546 | | 3065 | | 9109 | |

ALGARVE - INSCRIÇÃO NUM CENTRO DE EMPREGO - 1992

| GE/MOD | Sim | % | Não | % |
|--------|------|------|------|------|
| 0-19 | 60 | 2.5 | 634 | 29.4 |
| 20-24 | 450 | 18.9 | 401 | 18.6 |
| 25-34 | 645 | 27.1 | 520 | 24.1 |
| 35-44 | 629 | 26.4 | 178 | 8.2 |
| 45 e + | 595 | 25.0 | 427 | 19.8 |
| TOTAL | 2379 | | 2160 | |

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, 1986/92.

QUADRO 5

Hierarquização das modalidades de Protecção Social por inscrição num centro de emprego - "Sim, com subsídio de desemprego", "Sim, com outro tipo de subsídio", "Sim, sem qualquer subsídio" e "Não está inscrito", por grupos etários, por NUT II, 1986/1991

| NORTE | | | | | | |
|--------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| ANOS | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 |
| GE | | | | | | |
| 0-19 | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD |
| 20-24 | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD |
| 25-34 | 1ª)NEI 2ª)SSD 3ª)SSQS | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD |
| 35-44 | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD |
| 45 e + | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSD 3ª)SSQS | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSD 3ª)SSQS |

| CENTRO | | | | | | |
|--------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|----------------------------------|
| ANOS | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 |
| GE | | | | | | |
| 0-19 | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD/SOTS |
| 20-24 | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD |
| 25-34 | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD |
| 35-44 | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD |
| 45 e + | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)SSD 3ª)NEI | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD | 1ª)SSD 2ª)SSQS 3ª)NEI |

| LVT | | | | | | |
|--------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| ANOS | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 |
| GE | | | | | | |
| 0-19 | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD |
| 20-24 | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD |
| 25-34 | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD |
| 35-44 | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD |
| 45 e + | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)SSD 2ª)NEI 3ª)SSQS |

| ALENTEJO | | | | | | |
|----------|-----------------------------|-----------------------------|----------------------------------|----------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| ANOS | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 |
| GE | | | | | | |
| 0-19 | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD/SOTS | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD/SOTS | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD |
| 20-24 | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD |
| 25-34 | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD |
| 35-44 | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD |
| 45 e + | 1ª)SSD 2ª)NEI 3ª)SSQS | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)SSD 3ª)NEI |

| ALGARVE | | | | | | |
|---------|----------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|----------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| ANOS | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 |
| GE | | | | | | |
| 0-19 | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD/SOTS | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD/SOTS | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD |
| 20-24 | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD |
| 25-34 | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSD 3ª)SSQS | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD |
| 35-44 | 1ª)NEI 2ª)SSD 3ª)SSQS | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)SSD 3ª)NEI | 1ª)SSD 2ª)NEI 3ª)SSQS |
| 45 e + | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)SSD 3ª)NEI | 1ª)NEI 2ª)SSD 3ª)SSQS | 1ª)NEI 2ª)SSQS 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)NEI 3ª)SSD | 1ª)SSQS 2ª)SSD 3ª)NEI |

Fonte: Quadro 4, Anexo IV.

QUADRO 6

Testes estatísticos e coeficientes das regressões entre a taxa de desemprego e as modalidades "Recebe subsídio" e "Não recebe subsídio", de tipo E - $TXD = \alpha + \alpha' CS + \alpha'' NS$, por sectores, por NUT II, 1986/1991

| NUT | NORTE | | | | CENTRO | | | |
|----------------|-------|------|-------|------|--------|------|-------|------|
| Sector | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | |
| R ² | 2.9% | 98% | 98% | 99% | 45% | 94% | 94% | 96% |

| NUT | LVT | | | | ALENTEJO | | | |
|----------------|-------|------|-------|-------|----------|------|-------|------|
| Sector | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | |
| R ² | 73% | 98% | 99% | 99.8% | 82% | 95% | 74% | 93% |

| NUT | ALGARVE | | | |
|----------------|---------|------|-------|------|
| Sector | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | |
| R ² | 74% | 61% | 96% | 96% |

NORTE

| | | | | | | |
|--------|---|---------|---|---------------|---|----------------|
| TXDPN | = | 0.29 | - | 0.0000029 CSN | + | 0.00000103 NSN |
| s.e. | | (0.295) | | (0.000035) | | (0.0000034) |
| t-s | | (0.99) | | (-0.081) | | (0.3) |
| TXDSN | = | -1.76 | + | 0.000035 CSN | + | 0.000089 NSN |
| s.e. | | (0.69) | | (0.000082) | | (0.00000798) |
| t-s | | (-2.6) | | (0.42) | | (11.2) |
| TXDTN | = | 0.25 | + | 0.000064 CSN | + | 0.000038 NSN |
| s.e. | | (0.32) | | (0.000038) | | (0.0000037) |
| t-s | | (0.78) | | (1.69) | | (10.38) |
| TXDTON | = | -0.59 | + | 0.00006 CSN | + | 0.000048 NSN |
| s.e. | | (0.24) | | (0.000028) | | (0.0000027) |
| t-s | | (-2.5) | | (2.21) | | (17.68) |

CENTRO

| | | | | | | |
|-------|---|---------|---|--------------|---|---------------|
| TXDPC | = | -0.079 | + | 0.000059 CSC | + | 0.0000025 NSC |
| s.e. | | (0.18) | | (0.000072) | | (0.0000035) |
| t-s | | (-0.43) | | (0.81) | | (0.72) |
| TXDSC | = | 1.24 | + | 0.000039 CSC | + | 0.000068 NSC |
| s.e. | | (0.62) | | (0.00024) | | (0.000012) |
| t-s | | (2.0) | | (0.159) | | (5.76) |
| TXDTC | = | 0.93 | + | 0.000111 CSC | + | 0.000041 NSC |
| s.e. | | (0.41) | | (0.00016) | | (0.00000795) |
| t-s | | (2.24) | | (0.68) | | (5.9) |
| TXDTC | = | 0.69 | + | 0.000086 CSC | + | 0.000036 NSC |
| s.e. | | (0.25) | | (0.00010) | | (0.0000049) |
| t-s | | (2.69) | | (0.86) | | (7.31) |

| LVT | | | | | | |
|----------|---|---------|---|-----------------|---|----------------|
| TXDPLVT | = | -1.1 | + | 0.00019 CSLVT | + | 0.000033 NSLVT |
| s.e. | | (2.92) | | (0.00014) | | (0.000012) |
| t-s | | (-0.38) | | (1.32) | | (2.64) |
| TXDSLVT | = | -3.91 | + | 0.00027 CSLVT | + | 0.000075 NSLVT |
| s.e. | | (1.57) | | (0.000077) | | (0.0000066) |
| t-s | | (-2.5) | | (3.51) | | (11.35) |
| TXDTLVT | = | 2.21 | - | 0.0000510 CSLVT | + | 0.000029 NSLVT |
| s.e. | | (0.83) | | (0.000041) | | (0.0000035) |
| t-s | | (2.7) | | (-1.24) | | (8.9) |
| TXDTOLVT | = | -0.23 | + | 0.00008 CSLVT | + | 0.00004 NSLVT |
| s.e. | | (0.27) | | (0.000013) | | (0.0000012) |
| t-s | | (-0.84) | | (6.01) | | (38.8) |

| ALENTEJO | | | | | | |
|----------|---|---------|---|-------------|---|-------------|
| TXDPA | = | -2.0 | + | 0.0013 CSA | + | 0.00066 NSA |
| s.e. | | (17.96) | | (0.00036) | | (0.00066) |
| t-s | | (-0.11) | | (3.71) | | (0.99) |
| TXDSA | = | -23.2 | + | 0.00061 CSA | + | 0.0011 NSA |
| s.e. | | (5.03) | | (0.0000995) | | (0.000185) |
| t-s | | (-4.6) | | (6.1) | | (5.99) |
| TXDTA | = | -6.7 | - | 0.00014 CSA | + | 0.0005 NSA |
| s.e. | | (5.64) | | (0.00011) | | (0.00021) |
| t-s | | (-1.2) | | (-1.22) | | (2.4) |
| TXDTOA | = | -13.65 | + | 0.00051 CSA | + | 0.00085 NSA |
| s.e. | | (4.98) | | (0.000099) | | (0.00018) |
| t-s | | (-2.7) | | (5.1) | | (4.6) |

| ALGARVE | | | | | | |
|---------|---|---------|---|---------------|---|---------------|
| TXDPALG | = | -0.22 | - | 0.00098 CSALG | + | 0.00043 NSALG |
| s.e. | | (1.24) | | (0.00098) | | (0.00015) |
| t-s | | (-0.17) | | (-1.0) | | (2.8) |
| TXDSALG | = | -1.52 | + | 0.0012 CSALG | + | 0.00090 NSALG |
| s.e. | | (3.66) | | (0.0029) | | (0.00044) |
| t-s | | (-0.42) | | (0.43) | | (2.04) |
| TXDTALG | = | 0.97 | + | 0.00094 CSALG | + | 0.00074 NSALG |
| s.e. | | (0.799) | | (0.00063) | | (0.000096) |
| t-s | | (-1.2) | | (1.49) | | (7.7) |
| TXDTALG | = | -1.04 | + | 0.00073 CSALG | + | 0.00074 NSALG |
| s.e. | | (0.77) | | (0.00061) | | (0.000093) |
| t-s | | (-1.3) | | (1.2) | | (7.92) |

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego 1986/1991, relativo ao número de desempregados a receber subsídio por NUT.

QUADRO 7

QUADRO 7.1

Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo FI - $TXD = \alpha + \alpha' CS$ ($CS = \text{"Recebe subsídio"}$),
por sectores de actividade, por NUT II, 1986/1992

| NUT | | NORTE | | | | CENTRO | | | |
|---------------|--------|---------|------|-------|------|--------|------|-------|------|
| | Sector | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | | |
| R^2 | | 0.0044% | 11% | 19% | 17% | 36% | 28% | 35% | 36% |

| NUT | | LVT | | | | ALENTEJO | | | |
|---------------|--------|-------|------|-------|------|----------|------|-------|------|
| | Sector | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | | |
| R^2 | | 9.5% | 31% | 64% | 45% | 76% | 41% | 23% | 45% |

| NUT | | ALGARVE | | | |
|---------------|--------|---------|------|-------|------|
| | Sector | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | |
| R^2 | | 3.3% | 6.6% | 9.5% | 7.4% |

| | | NORTE | | | |
|--------|---|--------|---|--------------|--|
| TXDPN | = | 0.33 | + | 0.000029 CSN | |
| s.e. | | (0.24) | | (0.000029) | |
| t-s | | (1.4) | | (0.011) | |
| TXDSN | = | 1.48 | + | 0.00031 CSN | |
| s.e. | | (3.5) | | (0.00044) | |
| t-s | | (0.42) | | 0.70) | |
| TXDTN | = | 1.64 | + | 0.00018 CSN | |
| s.e. | | (1.52) | | (0.00019) | |
| t-s | | (1.08) | | (0.97) | |
| TXDTON | = | 1.16 | + | 0.00021 CSN | |
| s.e. | | (1.9) | | (0.00024) | |
| t-s | | (0.61) | | (0.89) | |

| CENTRO | | | | |
|--------|---|---------|---|--------------|
| TXDPC | = | -0.08 | + | 0.000086 CSC |
| s.e. | | (0.17) | | (0.000057) |
| t-s | | (-0.48) | | (1.50) |
| TXDSC | = | 1.14 | + | 0.00079 CSC |
| s.e. | | (1.85) | | (0.00062) |
| t-s | | (0.61) | | (1.26) |
| TXDTC | = | 0.87 | + | 0.00056 CSC |
| s.e. | | (1.13) | | (0.00038) |
| t-s | | (0.76) | | (1.48) |
| TXDTOC | = | 0.63 | + | 0.00048 CSC |
| s.e. | | (0.96) | | (0.00032) |
| t-s | | (0.66) | | (1.49) |

| LVT | | | | |
|----------|---|--------|---|----------------|
| TXDPLVT | = | 6.04 | - | 0.000097 CSLVT |
| s.e. | | (1.74) | | (0.00015) |
| t-s | | (3.47) | | (-0.65) |
| TXDSLVT | = | 12.55 | - | 0.00039 CSLVT |
| s.e. | | (3.4) | | (0.00029) |
| t-s | | (3.7) | | (-1.3) |
| TXDTLVT | = | 8.5 | - | 0.00031 CSLVT |
| s.e. | | (1.32) | | (0.00011) |
| t-s | | (6.5) | | (-2.7) |
| TXDTOLVT | = | 9.56 | - | 0.00031 CSLVT |
| s.e. | | (2.0) | | (0.00017) |
| t-s | | (4.8) | | (-1.82) |

| ALENTEJO | | | | |
|----------|---|---------|---|-------------|
| TXDPA | = | 15.70 | + | 0.0013 CSA |
| s.e. | | (1.569) | | (0.00035) |
| t-s | | (10.0) | | (3.6) |
| TXDSA | = | 6.82 | + | 0.00051 CSA |
| s.e. | | (1.37) | | (0.00031) |
| t-s | | (4.96) | | (1.68) |
| TXDTA | = | 6.7 | - | 0.00018 CSA |
| s.e. | | (0.73) | | 0.00016) |
| t-s | | (9.2) | | (-1.1) |
| TXDTOA | = | 9.2 | + | 0.00043 CSA |
| s.e. | | (1.07) | | (0.00024) |
| t-s | | (8.58) | | (1.81) |

ALGARVE

| | | | | |
|----------|---|--------|---|----------------|
| TXDPALG | = | 1.68 | - | 0.000598 CSALG |
| s.e. | | (1.74) | | (0.0016) |
| t-s | | (0.97) | | (-0.37) |
| TXDSALG | = | 2.51 | + | 0.0020 CSALG |
| s.e. | | (4.13) | | (0.0038) |
| t-s | | (0.61) | | (0.53) |
| TXDTALG | = | 2.3 | + | 0.0016 CSALG |
| s.e. | | (2.66) | | (0.0025) |
| t-s | | (0.88) | | (0.65) |
| TXDTOALG | = | 2.3 | + | 0.0014 CSALG |
| s.e. | | (2.64) | | (0.0024) |
| t-s | | (0.86) | | (0.57) |

QUADRO 7.2

Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo F2 - $TXD = \beta + \beta' NS$ (NS = "Não recebe subsídio"), por sectores de actividade, por NUT II, 1986/1991

| NUT | | NORTE | | | | CENTRO | | | |
|----------------|--|-------|------|-------|------|--------|------|-------|------|
| Sector | | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | | |
| R ² | | 2.7% | 98% | 96% | 98% | 33% | 94% | 93% | 96% |

| NUT | | LVT | | | | ALENTEJO | | | |
|----------------|--|-------|------|-------|------|----------|------|-------|------|
| Sector | | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | | |
| R ² | | 54% | 92% | 98% | 99% | 0.96% | 39% | 60% | 33% |

| NUT | | ALGARVE | | | |
|----------------|--|---------|------|-------|------|
| Sector | | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | |
| R ² | | 65% | 59% | 92% | 94% |

| | | NORTE | | | |
|--------|---|---------|---|----------------|--|
| TXDPN | = | 0.28 | + | 0.00000095 NSN | |
| s.e. | | (0.178) | | (0.0000028) | |
| t-s | | (1.55) | | (0.33) | |
| TXDSN | = | -1.6 | + | 0.000090 NSN | |
| s.e. | | (0.43) | | (0.0000068) | |
| t-s | | (-3.6) | | (13.3) | |
| TXDTN | = | 0.64 | + | 0.000040 NSN | |
| s.e. | | (0.26) | | (0.0000043) | |
| t-s | | (2.37) | | (9.45) | |
| TXDTON | = | -2.16 | + | 0.00005 NSN | |
| s.e. | | (0.23) | | (0.0000037) | |
| t-s | | (-0.94) | | (13.71) | |

CENTRO

| | | | | |
|-------|---|--------|---|---------------|
| TXDPC | = | 0.05 | + | 0.0000039 NSC |
| s.e. | | (0.09) | | (0.0000028) |
| t-s | | (0.48) | | (1.408) |
| TXDSC | = | 1.3 | + | 0.000069 NSC |
| s.e. | | (0.29) | | (0.0000087) |
| t-s | | (4.55) | | (7.92) |
| TXDTC | = | 1.16 | + | 0.000044 NSC |
| s.e. | | (0.21) | | (0.0000063) |
| t-s | | (5.59) | | (7.0) |
| TXDTC | = | 0.87 | + | 0.000038 NSC |
| s.e. | | (0.13) | | (0.00000399) |
| t-s | | (6.55) | | (9.48) |

LVT

| | | | | |
|----------|---|--------|---|----------------|
| TXDPLVT | = | 2.5 | + | 0.000020 NSLVT |
| s.e. | | (1.1) | | (0.0000088) |
| t-s | | (2.3) | | (2.3) |
| | | | | |
| TXDSLVT | = | 1.25 | + | 0.000058 NSLVT |
| s.e. | | (1.06) | | (0.0000085) |
| t-s | | (1.18) | | (6.76) |
| | | | | |
| TXDTLVT | = | 1.25 | + | 0.000032 NSLVT |
| s.e. | | (0.30) | | (0.0000024) |
| t-s | | (4.1) | | (13.2) |
| | | | | |
| TXDTOLVT | = | 1.3 | + | 0.00004 NSLVT |
| s.e. | | (0.29) | | (0.0000024) |
| t-s | | (4.5) | | (16.6) |

ALENTEJO

| | | | | |
|--------|---|---------|---|-------------|
| TXDPA | = | 13.42 | + | 0.00026 NSA |
| s.e. | | (35.7) | | (0.0013) |
| t-s | | (0.38) | | (0.20) |
| TXDSA | = | -16.1 | + | 0.00093 NSA |
| s.e. | | (15.6) | | (0.00058) |
| t-s | | (-1.0) | | (1.6) |
| TXDTA | = | -8.3 | + | 0.00054 NSA |
| s.e. | | (5.81) | | (0.00022) |
| t-s | | (-1.4) | | (2.5) |
| TXDTOA | = | -7.7 | + | 0.00069 NSA |
| s.e. | | (13.15) | | (0.00049) |
| t-s | | (-0.59) | | (1.41) |

| ALGARVE | | | | |
|----------|---|---------|---|---------------|
| TXDPALG | = | -1.14 | + | 0.00040 NSALg |
| s.e. | | (0.83) | | (0.00015) |
| t-s | | (-1.38) | | (2.73) |
| TXDSALG | = | -0.35 | + | 0.00093 NSALG |
| s.e. | | (2.18) | | (0.00039) |
| t-s | | (-0.16) | | (2.38) |
| TXDTALG | = | -0.089 | + | 0.00076 NSALG |
| s.e. | | (0.61) | | (0.00011) |
| t-s | | (-0.15) | | (6.99) |
| TXDTOALG | = | -0.35 | + | 0.00076 NSALG |
| s.e. | | (0.54) | | (0.000097) |
| t-s | | (-0.65) | | (7.76) |

Fonte: Cálculos efectuados com base nos dados do INE, Inquérito ao Emprego, 1986/1991.

QUADRO 8

Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo G entre a taxa de desemprego e cada uma das 4 modalidades - "Sim, sem qualquer tipo de subsídio" (SSD), "Sim, com outro tipo de subsídio" (SOTS), "Sim, com qualquer tipo de subsídio" (SSQS), "Não, está inscrito" (NEI) - por inscrição num centro de emprego, por sectores de actividade, por NUT II, 1986/1991

QUADRO 8.1

Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo G1 -TXD = $\alpha + \alpha' \text{ SSD}$ -

| NUT | NORTE | | | | CENTRO | | | |
|----------------|-------|------|-------|------|--------|------|-------|------|
| Sectores | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | |
| R ² | 0.25% | 16% | 25% | 22% | 32% | 27% | 31% | 33% |

| NUT | LVT | | | | ALENTEJO | | | |
|----------------|-------|------|-------|------|----------|------|-------|------|
| Sectores | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | |
| R ² | 9% | 30% | 64% | 48% | 76% | 43% | 21% | 46% |

| NUT | ALGARVE | | | |
|----------------|---------|------|-------|------|
| Sectores | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | |
| R ² | 3% | 65% | 9% | 7% |

NORTE

| | | | | |
|--------|---|------|---|---------------|
| TXDPN | = | 0.31 | + | 0.000003 SSDN |
| TXDSN | = | 1.0 | + | 0.00038 SSDN |
| TXDTN | = | 1.4 | + | 0.00021 SSDN |
| TXDTON | = | 0.9 | + | 0.00025 SSDN |

CENTRO

| | | | | |
|-------|---|-------|---|---------------|
| TXDPC | = | -0.07 | + | 0.000084 SSDC |
| TXDSC | = | 1.11 | + | 0.0008 SSDC |
| TXDTC | = | 0.92 | + | 0.00055 SSDC |
| TXDTC | = | 0.63 | + | 0.00048 SSDC |

LVT

| | | | | |
|----------|---|------|---|------------------|
| TXDPLVT | = | 6.0 | - | 0.0000355 SSDLVT |
| TXDSLVT | = | 12.3 | - | 0.00038 SSDLVT |
| TXDTLVT | = | 8.45 | - | 0.0003 SSDLVT |
| TXDTOLVT | = | 9.4 | - | 0.00031 SSDLVT |

ALENTEJO

| | | | | |
|--------|---|-------|---|--------------|
| TXDPA | = | 15.72 | + | 0.0012 SSDA |
| TXDSA | = | 6.75 | + | 0.00052 SSDA |
| TXDTA | = | 6.66 | - | 0.00017 SSDA |
| TXDTOA | = | 9.18 | + | 0.00044 SSDA |

ALGARVE

| | | | | |
|----------|---|------|---|---------------|
| TXDPALG | = | 1.6 | - | 0.0006 SSDALG |
| TXDSALG | = | 2.5 | + | 0.002 SSDALG |
| TXDTALG | = | 2.3 | + | 0.0015 SSDALG |
| TXDTOALG | = | 2.27 | + | 0.0013 SSDALG |

QUADRO 8.2

Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo G2 - $TXD = \beta + \beta' SOTS -$

| NUT | NORTE | | | | CENTRO | | | |
|----------------|-------|------|-------|------|--------|------|-------|------|
| Sectores | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | |
| R ² | 25% | 46% | 43% | 46% | 16% | 38% | 17% | 6.9% |

| NUT | LVT | | | | ALENTEJO | | | |
|----------------|-------|------|-------|------|----------|------|-------|------|
| Sectores | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | |
| R ² | 0.1% | 9% | 0.1% | 4% | 8% | 1.6% | 53% | 0.8% |

| NORTE | | | | |
|--------|---|-----|---|---------------|
| TXDDPN | = | 0.4 | - | 0.00034 SOTSN |
| TXDSN | = | 5.3 | - | 0.0075 SOTSN |
| TXDTN | = | 3.7 | - | 0.0032 SOTSN |
| TXDTON | = | 3.6 | - | 0.0041 SOTSN |

| CENTRO | | | | |
|--------|---|------|---|---------------|
| TXDPC | = | 0.14 | + | 0.00042 SOTSC |
| TXDSC | = | 3.3 | + | 0.0021 SOTSC |
| TXDTC | = | 2.3 | + | 0.0028 SOTSC |
| TXDTOC | = | 1.9 | + | 0.0015 SOTSC |

| LVT | | | | |
|----------|---|------|---|-----------------|
| TXDPLVT | = | 4.8 | + | 0.00036 SOTSLVT |
| TXDSLVT | = | 9.35 | - | 0.0074 SOTSLVT |
| TXDTLVT | = | 5.18 | - | 0.0005 SOTSLVT |
| TXDTOLVT | = | 6.62 | - | 0.0033 SOTSLVT |

| ALENTEJO | | | | |
|----------|---|-------|---|--------------|
| TXDPA | = | 19.74 | + | 0.015 SOTSA |
| TXDSA | = | 8.9 | - | 0.0038 SOTSA |
| TXDTA | = | 6.48 | - | 0.010 SOTSA |
| TXDTOA | = | 10.95 | - | 0.0022 SOTSA |

QUADRO 8.3

Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo G3 - $TXD = \gamma + \gamma' SSQS -$

| NUT | NORTE | | | | CENTRO | | | |
|----------------|-------|------|-------|------|--------|------|-------|------|
| Sectores | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | |
| R ² | 30% | 71% | 53% | 65% | 36% | 64% | 88% | 72% |

| NUT | LVT | | | | ALENTEJO | | | |
|----------------|-------|------|-------|------|----------|------|-------|------|
| Sectores | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | |
| R ² | 6% | 25% | 53.6% | 41% | 73% | 79% | 0.1% | 85% |

| NUT | ALGARVE | | | |
|----------------|---------|------|-------|------|
| Sectores | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | |
| R ² | 64% | 49% | 80% | 82% |

NORTE

| | | | | |
|--------|---|------|---|---------------|
| TXDPN | = | 0.8 | - | 0.00003 SSQSN |
| TXDSN | = | 15.5 | - | 0.0008 SSQSN |
| TXDTN | = | 7.6 | - | 0.00031 SSQSN |
| TXDTON | = | 9.0 | - | 0.00043 SSQSN |

CENTRO

| | | | | |
|--------|---|-------|---|----------------|
| TXDPC | = | 0.14 | + | 0.000031 SSQSC |
| TXDSC | = | -0.8 | + | 0.00043 SSQSC |
| TXDTC | = | -0.69 | + | 0.00032 SSQSC |
| TXDTOC | = | -0.4 | + | 0.000247 SSQSC |

LVT

| | | | | |
|----------|---|------|---|------------------|
| TXDPLVT | = | 3.7 | + | 0.000033 SSQSLVT |
| TXDSLVT | = | 2.5 | + | 0.0003 SSQSLVT |
| TXDTLVT | = | 0.69 | + | 0.00012 SSQSLVT |
| TXDTOLVT | = | 1.4 | + | 0.00012 SSQSLVT |

**ALENTEJO**

| | | | | |
|--------|---|-------|---|----------------|
| TXDPA | = | 36.33 | - | 0.0011 SSQSA |
| TXDSA | = | 17.9 | - | 0.00066 SSQSA |
| TXDTA | = | 5.85 | + | 0.000055 SSQSA |
| TXDTOA | = | 18.5 | - | 0.00055 SSQSA |

ALGARVE

| | | | | |
|----------|---|-------|---|-----------------|
| TXDPALG | = | -0.28 | + | 0.00063 SSQSALG |
| TXDSALG | = | 1.86 | + | 0.0013 SSQSALG |
| TXDTALG | = | 1.6 | + | 0.0011 SSQSALG |
| TXDTOALG | = | 1.3 | + | 0.0011 SSQSALG |

QUADRO 8.4

Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo $G4 - TXD = \theta + \theta' NEI -$

| NUT II | NORTE | | | | CENTRO | | | |
|----------------|-------|------|-------|------|--------|------|-------|------|
| Sectores | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | |
| R ² | 4% | 98% | 94% | 98% | 31% | 95% | 89% | 95% |

| NUT | LVT | | | | ALENTEJO | | | |
|----------------|-------|------|-------|------|----------|------|-------|------|
| Sectores | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | | | | | |
| R ² | 65% | 96% | 93% | 98% | 49% | 87% | 7.6% | 88% |

| NUT | ALGARVE | | | |
|----------------|---------|------|-------|------|
| Sectores | Prim. | Sec. | Terc. | Tot. |
| Testes Estat. | | | | |
| R ² | 31% | 37% | 55% | 55% |

NORTE

| | | | | |
|--------|---|------|---|----------------|
| TXDPN | = | 0.28 | + | 0.0000011 NEIN |
| TXDSN | = | 0.03 | + | 0.000084 NEIN |
| TXDTN | = | 1.36 | + | 0.000037 NEIN |
| TXDTON | = | 0.67 | + | 0.000047 NEIN |

CENTRO

| | | | | |
|-------|---|------|---|----------------|
| TXDPC | = | 0.07 | + | 0.0000043 NEIC |
| TXDSC | = | 1.8 | + | 0.000078 NEIC |
| TXDTC | = | 1.49 | + | 0.000049 NEIC |
| TXDTC | = | 1.14 | + | 0.000042 NEIC |

LVT

| | | | | |
|----------|---|-----|---|-----------------|
| TXDPLVT | = | 2.8 | + | 0.000024 NEILVT |
| TXDSLVT | = | 2.5 | + | 0.000067 NEILVT |
| TXDTLVT | = | 2.1 | + | 0.000035 NEILVT |
| TXDTOLVT | = | 2.3 | + | 0.000044 NEILVT |

ALENTEJO

| | | | | |
|--------|---|------|---|---------------|
| TXDPA | = | 11.1 | + | 0.00072 NEIA |
| TXDSA | = | 1.85 | + | 0.00053 NEIA |
| TXDTA | = | 5.06 | + | 0.000073 NEIA |
| TXDTOA | = | 5.2 | + | 0.00043 NEIA |

ALGARVE

| | | | | |
|----------|---|--------|---|----------------|
| TXDPALG | = | -0.7 | + | 0.00054 NEIALG |
| TXDSALG | = | -0.016 | + | 0.0014 NEIALG |
| TXDTALG | = | 0.29 | + | 0.0011 NEIALG |
| TXDTOALG | = | 0.059 | + | 0.0011 NEIALG |

Fonte: Cálculos efectuados com base nos dados estatísticos do INE, Inquérito ao Emprego, 1986/1991.

QUADRO 9 ADistribuição dos trabalhadores por conta de outrem segundo as habilitações - Continente -

%

| | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 |
|---------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Inferior ao Ensino Básico | 8.6 | 7.9 | 7.0 | 6.4 | 5.6 | 5.2 | 4.8 |
| Ensino Básico | 69.9 | 70.2 | 70.4 | 69.2 | 68.5 | 68.1 | 67.1 |
| Ensino Secundário | 17.6 | 18.0 | 18.3 | 19.5 | 20.7 | 21.4 | 22.4 |
| Ensino Médio | 0.5 | 0.5 | 0.5 | 0.5 | 0.5 | 0.6 | 0.6 |
| Ensino Superior | 2.9 | 3.0 | 3.1 | 3.2 | 3.2 | 3.6 | 3.8 |
| Ignorados e Outros | 0.5 | 0.4 | 0.7 | 1.2 | 1.5 | 1.1 | 1.3 |
| Total | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 |

Fonte: DEMESS - Quadros de Pessoal.

QUADRO 9 BDistribuição dos trabalhadores por conta de outrem segundo níveis de qualificação

| | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 |
|----------------------------------------|------|------|------|------|
| Quadros Superiores Médios | 3.8 | 4.0 | 4.2 | 4.4 |
| Encarregados e Prof. Alt. Qualificados | 7.7 | 7.9 | 8.3 | 8.3 |
| Profissionais Qualificados | 38.5 | 39.6 | 39.0 | 39.2 |
| Profissionais com alguma Qualificação | 30.6 | 29.9 | 28.9 | 28.7 |
| Praticantes e Aprendizes | 12.1 | 11.5 | 11.6 | 10.9 |
| Nível desconhecido | 7.3 | 7.1 | 8.0 | 8.5 |

Fonte: DEMESS - Quadros de Pessoal.

QUADRO 10Formandos AprovadosEvolução Anual - 1989/1990/1991

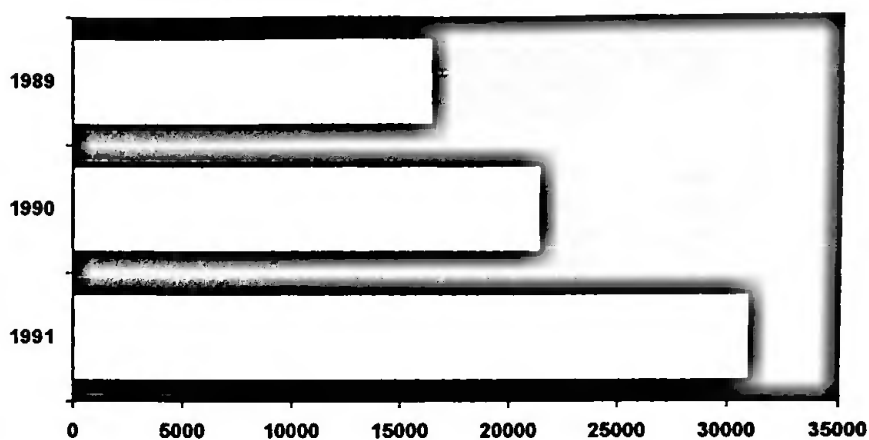
| INDICADORES | 1989 | 1990 | 1991 | VAR.% 89/90 | VAR.% 90-91 |
|--------------------------|-------|-------|-------|----------------|----------------|
| C. + R. AUTÓNOMAS | | | | | |
| TOTAL | 16518 | 20947 | 30658 | 26.8 | 46.4 |
| C.G.D. (1) | 3402 | 4863 | 7908 | 42.9 | 62.6 |
| C.G.P. (2) | 13116 | 16084 | 22750 | 22.6 | 41.4 |
| HOMENS | 10808 | 13754 | 20183 | 27.3 | 46.7 |
| MULHERES | 5710 | 7193 | 10475 | 26.0 | 45.6 |
| CONTINENTE | | | | | |
| < 25 ANOS | 7680 | 9051 | 11898 | 17.9 | 31.5 |
| 25 ANOS e + | 8716 | 11785 | 18659 | 35.2 | 58.3 |
| < 500 HORAS | 10918 | 14047 | 22599 | 28.7 | 60.9 |
| 500 HORAS e + | 5478 | 6789 | 7958 | 23.9 | 17.2 |

Fonte: I.E.F.P., Estatísticas de Formação Profissional, 4º Trimestre, 1991.

(1) - C.G.D. = Centro de Gestão Directa

(2) - C.G.P. = Centro de Gestão Participada

GRÁFICO 1
Formandos Aprovados - Total do País - 1989/1990/1991



Fonte: I.E.F.P., Estatísticas, Formação Profissional, 4º Trimestre, 1991,

GRÁFICO 2
Formandos aprovados por grupo etário - Continente - 1989/1990/1991

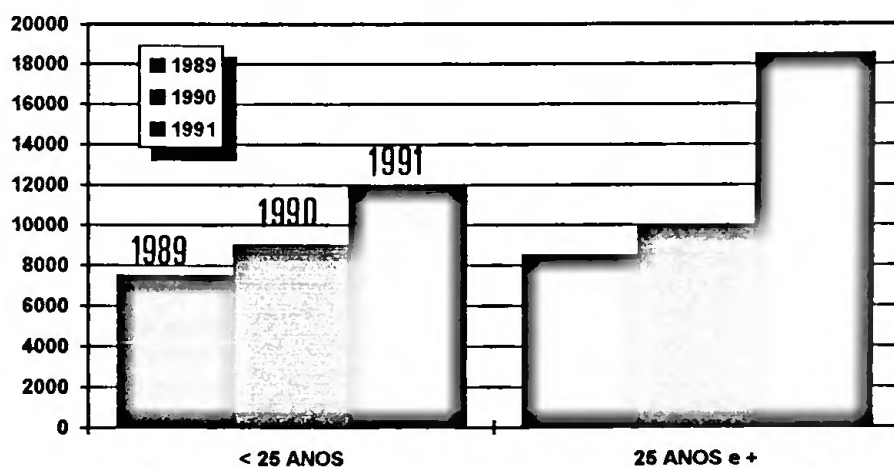
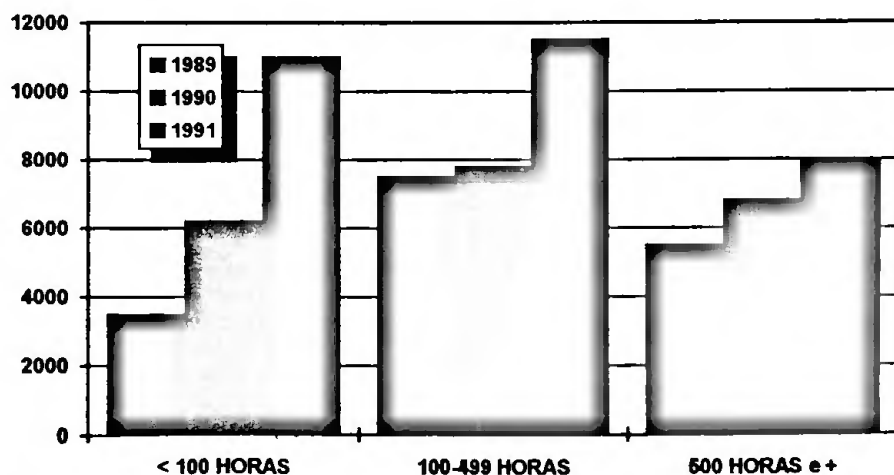


GRÁFICO 3
Formandos aprovados por duração das acções - Continente - 1989/1990/1991



Fonte: I.E.F.P., Estatísticas, Formação Profissional, 4º Trimestre, 1991.

QUADRO 11

Testes estatísticos e coeficientes das regressões de tipo H - $TXD = \alpha + \alpha' NF$ e $TXD = \alpha + \alpha' NFA$ -

| | 1987/1990 $TXD = \alpha + \alpha' NF$ | 1989/1991 $TXD = \alpha + \alpha' NFA$ | NORTE | CENTRO | LVT | ALENT. | ALG. |
|----------------|------------------------------------------|-------------------------------------------|-------|--------|-------|--------|------|
| R ² | 87% | 95.5% | 80.9% | 37.5% | 95.5% | 3.6% | 0.4% |

$$\begin{array}{rcl}
 TXD & = & 5.6 \\
 \text{s.e.} & & (0.44) \\
 \text{t-s} & & (12.5)
 \end{array}
 \quad - \quad
 \begin{array}{rcl}
 0.00006 NF & & \\
 (0.000016) & & \\
 (-3.67) & &
 \end{array}$$

$$\begin{array}{rcl}
 TXD & = & 4.1 \\
 \text{s.e.} & & (0.13) \\
 \text{t-s} & & (30.0)
 \end{array}
 \quad - \quad
 \begin{array}{rcl}
 0.000027 FA & & \\
 (0.0000058) & & \\
 (-4.6) & &
 \end{array}$$

$$\begin{array}{rcl}
 TXDN & = & 1.96 \\
 \text{s.e.} & & (0.15) \\
 \text{t-s} & & (12.8)
 \end{array}
 \quad + \quad
 \begin{array}{rcl}
 0.000035 NFAN & & \\
 (0.000017) & & \\
 (2.06) & &
 \end{array}$$

$$\begin{array}{rcl}
 TXDC & = & 1.33 \\
 \text{s.e.} & & (0.31) \\
 \text{t-s} & & (4.3)
 \end{array}
 \quad + \quad
 \begin{array}{rcl}
 0.000061 NFAC & & \\
 (0.000078) & & \\
 (0.77) & &
 \end{array}$$

$$\begin{array}{rcl}
 TXDLVT & = & 7.86 \\
 \text{s.e.} & & (0.63) \\
 \text{t-s} & & (12.4)
 \end{array}
 \quad - \quad
 \begin{array}{rcl}
 0.00033 NFALVT & & \\
 (0.71) & & \\
 (-4.6) & &
 \end{array}$$

$$\begin{array}{rcl}
 TXDA & = & 9.8 \\
 \text{s.e.} & & (1.0) \\
 \text{t-s} & & (9.1)
 \end{array}
 \quad - \quad
 \begin{array}{rcl}
 0.00019 NFAA & & \\
 (0.00097) & & \\
 (-0.19) & &
 \end{array}$$

$$\begin{array}{rcl}
 TXDALG & = & 2.9 \\
 \text{s.e.} & & (1.7) \\
 \text{t-s} & & (1.6)
 \end{array}
 \quad + \quad
 \begin{array}{rcl}
 0.00018 ALG & & \\
 (0.0026) & & \\
 (0.07) & &
 \end{array}$$

Legenda:

TXD = Taxa de Desemprego

NF = Número de Formandos

NFA = Número de Formandos Aprovados

Fonte: Cálculos efectuados com base nos dados do INE - Inquérito ao Emprego e I.E.F.P., Estatísticas de Formação. Formação, 1991.

QUADRO 12 A

Nº de Acções e Nº de Formandos por Grandes Grupos Profissionais de 4/92 a 2/94 na NUT Norte

| NORTE | 1992 | | 1993 | | 1994 | |
|------------------------|-----------|----------|-----------|----------|-----------|----------|
| Nº Acções/Nº Formandos | Nº Acções | Nº Form. | Nº Acções | Nº Form. | Nº Acções | Nº Form. |
| Grupos de Profissões | | | | | | |
| 0 | 64 | 754 | 64 | 853 | 2 | 43 |
| 1 | 55 | 828 | 87 | 1411 | 7 | 92 |
| 2 | - | - | - | - | - | - |
| 3 | 138 | 2038 | 179 | 3433 | 23 | 472 |
| 4 | 6 | 100 | 6 | 73 | - | - |
| 5 | 12 | 187 | 15 | 163 | 2 | 28 |
| 6 | 11 | 84 | 22 | 176 | 10 | 186 |
| 7 | 47 | 287 | 20 | 228 | - | - |
| 8 | 81 | 1149 | 74 | 891 | 10 | 154 |
| 9 | 120 | 2875 | 141 | 3994 | 7 | 132 |

Legenda:

0/1 - Pessoal de Profissões Científicas, Técnicas, Artísticas e de Profissões Liberais;

2 - Directores e Quadros Superiores Administrativos;

3 - Pessoal Administrativo e Trabalhadores Similares;

4 - Pessoal do Comércio e Vendedores;

5 - Pessoal dos Serviços de Protecção e Segurança, dos Serviços Pessoais e Domésticos e Trabalhadores Similares;

6 - Agricultores, Criadores de Animais, Trabalhadores Agrícolas e Florestais, Pescadores e Caçadores;

7 - Trabalhadores da Protecção das Indústrias Extrativa e Transformadora e Condutores de Máquinas Fixas e de Transporte.

Fonte: Quadro por nós elaborado em conjunção com Classificação Nacional das Profissões - Versão 1980, Secretaria de Estado do Emprego, Ministério do Trabalho, Lisboa 1980 e com I.E.F.P., "Informação Previsional" de 4/92 a 2/94.

QUADRO 12 B

Nº de Acções e Nº de Formandos por Grandes Grupos Profissionais de 4/92 a 2/94 na NUT LVT

| LVT | 1992 | | 1993 | | 1994 | |
|------------------------|-----------|----------|-----------|----------|-----------|----------|
| Nº Acções/Nº Formandos | Nº Acções | Nº Form. | Nº Acções | Nº Form. | Nº Acções | Nº Form. |
| Grupos de Profissões | | | | | | |
| 0 | 27 | 462 | 35 | 506 | 4 | 57 |
| 1 | 32 | 771 | 100 | 1320 | 11 | 282 |
| 2 | 2 | 28 | 2 | 21 | - | - |
| 3 | 211 | 3962 | 100 | 1717 | 9 | 133 |
| 4 | 23 | 374 | 26 | 354 | 4 | 27 |
| 5 | 31 | 408 | 39 | 520 | 6 | 46 |
| 6 | 38 | 408 | 31 | 637 | 27 | 132 |
| 7 | 215 | 2047 | 107 | 1139 | 5 | 42 |
| 8 | 117 | 1522 | 108 | 1366 | 29 | 191 |
| 9 | 27 | 1803 | 60 | 1558 | 18 | 216 |

Legenda: Idem Quadro 12 A.

Fonte: Idem Quadro 12 A.

QUADRO 12 C

Nº de Acções e Nº de Formandos por Grandes Grupos Profissionais de 4/92 a 2/94 na NUT Alentejo

| ALENTEJO | 1992 | | 1993 | | 1994 | |
|----------------------|-----------|----------|-----------|----------|-----------|----------|
| Nº Acções/Nº Form. | Nº Acções | Nº Form. | Nº Acções | Nº Form. | Nº Acções | Nº Form. |
| Grupos de Profissões | | | | | | |
| 0 | 4 | 50 | 3 | 36 | 1 | 12 |
| 1 | 3 | 56 | 4 | 50 | - | - |
| 2 | 6 | - | - | - | - | - |
| 3 | 17 | 219 | 8 | 100 | 2 | 24 |
| 4 | 2 | 30 | - | - | - | - |
| 5 | 1 | 10 | - | - | 1 | 12 |
| 6 | 18 | 248 | 27 | 390 | 6 | 90 |
| 7 | 3 | 36 | 1 | 8 | 1 | 15 |
| 8 | 11 | 110 | 25 | 312 | 5 | 63 |
| 9 | 13 | 158 | 27 | 412 | 6 | 76 |

Legenda: Idem Quadro 12 A.

Fonte: Idem Quadro 12 A.

QUADRO 13 A
Formandos Aprovados por modalidade de formação - Total do país

| MODALIDADE | 1989 | % | 1990 | % | 1991 | % |
|---------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Aprendizagem | 177 | 1.1 | 535 | 2.6 | 982 | 3.2 |
| Formação de Bas.e. | 537 | 3.3 | 781 | 3.7 | 271 | 0.9 |
| Qualificação | 7840 | 47.5 | 7078 | 33.8 | 9153 | 29.9 |
| Escolarização | 536 | 3.2 | 120 | 0.6 | 772 | 2.5 |
| Reciclagem | 1432 | 8.7 | 892 | 4.3 | 708 | 2.3 |
| Aperfeiçoamento | 5816 | 35.2 | 11276 | 53.8 | 18443 | 60.2 |
| Promoção | 155 | 0.9 | 146 | 0.7 | 241 | 0.8 |
| Reconversão | 25 | 0.2 | 65 | 0.3 | 43 | 0.1 |
| Reabilitação Profissional | 0 | 0.0 | 54 | 0.3 | 45 | 0.1 |
| Total | 16518 | 100.0 | 20947 | 100.0 | 30658 | 100.0 |

Legenda:

a) Acção de Formação Profissional é o processo completo de aquisição de determinados conhecimentos e aptidões profissionais por um conjunto de indivíduos (formandos).

b) Modalidades de Formação:

Aprendizagem - Termo apenas adoptado para designar as acções de F. P. des.e.nvolvidas no âmbito do Decreto Lei nº 102/84 de 29/03/84 e Decreto Lei nº 436/88 de 23/11/88.

Formação de Base - Apenas destinado à aquisição de conhecimentos ou capacidades mínimas com vista à ocupação de um posto de trabalho. As acções de Formação de Base de Aperfeiçoamento podem ser classificáveis por C.N.P.

Formação Inicial ou Qualificação - Proporciona preparação completa no plano profissional a um indivíduo sem qualificação anterior.

Especialização - Acções destinadas a indivíduos já qualificados, que visam aprofundar conhecimentos ou aptidões numa função ou tarefa.

Reciclagem - Tem por objectivo a actualização de conhecimentos ou aptidões ou a reorganização do trabalho em função da introdução de novas tecnologias.

Aperfeiçoamento - Visa complementar e melhorar conhecimentos e aptidões em algumas ou todas as funções, em indivíduos com qualificação profissional prévia. As acções de Aperfeiçoamento de Formação de Base podem não ser classificáveis por C.N.P.

Promoção - Acção organizada em função da subida de nível de qualificação, de categoria ou estrato social do formando.

Reconversão - Processo idêntico ao da Formação Inicial / Qualificação, mas destinado a profissionais já qualificados que necessitam mudar de profissão.

Reabilitação Profissional - Acções de F. P. dirigidas a pessoas deficientes e, por conseguinte, com as adaptações pedagógicas julgadas necessárias às características dos formandos.

Fonte: I.E.F.P. - Estatísticas - Formação Profissional, 4º Trimestre - 1991, Lisboa - 1/93.

QUADRO 13 B

Números de formandos jovens (-25 anos) aprovados por tipo de formação, s.e.gundo delegação regional.
Centros de Gestão Directa + Centros de Gestão Participada

- Total anual/1990 - (Homens + Mulheres)

| Delegações Regionais | Tipo de Formação | | | | | | | | | |
|----------------------------------|------------------|----------------|------------------|----------|------------|-----------|----------|-------------|-----------|-------|
| | Aprendiz. | Form. de base. | Inicial. qualif. | Especil. | Reciclagem | Aperfeiç. | Promoção | Reconversão | Reabilit. | Total |
| Delegação Regional do Norte | 302 | 396 | 2146 | 67 | 83 | 1134 | 18 | 24 | 27 | 4197 |
| Delegação Regional do Centro | 97 | 49 | 809 | - | 45 | 441 | 2 | 2 | 9 | 1454 |
| Delegação Regional L. V. do Tejo | 105 | 153 | 1579 | 18 | 42 | 870 | 14 | - | 5 | 2786 |
| Delegação Regional do Alentejo | 20 | 4 | 369 | - | 11 | 61 | - | - | - | 465 |
| Delegação Regional do Algarve | 10 | - | 84 | - | 6 | 49 | - | - | - | 149 |
| TOTAL | 534 | 602 | 4987 | 85 | 187 | 2555 | 34 | 26 | 41 | 9051 |

Fonte: I.E.F.P., Estatísticas - Formação Profissional - 4º Trimestre 1990, CGD, CGP, Serv. Plan. e Controlo de Gestão, Divisão de Análise e do Mercado de Emprego.

QUADRO 13 C

Números de formandos jovens (-25 anos) aprovados por tipo de formação, s.e.gundo delegação regional.
Centros de Gestão Directa + Centros de Gestão Participada

- Total anual/1991 - (Homens + Mulheres)

| Delegações Regionais | Tipo de Formação | | | | | | | | | Total |
|----------------------------------|------------------|----------------|------------------|----------|------------|-----------|----------|-------------|-----------|-------|
| | Aprend. | Form. de base. | Inicial. qualif. | Especil. | Reciclagem | Aperfeiç. | Promoção | Reconversão | Reabilit. | |
| Delegação Regional do Norte | 358 | 94 | 2555 | 215 | 65 | 1750 | 7 | 14 | - | 5058 |
| Delegação Regional do Centro | 197 | 73 | 916 | 49 | 35 | 883 | 9 | 6 | - | 2168 |
| Delegação Regional L. V. do Tejo | 276 | 50 | 1908 | 30 | 17 | 1319 | 25 | - | 21 | 3646 |
| Delegação Regional do Alentejo | 9 | - | 483 | 4 | - | 123 | - | - | - | 619 |
| Delegação Regional do Algarve | 139 | - | 154 | - | 6 | 104 | 4 | - | - | 407 |
| TOTAL | 979 | 217 | 6016 | 298 | 123 | 4179 | 45 | 20 | 21 | 11898 |

Fonte: I.E.F.P., Estatísticas - Formação Profissional - 4º Trimestre 1991, CGD, CGP, Direcção de Serviços de Estudos de Emprego, Divisão de Análise e do Mercado de Emprego.

QUADRO 14

Execução dos Programas Operacionais no âmbito do F.S.E.

Unidade: Escudos

| PROGRAMA OPERACIONAL | 1990 | | | 1991 | | | 1991 | | |
|----------------------|-----------------|-----------------------|--|-----------------|-----------------------|--|-----------------|-----------------------|--|
| | Nº DE FORMANDOS | VALOR EXECUTADO | | Nº DE FORMANDOS | VALOR EXECUTADO | | Nº DE FORMANDOS | VALOR EXECUTADO | |
| PO1 | 74 081 | 5 778 748 854 | | 129 834 | 12 431 761 323 | | 173 707 | 18 492 127 496 | |
| PO2 | 20 622 | 2 805 435 164 | | 24 801 | 3 756 769 366 | | 21 146 | 3 681 374 060 | |
| PO3 | 9 544 | 4 705 769 032 | | 12 011 | 7 096 857 422 | | 16 274 | 10 859 322 859 | |
| PO4 | 16 228 | 1 489 315 486 | | 36 274 | 3 716 108 594 | | 70 583 | 8 448 097 102 | |
| PO5 | 3 209 | 1 255 892 669 | | 3 402 | 1 360 714 869 | | 7 728 | 3 783 906 495 | |
| PO6 | 22 381 | 1 404 968 962 | | 18 024 | 2 386 850 266 | | 13 270 | 2 576 753 717 | |
| PO7 | 980 | 479 728 710 | | 1 063 | 737 835 337 | | 1 313 | 929 654 457 | |
| PO8 | 122 | 27 412 244 | | 188 | 39 571 767 | | 563 | 135 673 653 | |
| PO9 | 167 | 32 277 492 | | 393 | 286 012 492 | | 585 | 825 879 634 | |
| PO10 | 29 944 | 8 136 215 446 | | 45 593 | 12 157 936 225 | | 56 596 | 18 551 743 529 | |
| PO11 | 45 098 | 2 142 010 309 | | 40 200 | 3 368 835 641 | | 24 820 | 2 923 723 877 | |
| PO12 | 2 461 | 1 454 723 269 | | 2 826 | 2 260 447 467 | | 3 407 | 3 126 390 082 | |
| PO13 | 15 | 7 790 463 | | 203 | 36 261 242 | | 63 | 32 450 940 | |
| PO14 | 14 | 6 891 239 | | 82 | 39 978 531 | | 111 | 251 658 065 | |
| PO50 | 4 034 | 86 176 915 | | 11 212 | 429 376 803 | | 18 150 | 718 626 970 | |
| PO51 | 892 | 592 038 389 | | 1 539 | 2 172 299 560 | | 2 696 | 4 385 685 713 | |
| PO52 | 0 | 0 | | 283 | 12 212 932 | | 551 | 161 533 747 | |
| TOTAIS | 229 792 | 30 405 394 643 | | 327 928 | 52 289 829 837 | | 411 563 | 79 884 602 396 | |

Fonte: I.E.F.P. (Dados solicitados).

QUADRO 15 A
QCA Aprovações regionalizadas por Programa Operacional

Unidade: Escudos

| PO | 90 | | 91 | | 92 | | 93 | |
|--------|------------|-------|------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|
| | DESP. PUB. | | DESP. PUB. | | DESP. PUB. | | DESP. PUB. | |
| 1 | 2619909 | 0.539 | 36456857 | 0.493 | 4701860233 | 0.297 | 4059415000 | 0.241 |
| 2 | 285752 | 0.058 | 587680 | 0.079 | 628339642 | 0.039 | 987976000 | 0.058 |
| 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5158720001 | 0.326 | 7735641958 | 0.459 |
| 4 | 472393 | 0.097 | 785237 | 0.106 | 1486866669 | 0.094 | 559179000 | 0.033 |
| 5 | 26717 | 0.005 | 110017 | 0.014 | 127828312 | 0.008 | 176421000 | 0.010 |
| 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9709000 | 0.000 | 13983000 | 0.000 |
| 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 10 | 1452525 | 0.299 | 2246533 | 0.304 | 3109777355 | 0.197 | 2848407000 | 0.169 |
| 11 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 12 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 13 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 45615000 | 0.002 |
| 14 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| OID PS | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| OID NA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PROAVE | 0 | 0 | 6000 | 0.000 | 555555375 | 0.035 | 400038000 | 0.023 |
| TOTAL | 4857296 | | 7381324 | | 15778656587 | | 16826675958 | |

Fonte: QCA

CENTRO

QUADRO 15 B
QCA Aprovações regionalizadas por Programa Operacional

Unidade: Escudos

| PO | 90 | | 91 | | 92 | | 93 | |
|--------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|
| | DESP. PUB. | | DESP. PUB. | | DESP. PUB. | | DESP. PUB. | |
| 1 | 1301425 | 0.514 | 2877338 | 0.676 | 2583883819 | 0.388 | 1958149000 | 0.225 |
| 2 | 18364 | 0.007 | 32338 | 0.007 | 151056446 | 0.022 | 68306000 | 0.007 |
| 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3129183999 | 0.470 | 4267229387 | 0.491 |
| 4 | 317572 | 0.125 | 307326 | 0.072 | 316371786 | 0.047 | 76957000 | 0.008 |
| 5 | 0 | 0 | 53415 | 0.012 | 72628208 | 0.010 | 42383000 | 0.004 |
| 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 8 | 0 | 0 | 7937 | 0.001 | 35142055 | 0.005 | 133044000 | 0.015 |
| 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 10 | 892954 | 0.352 | 970634 | 0.228 | 365331160 | 0.054 | 2066761000 | 0.237 |
| 11 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 12 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 13 | 0 | 0 | 7352 | 0.001 | 0 | 0 | 73362000 | 0.008 |
| 14 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| OID PS | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| OID NA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PROAVE | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 2530315 | | 4256340 | | 6653597473 | | 8686191387 | |

Fonte: QCA

QUADRO 15 C
QCA Aprovações regionalizadas por Programa Operacional

Unidade: Escudos

| PO | 90 | | 91 | | 92 | | 93 | |
|--------------|------------|-------|------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|
| | DESP. PUB. | | DESP. PUB. | | DESP. PUB. | | DESP. PUB. | |
| 1 | 1158888 | 0.502 | 10794871 | 0.373 | 13903856209 | 0.272 | 18724908000 | 0.264 |
| 2 | 1273620 | 0.055 | 1896106 | 0.065 | 3488837399 | 0.068 | 566887000 | 0.080 |
| 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3156888098 | 0.061 | 4927595044 | 0.069 |
| 4 | 2510152 | 0.108 | 5784863 | 0.200 | 8995001528 | 0.176 | 9422062000 | 0.133 |
| 5 | 329462 | 0.014 | 301912 | 0.010 | 850804900 | 0.016 | 2215708000 | 0.031 |
| 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 8 | 22119 | 0.000 | 3701 | 0.000 | 115785364 | 0.002 | 300090000 | 0.004 |
| 9 | 194864 | 0.008 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 10 | 5998778 | 0.260 | 7202886 | 0.249 | 13321104571 | 0.261 | 14240587000 | 0.201 |
| 11 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 12 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 13 | 44165 | 0.001 | 7433 | 0.000 | 11595592 | 0.000 | 96816000 | 0.001 |
| 14 | 10541 | 0.000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| OID PS | 1079574 | 0.046 | 2883730 | 0.099 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| OID NA | 0 | 0 | 0 | 0 | 7140623740 | 0.140 | 15184012000 | 0.214 |
| PROAVE | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | | | | | | | |
| TOTAL | 23052163 | | 28875502 | | 50984497401 | | 70780665044 | |

Fonte: QCA

QUADRO 15 E
QCA Aprovações regionalizadas por Programa Operacional

Unidade: Escudos

| PO | 90 | | 91 | | 92 | | 93 | |
|--------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|
| | DESP. PUB. | | DESP. PUB. | | DESP. PUB. | | DESP. PUB. | |
| 1 | 530036 | 0.928 | 553526 | 0.709 | 853427093 | 0.465 | 169106000 | 0.127 |
| 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 31166639 | 0.017 | 4816000 | 0.003 |
| 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 628572000 | 0.342 | 929406228 | 0.702 |
| 4 | 36417 | 0.063 | 99877 | 0.128 | 126741191 | 0.069 | 5932000 | 0.004 |
| 5 | 3628 | 0.006 | 3020 | 0.003 | 3436354 | 0.001 | 68219000 | 0.051 |
| 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8139000 | 0.006 |
| 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 10 | 1029 | 0.001 | 123623 | 0.158 | 189665585 | 0.103 | 131652000 | 0.099 |
| 11 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 12 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 13 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4987000 | 0.003 |
| 14 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| OID PS | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| OID NA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PROAVE | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 571110 | | 780046 | | 1833008862 | | 1322257228 | |

Fonte: QCA

MULTIREGIÕES

QUADRO 15 F
QCA Aprovações regionalizadas por Programa Operacional

Unidade: Escudos

| PO | 90 | | 91 | | 92 | | 93 | |
|--------|------------|-------|------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|
| | DESP. PUB. | | DESP. PUB. | | DESP. PUB. | | DESP. PUB. | |
| 1 | 3491081 | 0.083 | 4980003 | 0.100 | 8790663819 | 0.126 | 8270856000 | 0.140 |
| 2 | 4921314 | 0.118 | 4093002 | 0.082 | 4594121793 | 0.066 | 2556188000 | 0.043 |
| 3 | 8568297 | 0.205 | 10764482 | 0.216 | 929182667 | 0.013 | 913937181 | 0.015 |
| 4 | 397776 | 0.009 | 1097058 | 0.022 | 6129657077 | 0.088 | 1394554000 | 0.023 |
| 5 | 2549593 | 0.061 | 2806802 | 0.056 | 7035682175 | 0.101 | 7860490000 | 0.133 |
| 6 | 2310039 | 0.055 | 1612495 | 0.032 | 2504306904 | 0.035 | 1673487000 | 0.028 |
| 7 | 815155 | 0.019 | 1054750 | 0.021 | 1489470529 | 0.021 | 2013378000 | 0.034 |
| 8 | 87998 | 0.002 | 34914 | 0.000 | 70240299 | 0.001 | 218704000 | 0.003 |
| 9 | 36170 | 0.000 | 510465 | 0.010 | 1107428125 | 0.015 | 254632000 | 0.004 |
| 10 | 12822729 | 0.307 | 15607094 | 0.313 | 24206274359 | 0.347 | 11266982000 | 0.191 |
| 11 | 3279793 | 0.078 | 2590495 | 0.052 | 4945891862 | 0.071 | 2020767000 | 0.034 |
| 12 | 2377957 | 0.057 | 3391371 | 0.068 | 4579646919 | 0.065 | 5647661000 | 0.096 |
| 13 | 32798 | 0.000 | 34914 | 0.000 | 49412333 | 0.000 | 205617000 | 0.003 |
| 14 | 2950 | 0.000 | 108141 | 0.002 | 559954429 | 0.008 | 326324000 | 0.005 |
| OID PS | 0 | 0 | 971688 | 0.019 | 350369386 | 0.005 | 0 | 0 |
| OID NA | 0 | 0 | 111623 | 0.002 | 2226833118 | 0.032 | 14096942000 | 0.240 |
| PROAVE | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 41693650 | | 49769297 | | 69569135794 | | 58720519181 | |

Fonte: QCA

